

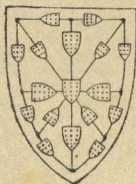
copy

Revista

REVISTA
DE
ARQUEOLOGIA

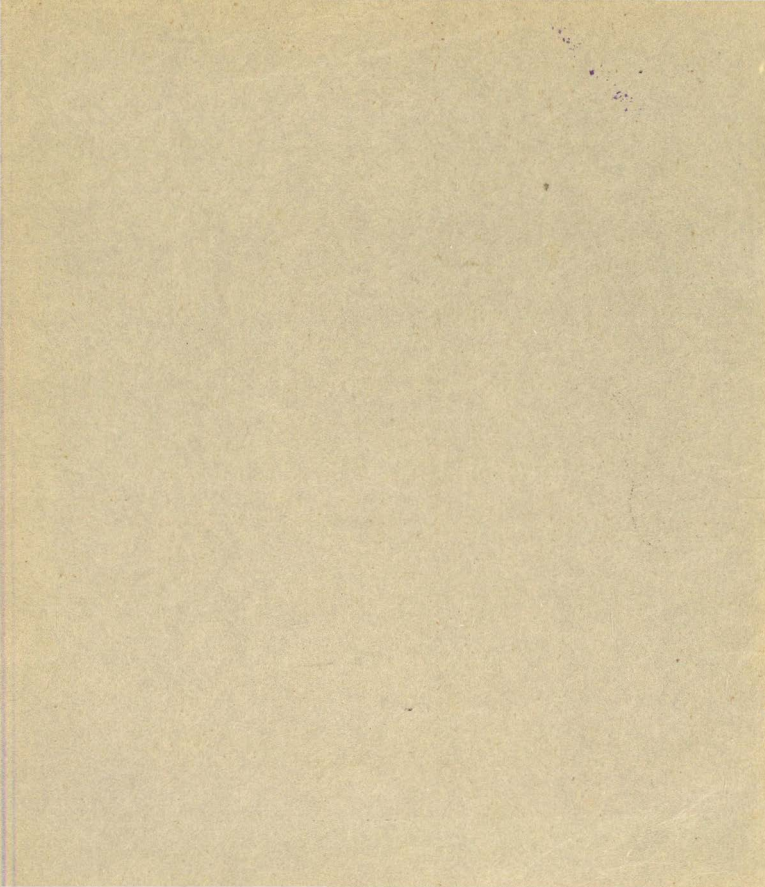
DIRECTOR

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA



MCMXXXII

MCMXXXIV



DEPOSITO LEGAL

Rev.

2152
200

P.

Rev. 3d FH M

152

REVISTA DE ARQVEOLOGIA

DIRECTOR

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA



TOMO I

MCMXXXII

COMPOSTO E IMPRESSO NA IM-
PRENSA MODERNA, RUA LUZ
SORIANO, 43 E 45 — LISBOA

REVISTA

DE

ARQUEOLOGIA

A REVISTA DE ARQUEOLOGIA, que hoje começa a sua publicação, destina-se a arquivar nas suas páginas pequenos estudos referentes aos diversos ramos da ciência arqueológica, ou que com ela intimamente se relacionem. Ela procurará trazer aos seus leitores trabalhos de alguns dos nossos mais categorizados arqueólogos, historiadores e críticos de arte, que tam afasta, dos em geral se mantêm das revistas da especialidade, publicando-lhes não só artigos inéditos, como alguns que se encontram dispersos e esquecidos pelas folhas de velhos jornais.

A REVISTA DE ARQUEOLOGIA procurará compensar a pobreza do seu aspecto gráfico com o interêsse da sua colaboração, seguindo o exemplo daquela outra tam modesta como interessante *Revista Arqueológica*, que a tenacidade de Borges de Figueiredo conseguiu manter durante algum tempo, através das inúmeras dificuldades que, nesta nossa terra, acabam sempre por sufocar empreendimentos dêste género, mas cuja leitura ainda hoje tam útil se torna a quantos se dedicam ao estudo do Passado.

ANTIGUALHAS DO MUSEU ETNOLOGICO

I — TÊSSERAS DE BALSA

No *Archeologo Português*, vol. V, est. III, n.º 19, publicou-se uma peça de chumbo, verossimilmente têsseira, com o nome de OSO, abreviatura de *Osonoba* ou *Ossonoba*, e com ela mais duas, sem letras, que poderão ter provindo da mesma cidade lusitano-romana.

A essa familia pertencem sem duvida mais tres peças de chumbo, reproduzidas nas figuras juntas (figs. 1 a 3).

Cada uma tem: numa das faces, no campo, um barco á vela, com o leme na pôpa ou ré, e o mastro de forma de arvore; e na orla a legenda BALS, com pontos em volta; e na outra a representação de um peixe voltado para a esquerda do observador. BALS está por *Bals(a)*, nome tambem de cidade algarvia, a que hoje corresponde a quinta da Torre d'Ares, no ar de Tavira.

Efectivamente as peças n.º 1 e 2 foram achadas nesta quinta, e trazidas de lá pelo hoje

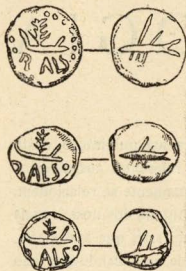


FIG. 1 A 3



FIG. 4



FIG. 5

falecido Preparador Almeida Carvalhais. A peça n.º 3 não sei precisamente onde apareceu, mas é quasi certo ter tambem lá aparecido; ofereceu-m'a para o Museu o sr. Pedro Batalha Reis estudante da Universidade de Lisboa.

As três referidas peças servem de complemento ás que já se publicaram no *Archeologo*

II — OBJECTOS METALICOS DO PERIODO VISIGOTICO

Na fig. 4 temos a reprodução de um objecto, apparecido creio que no Minho, e que representa uma especie de estrela de oito pontas, estilizada, com orificio no centro, e inscrita num circulo que se suspendia por uma aselha quadrangular. Este objecto servia, no meu entender, para andar suspenso na testa de solipedes, como hoje acontece ainda.

Ofereceu-mo para o Museu o Dr. João de Meira, de Guimarães, hoje falecido.

A fig. 5 apresenta-nos, não uma reprodução, mas o original de um objecto, algo mutilado, de que não sei a procedencia nem o uso (provavelmente ornato).

Fig. 6. Chapa ou parte de fivela ou fecho de cinturão militar, achada no aro de Salvaterra do Extremo, concelho de Idanha, em 1926, num campo onde appareceram tambem tijolos antigos e sepulturas feitas de lage.

Esta chapa, que está muito ornamentada, e me foi oferecida para o Museu pelo antigo aluno da Faculdade de Letras de Lisboa, Capitão Alfredo Ferraz de Carvalho, é comparavel, quanto á forma geral, ás que figuram na obra do Prof. Nils Aoberg, de Upsala, intitulada *Die Franken und Westgoten* pags. 233, 236 e 237 etc. Fivelas completas ou fivelões, isto é, com a chapa e a fivela propriamente dita, provida de fusilho, veem-se aí nas figs. 366, 367, 369, 378 e outras.

*

As gravuras das figuras 1 a 3 e 6 assentam em desenhos de Francisco Valença, Desenhador do Museu Etnologico; as figuras 4 e 5 em fotografias tiradas no Museu pelo archeologo alemão (Munich) o Dr. Hans Zeiss.

Campolide, 4 de Fevereiro de 1932.

J. LEITE DE VASCONCELLOS



FIG. 6

A EPIGRAPHIA NACIONAL

COMO AS INSCRIÇÕES LAPIDARES PODERIAM

FORNECER UM CURSO DE HISTORIA (1)

Ainda não há muito que o imperador da Allemanha manifestou a sua opinião de que a historia patria devia ser ensinada de preferéncia à historia antiga. Precisavamos em Portugal uma voz igualmente auctorisada que prégasse similhante doutrina, não porque desperdicemos o tempo em severos estudos classicos, mas porque mais nos applicamos a aprender as historias estranhas do que a decorar os feitos memoraveis da nossa.

Por hoje referir-nos-hemos a um ramo especial da archeologia: ás inscrições e aos monumentos sepulchraes, cujo abandono e cujo estado de ruina não pode deixar de abater todo o espirito verdadeiramente patriotico. Não possuimos um corpo de inscrições nacionaes, e se deixarmos para mais tarde esta empreza, cada vez se tornará mais difficil, porque de dia para dia vão desaparecendo os elementos que mais a poderiam enriquecer. Tem-se dado a preferéncia ás antiguidades romanas, e ultimamente ás antiguidades prehistoricas, e tem-se deixado em extranhavel olvido tudo o que se prende mais directamente com os nossos costumes, com a nossa historia, com as nossas tradições. Longe de nós ter em menos consideração e estima os monumentos que se não ligam immediatamente á nossa existencia historica e politica, mas entendemos que deviam ser todos tratados da mesma maneira, sem que uns fossem tidos na conta de morgados e outros na conta de filhos segundos.

A academia real das sciencias comprehendeu na verdade quanto era indispensavel um corpo de inscrições portuguezas, e no plano do *Portugaliae Monumenta Historica* lá lhe vem designado o competente logar, mas a promessa ainda não se realisou nem se realisará tão cedo, á falta de obreiros, a quem ella incumba a laboriosa tarefa. Na India houve um homem que trabalhou tanto como uma academia, e que salvou as inscrições que

(1)— Êste artigo que foi publicado no *Diário de Noticias* de 28 de março de 1891, é aqui reproduzido por amabilissima deferéncia da Ex.^{ma} Sr.^a D. Sofia de Sousa Viterbo.

ainda se encontram em algumas das nossas possessões indianas. Ao ler as inscrições de Diu, colleccionadas pelo infatigável Rivara, insensivelmente recordamos as proezas e os feitos de Manuel de Souza de Sepulveda, de D. João de Castro, de Nuno da Cunha e de tantos outros capitães valentes. No forte do mar ainda se encontra a lapide comemorativa da victoria naval que o general dos galeões, Antonio Telles, alcançou dos hollandezes em janeiro de 1638.

Ha templos que são verdadeiros museus de antiguidades e que fornecem valiosos documentos para a historia tanto religiosa como politica, tanto militar como artistica. A batalha do Salado, por exemplo, está dissiminada por umas poucas de egrejas. Quem sabe que na Sé de Lisboa dorme o sono eterno um dos companheiros de D. Affonso IV, um dos vencedores d'aquella gloriosa lide contra o rei de Granada? Pois ide lá, e curvae-vos respeitosos deante do sarcophago de Lopo Fernandes Pacheco, cuja figura de pedra repousa sobre uma singela arca. Na Sé d'Evora encontra-se a grande lapide, em que se conta como os filhos d'aquella nobre cidade, cem cavaleiros e mil peões, levando por alferes Gonçalo Esteves Carvoeiro, ajudaram o rei portuguez a ganhar a estrondosa victoria.

Quereis saber o que é feito dos companheiros de D. João I, os vencedores de Aljubarrota, os que lhe ajudaram a conquistar Ceuta? Na egreja de S. Lourenço estava sepultado um d'elles, Lourenço Fernandes; e os seus restos mortaes ter-se-hiam confundido com as ruinas do terremoto. Na Sé de Braga, ainda existe a ossada do arcebispo D. Lourenço, um dos que mais valentemente se bateram contra as hostes do rei de Castella. D. Fernando Rodrigues de Sequeira jaz em Aviz; Nuno Gonçalves d'Athaide, em Alemquer; Alvareanes de Cernache, no convento das Donas de Corpus Christi, em Vila Nova de Gaya. Dá vontade de tocar a lendaria corneta de Roland, convocar todos estes batalhadores a uma cavalgada fantastica e vê-los desfilar, espectros armados, como da celebre revista napoleonica.

E' grande o numero de tumulos que existem espalhados em todo o paiz, e alguns d'elles, além da sua valia historica, são preciosidades artisticas, que se deveriam salvar ao menos pelo desenho. Outros são singelos, mas nem por isso são menos dignos de respeito. No exterior da Sé de Coimbra está uma arca antiquissima, anterior á monarchia, contendo os restos do conde Sesnando, que ajudou Fernando o Magno a conquistar Coimbra aos serracenos e que, depois de restaurada, foi seu primeiro governador. Em Santa Cruz estão os tumulos de Affonso Henriques e de D. Sancho I, duas obras d'arte da esculptura do seculo XVI. Em S. Marcos, proximo de Coimbra, n'uma egreja, que foi vendida a um particular, exis-

tem primorosos tumulos em estylo do renascimento, onde jazem os restos dos Silvas e dos Menezes, varões illustres nos reinados de D. Affonso V e D. João II. Em Montemor-o-Velho, na igreja dos Anjos, num moimento de graciosos labores manuelinos, repousa a ossada de Diogo d'Azambuja, o que tomou aos castelhanos Alegrete, o que fundou o Castello da Mina, o que tomou a praça de Safin, o que prupunha a D. Manuel que coroasse um dos seus filhos imperador da Mauritanea. Em Evora, a igreja dos Lovos, é um verdadeiro Pantheon: entre sepulturas notaveis, encontra-se a do fundador do convento, D. Rodrigo de Mello, o primeiro capitão e governador de Tanger.

Seria um nunca acabar se tentassemos proseguir nesta enumeração, para a qual nos falta tempo e espaço. Não concluiremos, todavia, sem apresentar o exemplo da Espanha, que n'este ponto tem dado mostras de mais zelo artistico e patriotico. Entre outras obras a Hespanha possne a *Iconografia* de Carderrera, que podia servir de modelo aos que desejassem salvar os nossos monumentos tumulares.

E' possivel que haja alguém que sorria desdenhosamente do amor a estas velharias e que nos responda que fôra melhor tratar dos vivos e deixar os mortos. A esses responderemos que a nação que perdeu o culto dos seus antepassados não pôde ter aspirações no futuro. Bem positivista, bem mercantil, é a Inglaterra, e não há povo que tribute mais respeito ás suas tradições nacionaes. Entrae em Westminster e alli vereis uma serie de monumentos destinados a perpetuar a memoria de todos aquelles que consagraram a sua actividade excepcional em honrar a patria. Entrae no almirantado e ali vereis, como nas galerias de Versailles, os retratos dos homens que mais se distinguiram no mar.

E' assim que se educa, é assim que se moralisa, é assim que se estimulam os sentimentos nobres d'um povo.

SOSA VITERBO

A IGREJA DE LOUROSA

A invasão muçulmana não alterou essencialmente o modo-de-ser da população hispano-visigoda, que, tanto nas cidades, como nos campos, conseguiu manter a sua organização administrativa, judicial e religiosa sob o domínio político dos mahometanos, com excepção apenas daqueles cristãos que, não querendo submeter-se, foram procurar abrigo nas asperas serranias do norte da Península, fundando o reino das Astúrias, donde partiu a reconquista e do qual derivaram as monarquias de Leão, Castela, Aragão e Navarra.

As estreitas relações que assim se estabeleceram entre cristãos e muçulmanos e a troca de elementos de cultura, que delas resultou, produziram uma civilização notável, que, no século X, se encontrava no apogeu.

Um dos aspectos mais interessantes dessa civilização é, sem dúvida, o artístico. A arte moçárabe, cujos principais centros foram Cordova e Toledo, é, propriamente, a arte de hispano-godos, que viviam submetidos e isolados e só com muçulmanos tinham contacto. E, assim, a arquitectura mantém inalterado, através dos séculos e das vicissitudes da existência, nem sempre tranquila e desafogada, da sociedade moçárabe, o fundo tradicional visigodo. Vai, porém, sucessivamente degenerando e, ao mesmo tempo, recebendo elementos mahometanos, embora secundários.

Ao norte, os cristãos não submetidos, mais expostos á acção de influencias exteriores, como a carolingia, mais susceptíveis de progresso, levantam, no século IX, numerosas igrejas, idênticas fundamentalmente, na sua maioria, ás visigóticas.

Nos fins, porém, daquele século, a arte do califado de Cordova, actuando por intermedio de Toledo, atinge também os principados cristãos do norte, exceptuada a Catalunha, onde preponderavam correntes e influencias francas, italianas e orientais, e onde a arquitectura da Reconquista se confunde com a romanica. A arte moçárabe setentrional distingue-se, no entanto.

Com o desmembramento do califado e o conseqüente enfraquecimento do poderio mahometano na Península, a Espanha cristã unifica-se, tanto quanto possível; e, reflectindo esta circumstancia, a arquitectura tende a uniformizar-se e a adquirir caracteres propios. Como observa o sr. Gómez Moreno, fixa-se o traçado do arco de ferradura, empregam-se arcos geminados, ensaiam-se varios tipos de abobada e correlativos sistemas de equilibrio, substituem-se as cornijas por beirais de consideravel saliencia, apoia-

dos em modilhões de variada e fantasiosa decoração, altera-se a feição corintia do capitel sob influencia bizantina, preferem-se, á singeleza basilical, estruturas mais complexas e em que predomina a verticalidade.

Era, incontestavelmente, o claro prenuncio de um renascimento, o esperançoso alvorecer de uma architectura caracteristicamente peninsular, cuja evolução foi interrompida pela rapida e larga expansão da architectura romana, importada de França.

* * *

Dos edificios levantados, durante a Alta Idade-Media, na faixa occidental da Peninsula que é o *habitat* dos portuguezes, data da Reconquista a igreja parochial de S. Pedro de Lourosa (concelho de Oliveira do Hospital).

Construida sobre uma necropole medieval, não será ousado considerar como data da sua edificação a era 950 (A. C. 912), que se acha fundamente gravada, em caracteres goticos, numa lapide de granito.

É, portanto, monumento da Reconquista, sem que possa averiguar-se, dada a indecisão de fronteiras, determinada pela sorte, ora favoravel, ora adversa, das armas cristãs, se, por esse tempo, a região em que demora Lourosa fazia parte do dominio mahometano, ou do reino de Leão. Houve chefes muçulmanos que se não opuseram á construção de templos cristãos.

Quando, em 1908, o sr. Marques Abreu pela primeira vez fotografou a vetusta igreja de Lourosa, e, no periodo que vai de 1911 a 1916, o sr. Joaquim de Vasconcelos, o sr. dr. Vergilio Correia e quem este artigo subscreve a estudaram, o precioso monumento, apesar de modificado, por mais de uma vez, no decurso da sua dilatada existencia, oferecia, no entanto, ainda, á surpresa e á admiração de artistas e arqueologos um suggestivo nucleo originário, constituido por duas series de tres arcos de ferradura, a dividirem as naves, apoiadas, nas extremidades, em impostas bastante salientes e, na parte média, em abacos lisos e quadrangulares, assentes, por sua vez, em colunas de tipo dorico, aproveitadas, porventura, de edificio romano, como era então frequente na Peninsula. Outros arcos identicos, não praticaveis, mas perfeitamente reconheciveis, se encontravam tambem no singular edificio, divisando-se ainda, na fachada principal, uma arquivolta primitiva a envolver a porta (do seculo XVII), e vendo-se, na parte superior, uma janela geminada, de caracter asturiano (*ajimez*), já sem o mainel que a bipartia.

Fundado nestes elementos e considerando primitiva, tambem, embora recomposta, parte da parede do norte da sacristia, na qual existia, já incompleta, uma arquivolta ultrasemicircular — tentei reconstituir o plano primi-



Fotogr. Marques Abreu, Porto

A IGREJA DE LOUROSA DURANTE OS TRABALHOS PRELIMINARES
DA REINTEORAÇÃO. — FACHADA PRINCIPAL

tivo do milenar edificio, não sem confessar que era ousado o empreendimento, — ao menos antes de se desnudarem as paredes, que estavam cobertas de cal, de se levantar o pavimento e de se realizarem sondagens. (1)

Anos depois, iniciaram-se trabalhos preliminares para uma obra de re-integração, a que vai proceder a Direcção dos Edifícios Publicos e Monumentos Nacionais.

Quando atingiram uma altura tal, que se tornára já possível ter uma visão mais nitida e completa da traça original do que em 1916, elaborou o sr. José Vilaça, após alguns dias de estudo *in loco* (Novembro de 1929), um projecto de re-integração, que ele proprio qualificou de preliminar e que a *Ilustração Moderna* publicou em o seu n.º 40 (Fevereiro de 1931). As conclusões do sr. Vilaça divergiam, nalguns pontos, das minhas. Assim, por exemplo, a sua planta excluía o transepto, de que eu julgava ter encontrado vestigios.

Mas os trabalhos foram prosseguindo. E agora, liberta completamente a silharia do revestimento que a occultava, removidos os altares, o arco triumphal e o pulpito, levantados o soalho e os degraus da capela-mór e efectuadas sondagens em diversas partes — reconheceu o sr. Vilaça que o seu projecto carecia de ser substituído. Preparado com o estudo directo de monumentos similares do norte de Espanha e tendo colhido opiniões do notavel professor da Universidade de Madrid, D. Manuel Gómez Moreno, elaborou novo projecto, que a *Ilustração Moderna* igualmente publicou (n.º 53, Novembro-Dezembro de 1931).

Por outra parte, o sr. Baltasar de Castro, architecto da Direcção dos Edifícios Publicos e Monumentos Nacionais, estudava tambem, como lhe cumpria, aquella valiosa reliquia da architectura da Reconquista, consultava igualmente o sr. Gómez Moreno (que, ha pouco, esteve entre nós e visitou, alem de outros monumentos medievaes, a igreja de Lourosa) e ia preparando o projecto official da re-integração. Brevemente, sem duvida, o concluirá.

Não podendo desinteressar-me de um monumento a que, desde que li na *Arte* (2) o valioso estudo do meu erudito mestre e amigo, sr. Joaquim de Vasconcelos, consagro a mais carinhosa atenção, visitei-o em Outubro de 1930, como simples estudioso. Era a primeira vez que o examinava, depois de começados os trabalhos da restauração.

Valendo-me das minhas observações, completadas com as que pude

(1) *Terra Portuguesa*, n.ºs 9, 10-11, 15-16. *Arquitectura pre-românica em Portugal — S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa* (Coimbra, 1927).

(2) N.ºs 82, 83 e 87 (Porto 1912).

realizar, quando, em Julho do ano passado, voltei a Lourosa (então oficialmente), tentarei reconstituir, perante os leitores desta Revista, a preciosa igreja da Alta Idade-Média, descrevê-la tal como hoje podemos supôr que, ha dez seculos, a erigiu e consagrou a fé cristã dos moçárabes de Lourosa.

A planta não differia muito, decerto, daquela que, em 1916, tracei, e que depois reconheci ser semelhante á de S. Pedro de la Nave (Çamora), monumento attribuido aos fins do seculo VII, ou ao começo do VIII.

Compunha-se ela de três naves, transepto, absíde e duas absidiolas, de projecção quadrangular, em comunicação directa com o transepto por meio de um arco triumphal, certamente com a forma típica de ferradura, que desapareceu, e de dois arcos menores, de identico traçado, que igualmente desapareceram. Completava a planta um narthex ou galilé,—anexo que se encontra em monumentos pre-románicos espanhoís e porventura existiu em S. Pedro de Balsemão.

A nave média tinha, de comprimento, 9^m,85 e de largura 5^m,25. As laterais, respectivamente, 9^m,85 e 2^m,13. O transepto, ultrapassando o corpo formado pelas naves longitudinais e definindo assim o traçado crucial da planta, media 15^m,71×3^m,50.

Pensei sempre que a extensão primitiva das naves deveria ser determinada pela das arcadas divisorias. De facto, estranhavel seria que a divisão se continuasse por meio de muros cerrados. Além disso, paredes transversas, existentes nas duas naves laterais, estavam claramente indicando o verdadeiro limite delas e mostrando que, se acaso simularam, durante largos anos, extensão igual á que foi dada á nave media, pela sua fusão com o narthex, foi porque, tanto a uma como á outra, se foram, no decorrer dos seculos, anexando construcções, que aparentemente as prolongaram, trazendo-as até á face do narthex.

As dimensões do transepto estão claramente definidas, visto existirem, embora em parte remodeladas, as paredes setentrional e meridional, e sabermos onde terminavam as laterais e onde se erguia o arco de triunfo.

A área da absíde e das absidiolas está rigorosamente delimitada.

O descobrimento da infrastructura de duas paredes, perpendiculares entre si, no lugar da moderna sacristia, indicara claramente os limites e a planta da absidiola do lado do Evangelho e, portanto, os da oposta.

Faltava apenas determinar o comprimento da absíde, o que só seria possível, com rigor, desde que se descobrisse o alicerce da parede que, pelo oriente, a fechava.

Afortunadamente, no dia 7 de Outubro de 1930, no decurso de longa visita que o sr. Marques Abreu e o autor destas notas fizeram ao glorioso monumento, três excavações longitudinais, paralelas, a que se proce-

deu na capela-mór, com a esperança de que patenteariam o unico elemento essencial que a terra ainda ocultava, puseram a descoberto pedras regularmente dispostas no sentido transversal, que foram tomadas como o alicerce procurado, embora parecesse que deveria ser maior a diferença entre o comprimento da absíde e o das absidiolas. Ansioso por obter elementos que confirmassem o juizo feito, realizou o sr. Marques Abreu, no dia immediato, novas e minuciosas pesquisas, encontrando então, na parede do sul, junto á rocha, três grandes pedras, — duas juxtapostas e uma sobreposta a elas — as quais, pela disposição e pela natureza, diferente da de todas as outras, constituíam, manifestamente, a base de um dos cunhais da primitiva parede. Repetida a pesquisa no ponto correspondente da parede fronteira, appareceu a base do outro cunhal, formado por duas grandes pedras, de natureza identica á das três já encontradas. Outros elementos, embora menos importantes, confirmaram a existencia de uma parede transversa, demolida para ampliação da capela-mór, e a cujo alicerce estavam encostadas, do lado do poente, as pedras descobertas na vespera. Ficou, pois, rigorosamente fixado o limite oriental da absíde, verificando-se que o respectivo eixo longitudinal excede em 2^m,80 o das absidiolas, — o que dá a essa parte do monumento proporções correctas e até elegantes. A absíde mede 5^m,20 de comprimento e 5^m,25 de largura, e as absidiolas, respectivamente, 2^m,40 e 2^m,13 (1).

Refere uma tradição local que a antiga capela-mór era de exiguas dimensões, e tão baixa, que o sacerdote, á elevação, quasi tocava com o cálice na abobada. Fundando-se nesta tradição, e lembrando-se, porventura, de Santa Comba de Bande (Orense), admitiu o sr. Vilaça a existencia de um presbiterio, em comunicação com a absíde por um arco de ferradura. Mas Santa Comba é uma igrejita de filiação bizantina, sendo o suposto presbiterio a absíde, rectangular, aditada ao braço oriental da cruz grega, que constitue a planta. A capela-mór, a que se refere a tradição, deve ter resultado de alguma reconstrução, sendo, talvez, para ella, que foi executado o belo retabulo quinhentista, de pedra de Ançã, de que ainda existem fragmentos, em que se reconhecem as características das obras dos artistas franceses, que, por esse tempo, trabalhavam em Coimbra. Azulejos hispanomouriscos, em relevo, de que têm apparecido numerosos exemplares em excavações effectuadas, completariam a ornamentação dessa pequenina absíde quinhentista, a que succedeu a extensa capela-mór do seculo XVIII, que chegou até nós.

(1) *Ilustração Moderna*, N.º 47 (Novembro de 1930).

Não creio, pois,— e o sr. Vilaça também hoje não crê — que o primitivo traçado comportasse um presbitério.

O comprimento do narthex, superior ao normal, é determinado pela parede, sem dúvida primitiva, em que se abre um arco (2^m,70), que não tem a forma de ferradura e que, composto de grandes aduelas e contornado por um tóro, se apoia em singelas impostas. Foi nesse amplo vão livre, de acesso ao narthex, que, no século XVII, se inscreveu a pequena porta, que, fundada a nave com a galilé, passou a constituir a entrada principal da igreja.

(Continua)

D. JOSÉ PESSANHA



Fotogr. Marques Abreu, Porto

A IGREJA DE LOUROSA DURANTE OS TRABALHOS PRELIMINARES DA
REINTEGRAÇÃO. — INTERIOR

NOVA ARA DO DEUS "ARENTIUS" DOS IGEDITANOS (1)

O deus *Arentius*, já conhecido na hierologia lusitânica por três epígrafes votivas, todas encontradas em uma e mesma região habitada, em tempos proto-históricos, pelos *Igeditani*, ramo étnico dos *Lusitani*, acaba de aparecer em mais outro monumento votivo, descoberto, há cerca de seis anos, na freguesia do Rosmaninhal, do extenso concelho de Idanha-a-Nova e, portanto, dentro ainda da área, que plausivelmente pode atribuir-se àquela tribo.

Segundo as actuais circunscrições administrativas, as três aras, anteriores a estas, foram encontradas, nos três concelhos limítrofes, do Fundão (Zebbras), Castelo-Branco (Ninho do Açôr) e Idanha-a-Nova (Chão do Touro) (2).

Dos textos e dos monumentos, não há informação, nesta limitada zona geográfica da Lusitania, de outra cidade que não seja aquela, de cujas ruínas hoje só restam as lápides acumuladas principalmente em Idanha-a-Velha e de cujo antigo tópico só hoje podemos presumir que se chamaria *Civitas Igeditanorum*, como uma *Civitas Aravorum*, uma *Civitas Limicorum* (C. J. Lat. II, 5216 e 2517) e outras. A designação de *Egitania* provém já do monárquico visigótico (3).

(1) Este trabalho pertence ao VI da série *Ruínas de Ruínas ou Estudos Igeditanicos*, do mesmo autor, que, na *Terra da Beira*, n.º 21 de 1 de Setembro de 1930, publicou brevíssima notícia desta ara.

(2) A primeira ara guarda-se no Museu da Figueira da Foz; ocupam-se dela o *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*, n.º 10 p. 289 e as *Religiões da Lusitania* pelo sr. dr. J. Leite de Vasconcelos, vol. III, p. 209. A segunda está no Museu Municipal de Castelo-Branco e dela tratam *O Arqueólogo Português*, vol. XII p. 177 (artigo de Tavares Proença J. (4)) e as *Religiões da Lusitania*, vol. III, p. 207. A terceira foi recolhida no Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos e é estudada no *Arqueólogo Português*, vol. XIII p. 177 e XIV p. 174 e nas *Religiões da Lusitania*, vols. II, p. 322 e III, p. 218.

As referências bibliográficas feitas neste trabalho, em abreviatura, são: *Corpus Inscriptionum Latinarum* por E. Hübner (C. I. Lat.); *Monumenta linguae iberae* pelo mesmo (M. L. Ibe.); *O Arqueólogo Português* (A Port.); as *Religiões da Lusitania* (R. da Lus.); o *All-Celtischer Sprachschatz* de A. Holder por A.-C. Spra.

(3) E. Hübner, no C. I. Lat. II p. 49, escreve: *Igeditanos similiter atque Aravos oppidum proprio nomine distinctum non habuisse sed civitatem tantum sitam inter Idanha-a-Nova et Idanha-a-Velha vicis hodiernos, qui nomen antiquum leniter immutatum conservant docet titulus 635.*

A hegemonia desta velha cidade é pois, aceitável para toda essa região vizinha, no actual concelho de Penamacôr (¹), do ópido de *Lancia*.

A individualidade etnológica daqueles povos, englobados nos Lusitanos, relaciona-se estreitamente com a uniformidade comprovada da sua hierologia nas quatro aras dedicadas á mesma divindade pre-romana, de estirpe indígena, desconhecida em qualquer outra região circundante, fenomeno este tam característico e tam documentado que, julgo, não se reproduzir algures em circunstancias identicas, em que a área de um culto exclusivo coincide com a zona demográfica de determinado povo.

*

Guarda-se actualmente a ara, de que neste trabalho me ocupo, no Museu Municipal de Castelo Branco, oferecida pelo sr. dr. Manuel de Paiva Pessoa, que a obteve de um seu cliente do Rosmaninhal, publicando no bimensario *Terra da Beira*, de 1 de Julho de 1929, uma interpretação sua. Bem significativamente possui, pois, o referido Museu, duas aras de *Aren-tius*, deus romanizado, como outro qualquer habitante de origem autoctónica, que se tivesse tambem romanizado, através do seu onomástico, como sucede verosimilmente com a propria dedicante da ara.

A lápide é uma ara de tipo comum na região egitaniense, com molduras na base e na cornija, que dois *cornua* e uma pequena pirâmide sobrepõem, a julgar pela gravura publicada no referido jornal e de que o sr. dr. Paiva Pessoa teve a bondade de me enviar uma boa prova, acompanhada de esclarecimentos, que lhe solicitei, depois que na Associação dos Arqueólogos me deram noticia do achado.

A altura do monumentozinho é de 0^m,48; a largura do dado 0^m,15 e as letras tem apenas 0^m,04 de altura. O *foculus*, escreve o sr. dr. Paiva Pessoa, está um pouco partido, mas conhece-se bem a base.

A epigrafe está gravada no dado; mas a primeira palavra ocupa a parte superior da cornija, por ser o onomástico da divindade consagrada, como se vê na fig. I. A conservação dos caracteres é boa e paleograficamente affectam o aspecto do sec. II, sobretudo o G, cuja base é espiraliforme; os AA tem a primeira haste quasi vertical. Da palavra TANGINI, os dois II erguem-se das hastes verticais do N, formando monograma. Na terceira linha ha um I incluso do C. A pontuação quasi se limita á sexta linha.

(¹) Demonstra-o a seguinte inscrição arquivada no *C. I. Lat.* (II, n.º 460):... TERM. AVG. INTER. LANC | OPP. ET. IGAEDIT. O padrão, em que esta epigrafe estava gravada, appareceu na aldeia do Salvador (concelho de Penamacôr) entre Monsanto e Valverde.

A reprodução tipografica é a seguinte, com os desdobramentos :



ARANTIO
TANGINI
CIAECO
AVITA .
VITALISF
A . L . V . S .

Embora haja epigrafes funerárias com formulário dedicatório, esta caracteriza-se como dedicatória votiva a uma divindade, por causa da fórmula final A . L . V . S . e da ausencia de H. S. E.

*

Tratando-se de uma divindade indigena e pre-romana, será sem duvida aos elementos etnolinguísticos e linguísticos, que na Península Ibérica procederam a romanização, que devemos recorrer para prescrutar a procedencia e indole dela. E a circunstancia do mesmo nume se revelar em monumento romano, como qualquer epigrafe de formulário, não obsta a que conserve e mantenha a sua individualidade originária, através da vestidura latina.

Assim, a ara dedicada a um *Genius loci*, com o epíteto indigena de *Tiaurauceaicus* conservou, através de três ou quatro séculos decorridos, a sua natureza preromana, como se pôde verificar no reconhecimento do mesmo radical daquele vocábulo em mais do que uma lápide de caracteres ibéricos, interpretados por E. Hübner e referidos no estudo publicado naquele boletim (C. *Port.* XII,36).

Assim pois, o caminho, que se desenvolve diante deste estudo, será aquêlê que os materiais linguísticos poderão traçar, porque as induções procedentes da etnicidade dos incolas desta região não poderiam ainda ministrar nenhum resultado exclusivo e concreto, enquanto se fundassem em motivos arqueológicos e menos ainda em antropológicos ou nos literários dos textos.

Para o problema, que esta epigrafe suscita, é portanto o processo linguístico aquêlê de que tenho de lançar mão, explorando o trabalho alheio

autorizado, na medida das limitadas forças do autor desta tentativa, aliás susceptível de maior amplitude.

Para proceder com algum método, os pontos a versar na discussão dêste cipo são três:

- I — A estirpe linguística de *Arantius*.
- II — A análise do vocábulo *Tanginiciaecus*, cuja decomposição abrangge: 1.º—o elemento *Tangin i*; 2.º—a desinencia bissilábica *ci-aecus*.
- III — Considerações finais e conclusões.

I

O onomástico da divindade aparece nesta ara com a segunda sílaba enunciada com *a*, diferentemente das outras epígrafes homónimas, em que se lê *Arentius*. É de presumir que esta diversidade seja apenas a repercussão da pronuncia local e não fenómeno, a que deva ligar-se maior importancia; ha, até agora, três exemplos de *Arentius* contra um só *Arantius*. Qual, será o fundamental? Seria inverosimil que na mesma região se tratasse de duas divindades diversas; deve afastar-se essa hipotese.

Acerca desta expressão, dissertou já o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, ao occupar-se da ara de *Arentia* e *Arentius* no *A. Port.* vol. XVII, p. 177 e depois nas *R. da Lus.* vol. II, p. 322 e vol. III, p. 207. Tem ela, pensa o eminente professor, aspecto adjectival, que póde pressupór que mentalmente se subentendiam os substantivos *deus* e *dea*; não obstante, em nota lembra que, no onomástico pessoal latino, ha tambem *Arentia*, mas acha mais provavel não ser latino (1).

A fôrma *Arentius*, nome pessoal, é indicada por A. Holder no *A.-C. Spra.* s. v. *Arenti-âcu-s*, como etimológica de locativos francêses (Arrancy).

Quanto á outra fôrma *Arantius*, que, no caso occorrente, se me figura variante local fonética, tambem na epigrafia da urbe de Roma, ela se encontra registada; no *C. I. Lat.* VI, n.º 3186: C. ARANTIVS ATIVTOR etc.

Temos pois, estas fôrmas como expressões conhecidas, apenas porém aí na qualidade de denominações pessoais.

Parece-me no entanto lícito, dissecando o vocábulo, separar o radical *Ar-*, que, segundo A. Holder, é em celtico, particula intensiva, e a desinencia *-antius*. Ora na hierologia lusitânica, encontra-se o mesmo radical no ono-

(1) As referencias constam dos seguintes dizeres no *C. I. Lat.* tomo VI; n.º 10324: M. ARRVNTIVS | M. L. STABILIO | MAG. CVR | ARENTIA. A. M. L. | FAVSTA. (Roma). N.º 4619: VIVIT | ARENTIA | QVARTA. (*Gallia Narbonensis*).

mástico do deus *Ar-us* (*R. da Lus.* II, 311) de uma ara da mesopotamia do Douro e Mondego.

Aquêle filólogo alemão aduz na sua obra tambem *Ar...-eus*, como nome de divindade em região do Sul da *Gallia* (1).

Pondo em confronto as três expressões, tam proximas entre si, teriamos :

<i>Ar</i> —	}	— <i>ant-ius</i>
		— <i>us</i>
		... — <i>eus</i> (?)

E. Hubner, nos *M. L. Ibe.* p. CIX, ocupando-se dos *nomina deorum deorumque*, com respeito á *Gallaecia*, escreve: *Quod deorum nomina pleraque in-us, rariore in-ius, aliquot in-o, deorum in-a terminantur, hic, ut in aliis regionibus indicat nomina peregrina conversa esse in formas latinás.* A circunstancia de se tratar agora, não da *Gallaecia*, mas da *Lusitania* (e da *Gallia*) não impede o confronto.

Ar-us não é vocabulo desconhecido nas regiões celtas; depõe A. Holder que êle aparece no monetario gaulês com figura de Hercules. Efectivamente, E. Hucher, na sua obra *L'Art Gaulois*, reproduz uma moeda do tempo de Cesar, no anverso da qual se vê a cabeça de Minerva Belisana, a deusa tópica dos Segusianos e a letra *SEGVSIASVS*; o reverso ostenta a figura nua de Hercules em pé, com uma das mãos apoiada na maça e ao lado, outra figura menor, vestida, em pé sobre um estrado e que o autor diz ser Telesforo, deus da saude, ao qual Hercules consagra o seu attributo. Hucher interpreta de-preferencia a palavra *Arus* como o nome do chefe gaulês, que pretende representar o emblema falante do seu nome.

E deve notar-se que esta mesma raiz contribuiu tambem, na *Aallaecia*, para a formação de nomes pessoais homónimos com o onomástico do deus *Ar-us* (*C. I. Lat.* II, 2601 e 6290 e cfr. *R. da Lus.* III, 205 e *A Port.* II, 134.) em *Ancetolus Ari* (f) e *Reburrus Ari* (f), aquêla da Galiza, este de Trás-os-Montes (Moncorvo).

O exemplo de *Ar...eus* tem, neste estudo, o valor do seu radical *ar* e da sua proveniencia, pois que é de uma região da Galia (Aquitania) embora, por ser meridional, ai se encontrem muitas afinidades com a Iberia, tambem na zona do Meio-dia. Ao resto, vale ainda por ser o radical do onomástico de um deus, preromano, expressamente assinalado na inscrição,

(1) Veja A. - C. *Spra.* s. v. *Ar...eus*, em lapide existente em Tolosa (Aquitania): *Deo-Ar... | ... eo.* Não me foi possível conferir as citações de A. Holder.

embora não se averigüe se a desinencia *-eo* pertence àquele radical ou ao de outro vocabulo intermedio. Mas convem acrescentar que, assim como *Arus* aparece como nome divino e humano, o mesmo sucede com *Arentius*.

Outros exemplos epigráficos de expressões, em que o radical é visivelmente o mesmo, podemos encontrá-los nos *cognomina*, de que a seguir faço menção:

Ar-eius, em lápide sepulcral de Viseu (*C. I. Lat.* II, n.º 409); *Ar-enterus*, em inscrição de Norba (*C. I. Lat.* II, n.º 733); *Ar-enus*, em uma epigrafe asturiana (*C. I. Lat.* II, n.º 2696), todos hispanicos; T. *Ar-etius*, na *Gallia Cisalpina* (*C. I. Lat.* V, n.º 2523) e na mesma região: L. AREN. MAVRIAN (*us*) no *C. I. Lat.* V, n.º 8110, onde *Aren.* é parte de um *nomen*. Mas nos *nomina*, vemos ainda, no mesmo *C. I. Lat.* tomo II: *Ar-ius* e *Ar-untius*; *Arr-ius* e *Arr-untius* em epigrafes da Bética, Lusitania e Tarraconense, bem como os femininos correspondentes (¹).

Enquanto da Lusitania se encontram 8 vezes estes nomes, da Bética só 2 vezes.

Ao lado de *Arantius*, podem mencionar-se vocábulos, cuja estirpe se me afigura identica, como: *Arandis* e *Aranditani* (²) aquêle em Ptolemeu (II, 5. 3) e este em Plinio (IV, 118), cidade e povos da Lusitania; *Arandunici* (*C. I. Lat.* XII n.º 4155), étnico da *Gallia Narbonensis*, incluídos tambem por E. Hüfner nos *M. L. Ibe.* p. XCI e *Aranti-ácum* na Belgica; citações estas de A. Holder *op. laud.* e *Suppl.*

*

Se nos voltarmos para as desinencias de *Ar-ant-ius* e *Ar-ent-ius*, os exemplos de celticidade não escasseiam; temos *ant-ius* em gentilicios, como *Al-ant-ius*, *Car-ant-ius*, (*C. I. Lat.* tomo V, n.º 5130) etc. e *ent-ius* em nomes de rios, como *Bu-xentius*, *Cor-xentius*, *Jov-entius* e outros. Contudo Zeuss referindo-se a *-entia*, considera-a de natureza celtica, D'Arbois julga-a ligurica. (*A.-C. Spræ.* de A. Holder). (³)

Nos exemplos aduzidos não se trata só de denominações hierológicas, como é o caso presente, mas de *nomina* ou *cognomina virorum* ou expressões étnicas e geográficas. Para o problema que impende, não me parece que

(¹) Nos tomos VII (*Britannia*), VIII (*Africa*) e XII (*Gallia Narbonensis*) do *C. I. Lat.* nada encontrei aproveitavel.

(²) Veja o *Atlas Antiquus* por J. Perthes, tab. 17.

(³) A ara foi retirada do leito de uma ribeira; poderá encontrar-se alguma conexão entre este facto e a applicação do sufixo ou será simples coincidência, dado que seja *an=en?*

a distinção seja derimente, pois que, o que se indaga, é a estirpe linguística do vocábulo, quere este se applicasse em uma região a pessoas, quere em outra se adaptasse imediatamente a uma divindade.

Os factos até aqui relacionados depõem a favor da celticidade de *Aran-tius* (ou *Arentius*), divindade territorial dos *Igeditani*, grãnde tribu lusitânica, do Oeste ibérico. E' um indice de celtização profunda, pelo seu exclusivismo geográfico, bem caracterizado. Factos porem como estes, não impedem E. Hübner de empregar frequentemente, e talvez eclecticamente, a expressão de celtibericos.⁽¹⁾ E' muito de crer que a disseminação étnica dos Celtas não aniquilasse o sub-solo ibérico dos *Lusitani*, que emerge a cada passo que se dê.

Para a apreciação do caracter deste nume, não ousou formular hipoteses, por falta de bases incontrastaveis. E' certo que se vê na moeda gaulêsa a expressão *Arus*, homónimo de um nume lusitano, ao lado da figura de Hercules e Hercules classico, mas a conexão entre estes dois elementos é problemática; seria audácia defendê-la.

O, de que me persuado que fica, é a natureza celtica destas expressões, pois que a indole das divindades, com fundamentos linguisticos, não encontra, parece-me aqui, meio firme de se determinar, como noutros casos da hierologia lusitânica, tam sagazmente perscrutados nas *Religiões da Lusitania*.

A identidade dos radicais em (*Ar-entius*) *Ar-antius*, *Ar-us* e possivelmente em (*deus*) *Ar...-eus*, e a simplicidade pelo menos das duas desinencias, das quais uma é adjectival e a outra mera latinização gramatical, permitem supor que o caracter destas divindades se esconde, todo ou em parte, no radical dos seus onomásticos, sendo indifferentes para o caso as desinencias.

Ao mesmo tempo, a existencia de epitetos em duas das quatro aras de *Arentius* ou *Arantius* ⁽²⁾, inclina-me ao criterio da plasticidade deste nume igeditano, a que podiam amoldar-se e adaptar-se epitetos variados que, corresponderiam ás invocações dos crentes, podendo definir em parte, o seu caracter hierológico.

(*Prosegue*)

Março de 1932

F. ALVES PEREIRA

(1) *Celticos a Celtiberis ex Lusitania advenisse manifestum est sacris, lingua, oppidum vocabulis* (Plínio, *Nat. Hist.* III, 13)

(2) Refiro-me a ára do Museu da Figueira da Foz, da qual consta que um Albino, filho de Mocolo, dedica a ARENTIOCRO | NISNSIEXVO | TO etc. O epiteto parece ser um etnico em *ensis*, a que talvez falte o E. Não rareiam analogias desta classe na hierologia lusitanica. (*Bol. da Soc. Arq. Santos Rocha*, pag. 289; *R. da Lus.* III, 209).

A DOAÇÃO DAS ILHAS DO FAIAL E PICO

AO FLAMENGO JOSSE DE HURTERE (JOS DE UTRA)
E AS INSCRIÇÕES DO GLÓBO DE NUREMBERG,
DE MARTIM BEHAIM

Não pecou por excessivamente verídico o celebrado cosmógrafo da imperial cidade de Nuremberg.

Apelidá-lo de *blagueur* curioso e viajado não constituirá calúnia.

Genro de Josse de Hurtere, estava em ótima situação de saber como aquêlle houvera as capitánias ou donatárias das ilhas do Faial e Pico.

Soube, de certo, mas não foi isso que transmitiu á posteridade no seu famoso Glóbo, que tanto notabilizou o seu nome e originou vasta, vastíssima bibliografia.

Fantasiou, inventou factos que nunca se deram e que durante muito tempo foram acreditados e daí proveio correrem rios de tinta com afirmações erróneas, propaladas por quem de boa fé ou desprevenido as leu e delas não duvidou.

São estas as duas legendas do Glóbo respeitantes àquelas ilhas.

A primeira, na parte inferior do Glóbo, diz:

«Para o poente está o mar chamado Oceano, pelo qual, igualmente, tem-se navegado muito mais além do que indica Ptolomeu e para lá das colunas de Hercules até às ilhas Açôres, Fajal (Faial) e Pico, onde reside o nobre e corajoso cavaleiro senhor Jobsten de Hürter de Mörkirchen (Hern Jobsten de Hürter von Mörkirchen), meu querido sógro, que ali está com os colonos que levou de Flandres a quem dirige e governa».

A outra inscrição é assim:

«*Insule dos Azores vel Catherides*» (1).

As sobreditas ilhas foram povoadas no ano de 1466, quando o Rei de Portugal as deu, depois muitas instancias, á Duquêsã de Borgônha, sua irmã, de nóme Isabel (2).

Havia então, em Flandres, grande guerra e extrema miseria; e a dita Duquêsã mandou de Flandres, para estas ilhas, muita gente, homens e mu-

(1) Aliás *Cassiterides*, ou ilhas de estanho, segundo Heródoto, Strabão e Ptolomeu. Todavia nos Açôres não se encontra o estanho.

(2) O Rei de Portugal, em 1466, era Dom Afonso V, sóbrinho da Duquêsã de Borgônha.

lheres, de todos os officios, assim como sacerdotes e tudo que pertencia ao culto religioso; como tambem diversos navios carregados de moveis e de quanto é necessario á cultura das terras e á construcção das casas; e deu, durante dois anos o que podiam necessitar para subsistir; afim de que, no decorrer do tempo se pensasse nela em todas as missas, cada pessoa resaria por sua intenção uma *Ave Maria*, as quais pessoas ascendiam ao número de duas mil, de sorte que com aquelas que para lá passaram e nasceram depois formam uns tantos milhares.

Em 1490 existiam ainda alguns milhares de pessoas, tanto Alemãs como Flamengas, as quais para alí seguiram com o nobre e virtuoso cavaleiro senhor Jobsten von Hürtter, senhor de Mörkirchen (Edlen und Gestrengen Ritter Hern Jobsten von Hürtter Hern zu Mörkirchen aus Flandern), em Flandres, meu querido senhor sógro, a quem estas ilhas foram dadas para elle e para seus descendentes, pela dita Duquêsa de Borgonha, nas quais ilhas produz-se o açucar portuguez.

Os frutos ali amadurecem duas vezes no ano, porque não há inverno e todos os viveres são baratos, de forma que muita gente pode ainda lá procurar a sua subsistência.

No ano de 1431, depois do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo, quando reinava em Portugal o Infante Dom Pedro, aprestaram-se dois navios munidos das coisas necessarias para dois anos, por determinação do Infante Dom Henrique, irmão do Rei de Portugal, afim de irem á descoberta dos paizes que se achassem por detraz (sic) de São Tiago de Finisterra, os quais navios assim equipados fizeram sempre vela para o Occidente, quasi quinhentas léguas de Alemanha. Por fim descobriram um dia estas dez (sic) ilhas, e tendo ali desembarcado só acharam desertos e aves que eram tão mansas que não fugiam diante de ninguem; mas não se vio, nestas solidões, qualquer rasto de homem e de quadrupede, o que era motivo dos pássaros não serem ferozes (sic). Eis ali porque se deu a estas ilhas o nome de ilhas dos Açores (sic), ou em alemão Habichen Inseln. E para cumprir a ordem do Rei de Portugal, mandaram-se para lá, no ano seguinte, dezasseis navios com todas as espécies de animais domésticos, distribuindo parte dêles por cada ilha, para que se reproduzissem.»

Anotarei as invenções de Behaim.

Nas ilhas Açôres, os frutos não amadurecem duas vezes no ano, nem deixa de haver inverno, nem foram doadas á Duquêsa de Borgonha que tambem não as doou ao seu saquiteiro, Josse de Hurtere, que não foi senhor de Moerkerke (Mörkirchen) em Flandres.

As doações das ilhas do Faial e Pico constam dos documentos que logrei encontrar no fim de *quarenta* anos de pesquisas.

Por êles prova-se que a Duquêsã, não possuindo as ilhas, não as doou nem podia doar fôsse a quem fôsse.

Em 1431 não *reinava* em Portugal o Infante Dom Pedro, mas Dom João I, que faleceu dali a dois anos; que não é verosímil qualquer viagem directa a Ocidente, como o demonstrou o sabio almirante, sr. Gago Coutinho, na sua comunicação à Academia das Ciências, feita em 18 de Dezembro de 1930; que o Infante Dom Henrique, em 1431, era *filho* e não irmão do Rei de Portugal; que as ilhas dos Açôres são nove e não *déz*; que não é crível a expedição, em 1432, de dezasseis navios com todas as espécies de animais domésticos, para serem distribuídos pelas tais *déz* ilhas, afim de se reproduzirem, porquanto ainda em 1482, cincoenta anos depois, a ilha do Pico, pelo menos, não só estava deserta, não havendo qualquer documento ou simples informação de que tivesse outros animais que não fôsem pombas, donde proviria a denominação de *Columbaria*, que lhe foi dada nos portulanos do século XIV.

Ao contrario do que Behaim escreveu, Josse de Hurtere tève as doações das ilhas do Faial e do Pico, dos altos donatarios, o Infante Dom Fernando e seu filho Dom Diogo, 3.º duque de Viseu e senhor da Covilhã, como se vê das respectivas cartas.

DOAÇÃO DA ILHA DO FAIAL

(21 de Fevereiro de 1468, confirmada por carta do Duque de Beja, Dom Manuel, em 5 de Março de 1491):

«Eu, o Duque etc. A quantos esta carta virem, faço saber que por Jos de Utra, Cavaleiro da Minha Casa, me fôï mostrada uma carta assinada pelo Senhor Infante Dom Fernando, meu muito amado e presado pai, que Santa Glória haja, da qual o tiôr tal é:

«Parecendo-me haver aso da sua boa paz e concordia entre Jos de Utra, de uma parte e da outra, os flamengos que ora estão na minha ilha do Faial, que os ditos flamengos tenham o mando e governança de Jos de Utra, natural de Flandres, que tal é que será disso merecedor que o fará como a mim mesmo e proveito de meus direitos e bôa governança da terra da dita Ilha e gôso dos moradores dela, da qual cousa querendo-lhe fazer graça e mercê e tenho por bem e o dou por Capitão da dita ilha do Faial assim e pela mesma guisa que os capitães de outras minhas llhas (¹) o qual me prãs

(¹) Madeira e Porto Santo, provavelmente.

e mando e tenho por bem e a mim prás obedêção assim como á minha pessoa mesmo e mando que os povoadores, e naturais da dita minha ilha do Faial cumpram em tudo que o dito Jos de Utra Capitão mandar e ordenar, segundo o poder que lhe para isso dou e os meus capiães têm em tal guisa que tudo se conserve e faça bem, e como devem e a dita Capitania lhe dou para filhos e netos e descendentes por linha direita e masculina, que haja, tenha e possua sendo êle aquêle que deve e verdadeiro vassalo de El-Rei meu senhor e meu, contanto que êle dito Jos de Utra viva na dita Ilha e esteja nela continuamente assim como vivem e estão nas outras minhas Ilhas os outros meus Capitães e êle dito Jos de Utra haverá para si, de todo o dizimo que houver das novidades que Deus dêr na minha dita Ilha do Faial, a redizima, sómente, a qual receberá por mão do meu almoxarife e escrivão em tal guisa que se faça tudo diretamente e como deve e para maior formidon (!) disso lhe mandei dar esta minha carta assinada de meu sinal e selo das minhas armas, a qual a mim prás que lhe seja guardada com a honra e cláusulas em elas contêdas, empero que (porque) assim é minha mercê.

Feita na Minha Vila de Tomar a vinte e um dias do mês de Fevereiro. Alvaro Denis de Frielas a fês, ano de mil e quatrocentos sessenta e oito.»

A qual carta assim apresentada e vista por mim, o dito Jos de Utra, me pediu por mercê que lha mandasse confirmar; e visto por mim seu requerimento, querendo-lhe fazer graça e mercê tenho por bem e lha confirmo e hei por confirmada assim e da maneira que nela é conteúdo e declarado, e mando que assim se cumpra e guarde. Feita em Évora a cinco de Março. Jordão Ribeiro a fês, ano de mil quatrocentos e noventa e um — O Duque—Alvará da Capitania de Jos Utra—Diogo da Silva».

DOAÇÃO DA ILHA DO PICO

(29 de Dezembro de 1482, precedida do *Alvará de lembrança* da Infanta Dona Brites (28 de Março de 1481), na sua qualidade de tutora e curadora de seu filho menór, o Duque Dom Diogo, alto donatário das Ilhas.

«A Iffante Dona Britiz, tutor e curador (sic) do Senhor Duque meu filho etc. faço saber a quantos esta minha Carta virem E o conhecimento della pertencer que vy este alvara de que o traslado tal he: A Iffante Dona Britiz, tutor e curador do Senhor Duque, meu filho, etc. faço saber a quantos este meu alvara virem que a mim me pras não hindo alavaro de ornellas cava-

1) Firmesa.



MONUMENTO DE MARTIM BEHAIM EM NUREMBERGO

leiro da Casa del Rey meu senhor morador na Ilha da Madeira pouorar a Ilha do pico, daqui athe o Mez de Setembro proximo que vem ou Enviando a ella pouoadores que ayão de Romper terras E fazer befeitorias, eu lhe não dar mais espaço algum E passado o dito tempo dar Carta da Capitania della a Jos dutra capitão da Ilha do fayal, Em forma que se a elle quizer pouorar seja assim capitão della como o he da dita Ilha Do fayal E não a querendo pouorar de gente me pras que elle a reparta para creação de gado aos moradores da dita Ilha do fayal que tragam nella seus gados empero (sic) se depois o dito senhor ou acharmos alguem que a queira pouorar Eu lha possa dar E elles tirem logo seus gados porque com esta condição lhe dou Licença que os ditos gados em ella aião de laurar E para lembrança dello e sua segurança lhe mandei dar este alvara por mim assinado a uinte E oito de Marco alvaro annes o fez anno de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quatrocentos e oitenta e um, o qual visto por mim, porquanto Jos Dutra, Capitão da Ilha do Fayal, me mandou requerer lhe mandasse dar esta dita Capitania da Ilha do Pico, segundo pelo dito alvará era prometido, porquanto o tempo que para êle fora dado ao dito Alvaro Dornellas era passado e êle não pouorara a dita Ilha e porque a mim me pras dêlo, lhe mandei dar esta Carta porque lhe faço mercê da Capitania da dita Ilha, assim como êle tem a da Ilha do Faial, pouorando-se ela de gente e não a pouorando, que será com as condições deste Alvará, querendo-a outrem pouorar, e por certidão delo e sua guarda lhe mandei dar esta Carta assinada por mim e selada de meu selo. Feita em a Vila de Moura, a vinte e nove de Dezembro, João Lopes a fez año do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quatrocentos oitenta e dois = A Iffante Dona Brites."

Tendo publicado, em livro, estas doações, antes de passar o 5.º centenario da fundação da Ordem do Tosão de Ouro, surpreendeu-me que um arqueólogo português escrevêsse, recitasse e publicasse que se celebrára um tratado entre Dom Afonso V e seu tio, por afinidade, Filipe, Duque de Borgonha, cedendo a êste último as ilhas dos Açôres, e que outro arqueólogo, discursando, dissêsse cousas parecidas.

Precedendo aquêles arqueólogos na *Biographie Nationale*, publicada pela "Academia Real das Ciências, Letras e Belas Artes", da Bélgica, Alphonse Le Rey, occupando-se de Josse de Hurtere (escreve Huarter (*Hürter*, o *u* seguido de *e* em alemão, sôa como em francês), escreve: "Ce qui est positif (!) c'est qu' Alphonse V, fils et successeur d'Edouard, fit don de l'île de Fayal à sa tante, en 1466".

O que é *positivo* é que não fez tal doação; a Ilha do Faial nunca safu da pôsse de Portugal e o Infante Dom Fernando, na carta acima, repetidamente diz: "*a minha Ilha do Faial*", e nunca apareceu em qualquer documen-

to, relacionado com esta Ilha, o nome da Duquesa de Borgonha, a não ser na inscrição de Behaim.

No Boletim de *La Société belge de Géographie*, N.º 6, pág. 656, encontram-se mais fantasias, indo até o ponto de chamar *rei* ao Infante Dom Pedro, que foi morto em Alfarrobeira, e irmão da Duquesa de Borgonha.

Transcrevo-as na própria língua em que foram escritas para que o leitor se inteire de êrros tão numerosos, contidos em tão poucas linhas:

«Or, l'acte de donation de Don Henri en faveur de Jacques de Bruges (1) et les faits historiques (?) qui suivirent cette formalité, établissent formellement en faveur de notre compatriote et de Van der Haegen (2), le droit absolu de première occupation et d'usage permanent, qui, en vertu du code des nations l'importe sur toute autre considération (3). Cela est si bien que, d'une part, Philippe le Bon s'en prévalut, dès 1465, auprès du roi don Pedro de Portugal, pour réclamer les Açores, et que de l'autre, ce dernier s'empessa dès 1467 (4) d'abandonner ces îles malgré les bulles papales et les traités avec l'Espagne, à Isabelle de Bourgogne, femme de Philippe, se contentant, en retour, d'une simple autorisation de notre duc à quelques aventuriers flamands et brabançons de passer pour un certain temps sous les drapeaux et à la solde du roi» e a pag. 658 vem mais isto: «Isabelle de Bourgogne ceda, contre des *Ave Maria*, Faial, à Josse van Huerter, seigneur de Moerkerke»

E como se fosse pouco quanto se lê, em que os êrros são tantos como as palavras, o autor, dando largas à sua prodigiosa inventiva, acrescenta: «A cana de açúcar do Faial provém de Chipre e de Candia».

Das doações transcritas resulta saber-se: que o Infante Dom Henrique nada teve com o povoamento da Ilha do Faial, ocorrido *seis* anos *depois* do seu falecimento; que Behaim faltou à verdade; que a Ilha do Pico teve, como primeiro donatário, Alvaro Dornelas, e fôra doada a Josse de Hurtere, em 1482, *catorze* anos *depois* dêste ser investido na capitania da Ilha do Faial.

Desta colonisação flamenga e alemã na Ilha do Faial ficaram vestígios que o tempo ainda não apagou:

1.º nos apelidos de família:

Silveira (van der Haghe); *Utra* ou *Dutra* (Hurtere); *Terra* (van Aard ou Aertrijcke); *Brum* (Bruyn); *Gularte*, que se afrancesou, ficando Goulart

(1) Está provadissimo que nunca houve tal doação pelo Infante Dom Henrique a Jácome de Bruges.

(2) O Infante Dom Pedro não foi Rei e em 1465 já não existia, pois morreu dezaseis anos antes, na batalha de Alfarrobeira, ferida em 20 de Maio de 1449.

e até Goulartt (!) (Guarte, Gouarte e Guvarte = Govaert = Gerardo); *Grotas* (Groot); *Bulcão* (Bulscam ou Bulscamp); *Armão, Alemão* (Herrman); *Rosa* (Roos, Roose, descendentes do colono *Pitre da Rosa* = Pieter de Roos e de *João da Rosa*, = Johan de Roos, filho de *Guarte* (Govaert) *Luis*; Mū (Mumm; *Arnequim, Arrichim* ou *Arriquim* (!) (Herrn Jannequin = Senhor Joãozinho?).

2.º nos nomes de localidades :

Horta (antigamente vila e hoje cidade), corrutela de Hurtere (*Hortere*, também usado em flamengo arcaico); *Espalamaca* (Speldemaker); *Ribeira dos Flamengos* e *Paróquia dos Flamengos*, do orago de Nossa Senhora das Neves, noutro tempo (1643), segundo Frei Diogo das Chagas agora, de Nossa Senhora da Lus, e, na ilha de S. Jorge, *Tôpo* (Top).

O orago da Igreja Matriz da Horta é S. Salvador, como era o de Bruges, donde procederam os colónos. O mesmo orago tem a Matris de Vila das Velas (S. Jorge) e a Sé de Angra (ilha Terceira), e ainda notarei a coincidência de haver Jácome de Bruges ou Burges (Bourges ?) edificado na Ilha Terceira uma igreja da invocação de Santa Cruz e ter Josse de Hurtere, no Faial, construído uma ermida, também, de Santa Cruz, onde foi sepultado.

Os parentes do 1.º Donatário, Josse de Hurtere, *Senhor de Moerkerke*, segundo a fantasia de Behaim, de *Habruck* (*Haeghenbrouc*), conforme o Senado de Nuremberg, (em carta dirigida ao Rei D. Manuel I de Portugal), filho de Léo de Hurtere, Bailio de Vuyv (n) endali (Wynendael), como consta de uma carta (2) de Jaques de Hurtere (século XVI), ocuparam a parte sul da Ilha do Faial e os arredores da vila de Hurtere, onde tiveram *dadas* de terras, nas hoje paróquias ou freguesias da *Feiteira* (como então se dizia e hoje *Féteira*), de Castelo Branco e, no centro da ilha, na dos *Flamengos*. Na freguezia dos Cedros, da invocação de Santa Bárbara, abundam principalmente os indivíduos de apelido *Silveira* e alguns *Utras* e em toda a parte *Bruns*.

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA

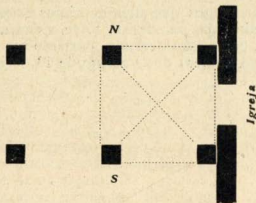
(1) Este Arnequim era muito valente e destemido, talvez de estatura agigantada e, ironicamente ou por antífrase, os seus compatriotas chamar-lhe-iam Herrn Jannequin = Senhor Joãozinho.

(2) A carta de Jaques de Hurtere é de 1527, dirigida a seu primo o 2.º donatário do Faial e 3.º do Pico e também, como o pai, chamado Josse de Hurtere, e nela diz que Léo de Hurtere é senhor de *Aghebrone*, o que é evidente engano do copista ou tradutor que inverteu o *u* formando dêle um *n* e escreveu *e* em lugar de *c*, que na escrita é tão fácil confundir-se. Assim, *Aghebrone-Aghebron* (*u*) e (*c*) é bem *Haghebrouc*, *Haeghenbrouck* (*Haeghenbroeck*, como escreve o sr. Jules Mees) e é o *Habruck* da carta do Senado de Nuremberg acima referida. Vide *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 10.ª série, n.º 11, de 1897 pag. 685.

A GALILÉ DA IGREJA DE SANTA MARIA DO OLIVAL

As obras de reparação dos rebôcos exteriores da tôrre da Igreja de Santa Maria do Olival, em Tomar, ultimamente efectuadas, pozeram a descoberto catorze pedras, de secção rectangular, embebidas nas paredes — quatro em cada uma das faces maiores e três em cada uma das menores — parecendo restos de cachorros que houvessem sido propositadamente cortados.

Não nos parece fácil descobrir qual tivesse sido o primitivo destino dêsses cachorros. A relativamente pequena altura a que estão acima do solo,



parece indicar que tem de ser posta de parte a idea de terem servido de apoio aos andaimes de madeira com que era de uso, na Edade-Média, aumentar o poder defensivo das tôrres militares.

Igualmente nos parece não terem pertencido à galilé que existiu em 1510 junto à igreja de Santa Maria, como também foi alvitrado. A descrição dela, que consta da visitação feita naquele ano e registada a fls. 70 v. do Livro 123.º de *Christo* (Tôrre do Tombo), é como segue: — «*Diante da porta principal te hun alpendre armado sobre dous grandes arcos de pedraria cuberto e forrado de liuel de castanho sobre as asnas em quatro aguas e mais diante tem outros dous arcos de pedraria descubertos*».

Com estas indicações, resumidas mas claras, a única reconstituição em planta que nos parece plausível é a que indicamos no esboço junto, feito sem escala.

O estudo das aduelas e silhares que existem junto à torre e à Igreja, e também servindo de capeamento ao muro de suporte de terras ao sul do adro (muro que muito possivelmente ocupará o lugar da face sul da galilé) poderá fornecer interessantes elementos que, conjuntamente com as que possam manifestar-se quando se fizer a remoção dos entulhos que pejam a fachada da Igreja, permitam talvez uma reconstituição mais completa da galilé.

Uma parte de um dos pilares serviu durante muito tempo de suporte de um alpendre que protegia a porta lateral. Uma parte das bases dos pilares ainda também existe no muro em que falámos. As aduelas, poderão dar-nos a curvatura dos arcos. A adaptação da galilé ao declivoso terreno fronteiro à Igreja, só poderá ser conhecida, se se encontrarem vestígios das antigas fundações.

De resto, os elementos que atrás deixámos expostos, permitem já reconhecer que as pedras das paredes da torre, agora encontradas, nada têm com a desaparecida galilé, não devendo, portanto ser justificada a reconstituição apresentada no número de *O Século* de 13 de Janeiro último.

Março de 1932.

GARCEZ TEIXEIRA

329

Família de Albuquerque

CARTAS DE HISTORIA PORTUGUEZA

O CONDE FERRANT⁽¹⁾

Antigos são mais inda resplandecem
C'o nome entre os engenhos mais perlettos.

Camões, Lus. VIII

I

A Bento Carqueja

D. Fernando,—o terceiro dos filhos masculos sobreviventes de D. Sancho I e da Rainha D. Doce, nascera no mez de abril, — *VII kal. april*, — de 1188. ⁽²⁾

Teria, pois, 22 annos quando entrou em França, que foi tambem, quando entrou na Historia, com o nome latinisado em *Fernandus*, — *Rex Fernandus*, — ou romanisado na fórma barbara de *Ferrandus*, *Ferrant* que se tornára vulgar não sómente no Norte, mas aquem-Pyreneus.

Sem vinculos de dominio ou de cargo na terra patria, orphão e livre, levaria apenas a sua bella mocidade creada em boa escola de intrepidas cavallarias e sofrega de aventura e grandeza, —além de alguns saquiteis dos dez mil morabitanos que o pae lhe destinára no testamento de 1209, dos acogulados nas torres de Coimbra. ⁽³⁾

A estatua do seu primeiro tumulo, alguns traços physionomicos transmittidos por documentos proximos, uma ou outra commemoração artistica de algun episodio da sua ruidosa existencia, permitem esboçar ligeiramente, com relativa segurança, a figura do Infante portuguez.

Seria um homem de elevada estatura, —*plus grant quatre doigtz que nul*

(1) São os primeiros capítulos, ou cartas, dum livro que, com este título, o autor estava escrevendo quando Deus o levou, na vespera do Natal do ano de 1900.

(2) Era 1226, VIII, kal., April. Natus est Rex Fernandus, filius Regis. Sancii et Reginae Dominae Dulciae. *Liv. de Noda*. — Rib. *Dissert. Chr.* T. III. Em 24 de março é que se lhe precisa a data, geralmente.

(3) Infans Dominus Fernandus habeat x. (m.) morabitanos, de illis qui sunt in turribus Colimbriae. — *Testamento de D. Sancho I* (era 1247). *Hist. Geneal.* P. V. I.



«En 1214 : le Comte de Flandre, Fernand de Portugal,
en guerre avec la France ordonna au Magistrat d'Ypres, d'élever
des fortifications autour de la ville.» (1)

chevalier de la court, (2) — bem construído, de poucas carnes, anguloso, tri-
gueiro; de physionomia viva, agradável; nariz fortemente acentuado; manei-
ras insinuantes, dominadoras.

*Biau estoit de cors et de vis
Brun ot le cie et s'ot grand nes;
De sa maniere est moult senés.*

(1) Pintura mural que existiu no Hotel de Ville da cidade de Ypres.

(2) *Le Livre de Baudoyen*.

Tal o traceja a chronica rimada de Mouskes. (1)

— «O mais formoso cavalleiro que o firmamento cobre», — o revela á futura desposada um dos personagens do *Livro de Balduino*.

Comprende-se: um belo typo meridional, como costumamos dizer. Talvez melhor, e já: um belo typo portuguez.

Porventura, o neto de Afonso Henriques e do grande Conde catalão, reflectiria, de algum modo, a formosura tradicional das irmãs, da familia.

De resto: contrastaria singularmente o desempenado filho das nossas terras assoalhadas e quentes com o typo commum dos seus novos e inopinados subditos da Flandres:—alvos, carnudos, rubicundos, de louras cabelleiras, como os descreve Guilherme o *Bretão*. (2)

Grande,—maior talvez,—deveria ser o contraste moral que resalta, irremediavelmente, dos documentos coevos.

Lendo os trechos das velhas chronicas do Norte que nos transmittem, espantados e hostis, as manhas e obras do Conde Ferrant, o leitor portuguez experimenta a estranha simultaneidade de duas impressões contrárias:— a que esses trechos ou os seus auctores reflectem e fixam, isto é: a do meio em que o aventureiro personagem bruscamente apparece e se affirma, e, ao mesmo tempo, a de quaesquer affinidades ethnicas e historicas que nos fazem familiar, banal, até, esse mesmo personagem.

Sentindo vibrar n'aquelles trechos, escassos e truncados, o espanto, a estranheza, a impressão irritante do Desnatural; o quer que seja de extraordinario, de incomprehensivel que elle produz em volta de si, no seu novo meio, na sociedade nova em que inopinadamente surge, experimentamos concorrentemente a impressão opposta de alguma cousa que nos faz conhecido e habitual esse exemplar de homem: advinhamol-o, compreendemol-o, encontramos-lhe um certo ar de familia.

Como que nos lembramos, vagamente, mas irresistivelmente, de ter entrevisto nas brumas mais ou menos longiquas da historia patria, de ter encontrado, até, não muito longe, no nosso proprio meio, quaesquer traços, quaesquer reflexos e feições d'aquelle bello typo de aventura.

Se não fosse portuguez, parecer-nos-hia tal.

Joanna do Hainaut ou Joanna de Constantinopla, irmanava na idade com

(1) *Ex Phillippi Mousk Hist. Regum Francorum.*

(2) ... membris procera, venusta decore,
Splendida cesarie, vultu rubra, candida carne.

(Willelmus Br. *Phillippedeos lib. XII.*)

D. Fernando, mas havia de contrastar, tambem, muito accentuadamente, no temperamento, no caracter, na figura.

Era uma formosa menina, alta, esguia, branca; de longos cabellos louros; branda, simples, piedosa. (1)

Na lenda do *Livro de Balduino* declara-se, ella propria, Imperiosa, irracivel, hystérica, muito soberba da sua riqueza; pedindo um homem que a sofra e a domine: poldra bravía que precisa de um cavalleiro dextro e rijo que a subjugue e governe.

Mas a lenda é-lhe manifestamente hostil

Logo veremos como n'ella assume, até, proporções tragicamente estupidas esta figura fransina e beata de ghotica cathedral.

Orphanadas, mais exactamente abandonadas pelos paes, ao alvorecer da vida, nas mãos de uma Regencia fraca e desamoravel, em côrte deserta dos velhos e poderosos campeões da prosapia e da independencia flamenga, que quasi todos eram idos na Crusada: Joanna do Hainaut e a pequena irmã, a Margarida, estavam inteiramente á mercê do Suzerano francez a quem as vendera pulhamente o tio e tutor, o Namur. (2)

Creadas e medradas, em summa, n'um simulacro de grandesa, em mal disfarçado captivo, sitiavam-nas, impacientes e brutaes, as intrigas e as cubiças que lhes disputavam o senhorio e o dierito.

Ora para Philippe Augusto a melhor das soluções era dar á herdeira de Flandres um marido, sem fortuna nem poder proprio, que tudo devesse á escolha e protecção Real.

Em dia de S. Vicente, a 22 de janeiro de 1211, — *anno Domini*, — em Paris, o Infante portuguez fazia e firmava a sua menagem solemne de homem-ligio do Rei de França, como Conde de Flandres e do Hainaut. (3)

Pois que assim se apellidava já: — *ego Fernandus Comes Flandriæ et Hainonia*, — acabava certamente de receber por mulher a filha mais velha

(1) «Jeanne était à cette époque une belle jeune fille à la taille élancée, aux cheveux longs et flottants sur ses épaules. Pour tout ornement, un cercle de perles entoure sa tête. Une simple tunique l'enveloppe chastement et elle agace du doigt le faucon qui perche sur le pouce de sa main gauche, à la mode du temps. — Ed. Le Glay. *Hist. de Jeanne*.

(2) Vid. A *Condessa Mahaut*, do auctor.

(3) Como dissemos, na *Condessa Mahaut*, Herculano, entendendo, mas não provando, que D. Fernando sahira de Portugal depois da morte do pae (março de 1211) e por discordia com o irmão, o novo Rei, pretende que se emende para 1212 a data do seu casamento. Poderia, ao menos ter indicado uma razão para essa emenda nas variantes e differenciações dos *estyls* chronologicos, lembrando que nos seculos XII e XIII o anno do *Senhor* começava geralmente em França a 25 de março (Paschoa),

Por outro lado haveria a destringar as variantes e differenciações dos computos. O mais

de Balduino de Constantinopla e de Maria de Champagne, que a intelligente tia, a Condessa Rainha, lhe comprara por 50 mil libras *Paresis*, dedicadamente ajudada pelos Avesnes, por João de Nigella, o castellão de Bruges, e por outros Senhores flamengos que ela tivera o cuidado de captar primeiro

*Gautiers d'Avesnes l'i aida
Qui de son avoir li presta,
Et Jehans li grans de Nielle,
Si fist Ghilebiers de Bourgiele
Et grans masse d'outr's Flamens
Qui ele dounoit garniments
Et grans tieres et grans cevaux,
Deniers et armes et guiaus
Pour l'oir de Flandres avoir. (1)*

Interessantes synchronismos da historia!

Aqui no pequeno reino portugualense que se fazia valorosamente na extrema beira euro-atlantica, em face e apesar das cupidias soberbias e das ambições assimiladoras da nascente Hespanha, viera Filippe de Alsacia escolher mulher que lhe assegurasse, com a successão dynastica, a continuidade do poder flamengo contra a absorpção dominadora da França em caminho para a sua formidavel consolidação unitaria.

Não lhe dera um filho a formosa e intelligente princesa de Portugal, mas aqui viera agora tambem, buscar-lhe um herdeiro, um sobrinho, um filho adoptivo, filho de Rei e portuguez como ella, valoroso e altivo como elle, quando as bellas raças dos Balduinos e dos d'Alsacia faliam difinitivamente para a continuação e defesa da sua grande obra.

Podemos tracejar a curiosa cerimonia da menagem, e chegou até nós o acto, o que poderemos chamar: a proclamação da vassalidade jurada por D. Fernando. (2)

Sentado no regio solio, Filippe Augusto, soberbo e satisfeito, aguardava o preto, cercado da sua curia, da grande Côrte, dos Pares de França menos o que ia sel-o agora como directo feudatario e Conde de Flandres.

usado era o Florentino e para que a data se emendasse para 1212, seria por que os documentos teriam seguido todos o calculo Pisano. Mas outras circunstancias, a da propria negociação do casamento, por exemplo (Vid. *A Condessa Mahaut*, XXI), e a sequencia e correlação dos acontecimentos e documentos proximamente posteriores, recommendam a conservação das datas consagradas pelos historiadores modernos, uniformemente. Vid. Galland, Baluze, Warnkoening.

(1) *Ex Philippi Mousket Hist. Reg.*

(2) *Hist. de la Flandre*, por Warnk. (trad. Gheldolf).

Sem cinto e sem espada, como mandava o ritual; — cabeça descoberta, a bella cabeça moça e alta, de negra e basta guedelha; — D. Fernando dirigiu-se, respeitoso e firme, até proximo do Rei e, a um gesto amigo d'elle, poz um joelho em terra.

Acompanhal-o-hiam, muito provavelmente, os Senhores flamengos, castellões e barões da cõrte condal, que a Condessa-Rainha e Bouchard de Avesnes teriam conseguido que viessem servir de testemunhas e garantas ao seu novo Conde e Senhor.

Filippe Augusto, inclinando-se um pouco, estendeu as mãos e collocou-as confiadamente entre as do Infante português, ao mesmo tempo que o chanceler real, avançando do lado, iniciava o interrogatorio tradicional a que o neophito respondia dirigindo-se ostensivamente ao monarcha.

— «Fazeis-vos homem-ligio do Rei, vosso soberano Senhor, pelo pariato e condado de Flandres e por quanto tendes da Corõa de França?

— «Sim, Sire, assim o declaro.

— «Prometteis guardar-lhe fé, menagem e serviço contra todos e quantos, homens e mulheres, possam viver e morrer, — *contra omnes homines et feminas qui possunt vivere et mori*; — resalvando ao Rei os seus direitos n'outras cousas e os de outrem em todas?

— «Sim, Sire, assim o prometto e juro.

E logo, erguendo-se, o moço forasteiro beijava o Rei na face.

Estava feito homem-ligio, e par e condestavel da França, o filho de D. Sancho I, sobrinho de D. Thereza de Portugal, novo Conde de Flandres e do Hainaut.

O gibão, o chapeu, o cinto a bolsa e a espada foram recolhidos pelos arautos e porteiros *à manche* do Suzerano. Eram os emolumentos do estylo.

Duas circunstancias teem sugerido especial reparo, em face do texto da proclamação da menagem, (1) naturalmente mais explicito do que a formula consagrada do ceremonial.

E' a primeira, a da ausencia, a da omissão do nome de Joanna, a Condessa herdeira, a feudataria lidima e directa.

Na lenda, a menagem d'ella precede o casamento, como logo veremos.

Talvez, porém, bastasse para explicar a omissão documental o simples facto de que a pobre filha de Balduino de Constantinopla passava da tutela e posse do Rei para a do marido cuja investidura, assim directamente recebida por mera graça e arbitro real, seria porventura intencional affirmação

(1) Ego F. Comes Flandriae, etc. notum facio universis, quod ego sum homo ligius domini mei illustris Franciae Philippi...

O documento encontra-se na integra em Galland, Baluze, Warnkoening e Le Giay.

da autoridade, do direito supremo, exclusivo, mesmo, do Suserano que a sua politica absorvente e centralizadora não quereria perder occasião de attribuir-se.

Caso mais importante, nas consequencias immediatas, e menos obscuro na significação e nas origens, era a formula, o sentido expresso da menagem ligia substituindo peremptoriamente a da antiga vassalidade simples dos Condes de Flandres e impondo-lhes obrigações e vinculos pessoases de subordinação e dependencia mais estreita e onerosa do que a outra.

Até Filippe de Alsacia a vassalidade ordinaria e regular d'estes primeiros feudatarios da Corôa franca era como que uma tradição de familia, uma convenção, um pacto de aliança que simplesmente se traduzia nas obrigações fundamentaes de fidelidade á pessoa do Rei, de assistencia e sujeição á sua curia ou conselho, de serviço militar restricto a quarenta dias, primeiro, depois a sessenta dias, apenas, de campanha por conta e ordem do Rei: — *fidutia, justitia, servitium*.

Morto o grande Conde, Filippe Augusto, aproveitando as circunstancias, impozera a Balduino do Hainaut, para o reconhecer como successor, a homenagem-ligia, a cooperação, a dedicação, a dependencia pessoal, incondicional, perpetua, fazendo-o jurar que o ajudaria por toda a vida, contra todos e contra tudo, de boa fé, sem dolo, servindo-o pessoalmente na guerra, sem limitação de tempo, salvo dispensa regia, sujeitando-se á excomunhão e ao interdicto, avocando, legitimando mesmo, a desobediencia, a revolta dos proprios subditos em caso de faltar ao juramento prestado.

Poderiam os soberbos Condes continuar a dizer-se taes — «pela graça» — ou — «pela misericórdia de Deus,» — que do direito, da auctoridade, do arbitrio do Rei é que derivava e dependeria agora, pela nova doutrina realista, a propria auctoridade e direito, porque não, pois, — como no caso de Ferrant, — a propria successão?

Balduino, jurara tudo o que Filippe Augusto quizera, em 1196, como já o pae acceitara o pacto de Arras.

Assim o attestavam, pelo menos, o famoso arcebispo Guilherme *o das mãos brancas*, os bispos de Arras, de Tournai, de Térouane, muitos Senhores do Reino. (1)

Joelho em terra, e as mãos do egregio Suserano nas suas, em face d'aquelles veneraveis personagens e da turba multa dos Barões da Côte e da hoste real, — *in præsentia Domini Regis Franciae et nostra et multorum Baronum*, — exactamente como agora o Infante portuguez, Balduino fizera-se

(1) Warnk. Hisr. I piéces, VI.

homem-lígio de Filipe Augusto para tranquillamente succeder no pariato e condado de Flandres.

Mezes depois, contudo, repudiava, á mão armada, em aberta revolta, conjurado com os inglezes, a pretensão realenga e o juramento feito.

Agora, porém, n'um extranho, n'um forasteiro desconhecido, inopinado, como D. Fernando de Portugal, sem nenhum vinculo nem direito anterior na successão e nos negocios flamengos investido por simples favor e concessão Real, no grande feudo, mais facil e seguro seria para Filipe Augusto firmar e consolidar de vez o seu pensamento, a sua condição auctoritaria da vassalidade ligia para que nunca mais deixasse, como não deixou, de acompanhar a successão da Coroa e do poder condal.

A ostensiva sujeição de Balduino, apagara-se, resgatara-se, inteiramente, pela brilhante campanha contra o Suzerano francez.

Ao prejuizo feudatario da vespera, tivera Filipe Augusto de reconhecer, pouco depois, — de potencia a potencia, e não como a seu homem-lígio, — o direito e senhorio proprio, mais ainda as terras que Balduino lhe arrancara ao patrimonio da Corôa: — Aire e Santo Omer. (1)

Mas D. Fernando, simples creatura e feitura do Suzerano, jurando-lhe incondicional sujeição pelo que delle só recebia, fazendo-se seu homem-lígio, não pelo facto de ser Conde de Flandres, ou por que tivesse qualquer direito de o ser, mas exactamente para que o podesse ser e fosse, necessariamente havia de suscitar intensas desconfianças e despeitos, de afrontar, até, os brios, a prosapia, os interesses tradicionais das multidões flamengas, apparecendo aos olhos d'ellas, atravez do prisma das facções senhoriaes e das paixões burguezas, como um instrumento, um delegado, — «um servo» — da Corôa franca segundo a expressiva qualificação da lenda que pela maliciosa connivencia d'essa mesma Corôa logo se apegaria ao extraordinario personagem.

Experiente e pratica, a Condessa-Rainha mal poderia deixar de prevêr os perigos da situação, no seu vivo empenho de assegurar ao sobrinho portuguez, — que o mesmo era que reconquistar para si, — a Corôa do primeiro e glorioso marido.

Mas contaria, — parece-nos indubitavel que contasse, — tanto com a influencia deleteria dos factos consumados, como tambem, e já, com a provavel derivação dos acontecimentos eminentes.

(1) Philippus, Dei gratia, etc. Noveritis quod haec est forma pacis inter nos *et amicum ac fidelem nostrum Balduinum Comitem Flandriae*, etc. hoc modo: quod nos dimittimus ei Sanctum Andomarum cum pertinentiis suis et Aryam... (Trat. de Peronne; jan. 1199, novo estylo 1200) Warn. *Hist. I.*

A questão capital era casar a herdeira de Flandres e do Hainaut com o Infante português, fazer d'elle, simultaneamente, o herdeiro dos dois condados unidos, e o restaurador do poder e do prestígio flamengo.

Até na conjugação dos dois títulos se encontraria, naturalmente, a dissolução, o esquecimento do vicio de origem do novo Conde.

O que primeiro importava era fazel-o Senhor da terra; arrancar ao Rei a herdeira incontestada e o reconhecimento amigo.

Nem a habil Senhora hesitaria, talvez, em acrescentar, com promessas e compromissos do mais aperitivo valor, o preço porque comprara a acquiescencia de Filippe Augusto.

Posto que não exista uma prova documental, a tradição indieia que para obter Joanna do Hainaut, tivera D. Fernando de obrigar-se a ceder á França, Aire e Santo Omer, as duas fortes cidades fronteiriças que reivindicadas pelo herdeiro Real como do patrimonio da mãe, cedidas mesmo pelo primeiro Balduino, o ultimo conseguira reconquistar e conservar pela paz de Peronne.

O proceder proximo futuro de Ferrant parece desmentir indeclinavelmente essa tradição.

Em todo o caso, o compromisso, se o houvera, só poderia realizar-se depois do consorcio, e este fizera-se em Paris, com festiva ostentação e fastuosa grandeza, á custa das boas cidades de Flandres, sem que ninguém pensasse, como observa pungidamente um velho chronista, que—“o excesso da alegria vive paredes meias com a Dôr, na phrase do sábio.” (1)

(Continua).

LUCIÃO CORDEIRO

(1) *Annales du Hainaut* cit. por Le Glay.

A IGREJA DE LOUROSA

(CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 15)

Nas paredes das naves laterais observa-se uma serie de cavidades, sem duvida destinadas às linhas da armação. Nenhuma duvida póde, pois, haver quanto à altura dessas naves, indicada tambem pela presença de um modilhão no angulo noroeste da nave esquerda. Um lacrimal, ou pára-aguas, que corre ao longo da face externa da parede meridional da nave media, confirmaria aquelas indicações, se não fosse posterior.

Vestigios existentes nas paredes exteriores da nave central estão claramente indicando a posição da fileira, e a inclinação das abas, do telhado do transepto, cuja primitiva altura fica, deste modo, seguramente estabelecida.

Quanto à das absídes, nenhum elemento nos permite fixá-la.

Dentação existente na parede setentrional do narthex marca-lhe a altura minima.

Na fachada principal, voltada ao poente, — em obediencia a prescriçãõ liturgica, — abriam-se três portas. As correspondentes aos colaterais existem ainda, embora uma — a do lado direito — houvesse estado oculta, desde o seculo XVII, pelo altar da capelinha de N. Senhora da Piedade. A principal desapareceu, em consequencia do prolongamento da nave media pela anexação e alteamento do narthex. Essa porta deveria ser rectilinea, como o são as existentes e as quatro do transepto.

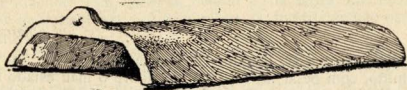
Em lugar do arco, mais vulgar e característico, aparece, algumas vezes, na architectura ante-românica peninsular, o dintel, de derivação clássica. Tem-se como certo que a porta, rectilinea, da capela de S. Paulo, em Tarragona (sec. XII ou XIII), procede da igreja ali dedicada àquele apóstolo, no seculo VI. As duas entradas laterais de S. Pedro de la Nave (sec. VII ou VIII), com arco de volta perfeita, bastante alteado, e apoios muito salientes, tiveram decerto, a completá-las, um dintel. Vãos rectilíneos oferecem tambem algumas igrejas asturianas, a de S. Miguel de Celanova (sec. X), a ermida de Santa Maria de Melque (arredores de Toledo), etc.

Nas paredes da arquinave, no prolongamento das terminais das naves menores, notam-se claros vestígios da existencia de uma parede, confirmada tambem pela presença de alicerces cavados na rocha. Conjecturei (1916) que nela se abrisse um arco, que, fronteiro ao triunfal, definisse, com este e com os dois da nave cruzeira, um tramo quadrado, sobre o qual se teria erguido uma lanterna. Verificou-se, porém, agora, que esse tramo seria acen-

tuadamente rectangular, crescendo, como observa o sr. Vilaça, que a pequena espessura das paredes exclue a hipótese da existência de uma lanterna, que teria de ser bastante elevada para que, nas suas faces, podessem abrir-se luzes.

Foram estas considerações que levaram os srs. Conego Barreiros e José Vilaça a supôr que essa parede não atingiria o tecto e que, em lugar de um arco, semelhante ao de triunfo, se abria nela uma triplice arcada. A ser assim, a igreja de Lourosa teria tido um iconóstase, — elemento de origem byzantina — que existiu em monumentos asturianos dos seculos IX e X e que ainda se conserva em Santa Cristina de Lena, vendo-se tambem na igreja moçárabe de S. Miguel de Escalada.

Afóra o *ajimez* que, deformado e privado do mainel ou parteluz, foi aproveitado para a fachada actual, ontros teve, sem duvida, a nossa igreja. Deles se têm encontrado fragmentos. Qual seria a distribuição dessas características janelas duplas? E' de crer que duas iluminassem a nave média, ocupando uma a parte superior da fachada, dominando o narthex, e abrindo



TELHA PROCEDENTE DA IGREJA ROMANICA DE S. PEDRO, EM LEIRIA

do-se a outra sobre o arco de triunfo. As restantes ficariam nos faciais do transepto e na parede terminal da abside, sobre o altar. Completariam a iluminação do templo, breves frestas, com a típica arquivolta de ferradura, dispostas nas paredes longitudinais e transversas das duas naves menores e nas orientais das absidiolas, e, ainda, como pensa o sr. Gómez-Moreno, grandes janelas, sobrepostas ás duas arcadas.

As cornijas apoiavam-se em modilhões, de que se têm encontrado espicimes no edificio.

Telhados de duas aguas em a nave média, de uma nas laterais, abrigariam o corpo da igreja, apoiados em armações aparentes, com a disposição das romanas e porventura decoradas e polícromas, como de conhecidos passos de Santo Isidoro, Prudencio e Paulo, Diacono, e de fragmentos ainda existentes (em Santullano, por exemplo) se verifica que o eram, por vezes, as desses tempos. As telhas seriam, talvez, idênticas ás que no periodo

românico, se empregavam, e que eram manifestamente derivadas das românicas. Alguns exemplares se encontraram em S. Pedro de Leiria e porventura noutros edificios dessa época.

Cobertura identica protegeria o transepto e o narthex.

Quanto á abside e ás absidiolas, não ousei agora, como não ousei em 1916, emitir opinião firme, continuando, todavia, a supôr que seriam cobertas de abobadas de berço, ultra-semicirculares, como succede em numerosas igrejas espanholas pre-românicas.

A igreja de Lourosa foi construida sobre uma necropole da Alta Idade-Media, — visigotica, talvez. Devia ocultá-la, e constituir o piso, uma camada daquele cimento que Santo Isodoro, nas suas *Etimologias*, designa pelo nome de *astracum*.

O actual campanario, construido no seculo XIII e independente da igreja, succedeu talvez a outro, a cavaleiro de narthex, podendo conjecturar-se que, á semelhança do de S. Juan de Baños (Palencia), seria pont-teagudo e teria uma unica sineira, em arco ultrapassado.

*
* *
*

Em 1911, escrevia o sr. Joaquim de Vasconcelos:

“... omitto, com pesar, as observações sobre o mau estado de conservação dos telhados — que deploravel abrndonos! — sobre a ruina proxima do arco triumphal, que importará a queda da capela-mór. E’ urgentissimo acudir á nave do lado do Evangelho, coberta a telha vã (!!); tambem na sacristia nova chove, quasi como na rua...” (!)

Era, de facto, necessario e urgente intervir. Mas a intervenção poderia haver-se limitado á consolidação do arco triumphal, á desobstrução do arco medio do lado do Evangelho, occupado pelo pulpito, ao rebaixamento do piso, de modo que as colunas ficassem completamente visiveis, á reparação dos telhados, e pouco mais.

Pretendeu-se, porém, ir mais longe: intentou-se restituir ao edificio a primitiva unidade. Para isso, era necessario demolir, — e demolir muito. Assim se fez; devendo, contudo, reconhecer-se que nenhum elemento de valor historico ou artistico foi sacrificado.

E, agora, em face da parte primitiva, que os trabalhos preliminares da

(1) *Arte*, VIII anno, N.º 83 (Novembro de 1911).

reintegração isolaram, surge naturalmente a pergunta: — *Conservar ou restaurar?*

S. Pedro de Lourosa, que era, e voltará a ser, igreja matriz de uma paróquia, é um monumento *vivo*. Não é, portanto, uma ruína a *conservar*: é um edifício a *restaurar*.

Para que esta delicada operação seja satisfatoriamente realizada, será mister recorrer a todos os meios, a todas as fontes: — a observação detida do proprio edificio, em todos os elementos e particularidades; o exame carinhoso das pedras, ornatadas ou molduradas, que as demolições e excavações têm trazido a lume; o estudo dos monumentos espanhois que, pela data e pelo character, tenham afinidade com o nosso; o parecer dos especialistas, entre os quais occupa lugar preeminente o sabio professor, D. Manuel Gómez-Moreno, — autoridade incontestada. E será mister, ainda, obedecermeticulosamente aos preceitos estabelecidos para os trabalhos dessa natureza, devendo o restaurador abstrahir da sua personalidade, identificando-se, quanto possa, com o espirito da architectura e da epoca do monumento; respeitar o material, a tecnica e o sistema constructivo; refazer o menos possível; nada inventar, sem, todavia, occultar a sua acção, que deve, pelo contrario, ficar bem manifesta e documentada, de modo que não pareça ter pretendido iludir.

Todos os esforços, todas as dedicações, todos os sacrificios, quer materiais, quer morais, o monumento de Lourosa merece. Lembremo-nos de que os edificios construidos na Peninsula no decorrer da Alta Idade-Média, antes e depois da invasão muçulmana, são os mais expressivos documentos, as mais gloriosas manifestações, da civilização dessas eras longinquoas, sobretudo da correspondente ao periodo em que, consolidada a monarquia visigoda, a cultura peninsular atinge o seu mais alto grau, e áquella epoca em que o desmembramento da Espanha muçulmana contribuiu para a grandeza e relativa unificação da Espanha cristã.

E não esqueçamos que, se acaso são pouco numerosos os edificios pre-românicos existentes em Portugal, contam-se entre eles dois monumentos de inestimavel preço: — a singular igreja bizantina de S. Fructuoso (arredores de Braga), que, tendo gloriosamente resistido ao peso de mil e trezentos anos, chegou, quasi integra, até aos nossos dias, mercê de verdadeiro prodigio, e a notabilissima igreja moçárabe de S. Pedro de Lourosa, cuja silharia granítica, recoberta da patina incomparavel do tempo, evoca maravilhosamente dez seculos de historia.

D. JOSÉ PESSANHA

EL PORTUGUÉS JOSÉ DE SILVA Y AGUIAR, FUE EL PRIMER IMPRESOR QUE TUVO LA CIUDAD DE BUENOS AIRES

La implantación de la imprenta en la hoy capital de la República Argentina, se debe, al benemérito Virrey Juan José de Vértiz, cuyo historial gubernativo, es un timbre de gloria para América, por cuanto este destacado benefactor de la ciudad de Buenos Aires, era natural de la ciudad de Mérida de Yucatán, en el llamado Virreinato de la Nueva España.

Con el arribo de este gobernante a la ciudad de Buenos Aires, se inicia una brillante etapa en el desarrollo cultural de la misma, merced a sus gestiones y decidido empeño.

Este ilustre Virrey, fué quien introdujo la imprenta en Buenos Aires cuyas primeras muestras vieron la luz hacia el año de 1780. Enterado Vértiz de que en los sótanos de la Universidad de Córdoba del Tucumán se hallaba arrumbada desde 1767 una imprenta, que había pertenecido al Colegio de Monserrat de los padres Jesuitas, hizo oficialmente en 1779, las indagaciones pertinentes para ponerla en uso y trasladarla a la capital virreinal, en una época, en que otras ciudades de la América Española de menor importancia, ya gozaban de los beneficios del maravilloso invento de Gutenberg.

Dada la orden para trasladar la indicada imprenta a Buenos Aires, mucho antes del arribo de esta y de todos sus útiles a la citada capital, un portugués radicado en ella, llamado José de Silva y Aguiar, que ejercía el cargo de bibliotecario en el Colegio de San Carlos, quien además en 1759 había instalado un negocio de librería en la ciudad, escribía por noviembre de 1779 un memorial al virrey, ofreciéndose para dirigirla. (1) Llegado el mes de febrero del siguiente año ya se hallaba en la capital del Virreinato la imprenta procedente de Córdoba. Por el mes de abril, Silva y Aguiar eleva a la primera autoridad gubernativa un nuevo memorial en el que volvía a ofrecerse

(1) CARLOS HERAS. *Los primeros trabajos de la Imprenta de Niños Expósitos*. La Plata, 1930, 7, quien nos dice que en 1759 cuando estableció Silva y Aguiar su librería, no existía en la ciudad de Buenos Aires, ningún otro individuo dedicado al comercio de libros. Con la profesión de librero lo vemos figurar todavía en 1778 en el censo de habitantes levantado en la dicha ciudad. *Facultad de Filosofía y Letras. Documentos para la Historia Argentina*, XI, 42. Buenos Aires, 1919.

para dirijir su funcionamiento por el término de diez años; pasado su escrito a manos del fiscal, éste lo informó favorablemente en 19 de mayo.

Otro portugués al servicio de España el brigadier-ingeniero José Custodio de Saa y Faria, fué designado por el Virrey Vértiz, para que inventariase los útiles de la susodicha imprenta, él que por su parte hubo de recurrir al citado Silva y Aguiar, por no encontrarse en la ciudad otro individuo conocedor del citado arte. Hecho el inventario en 19 de junio tasóse la imprenta y los demás utensilios en la suma de mil pesos, dando su aprobación el Virrey por todo lo actuado con decreto de 6 de julio, ordenando también la entrega de los materiales tasados a Silva y Aguiar en presencia del Escribano de Gobierno José de Zenzano; Silva y Aguiar se hizo cargo de los mismos al siguiente día, atestiguando la entrega el brigadier Saa y Faria y el citado Escribano de Gobierno.

Las obras en el edificio en donde debía funcionar la imprenta, se comenzaron el 6 de marzo y se dieron por terminadas en 15 de julio, sin embargo de orden del Virrey le fueron entregadas las llaves del local a Silva y Aguiar el día 7 del último mês citado, lo que indica que desde entonces el local donde debía funcionar la imprenta podía usarse libremente. Cuatro días más tarde o sea el día 11, Silva y Aguiar elevaba al Virrey un escrito, en el que decía que en el indicado día 7 de julio se había hecho cargo de las llaves del local, pero que había notado que para el buen funcionamiento de la imprenta se necesitaban diversas piezas que detallaba en una relación adjunta. A fines de septiembre hallábase completamente listo el local y la imprenta para comenzar sus funciones, en 6 de octubre, Silva y Aguiar, en memorial dirigido al Virrey, comunicaba hallarse el taller listo para proceder a la impresión de lo que se le ordenare.

En 21 de noviembre, se le concedía a Silva y Aguiar la administracion de la imprenta por el término de diez años, con las condiciones que allí se fijaban, la que funcionó con el nombre de *Imprenta de Niños Expósitos*, por cuanto sus beneficios iban a engrosar los fondos necesarios para el sostenimiento de esta benéfica institución, creacion asimismo del benemérito Vertiz. (1)

El título de impresor le fué extendido a José de Silva y Aguiar, el 1 de diciembre (2).

(1) JOSÉ TORIBIO MEDINA. *Historia y bibliografía de la imprenta en el antiguo Virreinato de Buenos Aires*. La Plata, 1892.

(2) Dicho título lo reproduce HERAS, en *op. cit.*, 26-27. Silva y Aguiar, no pudo cumplir con el término de diez años que se le señalaba en el título, por cuanto fué reemplazado en el cargo en el año de 1783, por Alfonso Sánchez Sotoca.

Por lo relatado hasta aquí parecería que la imprenta solo pudo funcionar en los últimos meses del año citado de 1780, lo más temprano desde el mes de agosto, sin embargo, JOSÉ TORIBIO MEDINA, en su monumental *Historia y bibliografía de la Imprenta en Buenos Aires*, (1) registra un formulario impreso por un sólo lado, que lleva con letras manuscritas, la data en *Buenos Ayres a diez y seis de Mayo de mil setecientos y ochenta*, haciéndolo destacar como el primer impreso salido a la luz en Buenos Aires. (2) Sobre si el mencionado impreso si es o no el príncipe de la imprenta en la capital de la República Argentina, se han sostenido últimamente diversas afirmaciones egando en su mayoría de que el mismo fuera estampado allí (3).

El citado polígrafo Medina, expuso a su tiempo, las razones que le indujeron a clasificar a este impreso en primer lugar, a pesar de la temprana fecha que en *manuscrito*, se agrega al mismo, que a nosotros hasta cierto modo nos parecen razonables, pues este nos dice, que deseándose «tener el comprobante de los conocimientos de Silva y Aguiar en un arte que era entonces desconocido para todo el mundo en Buenos Aires, o porque aquel se anticipase a suministrar una *muestra* de lo que era capaz de ejecutar en ese orden, es lo cierto que ya en 16 de Mayo de aquel año (1780), el Virrey podía estampar su firma al pié de un formulario de nombramiento para empleos de milicias. La simple inspección de ese documento manifiesta que aún no se encontraba a mano el grueso material de la imprenta; la tinta parece improvisada, y la impresión es mala; pero de todos modos esa fecha del 16 de Mayo de 1780 debe señalarse, mientras no se presente prueba en

(1) Incluida en la obra citada en la nota 2.

(2) El citado impreso se encabeza así: + / DON JUAN JOSEF DE VERTIZ, / Y SALCEDO, COMENDADOR DE PUERTO / Llano en la Orden de Calatrava. Teniente General de los Rea- / les Exercitos, Virrey, Gobernador, y Capitan general de las / Provincias del Rio de la Plata, Buenos Aires, Paraguay, Tu- / cumán, Santa Cruz de la Sierra, Moxos, Cuyo, y Charcas, / con todos los Corregimientos, Pueblos, y Territorios á que se / extiende su Jurisdiccion : de las Islas Maluinias, y Superior Pre- / sidente de la Real Audiencia de la Plata &c.

(3) J. LAZARO, publicó en Madrid, en 1925, un trabajo con el título : *Los incunables bonaerenses*, en el que, por la forma desusada en que fuera escrito, fué severamente calificado por los dedicados a los estudios bibliográficos argentinos. ABEL CHANETÓN, publicó una certera crítica en el *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas* tomo V, 116-119. Buenos Aires, 1926-1927. Lázaro sostiene que el tipo usado en la composición del mentado impreso no parece ser de la imprenta de los Niños Expositos de Buenos Aires y lo mismo sostiene JUAN CANTER, en una conferencia pronunciada en Buenos Aires en 1928, citada por HERAS, en *op. cit.*, 13, quien por su parte con nuevos aportes documentales sostiene la imposibilidad de que en el mes de Mayo se hubiese tirado dicho impreso, citando la declaración del encuadernador Antonio Lopez, quien afirmaba que hasta el día 3 de diciembre «no se había impreso nada de lo que Silva hace cargo en su cuenta sino las *Tablas de Contar*».

contrario, como la inicial en los trabajos del arte tipográfico en esta ciudad» de Buenos Aires. Esta presunción de Medina, de que el formulario, era una *muestra* de los conocimientos tipográficos de Silva y Aguiar, es com, partida por nosotros, y la declaración del encuadernador Antonio López, de que hasta el 3 de diciembre sólo se habían impreso las *Tablas de Contar*, no es indicio suficiente, ni convincente, para negar la tirada de esa *muestra* tipográfica, que como prueba de su conocimiento en el arte de la imprenta, hizo Silva y Aguiar, con bastante anterioridad al funcionamiento formal de la misma, aunque tampoco debemos olvidar lo antes dicho, de que el lugar y la fecha del discutido impreso estan trazadas con tinta y bien pudiera ser, que el formulario fuera tirado en época en que la imprenta entrara en funciones, y entonces se le agregara la fecha con carácter retroactivo, es decir, aquella en que por decreto el Virrey, designara al interesado Laureano Tabora, capitán de una compañía de milicias, en cambio, si puede probarse que los tipos usados en el mismo, no pertenecieron a la Imprenta de los Niños Expósitos, el asunto queda aclarado sin discusión posible. (1)

La actividad que desplegó la primera imprenta de Buenos Aires, desde que su torculo camenzara a funcionar bajo la dirección de Silva y Aguiar, hasta el 3 de abril de 1783, día en que cesó el mismo en el cargo de administrador, nos la revela un expediente dado a conocer en un interesante folleto por CARLOS HERAS. (2) en el que se anotan 115 impresos hasta dicha fecha. Si se tiene en cuenta que el polígrafo Medina sólo registra 63 impresos hasta fin del citado año, este detalle nos demuestra, que casi la mitad de los trabajos estampados durante la administración de Silva y Aguiar, son desconocidos para los estudiosos dedicados a la bibliografía de la imprenta en Buenos Aires. (3)

JOSÉ TORRE REVELLO

(1) Nosotros en Sevilla donde redactamos este escrito, carecemos de los elementos indispensables para hacer la compulsa necesaria.

(2) HERAS, *op. cit.* *Apéndice*, 23-26, reproduce una lista, que reconstruye, teniendo a la vista diversos testimonios que le aportaron los documentos que manejara.

(3) «De la febril actividad de la imprenta en estos primeros tiempos — escribe Carlos Heras — darán idea los siguientes datos tomados de las cuentas de Silva y Aguiar, que ya hemos dicho, señalar siempre una cantidad inferior a la real : almanaques y guías para 1781, 2 280 ejemplares; catecismos. 13.500: gazetas, la primera vez. 1.458; tablas de contar, 2.670; catones, 6.000; cartillas, 65.354 ejemplares en cuatro ediciones» HERAS. *op. cit.*, 11.

EM DEFESA DOS MONUMENTOS

A defesa do nosso património artístico monumental, sempre mais ou menos infrutífera, data de época longínqua, e disso há registo. Um ou outro espírito bem ordenado tomou interesse pela integridade dêsse património. —História petrificada de um povo—como concretizou Herculano. Êstes cuidados, calculo eu, seriam vistos com desdém ou apodados de sentimentalismo, pelos menos hostis. Não vai longe a época em que tais obstinações eram ainda apodadas de *madurezas*. Forças diversas concorriam para que êsses monumentos fôsem vandalizados ou destruídos. Mais nocivo do que a acção do tempo foi o desmazêlo de todos, cabendo a parte de leão aos frades, no que respeita a edificios religiosos. Talvez que esta afirmação pareça exagerada. Veja-se o que aqui mesmo em Lisboa succedeu pelos séculos XVII e XVIII, ao claustro dos Jerónimos. Aí não há que lançar culpas ao terramoto. Foi uma verdadeira ignomínia.

Outra espécie de vandalismo foi o praticado pelos que, preocupados em manifestarem a sua grandeza e poderio ou principalmente pelos que a todo o transe, em arrancos de consciência, procuravam livrar-se das penas eternas, dados os meios de que se serviram para fazer fortuna, e que davam dinheiro a rôdo para que os templos fôsem ataviados de maneira mais ou menos esplendorosa conforme os recursos de que dispunham. Se muitas dessas ornamentações não deixaram de valorizar edificios cujo arcabouço era de pouco valor architectónico, na maioria dos casos os abastardavam, pelo que melhor fôra não os terem aproveitado para tais fins.

Os monumentos de carácter militar, mesmo os mais respeitáveis pelas relações íntimas com a nossa história, não foram mais felizes. Quando não lhes aproveitavam os materiais para outras construções ou para pavimentar as ruas, como succedeu à torre de Beja e Castelo de Guimarães — e cito só êstes, não por terem sido os únicos que sofreram vexames dessa natureza — acrescentavam-lhes edificações com pretendidos fins estratégicos, adultando por completo a estrutura inicial. E nunca se provou a utilidade de tais enxertos.

Tudo assim caminhava, pelo que poucos foram os monumentos que chegaram incólumes até nós. Quando se pensou mais a sério em obstar à continuação dêsse estado de cousas, nomeou-se, a instâncias de Julio Mardel, uma comissão para se ocupar do assunto, onde imperou o architecto Possidónio da Silva, que alguma cousa obteve em proveito da causa, principalmente pelo alarme produzido pelos seus relatórios, acêrca do estado

em que se encontravam alguns monumentos dentre os de maior importância existentes no país.

Pelas Obras Públicas lá se ia olhando para estas cousas com mais alguma atenção, mas sem laboração aproveitável, e até bem nefasta em muitos casos. O restauro da Batalha, se teve alguma vantagem para a sua consolidação, ficou o benefício por aí. Era eu bem novo e já me pareceu cousa condenável a substituição das figuras do pórtico que via executar numa oficina a S. Paulo, em Lisboa, sobre tudo por não serem inteiramente cópia das primitivas, de que ainda existiam elementos elucidativos. Nos erónimos as tropelias atingiram uma meta impossível de transpor, e das obras ali realizadas, até algumas caíram de vergonha.

E se no claustro da Madre Deus se vê uma locomotiva e carruagem de linha férrea, num dos capitéis de um colunelo, aqui, em Belém, admirase um outro decorado com broas. A razão dêsse despropósito contou-ma o canteiro que as esculpiu. Era pelo Natal Êste disparate é evidentemente menos grave, pois possível é que essa goloseima fôsse até do agrado de D. Manuel.

Ao architecto Nepomuceno coube o ocupar-se do restauro da Igreja e dependências do antigo convento da Madre Deus, em Xabregas. Dos meritos dêsse architecto como restaurador, ficou indelével atestado. Tôda a gente cita a ornamentação, a que atrás me referi, de um dos capitéis do claustro, mas o que a muitos escapa, são outras tropelias de natureza mais grave. O pórtico, todos o tomaram por uma restauração baseada nos trechos encontrados ainda de pé, embora entaipados, quando não é mais do que uma cópia servil do representado num dos quadros da sacristia da mesma igreja, e que, embora alguma semelhança deva ter com o primitivo manuelino, há ali interpretação de pintor nem sempre aceiteável, para ser seguida, pelo menos, nos pormenores, e em todo o caso nunca existiu rigorosamente naquele logar. Doutros merecimentos dêste architecto conta o catalogo — edição franceza — do museu da Ermitagem, na Russia.

D. Fernando, vindo de meio mais culto, tomou certo interêsse pelas antiquilhas, devendo-se-lhe o ter impedido que continuassem a desmantelar o Castelo de Guimarães para pavimentarem as ruas da cidade. Quando, porém, comprou o conventinho da Pena e resolveu fazer ali obras, de que encarregou um architecto alemão, verificou-se que o seu critério artistico era abastardado. Êsse convento, como se nos apresentaria interessante se tivesse sido apenas consolidado, conservando-lhe o aspecto primitivo! Entenderam no entanto adicionar-lhe edificação principesca, num estilo com pretensões a manuelino, e como se isso não fôsse já heresia artistica bastante, modificaram também a estrutura interna e externa da parte antiga. Numas ou mais das

antigas celas conventuais, até mandaram pintar a claro-escuro, pelo Bordes, architectura mourisca, cuja pureza de estilo tem a agravante de emparelhar com o manuelino do architecto alemão.

Se o restauro da Tôrre de Belém pode passar sem reparo de maior, o realizado em Évora, no denominado Palácio de D. Manuel, é que excede tudo o que a asneira pode engendrar — e quantos esforços se empregaram para que a ruína fôsse libertada das excrescencias com que um engenheiro, que pelo nome não perca, julgou devê-la ataviar. A única obra impecável verificada neste período um tanto nefasto para os monumentos, foi o da re-integração do templo romano, dessa mesma cidade. Depois é que teve logar o notabilíssimo trabalho realizado pelo artista erudito Augusto Gonçalves, na Sé Velha de Coimbra. E, se é discutível se haveria conveniência ou não em se ter conservado a decoração interna de azulejo, o que dava ao templo aspecto *sui generis*, a verdade é que a obra obedeceu a sãos princípios e foi realizada com grande critério e meticulosidade.

Em matéria de classificação de monumentos bastante se fez, mas não vem para aqui o pormenorizar o facto.

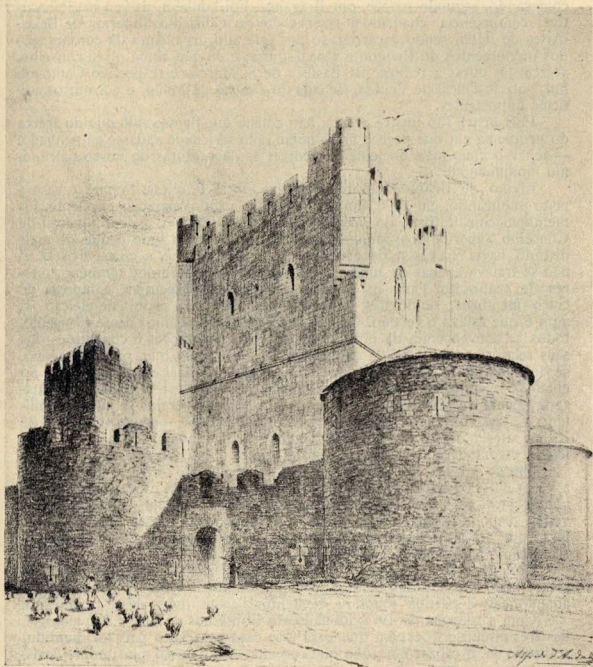
Já com o envelhecimento do architecto Possidónio da Silva, tinha, em extremo, fraquejado a actuação da primeira comissão de monumentos, que a final pouco conseguiu dos seus propósitos, e nem sequer tem a gloria ou a responsabilidade do que então se produziu em matéria de restauraços.

Necessário era, portanto, tomarem-se medidas proficuas para por uma vez obstar à continuação destas aventuras ou falta de interêsse por essa grande causa dos monumentos. Mas ainda desta vez a cousa lhe não correu propícia.

Havia um architecto português, Alfredo de Andrade, que a êsse tempo já tinha demonstrado aptidões excepcionais que lhe deram autoridade para ser incumbido do restauro de importantes monumentos de Itália, pelo que, após a reconstituição do Castelo e Burgo medieval em Turim, verdadeira maravilha, que mal se concebe que um só homem possa ter planeado, pela soma estupenda de conhecimentos necessários para tal se obter, foi julgado digno do titulo de cidadão dessa cidade, honra que até então só fôra concedida a Cavour e a Garibaldi.

Antes, effectuara a re-integração do Castelo de Monte Ferrato, e restaurara a igreja de S. Donato. Fizera também parte da Comissão Municipal preocupada em consolidar a Porta Soberana, de S. André, de Genova.

Para tudo o que realizara tinha uma longa preparação. Pintor distinto, — de quem o Museu de Arte Contemporânea de Lisboa possui um quadro — começou, aí por 1865, a interessar-se pela archeologia artística, estudando e desenhando os pormenores architectónicos mais característicos em diferentes regiões de Itália, estudos que depois continuou em Portugal,



CASTELO DE BRAGANÇA

reprodução de uma fotografia de um desenho de Alfredo de Andrade

começando, segundo parece, por Bragança. Foi também, dada a sua indiscutível competência, chamado a fazer parte do Conselho Superior de Belas-Artes de Itália, sendo encarregado por este alto organismo da conservação dos monumentos do Piemonte e da Ligúria, e ouvido ainda o seu conselho, acêrca das obras a realizar na Basilica de S. Marcos e respectivo Campani-lho, palácio Ducal de Veneza, fachada do *Duomo* de Milão, e em outros edifícios importantes.

Pois bem! Tão ilustre artista, não consta que tivesse sido ouvido acêrca do problema em que parece havia quem com seriedade andasse empenhado: — achar o meio mais eficiente de ocorrer às desventuras do nosso património monumental.

Elvino de Brito, então ministro das Obras Públicas, tomara o caso a peito publicando, em 1898, um diploma que a todos pareceu excelente. Os membros constitutivos do novo organismo criado com a denominação de Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, eram tudo o que de mais distinto havia na classe de eruditos, na crítica de arte, e como artistas. E não se tratava apenas de uma estação consultiva. Deram-lhe também poderes de realização. Tinha para isso uma Comissão Executiva, composta de cinco membros, sendo três indicados pelo Govêrno e dois de eleição. E aqui é que estava o veneno. Com o decorrer dos trabalhos dêsse Conselho, todos se convenceram da inutilidade das suas perorações e conclusões dos seus relatórios, em vista da atitude de um dos vogais, que, pouco a pouco, se foi libertando da tutela a que êsse Conselho, por Lei, o sugeitava. Só então se reconheceu o intento do Decreto que criou este organismo. Trata-ra-se apenas de satisfazer a vaidade de um engenheiro que se julgou habilitado a atacar obras de restaurações em monumentos — o que fez na Sé de Lisboa atesta bem a sua absoluta incompetência — atenuando assim a virulência incomodativa em que era tido e havido como autoridade.

Ora se em vez de tudo isto se tivesse convidado Alfredo de Andrade a vir orientar os architectos novos e velhos nesta senda especial, realizando planos gráficos — dos outros já se estava farto e já se lhe conhecia o proveito — dispondo-se nas obras públicas a que nada se fizesse fora da orientação que nessa circunstância fôse fixada, alguma coisa proveitosa resultaria, mesmo a despeito das deficiências orçamentais.

Com a morte do engenheiro a que já nos referimos, foi extinto êsse Conselho, visto nos últimos tempos só êle ali dominar. Pouco a pouco tinham abandonado a partida todos os elementos constitutivos dêsse organismo.

Com a reforma de 1911, foi dado aos Conselhos de Arte e Arqueologia, das três circunscrições, em que para êsse caso especial o país foi dividido, o direito de fiscalizar em tudo que respeitasse ao nosso património artis-

tico monumental, de que uma comissão sua delegada especialmente se ocuparia.

Os resultados obtidos, se não corresponderam aos esforços empregados, mormente aos da circunscrição do Sul, a sua actuação não deixou de ficar bem acentuada. As reparações importantes no palácio de Sintra; o prosseguimento, do restauro da Sé de Lisboa, a consolidação das abóbadas da igreja dos Jerónimos e restauro do respectivo côro—em que o falecido escultor Costa Mota (tio) tanto se distinguiu—; na igreja de Jesus de Setubal; e a restituição à primitiva forma das ruínas da galeria das Damas—o que resta do palácio de D. Manuel em Évora, etc. No norte, muito se tem feito, e se este Consêlho do Sul, quando exerceu as funções interinas de Conselho de Arte Nacional, nem de tôdas se pode ufanar ou ser tido como responsável, algumas devem ser contadas no seu activo, pelos pareceres que foi chamado a dar. E quantas mais obras não teriam sido realizadas, sem as deficiências do respectivo orçamento a êsse fim applicável! A famosa assistência aos operários sem trabalho ocupados, para a coonestar, nos mais fantasiosos e improvisados serviços, tudo perturbou.

O director geral das Obras Públicas de então, o falecido engenheiro Cordeiro de Sousa, bem contrariado se mostrava por não poder prosseguir, a despeito dos seus esforços, no socôrro immediato a muitos monumentos classificados, o que tanto as circunstâncias aconselhavam.

Mais feliz, o actual director, o ilustre engenheiro Gomes da Silva, já livre dessas peias, tem podido prosseguir mais activamente, embora ainda lhe restrinja os ímpetos a magreza da dotação orçamental de que pode dispor.

A obtenção de competências para se poder caminhar desassombradamente nesses trabalhos, que para lamentar é que não tivesse sido provocada, apareceu agora espontaneamente, embora não inteiramente sazoadada.

Os architectos que se têm ido especializando na matéria, quando agrupados, ampliando-se assim a actual secção do Ministério do Comércio, encarregada dêsses serviços, que de outra cousa não tratasse senão de estudar o que em todos os nossos monumentos haveria a fazer, quer se pudesse contra com verba immediata para êsse fim, quer não, resultaria em extremo proficua a sua acção. Nos casos de maior importância, poderiam êsses projectos ser submetidos à apreciação de um organismo idóneo, superior, qualquer que fôsse a sua denominação, e ficariam então encarreirados, êsses serviços, como convinha à causa que tão grato me é advogar, embora merecedora de o ser com mais desenvolvimento e elevação.

LUCIANO FREIRE

DOIS ANEIS COM INSCRIÇÕES

Possue o Museu Municipal do Porto uma rica coleção de aneis, de épocas diversas e de valor variado, que pode interessar ao estudioso sob diferentes aspectos: arqueológico, artístico, historico e etnografico.

A coleção, ainda por catalogar devidamente, é constituída pelo antigo fundo do Museu Allen, pela coleção particular Moreira Cabral, adquirida em 1908, e por alguns exemplares originarios da Mitra do Porto. Não tendo havido o cuidado de arquivar quaisquer notas que se lhes refiram, é hoje difficil ir mais além, na investigação, daquilo que os proprios objectos nos revelam. O inventario existente nada esclarece. Diz-se ter o illustre arqueologo Prof. Joaquim de Vasconcelos feito um catalogo, quando da aquisição de 1908, mas tal trabalho, se existiu, não se encontra no estabelecimento. Na *Guia* do Museu, que o mesmo professor elaborou a pedido do director interino Rocha Peixoto, e foi publicada em 1902, apenas sete numeros se referem a aneis, sendo, deles, um só tratado em particular. Ora o numero de aneis hoje existente é de noventa. A coleção aumentou depois dessa data com as inclusões mencionadas; se houve qualquer aquisição isolada, ignora-se.

Acêrca de dois aneis com inscrições, farei algumas referencias.

Um deles acha-se indicado na *Guia* do Museu, de 1902 (a unica até agora publicada), desta maneira:

«N.º 87. Anel episcopal (?) visigothico. Todo de ouro massico. Sinete octogono, com a legenda ✠ EMMANVEL; no centro uma sardonía antiga, com um leão gravado. Na orla a legenda ✠ PA | XF | ID | SE | TC | AR | IT AS | em oito secções. Leia-se: *pax, fides et caritas*—paz, fé e caridade. Exemplar de grande valor archeologico. Sec. X. (?)»

O seu peso é de 16,5 gramas.

O desenho, conjuntamente dado, completa a descripção. Fig. 1.

Creio poder admitir-se facilmente como episcopal o anel em referencia, pois reúne as condições que para isso se exigiam. Assim, na *Encyclopédie Théologique*, de Migne (Orfèvrerie), 1856, s. v. *Anneau*. lê-se: «A tradição mais antiga, confirmada pelo uso, ensina-nos que o anel episcopal deve ser de ouro puro. . . . Desde os tempos mais recuados, o anel episcopal era ornado de uma pedra preciosa. Segundo Duranti, esta pedra, polida ou talhada, não devia ter figuras gravadas e n cavado ou relevo; mas o uso neste ponto não foi nem universal ne n absoluto.»

O anel mostra u na gravura concava, propria para sinete, emprego do anel episcopal conhecido já do seculo VI. Representa, co no foi dito, um

leão. «A antiguidade tomou sempre o leão como simbolo da força e da vigilancia, porque ele passa por dormir com os olhos abertos.» Desta razão derivava o «costume de esculpir no espaldar das cadeiras episcopaes duas



✠ P ✠ ✠ F I D S E T C ✠ R I T ✠ S

cabeças de leão.» (Martigny. *Dict. des antiquités chrétiennes*. Paris, 1889). A cadeira episcopal da egreja dos S. S. Nereu e Aquileo, em Roma, tem os braços estribados em dois leões. (*L'Italia monumentale. Le chiese di Roma, II*. Milano. 1916).

A figura do anel quadra, portanto, á dignidade episcopal.

O outro anel, pode dizer-se a antitesse do precedente. Nada tem de opulento: é de prata e de modestissima apparencia. A atençaõ que nos merece deriva tão somente das letras que o adornam.

O desenho junto dará sufficiente ideia dele.

§ H C E B E R I S (IHS) † DIABI † S † A B † N †

E' um anel amuletico, um talisman, decerto com «propriedades maravilhosas», derivadas da legenda nele contida.

As letras, cuja significação me intrigou bastante tempo, a ponto de as considerar como *palavras innotas*, propositadamente traçadas para que o misterio do desconhecido mais influísse no espirito de quem o usava, eram todavia susceptiveis de serem explicadas.

A revelação dá-a o meu illustre mestre e amigo Dr. José Leite de Vasconcelos, eminente arqueólogo, na *Revista Lusitana*, 2.º ano, 1890, ps. 261, desta forma:

«Anel e letras de virtude. Percorrendo em Setembro de 1889 vários mss. da Bibliotheca da Universidade de Coimbra, achei no vol. n.º 214 o seguinte; em lettra, ao que parece, do sec. XVII:

«As letras dalto a baixo escritas com as cruzez sãm hũas letras que trazem em hũs aneis de prata feitas de dentro e de fora; sam muito prouejtozas para todos os accidentes em especial de collica e pedra, e qué (quem) as trouxer se achará muito bem, e postoque as letras em si não tenham virtude, darlhaha Deos por quem he, pois nelle está toda a virtude e bem, pois sam significadoras de lououres seus, conforme aos versos que dellas dependem; usavasse dellas com duvida, em quanto se ná (nam) soube a significaçam. Em S. Crus de Coimbra se acharam da mesma maneira que vam escritas, iá muito antiguas, e dizem que se tinha tanta fé nellas, que as guardavam dentro no sacrário e se punham sobre os enfermos :



D— Deus absconditus, diues, destructor mortis.

I— Imago Dei, intellectus invisibilis.

A— Alpha e omega admirabilis.



B— Bonitas, bonus Messias, mediator prophetá (prophetarum)

I— Iesu iustus procedens index uiuorum et mortuorum.



S— Salvator sanctus splendor gloriá (gloriae).



S— Salus salutaris Dei, seegregatus ab omni malo.



A— Altissimus agnus Dei qui tollis peccata mundi.

B— Benignus Spiritus animarú (animarum) sanctarum.

N— Novissimus sacerdos.



S— Serpens exaltatus in cruce... qui credit in ipso n' (non) pereat, sd (sed) habeat vitam eternam.



H— Homo hostia hostium.

C— Candor lucis eternae, Christus, creator, consolator.

E— Emanuel egenus.

B— Bona radix Jessé, bonus et fidelis.

E— Excelsior caelis factus, expectatio gentium.

R— Redemptor rex regum.



S— Sancte Deus, sancte fortis, sancte et immortalis, miserere nobis—».

Convem notar que estes grupos de letras se encontram, com variantes, na cruz de S. Zacarias (cruz de duplo travessão) «contra a peste e conta-

gios». As variantes constam do aumento de duas letras Z, e da substituição das letras C e E por G e F. Assim vejo numa gravura que possuo, e num folheto publicado no Porto em 1855, onde se diz que estes caracteres foram escritos pelo bispo de Jerusalem S. Zacarias, tendo sido achados em um pergaminho num convento de religiosas em Espanha. S. Zacarias morreu no ano de 633.

Uma outra gravura da minha coleção, intitulada *Das Glückselige Hauss Creusz* (A bemaventurada cruz da casa), 1602, também mostra, entre outras, as letras indicadas, vendo-se no alto da cruz a abreviatura de Jesus (IHS). Dela farei um estudo especial.

A legenda do anel tem u na letra a menos, comparativamente com o ms. de Santa Cruz, o segundo S depois de DIABI, apresentando ainda diferenças na separação das letras e no numero das cruces.

As letras, abertas a buril, eram cheias a massa, de côr negra, de que há ainda vestígios, sendo a gravura apenas feita no exterior do aro.

O anel, que no engaste ostenta o monograma IHS, deve datar do século XVII.

PEDRO VICTORINO

NOVA ARA DO DEUS "ARENTEIUS" DOS IGEDITANOS

(Continuação da pag. 22)

II

A parte, e não menos importante certamente da ara igeditânica, é aquela que abrange as linhas 2 e 3 da epigrafe. Antes de mais, o primeiro ponto a atender é a análise da expressão *Tanginiciaeco*, do que resultará o reconhecimento da sua integridade epigráfica.

O formulário romano obriga o intérprete a ler, com a reunião das duas linhas referidas, uma só palavra: *Tanginiciaeco*; de outro modo, o vocábulo *Tangini* seria um genitivo latino que não tinha, naquele lugar, razão epigráfica de existir e seria illogicamente seguido de outra expressão terminada por uma desinencia de caso latino e.n -o que ficaria isolada. Ha pois impossibilidade epigráfica na cisão da palavra aludida.

O confronto, que logo ao estudioso ocorre, da ara galaica de *Tiaurauceaicus* (1), não tira de todo a estranheza da insólita expressão, se bem que naquela, tratava-se plausivelmente do epíteto locativo do respectivo *Genius*, epíteto bárbaro, e na de agora, *Tangini* é genuinamente nome pessoal, reconhecido da epigrafia e declinavel á latina, tendo sido necessario fundi-lo em molde de vocábulo unico.

Forçoso é pois, reconhecer, dada a redacção epigráfica, que ao deus *Arantius* se após, na lápide igeditânica, um epíteto composto aliás de dois elementos: *Tanginus*, nome pessoal e *-ciaecus*, desinencia adjectival, tambem composta, até agora conhecida só em uma limitada parte da Hispania, para emprêgo hierológico, como veremos no decurso deste trabalho.

O fenómeno é novo, segundo se me afigura, mas só poderá ser explicado, quando da desinencia total for interpretado o verdadeiro sentido.

— 1 —

O substantivo proprio *Tanginus*, na epigrafia lusitano-romana, afecta terminações instaveis, embora *more romano*. Assim, ou termina em *-ius*, o que lhe dá o aspecto de *nomen* gentilicio ou em *-us* e E. Hübner classifica-o como *cognomen*. Esta instabilidade coincide e casa-se com a sua extraterrito-

(1) Vêja-se *O Arqueologo Português*, vol. XII p. 36.

rialidade latina; era vocabulo bárbaro na boca de um romano, mas alatinou-se, conferindo-se-lhe declinação.

Para o problema actual, o facto em si desta variabilidade não tem influencia, mas tem-na a sua declinação, se de caso gramatical se tratar.

Enquanto, como vimos, de *Arantius* e *Arentius* não encontrámos na *Hispania* réplicas hierológicas, se bem que indicassemos analogias filológicas, de *Tanginus* escreve E. Hübner: *nam Tancinus sive Tanginus inter nomina Iberica notae Celtiberica frequentissimum est (M. L. Ibe. p. CXXII)*. Deve porem notar-se que a forma cognominal *Tancinus* é muito mais comum que *Tanginus*, mas qualquer delas é quasi exclusiva da *Lusitania* e pode dar-se como certo que, depois da publicação do vol. II do *C. I. Lat.*, esta desproporção não deve ter-se modificado.

Atenda-se a que no vol. II e Suppl. do *C. I. Lat.*, enquanto as epigramas hispanicas com *Tancinus* são 17 na *Lusitania* e com *Tanginus* 5, na *Gal-laecia* nenhuma se menciona. Pode pois dizer-se que, geograficamente, este nome pessoal é exclusivo da *Lusitania* e assim E. Hübner hesita entre o considerar iberico ou celtiberico.

Na *Africa* latina, aparece desta, familia de denominações, *Q. Tanginius Martialis* e *Tanginia Quintilla* e *Tancinus (C. I. Lat. VIII, n.ºs 6345, 6345 bis e 10945)*. Na *Britannia (C. I. Lat. VII, n.º 52)* encontra-se tambem um *Tancinus*, mas, note-se bem, é de proveniencia lusitanica (1). Nas *Galliae Narbonensis* e na *Cisalpina* não se registam estas denominações pessoais, contudo A. Holder arquivava-as no seu *Sprachschafft*, como celticas. De Apiano extrai a forma grega *Tang-inō-s*, referindo-se portanto á mesma expressão(2).

Esta epigrafe é considerada do sec. I *Tancinus* pertencia a uma ala de cavalaria enviada da *Hispania*. As *alae* constituíam a cavalaria que enquadra-va as legiões romanas; o nosso *Tancino* fazia pois parte de uma ala e

(1) *L. Vitellius Ma/ntai. F. Tancinus./ Cives. Hisp. Cauriensis/ Eq. Alae. Vettonum. C. R. V. Ann. XXXXI. stip/ XXVI. H. S. E. Caurium, cidade dos Vettones, povo da Lusitania.*

(2) *Tang-inō-s*, sob a forma grega, é realmente recolhido por A. Holder (op. cit.), de Apiano e o autor alemão explica-o como *kosename* (nome hypocoristico; apelido ou sobrenome). F. Diez (*Gram. des lang. romanes*, II. 283), occupando-se do sufixo — *inus*, primeiro em adjectivos, depois em substantivos das linguas romanicas, e referindo-se ao seu correspondente italiano — *ino*, diz que, unido á *des mots personnels, il a un sens caessant*. Creio relacionarem-se um ao outro estes dois criterios.

Para Apiano, *Tanginus* era simplesmente o nome de um chefe celtiberico de salteadores. Eis o passo alludido: «*Inde Pompeius versus oppidulum quoddam, nomine Mallam, quod Numantinorum praesidio tenebatur, contendit. Et Mallienses, per dolum caeso praesidio, urbem Pompeio tradidere. Armis ademptis acceptisque obsidibus; in Sedetaniam transiit, ut eam a vastatione Tangini, latronum principis, vindicaret (Appiani Alex. Romanorum Histor., De rebus Hispan. LXXVII. Paris, Didot.)*

estas tomavam os seus nomes dos povos, onde eram recrutadas e onde se obtinham melhores cavaleiros e melhores cavalos. Para a conquista da *Britannia* foram enviadas na 2.^a metade do sec. I e 1.^a do sec. II varias legiões; por esta epigrafe se verifica ter marchado para lá, com as tropas auxiliares, um celtibero da tribu dos *Vettones*.

Todavia a epigrafia igeditânica abunda em onomásticos pessoais de estirpe celtica, com alguns *Tanginus*, como aliás duas das aras publicadas de *Arentius* (*Montanus Tangi, Sunua Camali F.*); outra poderia ser a conclusão se, pela onomatologia, não se pudesse demonstrar a alta influencia celtizante nas inscrições inéditas dos *Igaeditani* (!). Creio pois, poder apreciar-se a razão com que P. Hübner escreveu aquelas palavras. Mas, no testemunho de Apiano, *Tangino*, era um celtibero.

*

Veja-mos agora como se pode interpretar este caso aparente de genitivo latino, que entrou na composição do vocabulo *Tangini-ciaecus* em dativo. Presumo que não é no genitivo latino que se encontra a explicação deste — *i* final; ao contrario. E' que, em filologia céltica, segundo o parecer de autores especializados, o — *i* do primeiro elemento daquela bárbara expressão é admissivel em composição, mas não exclusivamente; assim temos *Bandiari-aicus* e *Turi-brigensis* ao lado de *Turo-brigensis*; tal é nos casos exemplificados, o que pensa *D'Arbois de Jubainville*, citado nas *R. da Lus.* (vol. II, p. 252 e 255) pelo seu preclaro autor, dr. J. Leite de Vasconcelos.

A. Holder, tratando do sufixo — *âco*, em três generos de palavras, pessoas, povos e lugares, relaciona com *i* antes do sufixo, entre outros *Calaci-acu-s Cisi-acu-s Aureli-acu-s, Romani-acu-s, Latini-acu-s, Camilli-acu s*, e isso parece pautar-se pelo criterio do illustre professor francês. E qual seria o fundamento gramatical de tais genitivos? Portanto, compreende-se que esteja aqui *Tangini*, como poderia ser *Tangini-acu-s.*, ao lado daquela série. E ha ainda *Arenti-âcum*, nome locativo na Belgica e *Arenti-âcus*, tambem locativo francês, donde se deriva *Arrancy*, mas considerado nome pessoal o primeiro elemento (Vid. A. Holder, s. v. in Supl.) Mas adiante veremos mais outro exemplo paralelo.

Podemos pois reconhecer que esta palavra, pelo facto de se lêr integralmente, não deixa de ser uma expressão decomponivel.

(!) Tambem não é nas Galias, mas sim na Iberia, que se encontra o maior numero de topónimos com *briga*. E. Hübner, nas duas obras citadas, enumera 33 cidades com essa terminação; 31 relacionam *D'Arbois de Jubainville, Julius Perthes* e Leite de Vasconcelos.

a) Completeemos esta tentativa do estudo da presente epigrafe com a análise da desinencia — *ciaecus* (nominativo), parte restante do epiteto do nume. Esta expressão é tambem por sua vez decomponivel, pois que — *aecus* é sufixo que póde isolar-se do digrama anterior e que pertence a uma familia de desinencias formadas com guturais que, sob a sua fórma latina — *aicus*, — *aecus*, — *ecus* (com os respectivos adoçamentos — *aigus*, — *aegus*, — *egus*) caracterizam principalmente, mas não de modo exclusivo, onomásticos de divindades. (*M. L. Ibe.* p. CX).

E. Hübner, ocupando-se destas desinencias, explica que, conquanto semelhantes a formações celticas, gregas e latinas, a sua frequencia em nomes hierológicos de determinadas regiões da Peninsula mostra que podem dizer-se ibéricas ou, acaso celtibéricas e, um pouco adiante, afirma que a maior parte desses onomásticos podem classificar-se de celtibéricos. Este eminente epigrafista refere-se nomeadamente a duas regiões setentrionais da Peninsula, como são a Galiza e as Asturias (!).

Podemos acrescentar que de facto, não é só celtiberico o que procede da Celtiberia; é bem mais vasto o campo de materiais.

Talagini-ci-aecus, epiteto alatinado da divindade indigena *Arantius*, está portanto, no caso sujeito, de poder classificar-se uma expressão celtibérica.

A. Holder (s. v. — *aicō* no *Supl.*) faz corresponder esta desinencia a *-aecus, -aegus, -egus, -igus*, preguntando se é celtica ou ibérica e exemplifica

(!) *Restat terminationum genus quoddam, quod cum Celticae Graecae Latinae linguae formationibus simile est, tamen ex parte sane propria Ibericum sive fortasse Celtibericum est; ut docet explorum in certis quibusdam paeninsulae regionibus frequentia. Suffrago dico cum gutturalibus formata in -ac -aic -aec -ec, in quibus adhibendis quatenus Graeci Romanique indigenarum sonos proprios mutaverint difficile est dictu (M. L. Ibe. p. CI).*

Itaque etiam deorum nomina haec, etiamsi Celtica quaedam insunt, nam suos sibi deos secum tulisse Celtas . . . propria tamen sunt Iberorum pleraque vereque dici possunt Celtiberica. (M. L. Ibe. p. CXI).

Por seu turno, F. Diez (*Gram. des lang. rom.* II, 283), referindo-se ás formas *Gallaecus, Gallaicus* e á correspondente galêgo, escreve : «on ne peut guère douter que *-aec* ne dérive de l'une des anciennes langues du pays. car aucune des langues soeurs ne connaît ce suffixe; le caractère populaire de cette terminaison n'autorise pas à y voir une formation latine, sur le modèle, par ex. de *Gracus* . . . le nom de rivière Mondego (anc. *Munda*) semble avoir le même suffixe».

E. Hübner (*M. L. Ibe.* p. XCVII) entendendo que a forma *Callaici Callaeci* é a primitiva, diz que *Callaeci* parece ser uma assimilação de *Gallia*, contudo esta não parece celtica. Vid. *Lições de Filologia Portuguesa*, pelo Dr. J. Leite de Vasconcelos (2.ª ed, 1926) p. 129, nota.

com nomes locativos e de divindades, entre os quais se lêem *Gallaecus Lamaecum, Melgaecus, Viriaicus e Ataecina ou Ataegina*.

H. Gaidoz na *Rev. Celtique* (I, 460) occupa-se especialmente de nomenclatura geográfica em que entram varios sufixos, mas diz que a origem celtica dos sufixos antigos *-acus, -aca, -acum, -iacus, -iaca, -iacum* revela-se principalmente no facto de se encontrarem, em grande numero, nos países celticos e «para nomes de lugares», estes sufixos exprimem a ideia de posse.

E' certo que não se trata agora de toponímia, senão de uma desinencia aplicada a um nome individual como epíteto de um nome indígena, mas parece que o sentido proprio desses sufixos (aqui nomeadamente *-iacus*) não se altera por esse facto e o que interessa ao assunto deste estudo é a celticidade alegada por H. Gaidoz, e corroborada por J. C. Zeuss para as formas: *ac-e: iac-* (*Gramatica Celtica*, I, 805 e *sqq.*).

b) Isolado este sufixo, fica o digrama antecedente *-ci-*, como em *Tiauraeicaicus* ficou *-ce-*, pois que o elemento anterior era nesta expressão um radical autentica e graficamente ibérico (!) e como aqui, a desinencia *-aicus* era separavel. E, se na ara galaico-minhota o núcleo fundamental da expressão era o ibérico *Thiaur (au)*, aqui é o celtiberico latinizado *Tangini*

No caso presente pois, ha mais que a desinencia, digamos com E. Hübner, celtiberica já considerada; ha o digrama *-ci-* ou *-ce-*, que tambem se revela em outros, embora raros, onomásticos hierológicos da Peninsula, especialmente do Noroeste e cujo relacionamento e conexão com aquêles é licito estabelecer.

Por uma coincidência, que não pode ser inane, mas traduz um facto etnológico, na *Gallaecia* exclusivamente, são mencionados os *Lares Tormucenbaci Ce-ce-aici* (*C. I. Lat. II, 2472 e R. da Lus. III, 199*), os *Dii Ce-ce-aigi* (*C. I. Lat. II, 2597 e R. da Lus. III, 202*), expressões verosimilmente homónimas e *Mars Cario-ci-ecus* (*C. I. Lat. II, 542 e R. da Lus. II, 306*).

Este ultimo epíteto tem formação de inteira analogia com a de *Tangini-ci-aecus*, sendo tambem, para mais, o nome *Tanginus* de natureza celtiberica e sendo a terminação *-i* de um e a de *-o* de outro compatíveis com formações compostas desta classe, segundo o parecer já mencionado de D'Arbois de Jubainville.

(*Prosegue*)

F. ALVES PEREIRA

(!) Em J. Perthes (*Atlas Antiquus*) vê-se na tab. 17, parat. 38 uma localidade *Thiar* na costa oriental da Hispania. Veja-se *A. Port.* supra citado.

273

O CONDE FERRANT

(Continuação de pag. 41)

II

A Gonçalves Vianna

Naturalmente, — e como sempre succede, — por accudir ao espanto das multidões surpresas, a Lenda havia de substituir-se á Historia que ellas não poderiam conhecer, não comprehenderiam, decerto.

Em face da brusca apparição, da fortuna insolita do extranho personagem

*Qui venus estoit tout esrant
De viers Portingal, son pais...*

e que de repente surgia Par e Condestavel da França, Conde e Senhor de Flandres e do Hainaut: — a Lenda precipitou-se, cega e impetuosa, no vacuo que se fizera nos espiritos, logo suggestionada, provavelmente, pelos despeitos, pela intriga de muitas ambições e de muitas prosapias malogradas.

Começou por offerecer ao estupor geral a facil calumnia de uma enxertia bastarda tanto mais verosimil quanto estas eram então, — e por muito tempo continuaram sendo, — vulgar origem e banal apanagio das fortunas e grandezas senhoriales.

Com a mesma sem-ceremonia que posera em fazer do pae de Joanna do Hainaut um filho de Philippe de Alsacia, — *ung sien filz nommé Baldoïn*. — a Lenda derivou o filho de D. Sancho e de D. Doce, de uma conjunção adultera do Rei de França, — que nunca viera a Portugal, — com a sua bella feúdataria da Flandres, a nossa D. Theresa, — a *Condessa Mahaut*, — que já não estava cá quando fôra gerado e nado o futuro Conde Ferrant, o sobrinho.

E' muito proprio, — essencial até, ás formações lendarias não se embaçarem com os obices da Natureza ou da Historia, por irreductiveis que sejam, nem é menos natural e explicavel, tambem, exercer ás vezes o Absurdo um irresistivel e absorvente encanto sobre o espirito humano que parece

esquivar-se, desdenhoso e insatisfeito, á verdade banal e simples por abraçar-se voluptuosamente ao Maravilhoso e ao Mysterio.

Diga-se, porem, de passagem que por attenuar o disparate inicial, escriptores pouco escrupulosos ensaiaram um outro não menos escandaloso na chronologia, senão mais ainda na ridicula pretensão erudita da correcção.

Comprehensivel na Lenda, o Absurdo é uma desonestidade, uma traição na Historia.

Segundo essa versão correctiva, fôra em França, e quando a formosa filha de Affonso Henriques era já mulher de Philippe de Alsacia, ou quando, na sua desolada viuvez, simulara protegê-la, por interesse proprio, contra os impetos rapaces dos cunhados do Hainaut, o Suzerano francez, que entre este e a Condessa Rainha se gerara... o filho de D. Sancho e de D. Doce. Na chronica rimada de Mouskes o aleive insinua-se já, n'uma allusão graciosamente maliciosa:

Fius iert le roi de Portingal

diz elle, de Ferrant, acrescentando logo:

*Mais ti plusiour par divinal
Disoient k'il iert voirement
Fius la roïne outrement
Mais ele dissoit que c'iert s'ante.*

— «Era filho do rei de Portugal, mas muita gente dizia, por inspiração, — *par divinal*, — que elle era certamente filho da Rainha (a Condessa), por diversa semente. Porem ella affirmava que sua tia é que era.»

E' no famoso *Livro de Balduino* que a Lenda se desnovella e fixa, litterariamente.

— «N'aquelle tempo, — diz elle, alludindo confusamente ao tempo em que Balduino, o pae de Joanna do Hainaut, se afunda no Oriente, — n'aquelle tempo havia em Portugal, — *y avoit en Portingal*, — um Rei que morria deixando dois filhos: um chamado *Tierri*, e o outro *Ferrant*.»

Escusado será talvez lembrar que este Rei — *qui trespassa*, — era o bom Rei D. Sancho, e que *Tierri*, o mais velho dos filhos, viria a ser então o nosso D. Affonso II, como e porque *Ferrant* era o nosso D. Fernando «que depois foi Conde de Flandres.»

Que importava á Lenda que a mãe dos dois tivesse sido a Rainha Doce, fallecida obscuramente muitos annos antes, em 1198, n'este remoto canto do mundo, se a sua apagada figura de que mal se lembraria apenas algum velho crusado dos assaltos de Alvor e de Silves era absolutamente

alheia e extranha aos acontecimentos e ás multidões surpresas pelo inopinado Conde portuguez de Flândres e do Hainaut?

O que esses acontecimentos deixavam entrever com sofrível nitidez, e o que as multidões instinctivamente percebiam por traz d'elles e do aventureiro personagem era a figura viva e imponente da Condessa Mahaut, a sua deslumbrante formosura d'outra ora, a sua ambição energica e astuta, a sua poderosa influencia, o seu prestigio e o seu thesouro.

De Portugal viera ella, tambem, inopinadamente, como princeza encantada, intercalat-se, valorosa e dominadora, na successão flamenga.

Por ella, pela sua mão habil e forte é que entrava na historia e na Casa de Flandres o obscuro moço que ninguem vira, por quem ninguem dera antes, que ninguem sabia como fôra gerado para taes grandesas, como as merecera, como fôra elevado rapidamente a ellas.

Porque o chamara e lhe abriu o caminho a soberba Senhora que se fazia chamar Rainha, que a ninguem cedia o passo, e que hontem ainda repudiara um dos primeiros feudatarios da França, da mesma realenga linhagem que ella?

Um amor de mãe explicaria tudo.

Porque o acolhera e adoptara logo Philippe Augusto cobrindo-o de honrarias, antepondo-o, aos primeiros Barões da sua Corte, preferindo-o contra o parecer da propria Curia real, aos grandes potentados que lhe disputavam a orphã e herdeira de Balduino de Constantinopla, o Imperador latino?

Que mais fizera um pae?

As multidões não fazem Historia, e a Lenda cujo officio é exactamente suppril-la, offerecia-lhes uma explicação que devia facilmente satisfazel-as.

Quando o Rei portuguez soltava o ultimo suspiro, a Rainha, — e a que se chamava tal, na Flandres, era a Condessa Mahaut, — dissera a Ferrant, o segundo filho:

— «*Beau filz*, rasão é que teu irmão seja Rei de Portugal. Requeiro-te pois, e, mando, que te vás a França, ante o Rei Philippe a quem rogarei que te faça cavalleiro e que te receba em sua Corte. Serve-o bem e lealmente que nenhuma cousa na vida te hade valer melhor.»

O moço pozera-se a caminho, acompanhado por doze cavalleiros ricamente equipados, — *moult richement parés*, — que lembram instinctivamente, diga-se de passagem, — os barões flamengos a quem, no dizer de Mouskes, a Condessa-Rainha dera, habil e bisarramente

... garniments
Et grans tieres et grans cevaus
Deniers et armes et guiaus
Pour l'oir de Flandres avoir.

Apresentando-se a Filippe Augusto, em Paris, D. Fernando dissera-lhe: — «Sire: sou um dos filhos do Rei de Portugal que se foi d'este mundo: — Deus tenha piedade d'elle! Chamo-me *Ferrant*, e meu irmão mais velho, chamado Tierri, é ora Rei de Portugal. A rainha minha mãe manda-me a vós e pede-vos mansamente que vos aprouva receber-me em vossa Côrte. E por signal de quem sou envia-vos este anel.» (!)

Explicado com esta persuasiva singeleza o empenho carinhoso da Condessa-Rainha, pelo amor e a ambição de mãe, o anel vae resolver o mysterio da protecção singular, absurda, do monarcha franco, como a cousa mais natural do mundo e da Lenda.

Filippe Augusto pegara no anel, mirara-o attentamente, — *le regarda moult forte*, — e reconhecera-o como sendo o mesmo que dera outr'ora á portugueza Rainha, — *que já pieça luy avoit donné*, — por mimo e lembrança de occultos amores.

E acolhera logo, muito affectuosamente o aventureoso principe, e promettera-lhe muitos bens, e fizera-o cavalleiro, e nomeara-o Condestavel da França — «com quarenta mil libras de gages por anno.»

Mas porque a Lenda tinha de resalvar a discreta prudencia do Rei cujo elogio fazia, não lhe sendo, naturalmente, desagradavel intrigar um pouco o pobre Infante forasteiro com os seus proximos vassallos flamengos, Filippe Augusto dissera-lhe tambem:

— «Primeiramente quero que sejas informado de uma cousa: — é que claramente teu pae, — que Deus haja em misericordia! — foi meu servo por mim resgatado, — *fut mon serf devers moy racheté*, — porque o soccorri contra o Rei de Hespanha que lhe fazia grandes guerras. E tal é teu irmão. Considera bem isto e como tal procede para que não hajas de ser prasmado.»

Ao que Ferrant respondera, entre respeitoso e sentido:

— «Sire, pela honra que nos fazeis vos agradeço, e requeiro a Deus que vol-a pague. Mas d'essa servidão de que me falaes, nada sei, nunca fui sabedor, ninguem me informou de tal cousa, e se outrem, que não vós, me dissesse tal, teria eu grande freuma. Se vos apraz, Sire, exaggeraes o caso, — *s'il vous plaist Sire, à tant vous desportes.*»

N'estas ultimas palavras postas na bocca do brioso filho de D. Sancho I, parece revelar-se, inconscientemente, um rebate de verdade e de justiça, no espirito do compilador da lenda, aliás servilmente identificado com ella.

— *Par divinál*, — tambem, ou mais tarde reforçada pela despeitada so-

(!) *Le livre Baudoyñ.*

berbia franca, a onda da malsinação política e das cubiças malogradas não havia de contentar-se com macular a procedencia lidima do aventureiro portuguez que ia continuar, tentando reconstruir, a grandesa e a independencia flamenga.

Havia de lançar-lhe no caminho a semear desconfianças e retrahimentos nos brios e dedicações dos seus novos vassallos, este aleive não menos absurdo, mais efficaz talvez, mais incommodo e perigoso,—no tempo e no meio;—o de uma condição hereditariamente servil, o de uma grandesa de emprestimo, acrescentada á vassalidade ligia talvez como disfarce do arbitrio e da corrupção Real.

—“Servos”—o filho e os netos de D. Affonso Henriques! . . .

Como são antigas, — que até parecem ingenitas, — certas obsessões de vaidade e de ignorancia que tantas vezes teem exposto a França ao escarneo e ao odio dos outros povos!

Mas seria, a bem dizer pueril, discutir agora o estupendo disparate que aliás se reflecte ainda, com mal disfarçada sympathia, em escriptores modernos.

De resto, Ferrant só muito mais tarde percebe a insolita generosidade e a insolente pretensão do Rei, segundo a versão lendaria, que na historia elle bem deveria saber o preço que pela primeira pagara a tia.

E' quando um dia, em vespera de defrontar-se com o Suzerano, em combate, um mensageiro da supposta mãe lhe vem dizer ao ouvido que Filippe Augusto era seu verdadeiro pae que o gerara n'ella quando viera a Portugal — *où il fut longuement*, — ajudar o finado Rei portuguez contra “o Rei de Hespanha.”

Ferrant recorda-se então do episodio do anel, e comprehende que se tinham amado os dois: — *et se pensa lors qu'ilz avoient eu amour ensemble*.

E' claro que esta, como todas as lendas, não nasce feita, completa, n'um dado momento ou sobre um só e determinado acontecimento historico.

Germina e forma-se lenta e váriamente, ramificando-se, assimilando, apprehendendo, entretecendo factos, ideas, paixões, interesses diversissimos, consequentemente: — baralhando a chronologia como e porque baralha, deturpa e confunde a historia.

E tanto, que exactamente n'essa confusão cahotica é que difficilmente, mas interessantemente, se consegue, ás vezes, surprehender a propria chronologia e historia da Lenda.

Assim, no *Livro de Balduino*, escripto um seculo talvez depois dos acontecimentos que rememora, — pelo menos na sua forma subsistente actual, — aquelle “Rei de Hespanha” é certamente o *Mouro*, — o Imperador e Califa de Marrocos, — não já o terrivel Yussub com quem o nosso D. Sancho I e

os valentes cavalleiros e peões portuguezes da sua escola, teem de haver-se; — não, tão pouco o terrivel Yacub-ben-Yussuf que esmaga o exercito de Afonso VIII de Castella em Alarcos, em 1195:—mas o novo Almohade Mahommed-ben-Yacub, o *Rei Verde*, contra o qual o monarcha castelhano chama d'alem Pyreneus uma verdadeira crusada de francos, allemães e outros forasteiros que por sinal o abandonam nas vespersas da batalha das Naves de Tolosa, em junho de 1212.

O que é, porem, mais curioso, é que quando Ferrant entra em França, e feito Conde de Flandres, por este facto se torna homem-ligio, Par e Condestavel de Philippe Augusto, é nora d'este ultimo e mulher do herdeiro Real, uma concunhada do Infante portuguez, filha d'esse mesmo Affonso VIII de Castella e irmã da mulher d'aquelle mesmo Tierri,—o nosso Affonso II,— a quem se refere a lenda com tão profunda e suspeita ignorancia de tudo isto.

III

A Brito Aranha

Como se não bastasse o anel enviado pela Rainha portugueza,—evidentemente a Condessa-Rainha,— ao Rei franco,— ou a estupenda idéa de ser filho dos dois o inopinado Ferrant, para explicar a magica fortuna d'elle, n'uma evidencia irresistivel e banal que devesse penetrar nas mais rombas cabeças flamengas, tão insolita havia de parecer essa fortuna, tanto deveria surprehender e enlear a singular ascenção do obscuro moço, que outras causas haveriam de procurar-se e acrescentar-se para satisfazer o espanto das multidões.

A lenda faz decorrer um largo intervallo de grandes acontecimentos entre a primeira apparição de Ferrant na Côte franceza e o seu casamento.

E enquanto o conserva ao lado e no serviço do Rei, o *Livro do Balduino* só tem para elle admirações e louvores, truncando e deturpando novamente a historia em sua honra e interesse.

Um dia chega a Paris a nova de que uma forte expedição de João Sem Terra invade e avança do lado da Gasconha.

Ferrant antecedendo o Rei marcha a combatel-a á frente de dois mil cavalleiros e de dez mil homens d'armas.

Por signal que para fazer mais digerivel e verosimil o novo absurdo, acompanha o novel Condestavel, Guilherme des Barres, personagem que todos conhecem.

Ferrant derrota o inglez, mata o Conde de Gloucester, apodera-se do proprio João *Sem Terra* a quem trata por primo,—*beau cousin*,—e enviando-o a Philippe Augusto pede e obtém d'este que não mande cortar a cabeça ao regio prisioneiro.

Philippe Augusto, n'um grande desvanecimento paternal, sempre, concede ao seu querido Condestavel, João *Sem Terra* para que faça d'elle o que lhe aprouver.

E o que elle faz é dar-lhe a liberdade, prescindindo bisarramente de qualquer resgate, e recommendando-lhe que não volte a levantar mão armada e inimiga contra a auctoridade e a terra do Rei de França, seu Rei e Suzeirano, de ambos.

D'esta vez não é bem uma sobreposição, mas uma anticipação lendaria que parece revelar-se.

Foi em 1206 que João *Sem Terra*, attrahido pelas promessas de Guy de Thouars, o Regente da Bretanha, se atreveu a vir desembarcar na Rochella, internando-se até Angers que desalmadamente incendiou. Deve ser esta a expedição da Gasconha, da lenda.

Em vez, porém, de deixar-se aprisionar pelos francezes, o Rei inglez não esperou por elles, e reembarcando açodadamente, foi gosar no seu paiz a tregoa que lhe obtivera o legado pontificio.

Gloucester, tanto não se deixou matar que em 1215 era um dos primeiros a impôr e firmar a Magna Carta.

E quanto a Ferrant, o nosso *Rex Ferdinandus*,—que teria então 18 annos, muito provavelmente não teria pensado ainda em fazer a jornada da França, pois que continuando obscuramente em Portugal, aqui roborava, com o pae, o bom Rei D. Sancho, e com os irmãos, o foral de Guardão, e tres annos depois, em 1210, o de Ferreiros, Fontemanha e Valdaviz.

Confundiria ainda, ou tambem, a lenda, o Infante portuguez com o prestigioso Afonso VIII de Castella, n'este curioso episodio da Gasconha?

A licção de todos os dias diz-nos que não ha confusões inverosimiveis na exagase lendaria.

Sabemos já que logo depois de por mediação de João *Sem Terra*, ter casado a filha com o herdeiro real da França, Afonso VIII procurára expulsar da Gasconha os inglezes, reivindicando essa provincia para si, e chegando a apoderar-se de boa parte d'ella, como promettido dote da mulher, a filha de Henrique II de Inglaterra. (1)

Em vez, porém, de pensarmos em deslindar a imaginosa e absurda ver-

(1) Lafuente, *Hist. de Esp.*

são, vejamos como o *Livro de Balduino* promove a Conde de Flandres e do Hainaut, o Condestavel da França, invertendo a ordem e a razão necessaria da tradição juridica que derivava a investidura do cargo, da successão no feudo.

Não é menos simples, menos suggestiva e natural,—é até de uma ingenuidade encantadora,—a explicação do extraordinario successo, considerada a ingenua naturalidade das concepções medievas.

Estava Joanna, a herdeira de Balduino, em Bruges, quando passára por ali um cavalleiro flamengo, Thierry de l'Escluse, que regressando de Paris lhe dera novas do que lá succedia.

—«Senhora,—dissera-lhe,—pelo Santo Sacramento! é vindo á côrte do Rei o mais gentil cavalleiro que o firmamento cobre, — *le plus bel chevalier qui soit soubz le firmament.*

«Chama-se *Ferrant de Portingal*, e o Rei fel-o seu Condestavel.

«Filhou por força o Rei João de Inglaterra; matou em batalha campal o Conde de Gloucester, e deu a liberdade ao Rei inglez sem lhe exigir nenhum resgate.

«E' mais alto quatro dedos que o mais alto cavalleiro da côrte, e é um dos mais valerosos que ahi haja. E' filho do Rei de Portugal que morreu não ha muito,—*n'a pas gramment*,—e tem um irmão chamado *Thiery* que ora é Rei de Portugal.»

Joanna herdára dos paes, ou recebera no pouco tempo que vivera com elles e na côrte flamenga, o gosto das cavallarias e dos amores imaginosos; as inclinações do cultismo litterato e das epicas galantarias dos troveiros.

O pae, o grande Balduino, começára por ensaiar o genio rebellão nas jstas poeticas, trovando em provençal.

A mãe, a pobre e amorosa Maria de Champagne, apaixonada pelo bello romance de *Lanceloto do Lago*, dera um episodio d'elle por thema a Christiano de Troyes para que lhe fizesse o *Lanceloto de la Charette*.

E ella propria, a orphanada menina, quando Fernando de Portugal lhe ia apparecer nos sonhos da plena adolescencia, como encantador heroe de um romance novo, enlevava-se talvez na leitura do que lhe acabava de consagrar Manessier, o continuador do Percival: (1)

... *Jehane, la contesse*
Qui est de Flandres dame et maïstresse
Et par ce que tout je apris
De ses bones mours à délivre,
Ai en son nom finé mon livre.

(1) Diniaux, *Trouvères*, etc. cit. Le Glay.

Isto não o diz a lenda, mas não será indiferente á historia.

O que a lenda continúa contando é que logo se captivára a alma solitaria da Condessinha na imagem e no louvor do desconhecido aventureiro, começando a scismar em como poderia ser o marido que a merecesse aquelle príncipe encantado das terras luminosas e floridas do Sul:—*et pensa comment il pourroit estre son mary.*

Amorosamente impaciente, chama vinte nobres cavalleiros e grande numero de donas e donzellas da sua côrte, e põe-se a caminho de Paris, com o fim ostensivo de fazer a sua menagem ao Suzerano que a recebe e festeja magnificamente.

Com a impetuosa franqueza de uma natureza opulenta e moça de grande dama que se sente oppressa e revolta em fundos e subitos anceios, pede ao Rei um marido que se lhe sujeite e a estremeça, enamorado, e que, ao mesmo tempo, a domine e governe nas soberbias e caprichos da sua hystérica prosapia de mimosa e altiva Senhora.

—«Dona — disse-lhe docemente o Rei, — tenho quatro filhos: tomae o que vos aproveer.

—«Sire, — respondeu-lhe ella, — «agradeço-vos, mas não sou digna de subir tão alto. Sinceramente vos digo que desejo casar um pouco mais baixo. Porque vos confesso, Sire, que sou de compleição altaneira—*fai ung peu la manière trop grande*,—e que sou muito freimosa, e não me pertence que o seja com um de vossos filhos. Não me importará que o marido que obtenha seja rico, pois que eu o sou bastante. Não peço senão que seja tal que me soffra a sanha e os ralhos.

—«Dona, — declara-lhe, condescendente, o Rei, — «pedi-o tal que vos agrade e logo vol-o darei.

—Sire, peço-vos Ferrant de Portugal.

—«Dona, — responde-lhe alegremente Philippe Augusto, — «apraz-me muito a escolha, tanto mais que fico seguro de vos ter por amigos.»

Ferrant não se fizera rogar, é claro.

—«Ferrant, — disse-lhe o Rei, — «convem-te agora casar com a mais rica mulher d'este seculo em que vivemos, mas, por Deus! te peço que não te enchas de orgulho. Nunca te levantes contra os francos, e que os teus vizinhos não te molestem sem razão.

—«Sire, — protestou Ferrant, — não permita Deus que eu incorra em tal laube. Fazei de mim o que fôr vosso talento e contentamento.»

Então fel-os desposar o Rei, e durante quinze dias as bodas, recebendo Philippe Augusto a menagem de Ferrant e dos dez outros Condes feudatarios de Flandres.

Partindo de Paris, foram-se os egregios noivos a Noyon onde se demoraram dois dias.

De Bruges, mandou Ferrant que ali viessem prestar-lhe juramento, e reconhecel-o, os Senhores e barões, e todos os conselhos das cidades de Gant e de Ipre, de Poperinghe, de Courtray, de l'Escluse, de Dam, e das mais importantes cidades de todos os condados flamengos.

Veio primeiro o Conde de Bolonha que havia de representar nos acontecimentos proximos um importante papel, e o Conde de Eu, e o de Au-merle, e o de Ponthieu, o de Saint-Valléry, o de Guines, o da Hollanda, o da Zelandia, e todos fizeram as suas menagens, e de todos foi o novo Conde recebido e aceito, cordealmente, segundo a lenda, porque na versão d'ella Ferrant foi por muito tempo honrado e querido por grandes e pequenos, amava Deus e a Igreja, guardava justiça a todos, procedia bem, em summa, — *avoit bon sentiment*, — até que um dia, — o dia em que mostra valorosamente não ser «o servo» do Rei de França, — todas estas bellas qualidades desaparecem, todo este entusiasmo panegyrista se esvae como fumo, e o aventureiro portuguez passa a ser uma odiosa creatura, — *il se fist hounir par son outrage*.

Vejamos, agora, como isto foi... na Historia.

(*Continua*).

LUCIANO CORDEIRO

SOBRE ALGUMAS FIGURAS RUPESTRES DO SANCTUÁRIO PRÉ-HISTÓRICO DO GIÃO

Há anos já o R. P. José Saraiva de Miranda, a quem a arqueologia nacional deve os maiores serviços, descobriu no Minho o santuário pré-histórico do Gião. Tempos depois o Dr. Alves Pereira visitou este local na companhia do seu descobridor e pôde analisar algumas das gravuras esculpidas nas rochas que se encontram no alto de esta montanha. De acordo com estes investigadores estudei mais tarde detalhadamente esse enorme santuário e a sua riquíssima série de gravuras rupestres.

O artigo que agora é publicado deve-se ao resultado do estudo de conjunto que Alves Pereira, Saraiva de Miranda e nós ali realizamos.

O Gião é um alto monte (804^m) que abruptamente se levanta entre as povoações de Cabana Maior, Paredes do Vale e Buímo, a alguns quilómetros para o norte dos Arcos de Vale de Vez. Ali, e lá no alto, nasce um ribeiro na Fonte dos Sete Olhos de água pura e frigidíssima, ribeiro que depois de passar em Paredes do Vale e engrossado pelo caminho por outros ribeiros se vai perder no Lima.

O perfil curioso, de este monte, o de um grande cone truncado avista-se de muito longe. Isolado entre as montanhas circunvizinhas termina num planalto ou melhor numa vasta bacia que forma um enorme anfiteatro com mais de 1 quilómetro de comprimento por 800 metros de largura, e onde quasi todas as grandes lages de granito estão cheias de gravuras rupestres.

Há no Gião grandes rochedos também, mas excepcionalmente se encontram nêles gravuras (nos das Eirinhas e do Voltijoso). É a lage horizontal ou ligeiramente inclinada e quasi razando a superfície do solo, o local escolhido para essas pictografias. Este facto tem sido já apontado noutros locais. No nosso paiz mesmo, a lage das Ferraduras Pintadas, a dos Cantinhos ou Bouças Velhas (ambas cêrca de Lafões) (!) etc., estão nas mesmas circunstâncias. Em Hespanha os exemplos também abundam. As

(!) Amorim Girão—Antiguidades pré-históricas de Lafões. *Publicações do Museo Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra*. (Memórias e Notícias). pag. 40 e seg. Coimbra, 1921.

gravuras da Eira d'os Mouros (1), Torre de Hércules (2) arredores de Oya (3) Pontevedra (4) Ciudad Rodrigo (5) Lage de los Hierros (6) etc. mostram claramente esta localização.

No Gião o facto é bem frisante; a escolha do grande penedo, e eles abundam neste monte, é excepcional. Assim, por exemplo, no Côto das Abatuas (7) (um dos locais do Gião mais rico em gravuras) o intuito de as fazer só nas superfícies rochosas que obedecem às circunstâncias referidas fez abandonar os grandes e elevados penedos que se encontram junto das lages insculturadas neste ponto, apesar de neles haver vastas superfícies planas onde o Homem pré-histórico poderia gravá-las e ficando elas a melhor recato. A explicação de êste facto é um problema ainda sem solução.

O Gião ergue-se no meio de uma região rica em vestígios arqueológicos e no meio de uma vasta região onde abundam as antas. Quem seguindo dos Arcos para êste santuário fôr por Penacova, onde ha uma importante estação pré-histórica da idade do bronze (inédita) encontra-se no alto de uma serra chamada a Cumieira (carta geodésica n.º 4 com a cota de 471 m.) De êste ponto da serra em direcção à freguezia de Paredes do Vale encontra-se no caminho um castro que deu espólio notavel em utensilios, cerâmica etc. pré e proto-históricos, no local chamado Côto da Pena (8). A' esquerda de êste castro há um caminho que leva o viajante ao santuário, sempre pelo alto da serra e que passa na Chã de Arcas onde existem vestígios de muitas mamôas que estão na sua maioria muito destruidas; só numa de elas se observam ainda dois esteios.

(1) J. Cabré Aguiló.—Arte rupestre Gallego y Portugués; *Mem. de Soc. Port. de Ciências Naturais*; n.º 1, série antropológica e arqueológica, pag. 14, Lisboa, 1916.

(2) ibidem. Los grabados rupestres de la Torre de Hércules (La Coruña); sep. da *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, pag. 6, Madrid, 1915.

(3) Eugénio Jalhay. Los grabados rupestres del extremo sudoeste de Galicia (alrededores de Oya; provincia de Pontevedra); *Bol. arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, t. VII, pag. 373 e seg., Orense, 1926.

(4) Sobrino Buhigas. Sobre los orígenes y fundacion de Pontevedra; *Faro de Vigo* n.º 17296, ano 71, 1923. Obermaier salienta bem este facto para a Galiza no seu trabalho: Impressões de un viaje prehistórico por Galicia; sep. do *Bol. arq. de la Com. Prov. de Mon. Hist. y Art. de Orense*, pag. 19, Orense, 1923.

(5) Breuil—Roches gravées de la Péninsule Ibérique; Sep. do *Compte-Rendu du Cong. de Rouen de l'Association Française pour l'Avancement des Sciences*; Paris, 1921.

(6) J. Cabré y Hernández Pacheco. Avance al estudio de la pinturas pre-históricas del Extremo Sur de España (Laguna de la Janda) *Mem. n.º 3 da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas*, pag. 34, Madrid, 1914.

(7) A palavra Côto nesta região significa pequena elevação de terreno, outeiro. Alves Pereira. Cinegética e Arqueologia; *O Archeólogo Portuguez*, vol. 20, pag. 241, nota 3, Lisboa, 1915.

(8) F Alves Pereira—Cinegética e Arqueologia; *O Arq. Port.* Vol. 20 pag. 244, Lisboa, 1915.

Estas mamôas têm, em regra, 70^m de circunferência por 1^m a 1,5 de altura e são constituídas por terra e pedras. No próprio santuário e no ponto de mais elevada cota (Alto da Costa) existe também outra mamôa do mesmo tipo onde um esteio de pé marca o local da camara funerária.

Para lá do Gião entre este monte e as altas serras do Guidão, Outeiro Maior, Entre-Outeiros etc., estende-se um vasto planalto ou portela, atravessado pelo caminho que liga Cabana Maior ao Soajo. As suas cotas variam entre 728.^m e 740.^m; é a Chã do Mezio. Aqui existem dezaseis antas; muitas, destruídas outras em razoavel estado de conservação. Elas eram cercadas pela mamôa que obedece ao mesmo tipo das de Chã de Arcas (1). O mais intacto de todos estes dolmens esclarece-nos sôbre o modo da sua construção. A mamôa é composta por pedras e terra e tem 50 a 60.^m de circunferência; os esteios da anta foram colocados de maneira que se sobrepõem successivamente uns aos outros (2), e não tôpo a tôpo como mais vulgarmente se observa. Este processo de construção nota-se também noutros pontos do nosso paiz, como por exemplo, nos dolmens do Vale do Ancora (3).

Continuando para o norte, no ponte mais elevado de esta região (1415^m), no Alto da Pedrada, na montanha chamada Outeiro-Maior há uma larga planície — Lamas do Vez — assim denominada por aqui têr a sua origem o rio Vez. Nesta planície existem também seis mamôas hoje muito arruinadas mas obedecendo ao mesmo tipo descrito acima. Próxima encontra-se também uma outra lomba da serra conhecida pela Chã do Calcado a 1250^m. Neste local existe uma bela anta ainda que bastante destruída e a 60^m. para E. de este monumento encontram-se ruínas de um outro do mesmo tipo.

A N. E. do Alto do Pedrinho, também em plena região montanhosa, fica o Alto do Campelo (freguesia de Gavieira) onde há o maior dolmen conhecido nesta região.

Um pouco para o Oriente do Gião na freguesia de S. Jorge mas nos seus limites com a de N.^a S.^a do Vale fica a Chã do Porrêdo, já nas vertentes do Lima. Ali se vê ainda restos de uma mamôa. Ela é constituída por terra e cascalho grosso. Há no entanto uma particularidade curiosa na sua construção para a qual Alves Pereira chamou a atenção dos investigadores. Assim as pedras juntas á camara estavam dispostas como as telhas de um telhado, isto é, imbrincadas.

(1) F. Alves Pereira — Um passeio archeologico no Concelho de Arcos de Val de Vez — Visita ás antas da Serra do Soajo. *Arch. Port.*, VII, pag. 197, Lisboa, 1902.

(2) Alves Pereira — Um passeio archeologico etc; *Arch. Port.* Vol. 7, pag. 201.

(3) Martins Sarmento — Observações acêrca do Valle de Ancora; *Pantheon* pag. 2 a 20, Porto, 1890-1881.

Saindo de Chã do Porrêdo e galgando a encosta para E. encontra-se o Alto das Raposas onde existem vestígios de 4 antas e rochedos com gravuras. Mais além, sempre na mesma direção, no Alto do Sobredinho há outra anta e no Côto do Villar dos Ossos que fica perto encontram-se também 6 antas cujas mamôas obedeceram ao mesmo tipo de construção da da Chã do Porrêdo. E' uma característica curiosa dos tumulos de esta parte do concelho dos Arcos (1).

A E. N. E. da igreja do Vale na cota de 470.^m fica o Alto das Pias onde se vêem mais antas (talvez 9), com as características das da Chã de Arcas. Aqui existe um outro castro — o de Vilarinho —. Na mesma região, nos Prados do Vale, há mais 2 mamôas (ou 4).

Para o lado do Sistelo está a Serra da Anta onde se notam as ruínas de um de estes monumentos funerários como em ruínas está outro que se encontra junto ao caminho que liga a freguezia de S. Jorge à do Ermêlo.

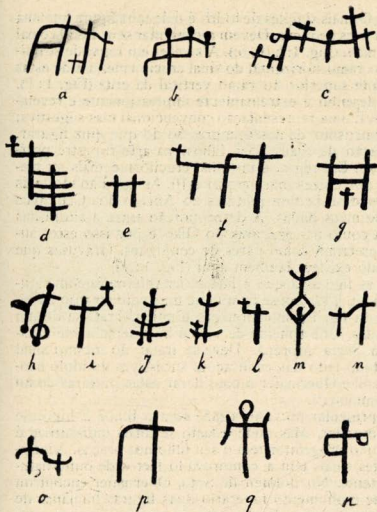
Todos estes monumentos em número de 53 foram visitados por Alves Pereira há anos (2).

Recentemente buscas continuadas por Saraiva de Miranda entre o Gião e a rude freguezia do Ermêlo mostraram a existência de uma outra vasta região dolmênica que se estende das margens do Lima ao santuário donde provêm algumas das gravuras que aqui serão estudadas. E' no meio de esta vastíssima região onde as antas abundam que se levanta sobranceiro e isolado o Gião, verdadeiro altar a devindades ou cultos há muito mortos, monte que atrae sempre os olhares de quem percorre estas ásperas serra-nias, pelo seu curioso perfil.

Um observador no meio do Chã do Gião está cercado por uma linha de pequenas ondulações que formam a bordadura do vasto anfiteatro ou bacia que occupa o alto do monte. A erosão arrastando a terra deixou desnudados rochedos e grandes lages de granito nas quaes se encontram as gravuras. Só para o Sul em direção a Paredês do Vale há um portêlo junto ao Côto do Freixo por onde se escôa a ribeira que nasce na Fonte dos Sete Olhos. A existência de esta fonte no alto do monte deve ter contribuído

(1) Alves Pereira — Um passeio archeologico etc., *Arch. Port.* VII, pag. 206 onde o autor mostra a analogia que se nota entre este modo de construção e o das marchets belgas estudadas pelo Barão de Loe.

(2) Alves Pereira — Um passeio archeologico etc., *Arch. Port.* VII, pag. 183 e Novas mamôas da Serra do Soajo; *Arch. Port.* VIII, pag. 72.



GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

a—Côto da Fonte das Abatujuas. b—Côto da Fonte das Abatujuas. c—Face sul do penedo do Voltijoso. d—Côtito do Gião (n.º 3). e—Lage entre o penedo do Voltijoso e Côtito do Voltijoso. f—Face sul do penedo do Voltijoso. g—Côtito da Fonte dos 7 Olhos ou do Facho. h—Côtito do Freixo. i—Face sul do penedo do Voltijoso. j—Face norte do penedo do Voltijoso. k—Face norte do penedo do Voltijoso. l—Côtito da Fonte das Abatujuas. m—Côtito da Fonte das Abatujuas. n—Côtito do Gião (n.º 2). o—Côtito da Fonte das Abatujuas. p—Côtito do Gião (n.º 2). q—Côtito do Gião (n.º 2). r—Côtito do Gião n.º 3).

muito para a escolha dês-te local pelo Homem de outras eras. Na verdade só na base do monte e a mais de uma hora de caminho por ásperas encostas se volta a encontrar água. E assim como ela muito contribuiu para podermos fazer o estudo de essas gravuras durante o tempo que ali estivemos em pleno verão e com um sol abrasador, assim ela deve ter tido influencia na escolha do local.

Essa orla de pequenas elevações ou côtos na crista do monte e a grande escavação central do cume da montanha proibem que da chã se aviste a magnífica paisagem circunvisinha e o observador sente-se como que dentro de um templo enorme, isolado do exterior e cercado por todos os lados por lages com centenas de gravuras nelas insculptadas.

Dentre estas permitir-nos-hemos chamar a atenção dos estudiosos para algumas particularmente curiosas.

Um facto de alta importância que se observa nas figuras do Gião é o ter-se representado grupos de figuras humanas in-

tivamente ligadas entre si. O mais simples de todos é o de uma figura humana adulta dando a mão a outra mais pequena. Devem representar sem dúvida o pai ou a mãe com o filho pela mão. (Fig. 1: h, n, o). Às vezes em lugar de se unirem pelas extremidades do ramo horizontal do sinal cruciforme, um de estas apoia-se sobre a extremidade superior do ramo vertical da cruz (Fig. 1: f). Na sua simplicidade este desenho é extremamente impressionante e revela-nos a existência de famílias. É uma representação convencional mas sugestiva; o gravador no seu esquematismo dá-nos a impressão do que quiz figurar. Em Espanha a representação de mães com filhos, na arte rupestre post-paleolítica, é muito diferente. Em regra, é um sinal cruciforme mais ou menos complicado e cercado por cruzeiros mais pequenas⁽¹⁾. As do Gião são mais típicas. Breuil e Obermaier descobriram pinturas no Abrigo dos Canjorros em que há figuras de mãos dadas. A desproporção entre a altura das pinturas não é tão nítida como nas gravuras do Gião e por isso estes autores justamente as interpretaram como pares de conjugues. Gravuras que tenham o mesmo significado existem também aqui (Fig. 1: e).

Mas se compararmos as figuras a que acima se fez referência com algumas do mesmo local (fig. 1: h, j, k,) tem-se como que uma confirmação da hipótese apresentada. Em *h* da fig. 1 a interpretação é nítida. Trata-se de um par de figuras de mãos dadas. Ora a maior de elas é bem semelhante a varias pinturas rupestres da Serra Morena. Deve-se tratar do mesmo sinal mais esquematizado. O estudo feito das estilizações sucessivas do idolo neolítico feminino levaram Breuil e Obermaier a considerar estas pinturas como representações do idolo feminino⁽²⁾.

Ter-se-hia querido representar no Gião a mãe com o filho? É hipótese que não nos repugna a acreditar. Mas onde o facto se torna indiscutível é nas fig. i, l, m, (fig. 1). Aqui o progenitor tem o seu filho nos braços. A interpretação que damos a estes sinais tem a comprová-lo factos de outra natureza que a apoiam fortemente. No dolmen de Soto, Obermaier encontrou gravada num esteio de este monumento funerario duas figuras humanas de um estilo já esquemático em que uma de elas estende um braço sobre a ou-

(1) Hernandez Pacheco — Estado actual de las investigaciones en España respecto á Peleontología y Prehistoria, Congreso de Valladolid, fig. 42 pag. 57., Cabré. Los grabados rupestres de la Torre de Hércules, est. II, fig. 3.

(2) Breuil e Obermaier — Rapports sur les travaux de l'a mée 1913 en Espagne; *L'Anthropologie*, pag. 23, fig. 11, Paris, 1914.

ibidem, ibidem. Travaux exécutés en 1912; Sep. de *L'Anthropologie*, XXIV, 1913, pag. 8.

tra que é mais pequena. Junto a este esteio estavam dois esqueletos humanos um de um adulto outro de uma criança (1).

As vezes os grupos complicam-se então devem representar varias pessoas de familia, e, facto curioso, as dimensões dos sinais cruciformes vão diminuindo sucessivamente (Fig. 1: a, b, c, d, f, g.), como que indicando gerarquias ou idades cada vez menores. No grupo representado em b (fig. 1)

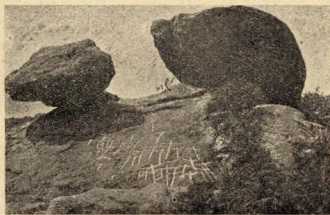


FIG. 2 — PENEDO DO VOLTIJOSO (FACE SUL)

a primeira figura deve indicar um homem, assim o mostra o enorme *phalus* que foi desenhado.

Curiosa é também a primeira gravura do grupo a (fig. 1) onde se parece ter querido figurar um homem com um cajado. Figuras semelhantes existem no Gião (fig. 1: p, q). Em Peña Tu (2) há também um homem com um cajado e este motivo aparece muitas vezes representado em outras pinturas rupestres do país visinho (3) e

também em *menhirs* e nos esteios de varios dolmens da França (4). Por outro lado em Portugal tem-se encontrado em antas objectos de ardósia com a mesma ornamentação das placas do xisto que se assemelham a baculos (5). Haverá relação entre estes varios factos? Não o podemos afir-

(1) El dolmen de Soto (Trigueros, Huelva): *Sep. do Boletim de la Soc. Española de Excursiones*, ano XXXII, pag. 12, fig. 7 Madrid, 1924.

(2) Hernandez Pacheco, Cabré e Conde de la Vega del Sella. Las pinturas prehistoricas de Peña Tu. Memoria n.º 2 de *Com. de Invest. Paleontologicas y prehistorica*. Est. II, Madrid, 1924.

(3) Breuil e Burkitt — Les peintures rupestres d'Espagne. VI. Les abris du Monte Arabi près Yeda (Murcie): *L'Anthrop.* XXVI, pag. 324, fig. 9, 1915.

(4) Déchelette — Manuel d'Archeologie préhistorique, celtique et gallo-romain, Vol. I, pag. 588 e seg. fig. 226.

(5) Carlos Ribeiro—Noticia de algumas estações e monumentos pré-históricos, II Monumentos megalithicos das vizinhanças de Belas: pag. 65 Est. 5, fig. 5, Est 6, fig. 1 Lisboa, 1880. Sobre este assunto veja-se Filipe Simões. Introdução à archeologia da Peninsula Ibérica; pag. 53, fig. 33, Lisboa, 1878; Estacio da Veiga. Antiquidades Monumentais do Algarve, II, Est. XII no Capitulo Placas de Schisto de Portugal, Lisboa, 1887, Cartailhac. Les ages pré-historiques de l'Espagne et du Portugal, pag. 91 e seg. Leite de Vasconcelos. Religiões da Lusitania, I, pag. 461 fig. 30, Lisboa, 1897.

mar mas a coincidência é notavel. E como os baculos de xisto parece não poderem ter outro fim do que o religioso, talvez as figuras do Gião que levam cajados sejam representações do mesmo tipo.

Nó grupo *c* da fig. 1 vê-se um grupo em que uma das figuras parece ter na mão qualquer objecto. Esta figura repete-se tres vezes neste sanctuario pré-histórico onde ocupa sempre logar de destaque. A comparação de esta com outra (*r*, fig. 1) indica-nos tratar-se de individuo em posição hierarquica, tendo talvez um vaso de oferendas na mão. Scena religiosa a que um grupo de pessoas assiste (fig. 1: *c*; fig. 2) a qual em outras lages parece repetir-se vendo-se então o sacrificador cercado de figuras que levantam ambos os braços para cima como que para o ceu e noutras um braço levantado em arco e outro nas mesmas circunstancias mas voltado para baixo. São figuras curiosas e de que não conhecemos paralelo entre as muitas publicadas sôbre a arte rupestre da Peninsula.

DR. JOAQUIM FONTES

O APELIDO “GULARTE” ERRADAMENTE MUDADO PARA “GOULART” E ATÉ PARA “GOULARTT”

Camilo Castelo Branco, o formidável sarcasta e que, por sinal, também descendia de picoenses, escreveu que *«asneira pucha asneira.»*

De facto, parece que o erro enraísa, prospéra e prolifera melhor que a verdade.

E' ver como os dislates, as cousas mais falhas de lógica, os absurdos mais manifestos, são facilmente cridos, não só pelas multidões, sempre ignaras e simplistas, mas até pelas *élites* cultas ou mesmo sábias.

Vejamos, a evolução do apelido *Gularte* que deu o disparate *Goulart*.

Até o século XVIII, escreveu-se sempre *Gularte* e foi o Padre e Bacharel formado em Filosofia, Francisco Vieira Gularte, o primeiro que afrancesou o seu apelido, conseguindo que, numa cópia de seu termo de batismo, figurasse *Goulart*. Este padre, nascido na ilha do Faial em 16 de Novembro de 1765, deu que falar.

Disia-se formado em Filosofia, quando é certo não ter feito formatura.

Escreveram a sua pretensa biografia António Lourenço da Silveira Macedo e Ernesto Rebêlo.

Erraram muitíssimo, pois nada sabiam daquêle meu patricio.

E' certo que conheço muito pouco dêle, mas êsses dados raros e deficientes que possúo são auridos em documentos officiais.

Era filho de Manuel Francisco Gularte, da freguesia da Madalena, da Ilha do Pico, e de sua mulher Maria Inácia, filha de pai incógnito e natural da freguesia da Praia do Almoxarife, do Faial; neto paterno de Francisco Gularte Teles e de Mariana de Jesus, bisneto paterno de Maria Gularte, e de João Martins e a mais não remonta a ascendência do padre Vieira Gularte, porque o registo paroquial nada mais alcança.

Manuel Francisco Gularte era proprietário de um barco que fazia as carreiras entre as Ilhas do Faial e do Pico e tinha outros dois filhos: André Francisco Gularte e Rita Aurélia Gularte, com larga descendência até á actualidade e que vai sempre em aumento.

O Padre Vieira Gularte, ao sair da Universidade de Coimbra, foi eleito sócio correspondente da Academia Real das Sciencias, por influência do seu secretário, o Abade José Correia da Serra.

Ali apresentou uma memória sobre potassa que não continha qualquer novidade.

Nomeado secretário do Bispo de S. Paulo (Brasil), Dom Mateus de Abreu Pereira, partiu com o seu prelado para aquela diocese em 1796, e lá se desaveio com êle, ficando, em compensação, na intimidade do Governador e Capitão General Antônio Manuel de Mélo e Castro Mendôça, cujo secretário também foi e para quem escrevia uma interminável *Memoria Económico-Política da Capitania de S. Paulo*.

Quando partiu para S. Paulo, ia também nomeado naturalista, com obrigação de estudar os productos naturais e fazer a descrição Físico-Económica daquela Capitania.

Depois passou a dirigir uma farmácia e laboratório (Botica Real da Capitania de S. Paulo), e o Governador encarregou-o de vir a Lisboa comprar as drogas e a ferragem para o Hospital Militar, então recentemente creado.

Este caso de farmácia tomou proporções escandalosas, por attribuirem ao Padre malversações de dinheiros.

Em S. Paulo exerceu também o magistério: Professor Régio de Filosofia Racional e Moral e foi Director de um Jardim Botânico, inventado expressamente para êle.

Com a mudança do Governador, perdeu esta coleção de empregos e conseguiu ser apresentado Vigário da Matriz de Horta.

Mas a sua muita surdês e ter-se revelado ignorante de teologia no exame sinodal serviram, à maravilha, para o Bispo de Angra não o colar.

Protegido pelo Conde de Linhares, obtêve, por pirraça e desafio ao Bispo, ser nomeado Chantre da Sé de Angra, e um breve do Papa Pio VII, dispensando-o do «defeito e inabilidade que padecia pela sua surdês.»

O Bispo, que igualmente era teimôso, não o colou como Chantre, mas teve que ceder perante novo Aviso Régio, bastante imperativo.

Durante estas disputas com o seu Prelado, esteve o Padre no Faial, e tratou de se fazer nomear «inspector da cultura das amoreiras e criação das sedas, ali»!

Nada conseguindo, voltou, para o Brasil, onde continuou a gosar de altas protecções durante o tempo que lá se demorou Dom João VI, como depois, junto do Imperador Dom Pedro, recebendo a mercê de Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e o emprego de Director do Laboratório Químico-Prático do Rio de Janeiro.

Parece que faleceu em 1830.

Ficando, com o que acima se lê, conhecido o auctor da transformação do apelido «Gularte» em «Goulart», vejamos, como «Gularte» appareceu.

Gaspar Frutuoso, o primeiro cronista açoreano, escreveu nas «Saudades da Terra», «e... êste Guilherme da Silveira foi o primeiro homem que

fez pastel (1) nestas Ilhas, e o semeou, porque trouxe, quando veio, a semente de Flandres... e, entre outros homens, que sabiam do negócio do pastel que com ele vieram foi um que havia de nome Pedro Pasteleiro e seu irmão e outro homem flamengo chamado «Guvarte» Luis, ao qual «Guarte» (sic) Luis, Guilherme da Silveira teve em sua casa com mulher e filhos...

Este «Guarte» Luis teve no Faial muitos filhos e filhas...

«Guarte» Luis deixou um filho, João da Rosa, que aparece, como testemunha no testamento de Catarina da Silveira, filha de Josse van Aard (José da Terra) e de Margarida da Silveira.

O apelido «Rosa» deve ser flamengo, pois o mesmo Frutuoso fala dum colôno flamengo do Faial a que êle chama Pitre Darosa ou Darusa, e que é corrutela de «Pieter van Roos ou Roose» (Pedro da Rosa).

E como era então costume os filhos segundos usarem os apelidos maternos, a mulher de «Guvarte» Luis, teria o de «Roos» ou «Roose» e seria talvez filha de Pieter (Pedro) van Roos ou Roose, provavelmente o Pero Pasteleiro a que Frutuoso se refere, todos peritos no fabrico do pastel.

Ora segundo a lei fonética da «menor dificuldade», as consoantes ásperas e as aspirativas tendem a tornar-se líquidas e assim «Guarte» ou «Guvarte» deu «Gularte.» Mas «Guvarte» ou «Guarte» é corrutela do nome flamengo «Govaert», em português *Gerardo*.

E' tal a fúria de errar, que o *Archivo dos Açores*, transcrevendo documentos assinados pelo Capitão-Mór do Faial, Jorge «Gularte» Pimentel, ousa alterar o «Gularte» e escreve «Goulart», como êle nunca firmou, e isto porque, em francês, há Goulart!

Mas há mais, que possivelmente não seja melhor.

No principio do século XIX, um faialense, membro do Leal Senado de Macau, António Gularte da Silveira, deixou por lá descendentes, existindo hoje alguns bisnetos, que usam o apelido «Goulart», precedido da particula *de*; como se «Goulart», aliás «Gularte», fôsse nome de localidade!

O sr. Marcelino Lima, no seu Livro «*Famílias Faialenses*», é da minha opinião e nunca emprega o *francú* «Goulart» mas «Gularte», que é corrutela, sem dúvida, mas mais próxima de *Guvarte* — *Govaert* — *Gerardo*.

E' certo que o erro arraigou profundamente; nunca, porém, é demais pô-lo a claro ou para que se corrija ou para que o conheçam.

E ocorre um caso curioso: que escrevendo-se geralmente *Goulart*, todos, nas ilhas, pronunciam *Gularte*.

(1) *Isatis tintoria*, planta de que se extraía uma tinta azul. Deixou de se cultivar depois que na America Central se descobriu o anil.

NOVA ARA DO DEUS "ARENTIUS" DOS IGEDITANOS

(Continuação da pág. 64)

Cario também é nome de homem (cognome); no *C. I. Lat.* (II, 819) ha uma epigrafe assim: *L. Aemilius Cario Cluniensis* (Cfr. *A. C. Spra.* s. v. *Cario*). Temos pois, dois casos paralelos gramatical e talvez mesmo linguisticamente:

Tangini-ci-aecus
Cario-ci-ecus

*

Em primeiro lugar, esta coincidência tirou a originalidade ao nosso *Tanginiaecus* e depois, demonstrou que a leitura que fiz daquela expressão que, na ara, está cesurada em duas linhas e em casos aparentemente diversos, é correcta. São pois, duas formações analogas.

Acresce dizer que o primeiro epíteto se applicou a um nome indigena (*Arantius*); o segundo a um deus romano, (*Mars*) divindade belica, nacionalizada galaica. Não parece que, da coincidência das desinencias, se possa tirar qualquer ilação que respeite á natureza hierologica das duas concepções divinas; verifica-se apenas que a estas se adaptaram epítetos humanos e não será ousado pensar que, por isso, elas assumem aqui character tutelar, pelo facto da invocação dos clientes. Que relação podemos supôr entre estas divindades e o homem, senão esta de tutela, mais ou menos subentendida?

Mas por outro lado, é preciso atender a que os epítetos humanos mencionados não tem conexão aparente com o nome dos dedicantes das aras, como se pôde ver; afóra, em algumas, a identidade da raça. *Quid inde?* Subsistirá por isso a hipotese que inculco?

Um reparo, que me parece ser também preciso não desprezar; é que *Cario* é nome considerado celtico por A. Holder e que a inscrição alegada lhe apõe o *Cluniensis*, isto é, de *Clunia*, cidade das entranhas da *Celtiberia*.

É ainda mais: *Cario-ci-ecus* foi epíteto ligado a uma divindade romana (*Mars*); isto é: adaptou-se a um elemento de uma civilização imediatamente sucessora da celtica.

O que vemos pois, é que, perante o facto da dominação dos romanos, era a celtas que aqueles amalgamavam a sua mitologia propria.

Um e outro epíteto são pois atribuidos a divindades nos exemplos

que conheço; em um, é o nume romano feito autoctonico, *Mars* (*Ares* de Estrabão); em outro, é o nume indigena *Arantius* (*M. L. Ibe.* p, CIX e CX)

Podemos assim formar uma serie, cuja significação seria proximidade acentuar mais:

<i>Tangini</i> — <i>ci-aeus</i>	(<i>Arantius</i>)	<i>Lusitania</i>	(Estremadura)
<i>Tiaurau</i> — <i>ce-aeus</i>	(<i>Genius</i>)	<i>Gallaecia</i>	(Minho)
<i>Cario</i> — <i>ci-ecus</i>	(<i>Mars</i>)	»	(Galiza)
<i>Ce</i> — <i>ce-aici</i>	(<i>Lares Tarmucenbaci</i>)	»	(Trás-os-Montes)
<i>Ce</i> — <i>ce-aigi</i>	(<i>Dii</i>)	»	(Galiza)

Verifica-se neste quadro que os *Lares* ainda têm uma designação restritiva, mas *Dii* é uma designação generica, á qual se adaptou o epíteto *Ce-ce-aigi*, e desta circunstancia parece poder-se inferir que esse epíteto tem uma significação propria e não é mera desinencia adjectival, como sucede com os anteriores membros de serie.

Estas desinencias abrangem o Noroeste da *Iberia* e o Oeste, embora, no momento actual, representadas para aqui apenas por um só caso. Por sua vez, na *Gallaecia* aparece um radical ibérico estreme excepcionalmente, enquanto os restantes são considerados de estirpe celtica ou celtiberica, abrangendo principalmente a *Gallaecia*. Aquêlê demonstra que o elemento ibérico naquela região mesmo, ainda não estava absorvido completamente pelas civilizações ulteriores.

De duas das divindades alegadas (Trás-os-Montes e Galiza) pergunta A. Holder se serão denominações ibéricas; suponho que pelo mesmo fundamento, com que E. Hübner adopta o termo celtibérico, isto é, principalmente por uma razão geográfica.

Se compulsarmos o mesmo A. Holder, lá encontrâmos, para o digrama *Ce*, como exemplos abonatorios, as expressões *Ce-augi* no North Wales e *Ce-auius* no Cumberland, regiões celticas da *Britannia*. Acresce que este vocabulo é tambem de applicação hierologica: *Deo Ceaiio Augusto* (!). Poder-se-á ir mais longe?

Assim como *Cario-ci-ecus* é epíteto indigena latinizado de Marte, a desinencia daquela expressão é qualificativa do proprio epíteto; mas este, por seu lado, não poderá ser contraditorio da natureza hierologica de Marte, que é conhecida. O mesmo raciocinio é applicavel ás expressões *Tiaurau-ce-aeus* e *Tangini-ci-aeus*, mas sem exito. Quanto ao primeiro destes voca-

(¹) *Deo Ceaiio au (g) (usto) M (a) rti et M (atribus) Eururacio pro se et suis v. s. l. m* Orell, 1981).

bulos, ainda podemos afirmar que aquele epíteto possuía significado local, pois que se tratava de um *Genius* iberizado e poderia corresponder ao sentido do latim—*ensis*.

Relativamente ao segundo, ignoramos completamente a modalidade hierológica de *Arantius*, a não ser que se trate de uma vaga divindade restritamente regional, cujo epíteto, considerada a desinencia deste, procede de qualificativo pessoal de um cliente do nume que seria tutelar do proprio *Tanginus*. E' em todo o caso, uma desinencia que tanto se aplica a um lugar, como a uma pessoa, como a um nume.

Mas por outro lado, não sabemos se esta desinencia dá á expressão, a que se adapta, uma qualificação étnica ou de outra natureza, como, por exemplo, geográfica, visto que tanto informou um lugar, como uma pessoa, como as proprias divindades, quando foi adaptada aos *Dii* ou *Lares Ce-aeici*, revestindo neste caso certo caracter independente, autónomo; como se fosse uma palavra binaria; tal é o resultado do confronto dos dois grupos de expressões *Tiaurau-ce-aicus*, *Tangini-ce-aecus* e *Cario-ci-ecus*.

Inclino-me, porem, a crer que esta desinencia corresponda melhor a um sentido étnico, em que a celticidade prevalece.

III

Nestas linhas procurei, na medida das minhas possibilidades, dar o indispensavel desenvolvimento á ara do Rosmaninhal, dissecando uma epigrafe e cotejando as suas expressões com a doutrinação linguistica dos autores consagrados.

Mas, depois de considerado este capitulo do assunto, outro ha para o qual me foram escassos os elementos de estudo. Refiro-me propriamente ao sentido hierológico da ara *igeditanica*, embora de passagem, algumas referencias me tenham já caído da pena.

O facto de caracterizado regionalismo desta divindade, ignota até agora em qualquer outra região, celtica ou não, parece corresponder a uma orinalidade (prescindindo da vaga explicação das religiões locais), cuja causa me escapa. Por um lado, os *igeditani* eram, pelo menos geograficamente, *lusitani*. (1)

Mas a etnologia aborigene destes não é ainda tema incontroverso e não podemos afirmar que uma divindade, ainda venerada na época romana, pro-

(1) Encontro-me em muitos pontos com o dr. Mendes Correia em *Os Povos Primitivos da Lusitania*, pag.^s 135 e seg.^s

vem preferentemente dos lusitanos e não da influencia celtica exercida nêles, mas esta, por sua vez, tem fundamentos mais visiveis a seu favor. As raizes desse culto podem não ter atingido o subsolo ibérico e terem-se apenas alimentado do estrato celtisante.

Especialmente na região igeditanica, os vestigios celticos na epigrafia (ainda inedita) são palpaveis e numerosos. Mas os ibéricos entrevêm-se ainda muito ao N. desta região; o que demonstra que o elemento ibérico aí não tinha ainda sido completamente absorvido; recordo a ara de *Tiauraucaicus*; donde pôde inferir-se que êles não seriam somenos em uma região mais proxima S., onde a civilização correspondente predominou e onde os locativos com *briga* faltaram. (1)

Mas sejam quais forem as indicações etnicas dos escritores da antiguidade, a respeito da região que nos ocupa, quando se referem á difusão dos povos, os argumentos deduzidos do onomástico quer pessoal, quer geografico, não podem deixar de ser tomados em elevada consideração. Ora o que eu pretendo aqui averiguar, importa á hierologia, isto é, a uma terceira especie de onomásticos, visto que é a triplice onomatologia das divindades, das pessoas e dos lugares, que define em grande parte a etnicidade das tribus, abstraindo agora dos outros elementos de investigação, como são os arqueológicos e antropológicos.

*

Definida a celticidade onomatologica das pessoas e dos lugares, a das divindades pôde deduzir-se das outras como de duas premissas. Isto certamente não exclue em tese a persistencia do elemento ibérico, embora indefinido. Plinio, dizendo que é manifesto que os povos celticos da *Baeturia* (2) vieram dos celtiberos da Lusitania, significa-nos a meu juizo, que na *Lusitania* habitavam Celtiberos. (3)

(1) Percorrendo o *C. I. Lat.* (vol. II e Sup.) e *M. L. Ibe.* e mais as *R. da Lus.*, D'Arbois de Jubainville (*Les Celtes*) e J. Perthes (*Atlas Antiquus*), encontra-se menção de 43 nomes (2 duvidosos) de cidades em *briga*, da Iberia; algumas (34 seg.^{do} Hübner) com o primeiro elemento romano. Com desinencia *dunum*, Hübner menciona ainda assim 4 nos *M. L. Iber.* Ver *Manuel Celtique* por Dottln p. 337.

(2) *Baeturia* era uma região entre o *Anas* e o *Baetis*, onde de facto se vêem cidades de nomes celticos: *Segeda*, *Mirobriga* (*Atlas Antiquus* de J. Perthes, tab. 17)

(3) *Naturalis Historia* liv. III, p. 13. Livio, ao escrever, no liv. XXI, cap. 57, *Celliberis Lusitanisque*, teve mais na sua mente a geografia que a etnologia, segundo penso. (*Hist. libri* q. s. Lipsiae, 1848.)

A série de reflexões expostas até aqui leva-me á convicção de que, se as tribus que demoravam nesta região, a saber: os *Igeditani*, eram celtiberos, a sua hierologia predominante era celtica. Evidentemente refiro-me á epoca lusitano-romana, isto é, ao que nela existia como herança, sobrevivente das civilizações anteriores.

Vejamos pois, o sentido do epíteto, com que o dedicante da ara invocou *Arantius*, já estudado, mal ou bem, na sua estrutura linguística.

Esse epíteto, que corresponde a um qualificativo, *Tanginiciaecus*, sem embargo de se formar com um nome pessoal viril e de possuir uma desinencia adjectival tida por possessiva, foi atribuído a uma divindade, quer dizer ao produto de uma concepção religiosa, isto é superior á humanidade.

Em toda a parte e em todos os povos, a concepção da divindade é a crença em um ou mais seres independentes do ser humano, de que este depende de uma ou de outra forma e com que pôde estabelecer relações mentais e cultuais.

São estes elementos os característicos do fenomeno religioso, considerado na mais ampla accepção. Neste caso particular, o culto de *Arantius* revela-se-nos geograficamente como limitado a determinado territorio e epigraficamente, balizado por uma esfera de acção ou influencia pessoal, baseada e originada no primeiro elemento do proprio epíteto.

Quando me ocupei da ara galaico-minhota do *Genius Tiaurauceaicus*,⁽¹⁾ podia seguramente inferir-se que, tratando-se de um *Genius*, nume tutelar, o radical do epíteto iberizante exprimia uma referencia locativa que se adjectivára com a desinencia *caicus*; mas no caso occorrente, trata-se de um nome de pessoa, adjectivado pelo idioma proprio dos dedicantes da ara respectiva e referido a uma divindade; qualquer que fosse a sua etnicidade.

Que a nomes latinos se juntasse uma desinencia peregrina, não seria caso inedito, como se vê dos exemplos acima extraídos de A. Holder, mas aqui, como no caso de *Cariociecus* a modalidade, é outra; é um nome pessoal origem peregrina, que se adjectiva com desinencia da mesma natureza, embora *more latino*.

Que significa pois este facto? Que relação ha entre o nome divino e o nome da pessoa unida àquê? A mesma que entre o *Genius* mencionado atrás e o lugar do tópic ibérico, isto é, a de tutela e protecção? A resposta afirmativa representa uma solução hipotetica, mas verosimil, no meu conceito.

(1) Na ara originaria, o 2.º ditongo tanto pode ser *au* como *an*; adopte aquê, por ser o mais comum (Hübner, op. aut. pag. CV, CXI e CXXVI.)

Arantius seria pois neste caso também, uma divindade tutelar, de averiguada estirpe celtica, cingida a um determinado cliente.

*

Devo porêr, notar um certo numero de factos hierológicos que poderão ser explanados e aprofundados pelos investigadores melhormente apetrechados do que o autor desta tentativa.

O primeiro é o nome e o homem poderem ter o mesmo... chamadoiro, como diríamos em lidima e popular linguagem; exemplos, são o proprio *Arentius* e até o seu pádreiro *Arentia* (como aparece na primitiva ara do Museu de Castelo Branco); *Arus*, atrás referido e talvez outros. O fenomeno é bem diferente, segundo os elementos de que dispomos, do do politeismo romano, que incluía divinizações de personagens notáveis.

Arentius e *Arentia* constituem, na hierologia lusitanica, um caso a adicionar ao de *Fontanus* e o seu pádreiro *Fontana*. (R. da Lus. III, 256 e 260)(1)

Observação também a notar, é que a desinencia total de *Tanginus* era por enquanto só conhecida na Gallaecia e no Sul da *Britannia*; appareceu agora mais ao Sul em plena *Lusitania*, isto é, fóra da Gallaecia; o que melhor se evidencia no quadro que organizei acima.

Por ultimo, desejo observar que o deus igeditano *Arantius* (ou *Arentius*) proclamado em quatro aras, rigorosamente regionais, apparece-nos com outro epíteto na ara do Museu da Figueira da Foz. (2) *Cronisnsi*, que julgo por *Cronis(e)nsi* de desinencia latina, tem todo o aspecto de vocábulo de significação étnica, modalidade religiosa análoga a outras da *Lusitania*, mas diferente da que foi adoptada na nova ara igeditanica. (3) E' um caso aparentemente similar dos *Conimbrigensium dii deaeque* (R. do Lus. II, 185), em que estes são invocados como tutelares dos povoadores *Conimbrigenses*.

Averiguado o facto das aras de *Arantius* (ou *Arentius*) terem sido encontradas todas na região dos Igeditanos e nenhuma fóra dessa região, que falta á hierologia lusitânica para, á semelhança da epigrafe *diis laribus Gapedicorum gentilitatis* (R. da Lus. II, 184) poder dizer-se *deo Arentio Igeditanorum gentilitatis*? Não ha também os *Conimbrigensium dii deaeque* (ib. II, 185)?

(1) Sobre as longiquas origens deste vocabulo, nas R. da Lus. citam-se dois autores que o ligam ao etrusco *arntni*. (Ibid. III, 209).

(2) *Bol. da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*, n.º 10, p. 289. cf. R. da Lus. III, 279.

(3) Caso paralelo é o de *Lactesis*. *La Arqueologia de España*, por P. Hübner, p. 152.

Mas no caso especial suscitado pela ara de *Arantius*, o resultado, que se colhe deste estudo, é que o sentido tutelar de uma expressão hierológica de estirpe celtica pôde referir-se a um só individuo, cujo onomastico, para a invocação do cliente, fica ligado ao da própria divindade; exemplos *Aran-tius*, *Tanginiciaeus*, *Mars Cariocieus*. E' um fenomeno da religiosidade lusitânica (igeditânica) e galaica que se pode legitimamente designar por celtiberica.

Esta interpretação da indole tutelar da divindade não me impede de recordar, embora da época romana, um lance, em que poderão encontrar-se para o caso presente analogias de concepção religiosa. Cornelia a mãe dos Gracos recomendava a seu filho que lhe prestasse as honras funebres, e invocasse o deus da sua raça: *parentabis mihi et invocabis deum parentem*. Esta invocação ao deus da familia era, já por si tambem a consequencia de uma concepção de tutela. *Dict. des Antiq. grec. et rom.* por Daremberg & Saglio s. v. *Parentalia*. E' de certo esta ideologia que levou as mitologias a adjectivar com epitetos os seus numes, do que neste estudo alguns exemplos congreguei. (1)

Corrigenda et addenda. Pag. 18, lin. 14 e 16, leia-se respectivamente : *precederam e perscrutar*. Pag. 19, lin. 7, suprima-se *bissilabica*. Pag. 21, lin. 22, acrescente-se : *Poder-se-d juntar Arithum? Não deixarei de notar que na 1.ª inscrição Iberica de Panoias de Ourique (A. Port. XXVIII, 205) o digam a ar aparece 3 vezes em 28 letras; na 2.ª ha dois exemplos; na de Salir, um.* Pag. 6, lin. 2 da nota 1, eliminar o 1.º V e depois na idade, intercalar V antes de I. Na nota 2, lin. 6, acrescentar : *Antroponimia Portuguesa* por Dr. J. Leite, de Vasconcellos, Liv. III. Pag. 64, lin. 13, o e do meio é redondo, sic : *ac-e iac-*.

(Março de 1932)

F. ALVES PEREIRA.

(1) Sobre esta divindade, publiquei no *Boletim da A. A. P.* XIII, 1, o seguinte estudo: *Os deuses igeditanos Arentius e Revelanganitaeus*.

O PATACO

A primeira moeda do valor de 40 reis que se encontra na nossa numária é de prata e foi batida por D. João III, denominando-se *real português* ou *dois vintens*.

A segunda é de cobre, cunhada em 1722, em Lisboa, por carta regia de 14 de Fevereiro de 1716 para circular no Estado de Minas Gerais e Quintos, sendo o valor marcado = XL.

No reinado de D. Maria I, surge; uma novidade: o ensaio da moeda, parece que destinado aos Açores, onde a fantasia do autor alterou a marcação para $\frac{XX}{XX}$.

Estes exemplares são rarísimos (Vidé reprodução na Descrição Geral e Historica etc. do Dr. Aragão, 2.º vol. Est. XLVII n.º 38 e Catalogo da Casa Liquidadora, de Maio de 1901 sob o n.º 306).

E', porém, a regencia do príncipe D. João que nos dá o célebre *pataco*, originado pelas dificuldades financeiras.

O governo, em 13 de Novembro de 1810, lança mão do bronze, obtido de cobre velho, sinos, instrumentos, utensílios de cosinha e peças de artilharia, mandando entregar ao abridor Cipriano da Silva Moreira os punções e cunhos que êle pedisse para a nova moeda, tendo o capitão Mateus António construído os engenhos e utensílios especiais, fabricando-se as primeiras chapas nas suas oficinas, no Tesouro Velho.

Fizeram-se ensaios de 40, 30 e 20 reis, com o mesmo módulo mas de espessura diferente, e um outro de 20 reis, de módulo inferior.

Aprovou-se o de 40 reis e decretou-se-lhe o curso forçado em 29 de Outubro de 1811. Não tinham pêso determinado e assim continuaram, por muito tempo.

Só em 1814 se bateram na Casa da Moeda.

Proclamado rei D. João, modificaram, em harmonia, a legenda do ano, e rev. com as armas do Reino Unido.

Neste reinado apareceram exemplares que constituem altas raridades, por terem sido trocados os cunhos. D. Pedro IV, continuou a cunhagem, substituindo no anv. o busto e a legenda, e no rev. o brasão pelo usado na regência de seu pai.

O *pataco* era grave, sisudo e bonacheirão; por isso tanto o estimaram os nossos antepassados, *portugais velhos*, que nunca se enfadavam com as prodigiosas quantidades emitidas.

A-pesar-dêsse ar circunspecto, teve os seus momentos de cólera;

assim o demonstra José de Arriga na sua «Historia da Revolução de Setembro. (vol. I, pag.^{as} 539 a 541): Em a noite de 27 de Maio (1833) o theatro «de S. Carlos encheu-se de espectadores. Quando os animos estavam «mais exaltados, appareceu no camarote D. Pedro, com a raíha e a esposa «d'elle. Neste momento ouviu-se uma voz unanime—Abaixo o ministerio! «abaixo o ministerio!

«Ele indignou-se; e voltando-se para a platéa gritou-lhe: — Fóra cana-lhas! . . .

«Neste momento o tumulto da platéa foi indiscriptivel.

«Do alto dos camarotes cahiu uma proclamação contra D. Pedro; os «espectadores de pé respondiam ao insulto com outros insultos e palavras «injuriosas até que os mais exaltados atiraram contra o imperador *patacos*, «que foram cahir no seu camarote impellidos com grande força. . . »

D. Miguel I, mantêve-o, sendo o cunho aberto por Simão Francisco dos Santos que substituiu o busto pelo escudo usado na regência de D. João, inscrevendo no rev. a legenda a começar da direita, tendo, no campo, o valor entre palmas de carvalho. Este ensaio foi aprovado com a modificação do escudo, igual aos das moedas de ouro e de prata.

Entre os partidarios deste rei teve amadores *raffinés* e houve um filho dum titular legitimista que trazia, em berloque, um *pataco* no centro do qual estava, artisticamente, cravado um diamante.

No «Catálogo dos punções e matrizes da Casa da Moeda, por Casimiro J. de Lima. Lisboa, 1873,» a respeito de *patacos* de D. Miguel I, não ha cunhos ou matrizes arquivados, excepto os dos X e V reis de 1833, tal foi a febre da destruição!

Neste reinado, o exemplar de 1828 de escudo oval, reproduzindo no 2.º vol. da obra do Dr. Teixeira de Aragão (Est. LIV, n.º 12), constitue uma alta raridade.

Outro amator de *patacos* foi um negociante no Lavradio, que só pagava, aos seus trabalhadores do campo e das marinhas, nestas moedas. Usava um casaco cujos botões estavam substituidos por *patacos*, o que levou os habitantes da localidade a dizerem, quando o viam: «Lá vem o *Patacas*», designação por que ficou conhecido.

Naquela vila, uma das arterias, denomina-se «Travessa das Patacas» por estarem ali edificadas uns predios, hoje, pertencentes aos seus herdeiros, do mesmo modo alcinhados. Talvez que o «Bêco das Mil Patacas», em Lisboa, tenha origem semelhante.

(Continua)

A. VIANNA DE MORAIS

O CEMITÉRIO DA ORDEM DE SANTIAGO NO ADRO DA SÉ ⁽¹⁾

Junto à fachada principal, tam martirizada, da velha Sé olisiponense, no espaço que medeia entre os gigantes da torre do sul, foi ha poucos anos descoberto, ao iniciar-se a demolição do adro pombalino, um grupo de sepulturas medievais, com a seguinte inscrição gravada superiormente na parede, com caracteres do século XII:

Ob (re) DE S̄O IACOBO

O simples facto de existência dêste letreiro junto dos túmulos, devia ter sugerido aos ponderados restauradores do vetusto monumento a suspeição de que êle poderia referir-se aos enterramentos ali feitos, tanto mais que um e outros são evidentemente contemporâneos e duma época em que era uso insculpir os epitáfios não nos moimentos, mas nas paredes que lhes ficavam sobranceiras.

Não succedeu porém assim e, dada a pressa com que se procura emprestar a essa parte do venerando edificio um aspecto de duvidoso arcaismo, as sepulturas foram transferidas para uma das capelas da crasta, como se a sua autêntica velhice podesse ofender a monótona regularidade das novas cantarias, ou a estranha figuração símia em modilhões portuguezes do XII século.

*

Ao estudarmos o pequeno letreiro, gravado em uma só linha de caracteres romanos de transição, depara-se-nos a abreviatura correspondente à primeira palavra, de interpretação algum tanto confusa, pelas escoreações produzidas por qualquer ponta rija com que, provavelmente ao descobri-la, tentaram avivar-lhe os velhos caracteres.

No entanto, examinando-a detidamente, reconhece-se que ela é formada por um *O* que não oferece dúvida e por um *b* minúsculo cortado pelo traço indicativo da supressão das restantes letras, ou melhor, equivalente ao som *re* que deveria seguir-se imediatamente na palavra assim abreviada. (2)

(1) Resumo de uma comunicação feita na Associação dos Arqueólogos Portuguezes, em 4 de Dezembro de 1931.

(2) *Apont. de epigrafia port.* IV, Sinais, pag. 23, do autor.

Sinal com significação semelhante, mas pouco ou mesmo raramente usado entre nós, descreve Chassant, no seu *Dictionnaire des abreviations*, ao referir-se às abreviaturas por suspensão: "... c'est un trait, approchant plus ou moins d'un 7, placé au-dessus de la dernière lettre." (1),

Não é, no entanto, propriamente o nosso caso.

Essa abreviatura que evidentemente deve corresponder a um sinónimo de cemitério, ou local de enterramento, poderá significar ob(rendarium) ou ob(ruendarium),(2) palavra que, no latim medieval, se formara do verbo *obruo* e nos indica que era ali o almocavar dos primitivos freires de Santiago, que por estas paragens andaram a acutilar a moirama.

*

Pouco, ou nada, se sabe da Ordem de Santiago, durante os primeiros tempos da sua existência no nosso País, «porq̄ no ay nada en las historias de Portugal y las memorias que halle en el Convento de Palmela fueron cortas y breves,» como diz Fr. Jerónimo Roman. (3)

E' de crer que freires dessa Ordem tenham colaborado com o primeiro Rei português no avanço para o sul, dadas as mercês que dele receberam em terras conquistadas, mas êsse período é obscuro e só começa a aclarar um pouco, depois da fundação da casa conventual de Santos, onde deveria ser dada sepultura aos que morressem na luta contra os infieis.

De como viviam anteriormente os que doutras partes da Espanha, tinham accorrido às hostes de Afonso I, nada se sabe. Mas, não tendo casa própria e sendo o adro da nova catedral da cidade, então fronteiriça, o local naturalmente escolhido para jazida dos que morriam recebendo os privilégios concedidos aos mártires da reconquista; não é estranho supôr que a vetusta inscrição nos designe o primitivo cemitério da Ordem.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

(1) Para êste sinal descrito por Chassant, foi chamada a minha atenção pelo meu Ex.^{mo} amigo e tam distinto como modesto investigador Snr. engenheiro F. A. Garcez Teixeira.

(2) Du Cange, *Glossarium ad scriptores mediae et infimae latinitatis* e Jani Guiljelmi F. Lavremergi. *Antiqvarivs*.

(3) Fray Hieronimo Roman, *Historia de la Inclyta Cavalleria de Santiago en la Corona de Portugal*, Ms. da Bibl. da Ajuda.

O CONDE FERRANT

(Continuação de pag. 74)

IV

A R. A. Pequito

Terminadas em Paris as festas das inexperadas bodas, partiram para Flandres, despreocupados e satisfeitos, os novos Condes: Joanna de Constantinopla e o pouco antes desconhecido Infante de Portugal.

Acompanhal-os-hia a juvenil irmã, a segunda filha de Balduino, já, talvez, consignada á guarda e tutela do habil negociador, Bouchard de Avesnes, o pupillo da Condessa-Rainha.

Dois outros personagens importantes os tinham precedido, se é que haviam assistido á cerimonia.

Naturalmente os apressara, a ambos, uma mesma preocupação de previdencia e de segurança politica, posto que bem diversos fossem, contrarios até, os propositos.

Dispondo os animos e as cousas para o melhor acolhimento do egregio par, a Condessa-Rainha aguardava-o em Douai, ao passo que o principe Real, o futuro Luiz VIII o fôra esperar ao caminho, junto á fronteira, com forças demasiado numerosas para simples guarda de honra em despedida amiga.

Entrados em Péronne, e alojados no castello já então de sinistra memoria, Ferrant e Joanna ao accordar da ultima noite do auspicioso noivado em terra de França, perceberam que haviam cahido n'uma emboscada.

Acharam-se prisioneiros do proprio herdeiro e loco-tenente do Suserano que tão protector e amigo os lançara nos braços um do outro depois de embolçadas as cincoenta mil libras parisienses da Condessa-Rainha.

Luiz de França exigia que Ferrant antes de entrar no seu Senhorio e de ser reconhecido e aclamado pelos seus bons vassallos flamengos, lhe entregasse Aire e Santo Omer, as duas disputadas cidades que pela paz de Péronne, Philippe Augusto tivera de concordar e jurar, — *bona fide et sine malo ingenio*,—que continuariam no direito e na posse dos Condes de Flandres.

Até então as portas de Péronne conservar-se-hiam fechadas aos pobres

noivos indefesos, apprehendidos como ingenuos passarinhos na bandoleira armadilha.

São omissos os velhos textos, e mudos se teem conservado os cartulários ácerca do supposto compromisso d'esta cedencia, convencionado ou imposto pelo suborno Real na negociação do casamento de Ferrant.

E' certo, comtudo, que ou por disfarçar o suborno ou por desculpar a odiosa emboscada, os escriptores modernos dão geralmente como verificado e certo o compromisso.

Parece, porém, negal-o, o presistente empenho de Ferrant em rehaer as duas povoações, e em todo o caso, o facto incontroverso de ter tido o principe Real deprehender uma violenta campanha para se apossar d'ellas, esmagando cruamente e de surpresa a fidelidade dos que as guardavam, dá-nos a consoladora certeza de que elle não encontrara no Infante portuguez uma facil transigencia com a coacção perversa e brutal.

Aos sentimentos nativos de Ferrant, á sua educação cavalleirosa, ao seu temperamento ou ao seu caracter que os acontecimentos, desde então, nos revelam espelhar o do brioso e indomito pae, deveria revoltar fundamente a desleal violencia, e ha-de ver-se que o filho de D. Sancho I levou longos annos a esquecel-a, se a esqueceu algum dia.

Apoderando-se rapidamente de Aire e Santo Omer, Luiz de França deu a liberdade aos hospedes, e poderam estes continuar a jornada tão rudemente interrompida.

A um dia de Péronne, Joanna, combalida naturalmente pelas commoções do brusco incidente, enfermou.

Dirigindo-se apressadamente a Douai, Ferrant entregou a noiva aos cuidados da tia portugueza, a Condessa-Rainha, e recebidos os conselhos e auxilios da intelligente e altiva Senhora, com a raiva no coração, intrepido e aventuroso, como os da sua raça, partiu logo a fazer-se reconhecer dos seus novos subditos e a preparar, simultaneamente, um prompto desaggravo.

Lille, Courtray, Ipre, Bruges, as velhas cidades amigas e feudatarias da viuva de Philippe de Alsacia, receberam-n'o e reconheceram-n'o, entre receiosas e surpresas.

Mais ou menos resolutamente, mais ou menos sinceramente, os grandes Senhores e castellões flamengos, vieram para elle, fazendo-lhe menagem e jurando ajudal-o e servil-o como a seu Conde e Senhor natural.

Favoreceu-lhe e apressou-lhe o movimento, decerto, por um lado a poderosa influencia da tia, a sua habilidade, o seu thesouro; por outro lado o anceo pela reconstituição do governo e do poder condal, talvez já, um pouco, a previsão, o annuncio de uma formidavel revindicta contra a insolencia e o abuso da auctoridade e da ambição Suzerana.

Dos lados de Hainaut, do Brabante, da Hollanda os horisontes mostravam-se tambem auspiciosos, seguros.

O proprio Namur, o exauctorado Regente, o irmão de Balduino, que vendera as orphanadas sobrinhas ao Suzerano franco, acompanhava Ferrant.

Com a emboscada de Péronne e a reconquista traiçoeira e sanguinolenta de Aire e de Santo Omer, a politica franceza poupou a Condessa-Rainha, e ao sobrinho boa parte das difficuldades em desfazer as apprehensões e retrahimentos flamengos perante a investidura inopinada e suspeita do novo Conde.

Comtudo, Gand, a soberba e indisciplinada Gand, fechou-lhe as portas e repelliu-o.

Exigia-lhe que trouxesse consigo a mulher, a filha de Balduino, que era a soberana authentica, a directa e lidima Senhora da terra.

E' claro que a maioria dos historiadores modernos, e principalmente dos historiadores francezes, se sentem facilmente estarecidos, em copia de copia de banal elogio, com esta, como com todas as manifestações de soberba insubordinação, de violenta arrogancia que acabaram por singularisar ruidosamente na Historia aquelles famosos burguezes gandenses, os mais nefastos e dissolventes empecilhos, alias, da independencia e da grandeza flamenga.

Mas o que é certo é que então, como tantas vezes, antes e depois, Gand se achava dominada por uma facção que a eminencia de um poder central, varonil e forte, affrontaria nos seus interesses e ambições de preponderancia e exploração oligarchica, local.

Capitaneavam essa facção Erasmo de Gavere e Arnaldo de Andenarde, dois competidores e inimigos do castellão gandense, Siger II, e de João de Nesle (Nigella) castellão de Bruges que, com o proprio Regente, Philippe de Namur, acompanhavam Ferrant.

Tanto se importava essa facção com a soberana nacional e lidima que, não logrando intimidar o marido e representante d'ella, não hesitou em atacar-o impetuosamente, perseguindo-o e tentando desfazer-se d'elle.

Ferrant que não contando com isto, não se fizera acompanhar por forças importantes, retirou prudentemente sobre Courtray e depois sobre Lille, fazendo destruir uma ponte pela qual os de Gand iam precipitar-se sobre elle e a sua escolta.

Malogrados, os gandenses foram saquear Courtray antes de reentrar na cidade.

Deixando de remissa a affronta, Ferrant, sem perder tempo, cuidou em abastecer Lille e Douai, e preparou-se, reunindo e concentrando forças, para ir, elle proprio, vingar a emboscada de Péronne e reaver Aire e Saint-Omer.

Seria um lance de mestre, que resgatando-lhe gloriosamente a situação dubia da sua investidura e auctoridade, lhe captaria a symptia e a adhesão dos seus novos vassallos.

E nem seria rigorosamente uma revolta formal contra o Suzerano, uma renegação de menagem ligia jurada pouco antes em Paris, nas mãos d'elle e em face dos grandes senhores e cavalleiros da França e da Flandres.

Não tinha elle, por essa mesma menagem, de manter e defender com a sua honra de cavalleiro e de homem ligio do Rei, a integridade do feudo?

O tratado de Péronne era expresso. Aire e Saint-Omer, cedidas constangidamente pelo primeiro Balduino que succedera a Philippe de Alsacia, e reconquistadas pelo filho, para a Flandres, tinham sido reconhecidas e definitivamente devolvidas ao Condado, na paz de Péronne, pelo proprio Rei, com o assentimento jurado do seu herdeiro, aquelle mesmo Luiz de França que agora as arrebatava á falsa fé, com as armas na mão.

Depois, e esta era talvez, a questão capital: como dizia um velho chro-nista que conhecia bem os flamengos de então: — uma só cousa conseguia unil-os e movel-os accordes, no meio das suas constantes discordias e facções intestinas: — um sentimento commum de repulsão, de odio, de resistencia á França; repelil-a, combatel-a, marchar contra ella. (1)

Era o instinto da propria conservação e segurança nacional, o instinto da raça, da existencia propria, livre, autonoma, que se sentia cubiçada, ameaçada.

Não devia conhecel-os menos a inteligente e valorosa viuva de Phillippe de Alsacia que muito provavelmente não seria estranha ao atrevido projecto, ella que seguramente não exaurira o seu thesouro e não empregara a sua diplomacia em fazer do sobrinho portuguez o successor do marido, como novo Conde de Flandres e do Hainaut, para que elle fôsse um simples e deshonorado instrumento de Philippe Augusto, ou para vê-lo como tal repudiado e exauctorado pelos flamengos.

Mas tambem porque a deviam conhecer, e a elles, o Suzerano e o filho, e por ella poderiam avaliar a raça d'onde vinha o aventureiro da vespera, agora continuador da prosapia dos da Alsacia e dos Balduinos, não se deixariam naturalmente adormecer sobre os faceis louros da emboscada de Péronne, deixando de vigiar de perto os primeiros impetos do novo Conde de Flandres.

(1)... Francigenis que
Dum pugnans, veteres juvat intermittere pugnans.

(Willelmus B., *Philippideos libri XII*).

Concentrando as suas forças em Arras, Luiz de França preparou-se para, em pessoa, tolher ou aparar a investida de Ferrant, vigiando por um lado, Douai e Lille, d'onde devia esperal-a, e ameaçando, por outro, a marcha e a resguarda dos flamengos se cortassem ao norfe de Lens, por Bethune, sobre o Aire, para não desamparar a fronteira do Lys e da Fossa Nova.

Estava eminente a collisão; avistavam-se, escaramuçavam já, talvez, as avançadas, quando se interposeram e triumpharam os conselhos e sugestões prudentes ou receiosas de Joanna e dos principaes Senhores flamengos que acompanhavam o moço Conde, alguns d'elles, como veremos, mal seguros na dedicação que lhes pagára a Condessa-Rainha.

Ferrant teve de desistir da precipitada aventura em que ia jogar prematuramente a investidura da vespera e o poder do dia seguinte.

Recalcou os brios, e prestou-se a uma conciliação que para ele seria um addiamento necessario e que para o adversario era a positiva confissão da violencia e do esbulho por isso que era a sua regularisação ostensiva por um tratado com o prisioneiro de hontem, agora contendor armado e livre.

De resto: Ferrant tinha tudo a ganhar.

Ganhava tempo para se consolidar e fortalecer.

E fortalecia logo a sua situação e prestigio, simultaneamente perante a Corôa suzerana e perante os proprios vassallos, tratando com ella, não como seu simples delegado e homem-ligio, mas de potencia a potencia; arrancando-lhe o reconhecimento e o compromisso da integridade e continuidade futura do senhorio, mostrando, em summa, como estava disposto a ser, e como sabia ser, o intemerato e cioso defensor d'essa integridade, o fiel depositario, brioso e intrepido, da honra e da tradição flamenga.

A suspeita ou a insidia de uma cumplicidade, de um compromisso anterior do novo Conde para a entrega á Corôa franca, de Aire e Saint-Omer, soffria seguramente um golpe decisivo no proceder valoroso de Ferrant jogando impetuosamente o mal iniciado poder por vingar e restituir a Flاندres as duas cidades.

.....

LUCIANO CORDEIRO

ANDRÉ VELHO, E NÃO ANDRÉ VETERANO, GRAVADOR PORTUGUÊS DO SÉCULO XVII.

NOTA APRESENTADA EM SESSÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES, A 7 DE ABRIL DE 1932

Conforme escrevi algures, «acham-se ainda pouco estudados os abridores de gravura que exerceram a sua actividade em Portugal durante os séculos XVI e XVII» (1). A relação de seus nomes, coligida e publicada pelo general J. C. Rodrigues da Costa a propósito de um dêles (2), deve estar incompleta. E não há muito pude ter a confirmação disso, ao examinar, no estabelecimento do meu amigo João Vicente Coelho, um raro livro à venda, para cuja portada, aberta a água-forte e com data de 1644, o culto alfarrabista lisbonense chamou a minha atenção, visto encontrar-se assinada pelo incisor «*Cristiano Lobo*» (3), não mencionado em nenhum dos tratadistas clássicos. Informação, fidedigna e posterior, me elucidou de que a assinatura

(1) «*Uma água-fortista do século XVII (Josefa d'Áyala)* por Luiz Xavier da Costa — Coimbra MCMXXXI» — Pag. 11.

(2) «J. C. Rodrigues da Costa — *João Baptista gravador português do século XVII (1628-1680)* — Coimbra 1925» — Pags. 197-209 — «Nota I.».

(3) Portada arquitectónica, «infólio» pequeno, gravada a água-forte de tracejado regular e impressa a negro: No meio, dentro de moldura oval onde se lê a inscrição «*IOANNES. IIII. D. G. REX. PORTVGALIE. ET. ALGARBIORVM. ÆTATIS. SVÆ. XXXX. 1644.*», o retrato em tronco do personagem indicado, de cabeça descoberta e tendo na mão o bastão de comando. Cimeiro o escudo das armas portuguesas, sotoposto ao elmo coroado, com paquífe e timbre de dragão dos duques de Bragança. Na base a representação de um combate. Dos lados, sobre pedestais, grandes figuras simbólicas, talvez do Esforço e da Resistência. Colunas, emblemas, letreiros vários, etc. Por baixo de tudo, à direita, junto e dentro da cercadura linear geral, a assinatura «*Cristiano Lobo.*».

Encontra-se na obra «*Ivsta acclamação | do | serenissimo | rey de Portvgal | Dom Ião o IV. | Tratado analytic, | Diuidido em tres partes. | Ordenado, e divulgado em | nome do mesmo Reyno, em justificação | de sua acção. | Dirigido | Ao Summo Pontifice da Igreja Catholica, Reys. | Principes, Respublicas, & Senhores soberanos | da Christianidade. | Composto pello dovtor | Francisco Velasco de Gouuea, Portuguez, | Cathedratico | jubilado em Canones na Vniuersidade de Coimbra, | Arceediago de Villanoua de Cetueira, na | Igreja Primacial de Braga. | A custa dos tres Estados do Reyno. | (Risco tipográfico) | Em Lisboa. | Na Offictna de Lourenço de Anveres. Anno 1644.*» Frontespicio, impresso a preto e vermelho, de um «infólio» pequeno com 16 pags. innumer. + 2 pags. em branco + 456 pags. numer.

do mesmo buril se encontra igualmente na portada de outro livro seiscentista.

O cardial Saraiva enumera, entre os abridores da época indicada, o nome de «*André Veterano*», escrevendo sobre êle: «Na obra intitulada = *Oxonense Scriptum*... etc. = impressa em Coimbra por Diogo Gomez Loureiro, an. 1609, em folha, vem no frontespicio-huma estampa fina, e de algum merecimento, aberta em metal. A subscrição diz = *Andreas Veteranus fecit.* = » (1).

Esta notícia, mais tarde e quasi literalmente traduzida pelo conde de Raczynski (2), é depois repetida pelo general J. C. Rodrigues da Costa (3). E Luis Chaves confirma-a num local, fazendo-lhe nova referéncia em outro do seu livro (4).

Em nenhuma das bibliotecas, Nacional, da Ajuda, da Academia das Ciências de Lisboa, da Universidade de Coimbra, etc., onde a procurei, eu consegui encontrar a obra tão deficientemente citada pelo cardial Saraiva. O mesmo ha succedido a outros que a têm buscado. Por conseguinte não pude verificar a exactidão da notícia dada pelo erudito escritor do começo do século XIX e repetida pelos seguintes.

Mas encontrei na colecção de estampas do illustre arqueólogo portuense e meu consócio na Associação, Dr. Vasco Rebêlo Valente, uma gravura assignada por «*Andreas Velho*» e cujo assunto, dizeres em latim e ano «1609» com que está datada, o mesmo da impressão da obra indicada pelo patriarca, me fazem supor que a estampa, agora descoberta, a essa obra pertença também.

Como se vê da figura que publico, redução a metade do original, trata-se de uma estampa rectangular sobre o alto, medindo 0^m,235 x 0^m,151 pelos vincos da chapa, tiragem a sépia escura em papel branco esteirado e de pouco corpo, gravura a água-forte e ponta sobre cobre, talho regular e fino, desenho imperfeito e modelado duro, mas de conjunto muito decorativo.

Numa grande oval o retrato de um frade de face glabra, tonsurado, em busto, cabeça de perfil para o seu lado direito, corpo a três quartos, segurando na mão direita a penna de escrever e apoiando a mão esquerda num

(1) «*Lista de alguns artistas portuguezes...* pelo... Bispo Conde, D. Francisco — Lisboa 1839.» — Pag. 13 — «*Gravadores*» — 1.^a col.

(2) «*Dictionnaire historique-artistique du Portugal...* par Le Comte A. Raczynski. — Paris 1847.» — Pag. 295.

(3) «J. C. Rodrigues da Costa — *João Baptista gravador...* — Coimbra 1925» — Pag. 198 — «3.^o».

(4) «Luis Chaves — *Subsídios para a historia da gravura em Portugal* — Coimbra 1927» — Pags. 14 e 85.

livro aberto, do qual só parte é enxergada. Em tôrno complexa e ornamental cercadura composta de emoldurados, volutas, panejamentos, cariatides, figuras e cabeças aladas, grutêscos, etc. Na parte superior dela uma tabuleta, rectangular sôbre o largo, onde se lê «SCOTVS SVBTILIS NOMEN /



SVBTILIA DONAT / *Quem uestisuilis. (sic) pes nudus chor da (sic) coronant*». No supedâneo outra tabuleta, cordiforme, com a inscrição «VERA. F. IOANNIS DVS / SCOTI EFFIGIES.». E nos cantos inferiores, fóra da

composição, em espaços livres a um e outro lado desta, a assinatura e a data: «*Andreas*» à esquerda e «*Velho fct 1609*» à direita.

As ligações que podem existir entre qualquer «*Oxoniense Scriptum*» e um retrato do célebre doutor subtil João Duns Scoto, o grande luminar saído da Universidade de Oxford, permitiriam apênas supor que algumas, de facto, existem no caso presente. Porém a identidade dos anos exarados no frontespício da obra impressa em 1609, conforme narra o cardial Saraiva, e na estampa que descrevi, junta à circunstância da primeira ser escrita em latim e na mesma língua serem redigidos tôdos os dizeres da segunda, torna muito provável a hipótese, que formulei, de esta pertencer àquela.

Não é isto, contudo, o que nos interessa.

Importante é fixarmos, à parte a igualdade dos nomes próprios, que «*Veteranus*», apelido do abridor da portada do livro, é forma latina do apelido português «*Velho*», com que assina o gravador do retrato. O que nos força a concluir serem o mesmo indivíduo.

E, por conseguinte, que no catálogo dos abridores portugueses em cobre deve ser inscrito o nome de «*André Velho*» como havendo exercido a arte, pelo menos no fim do primeiro decênio do século XVII; em substituição do nome de «*André Veterano*» com que lá figurou até agora, por deficiente tradução do apelido em latim indicado na notícia dada em primeira mão pelo bispo conde D. Francisco de S. Luiz.

L. XAVIER DA COSTA

A CONSTRUÇÃO DO CONVENTO DE S. FRANCISCO, DE TOMAR

O edifício do extinto convento de S. Francisco, de Tomar, e a sua vasta igreja, ainda aberta ao culto, pouco interêsse oferecem ao investigador, quer sob o ponto de vista histórico, quer sob o artístico. Na última, Haupt apenas encontrou dignos de menção os seus maciços contrafortes barrocos.

Contudo, talvez possam merecer interêsse algumas observaçoës sôbre as datas da sua construção.

Numa pilastra do extremo sul da fachada da igreja, acha-se gravada, perto do solo, a seguinte inscrição comemorativa do comêço da construção:

A 7 DE SETEMBRO D 1628
SE BOTOV A PR^A PEDRA N^{TE}
C^O DE SÃO FR^{CO} DE TOMAR

Não é, porém, verdadeiro o ano da fundação indicado, que convém corrigir.

Na *História Seráfica*, diz-se, referindo-se à fundação dêste Convento a pág. 540 da Parte V, Livro III, Capitulo XXXI: «*No dia seguinte sete de Setembro lançou o dito Padre Provincial Fundador principal desta casa, a primeyra pedra delle, . . .*» O ano a que se refere, é o de 1625. A série successiva de factos que precederam a fundação do Convento, e que vem largamente descrita e datada naquela *História*, não permite admitir como errada esta data, e portanto está errada a que consta da inscrição. De resto, a confusão do 5 e do 8 pelos canteiros analfabetos, não é de admirar.

Em regra, é sempre entre nós morosa a construção dos grandes edificios, sobretudo dos das casas dos franciscanos, que na esmola obtinham os fundos para as suas obras. A do Convento de S. Francisco não desmentiu esta asserção porque só em 1660 se achava concluída a igreja.

Esta data é-nos fornecida por uma inscrição, aberta numa das pirâmides que encimam a torre, que o sr. João Ferreira Pinho copiou, e que, graças à dificuldade que oferece o acesso ao local, cremos estar inédita.

Diz o seguinte:

ESTA · TOR · FRÕ
TARIA · ABOBED
MANDOV FAZR
O M^o RD^o P^o E · FR
MANOEL DA ESPERANÇA
MINR^o
PR^{AL}
1660

E' possível que nesta copia, devido às difficuldades do local e às muitas abreviaturas, letras sobrepostas e geminadas, haja ligeiros erros, o que não pude verificar. Nenhum pode, porém, alterar a leitura, que é de extrema facilidade.

Quem era o Padre Provincial Fr. Manoel da Esperança? Foi o autor dos primeiros volumes da *História Seráfica*. A sua biografia é largamente feita na parte V daquela obra, pelo seu continuador Fr. Fernando da Soledade. Ela apenas nos interessa na parte que convém confrontar com a nossa inscrição, a fim de apreciar o valor documental desta.

A pág. 543 do citado volume, diz-se: *Mas quem lançou a barra muyto longe neste empenho* (de concorrer para a construção do Convento de S. Francisco) *foy o Padre Fr. Manoel da Esperança, porque sendo Provincial, não obstante andar divertido com outras obras, se deliberou fazer a Igreja, & conseguiu o intento em exito glorioso.*"

A pág. 796 diz-se: *«Sendo (o P.^o Manoel da Esperança) provincial fez a Igreja de S. Francisco de Thomar, porque ainda que a achava principiada, mandou satisfazer a quem se devia quanto até esse tempo havia custado esta obra sumptuosa, mas de tal modo magnifica, & de tal sorte agigantada, que não transcende os limites, & pusilidades do Serafico Instituto.»*

A pág. 799 diz-se mais: *«& porisso a Igreja de S. Francisco de Thomar, não havia de ter a grandeza que logra & elegancia que ostenta (posto que sem demazia) se o seu zelo lhe dera principio, mas como as paredes della já iam subindo, não teve mais remedio que accômodar-se com a planta.»*

O leitor curioso encontrará na já citada *História Seráfica* noticia minuciosa da acidentada fundação e construção do convento de S. Francisco. Porisso não alongaremos mais esta nota. Comprida demais já vai ela, para o merecimento do casarão.

GARCEZ TEIXEIRA

ALGUNS RASPADORES DA INDÚSTRIA GALAICO-MINHOTA DE TIPO ASTURIENSE

As afinidades paleolíticas da indústria de tipo asturiense que desde há alguns anos se vem descobrindo com tanta profusão no litoral galaico-minhoto, teem sido devidamente postas em relêvo pelos pre-historiadores que mais se dedicaram ao seu estudo. Alguns mesmo chegaram a separar distintamente ambas as culturas, classificando umas estações de paleolíticas (1) outras de asturienses.

Mas quanto mais se observam estas estações e quanto mais se multiplicam os seus achados, maior persuasão se adquire da sua homogeneidade, embora sejam raros os utensílios de tipo asturiense no local das estações tidas por paleolíticas. Nos arredores de La Guardia (Galiza) apareceram, de mistura com os picos, verdadeiros *coups-de-poing*, que podem muito bem pôr-se em paralelo com artefactos semelhantes de estações paleolíticas conhecidas. A mesma circunstância se observa nas estações disseminadas pela costa portuguesa desde Moledo do Minho até ao Porto, e, como nota o Eng. R. de Serpa Pinto, essas «acentuadas tradições paleolíticas... serão postas em evidência depois de publicadas as estações paleolíticas da margem direita do Caia (Elvas)» (2), que há poucos anos foram descobertas pelo Eng. Lerenó Antunes Barradas.

Um dos mais notáveis pontos de contacto da indústria de tipo asturiense com a do paleolítico é a abundância de utensílios obtidos duma simples lasca de quartzite. Há entre estas, como faz notar M. Fernández Costas, algumas que não passam de utensílios de fortuna, mas existem também muitas diligentemente retocadas (3). Ao descrever a estação de Camposancos, já o Dr. Joaquim Fontes chamou a atenção para dois raspadores dêste gé-

(1) Joaquim Fontes: *Estação paleolítica de Camposancos (Pontevedra-Espanha)*.

Separata da Revista «Brotéria», série mensal, vol. I, fasc. 1. Caminha, 1925. Afonso do Paço: *Estação paleolítica de Carreco*. Separata da Revista «Brotéria» série mensal, vol. IX, fasc. 3, Lisboa, 1929.

(2) R. de Serpa Pinto: *Notas para um plano de estudos geológicos entre Minho e Lima*. Separata do «Anuário do Distrito de Viana-do-Castelo», vol. I, Viana-do-Castelo, 1932, p. 3.

(3) Manuel Fernández Costas: *Notas en col do asturiense na bisbarra d'A Guardia*. Separata da Revista «Nós», a Cruña, 1930, p. 6.

nero, cujos bordos apresentam sinais de retoque (1). O Eng. R. de Serpa Pinto não deixa também de mencionar instrumentos semelhantes na importante estação de Ancora, e compara-os com outros do paleolítico inferior (2). O Tenente M. Afonso do Paço encontrou na estação paleolítica de Carreço vários discos e raspadores de idêntica morfologia (3), e ainda, mais pronunciados na estação asturiense, vizinha da paleolítica (4).

No trabalho publicado sobre a estação de Areosa-Viana-do-Castelo foram estes utensílios devidamente destacados pelo seu descobridor, Profes-

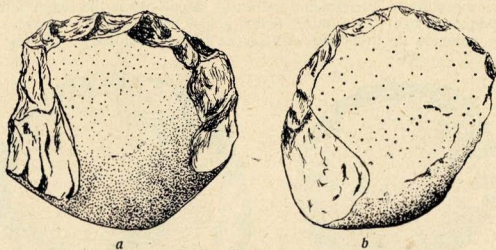


FIG. 1

sor Abel Viana (5), como também o foram pelo já citado pre-historiador galego Manuel Fernández Costas, ao passar em revista a indústria da estação de La Guardia (6).

Por minha parte, ao percorrer várias destas estações, tenho encontrado

(1) Joaquim Fontes: *op. cit.*, p. 9.

(2) R. de Serpa Pinto: *O Asturiense em Portugal*. Extracto dos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», vol. IV. fasc. 1, Porto 1928, p. 27.

(3) Afonso do Paço: *op. cit.*, 4, fig. 2.

(4) Tenente Afonso do Paço: *Estação asturiense de Carreço*. Separata da Revista «Bro-téria», vol. X. fasc. 3 e 4, Lisboa, 1930, p. 13.

(5) Abel Viana: *A estação asturiense de Areosa-Viana-do-Castelo*. Separata de «Portu-gales», vol. II, Porto, 1929, p. 25.

(6) Manuel Fernández Costas: *As indústrias líticas d'A Guardia*. Separata da Revista «Nós», A Cruña, 1929, p. 12.

a mesma abundância de lascas-instrumentos, assinaladas tanto pelos pre-historiadores portugueses como pelos espanhóis, além de muitas outras abandonadas no local, não utilizadas, e provenientes do fabrico dos picos. Nesta breve nota, apenas desejo frisar a extrema semelhança dessas lascas com outras recentemente publicadas pelo Conde de la Vega del Sella.

A primeira dessas lascas retocadas (fig. 1, *a*) provém da estação de La Guardia onde a colhi no verão de 1929. É de quartzite avermelhada e mede 7 x 6,5 centim. A face não figurada é lisa, e resultante da percussão dada no calhau, cujo bolbo aparece nitidamente perto da base. O bordo, quási circular, apresenta-se inteiramente retocado, depois de se lhe terem extraído dez pequenas lascas com outros tantos golpes do percutor, e conserva vestígios patentes de utilização. A-pesar da sua simplicidade, é um dos mais

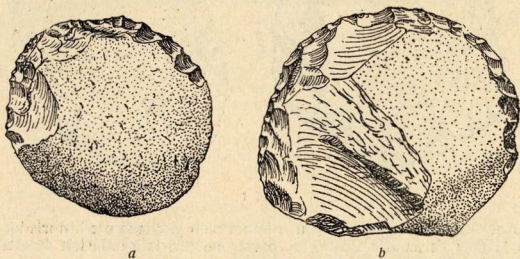


FIG. 2

interessantes instrumentos que conservo da estação de La Guardia, cuja descoberta deu origem, como é sabido, a tantas similares não só nas costas galegas como sobretudo nas portuguesas do Alto Minho.

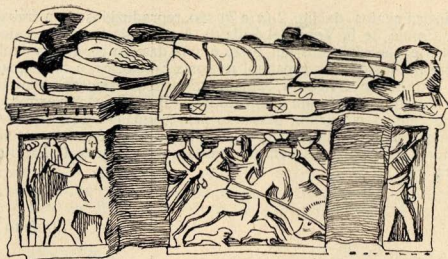
Em Abril de 1930, percorrendo a estação portuguesa de Ancora, encontrei a lasca que vem desenhada na fig. 1, *b*, cujas dimensões são de 6,5 x 8 centímetros. É de quartzite amarelada, e foi obtida por um golpe dado transversalmente no seixo de que provém. Conserva na parte oposta extremamente saliente o bolbo de percussão, e todo o bordo foi retocado pelo levantamento de pequeninas lascas, com sinais muito evidentes de ter sido utilizado.

Os instrumentos da fig. 2 (*a e b*) são reproduzidos dum trabalho recente do Conde de la Vega del Sella (1). A gruta de Balmori, onde foram encontrados e que visitámos em 1926, é uma das muitas grutas exploradas pelo ilustre pre-historiador espanhol na costa cantábrica, e está situada não longe da estrada de Oviedo a Santander, entre as estações ferroviárias de Celorio e Posada. Nela foram identificados indícios de vários extratos desde o solutrense até ao asturiense, passando pelo magdalenense e azilense. Entre os instrumentos típicos da camada inferior (solutrense) é que se encontraram os raspadores com os quais comparo nesta nota as lascas de La Guardia e de Ancora. (2)

EUGÉNIO JALHAY

(1) A fig. 1 (*a e b*) assenta num desenho da Ex.^{ma} Snr.^a Dr.^a D. Maria João Lopes do Paço, a quem manifestamos o nosso reconhecimento.

(2) Conde de la Vega del Sella: *Las cuevas de La Riera y Balmori*. «Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas», Memoria núm. 38. Madrid, 1930, p. 79.



TÚMULO DE D. FERNÃO SANCHES ⁽¹⁾

El rei D. Denis houve de sua mulher a rainha D. Isabel de Aragão, dois filhos: D. Afonso, que lhe sucedeu no reino; e D. Constança, que casou com D. Fernando, rei de Castela.

Além destes filhos legítimos, el rei D. Denis houve de outras mulheres nobres, sete filhos e filhas, bastardos, que foram:

1.º D. Afonso Sanches, filho de D. Aldonça Rodrigues Telha, a quem el rei seu pai queria grande bem, e por quem o infante D. Afonso fez com seu pai grandes *desvaios*. Este D. Afonso Sanches, ainda em vida de seu pai, foi para Castela, casou com D. Teresa Martins, e faleceu em Castela, mandando-se enterrar no Mosteiro de Santa Clara em Vila do Conde, que êle mesmo tinha fundado, e a que tinha feito grandes doações.

2.º D. Pedro, que foi casado com D. Branca, filha de Pedro Eanes de Portel, filho de D. João de Aboim e de D. Constança Mendes.

3.º D. Pedro, que depois foi conde em Portugal, e escreveu o *Livro das Linhagens*.

⁽¹⁾ Com a devida vênia, se transcreve êste trabalho, publicado em 1918 em apêndice (IV) ao *Livro da Montaria feito por D. João I, Rei de Portugal*. Gravura feita sobre um desenho amavelmente executado por Carlos Botelho.

4.º D. João Afonso, ao qual depois seu irmão el rei D. Afonso IV mandou matar em Lisboa a 4 de Junho de 1364.

5.º D. Fernão Sanches, que foi casado com D. Froilha Anes de Briteiros.

6.º D. Maria, que foi casada com D. João de Lacerda.

7.º D. Maria, que foi monja no mosteiro de Odivelas.

D. Fernão Sanches foi casado com D. Froilha Anes de Briteiros, filha de D. João Rodrigues de Briteiros e de D. Guiomar Gil. El rei D. Denis fez a este seu filho muitas doações : em 1294, a aldeia de Recadães e outras no julgado do Vouga; em 1300, a herdade da Orta de Nomão; em 1303, a Lezíria dos Pastos, em termo de Santarém; e em 1306, o Reguengo de Oliveira do Conde.

Segundo confirma o conde D. Pedro no *Livro das Linhagens*, D. Fernão Sanches não teve filhos de sua mulher D. Froilha Anes de Briteiros. Provavelmente por esta razão, D. Fernão Sanches dispôs em sua vida de quasi todos os bens que possuía. Das herdades que D. Fernão Sanches possuía no termo de Santarém, fez doação a seu irmão el rei D. Afonso IV, o qual as deu à rainha D. Brites, sua mulher, que as anexou às capelas e hospital, que tinha instituído em Lisboa. Sendo ainda casado com D. Froilha Anes de Briteiros, em 31 de Janeiro de 1323, doaram tudo quanto possuíam em Miranda do Douro, Bragança, Vilarinho de Castanheira, S. Lourenço de Riba Pinho, Paredes, Sam Fins, Almodovar e Algarve, a D. João Afonso seu irmão, alferes-mor que então era del rei. A 13 de Novembro de 1327 doou tudo quanto ainda lhe restava a el rei D. Afonso IV, seu irmão.

Não se sabe ao certo o ano da sua morte; mas foi depois de 13 de Novembro de 1327, provavelmente pouco depois. Consta, não se sabe bem com que fundamento, que D. Fernão Sanches, morreu em consequência dos ferimentos que recebeu de um porco montês um uma caçada em Almeirim (1)

O túmulo de D. Fernão Sanches foi encontrado na antiga capela do Rosário de N. S. da Oliveira, fundada em 1222, junto da qual, depois de 1225, foi edificado o convento de S. Domingos em Santarém. O túmulo estava embebido em uma parede; mas na sua face direita tinham sido abertos rãos para entrar o tardoz das duas ombreiras de uma porta fingida que estava deante dêle. O túmulo está depositado actualmente no Museu Arqueológico do Carmo.

O túmulo de D. Fernão Sanches é não só um notável monumento fu-

(1) *Livro das Linhagens. Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, vol. I, p. 256; Rui de Pina, *Crónica del rei D. Denis*, cap. IV; *Monarchia Lusitana*, parte II, liv. XVII, cap. II (tomo II, p. 282-285); D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1735. pag. 282.

nerário do século XIV, mas também um documento iconográfico muito elucidativo do exercício da montaria no mesmo século em Portugal.

O túmulo consta de duas peças: o *cofre* ou arca (caixa), e a *campa* (tampa). O cofre mede exteriormente, na parte superior: comprimento 2^m,22; largura 0^m,92; altura 0^m,68. A cavidade tem cêrca de 1^m,90 × 0^m,70 × 0^m,60. A campá tem: comprimento 2^m,22; largura 0^m,92; espessura mínima 0^m,09.

O túmulo é de pedra calcêrea branda, de côr cinzenta.

A caixa e tampa foram mutiladas, tendo sido abertos dois rôços na face direita, na direcção vertical, tendo cada um 0^m,30 de largura e 0^m,10 de profundidade.

Sôbre a tampa, que representa uma cama, está em alto relêvo a figura de um homem deitado sôbre o seu lado direito com a cabeça apoiada sôbre uma larga almofada.

A figura do homem tem longa cabeleira, apartada na frente e caindo sôbre os ombros; e a barba é comprida e frisada dando-lhe a aparência de um homem de mais de cincoenta anos; está vestido de um longo saio que chega até quasi aos pés; e é coberto com um manto desde os ombros até um pouco abaixo dos joelhos. Abaixo dos pés dêste homem está um corpolento cão, com colar ao pescoço e os membros anteriores e posteriores estendidos, de modo que toca o chão com o ventre. O cão tem a cabeça mutilada.

Atrás da figura do homem estão dois anjos meio deitados sôbre os seus lados direitos, um correspondendo á cabeça e outro aos joelhos do homem; o anjo de baixo tem na mão esquerda um turíbulo, que lança sôbre a figura do homem; o anjo de cima tinha na mão esquerda também um objecto na mesma disposição, mas está mutilado,

Na borda direita da campá estão gravados: do lado da cabeceira um brasão de armas, formado por um escudo dividido em quatro partes por duas linhas oblíquas cruzadas, e em cada parte um pequeno escudo com cinco pontos. Este brasão é gravado mais quatro vezes na mesma borda da campá de distância em distância. Depois do primeiro brasão ha uma inscrição gravada em caracteres esculpturais do século XIV, mas muito mutilada; parece ler-se:

Aqui jaz (escudo) dom (rôço) Sanch (ilegível)

O cofre é decorado com tres retâbulos em baixo relevo, na face da cabeceira, na face direita e na face dos pés; a face esquerda é apenas trabalhada ao picão, porque deveria estar encostada a uma parede.

No retábulo da cabeceira estão representados: ao meio, Jesus Cristo crucificado, tendo do lado esquerdo a Virgem Maria, e do lado direito o discípulo amado S. João.

No retábulo dos pés estão representados: ao meio, um vaso com plantas floridas (lilás?); do lado direito um anjo apontando com a mão direita para as flores, e do lado esquerdo a figura de uma mulher, apontando com a mão direita para as flores, e tendo na mão esquerda um livro(?).

O retábulo da face direita representa uma scena de montaria. As figuras a começar da cabeceira para os pés são:

1. Uma azinheira, caracterizada pelas folhas e lande, a cujo tronco está um pequeno cão (sabujo) em atitude de querer subir.

2. Um monteiro de cavalo tendo na mão direita um açôr. A parte anterior do cavalo falta, e corresponde ao primeiro rôço.

3. Um moço de monte subido em uma azinheira tocando a buzina.

4. Um monteiro de cavalo, tendo na mão direita uma lança (ázcuma), cuja ponta chega até à parte superior do pescoço de um porco montês. O cavalo tem a mão esquerda junto do focinho do porco. Debaixo do cavalo ha dois cães (alãos).

5. Um porco montês, do qual só resta a cabeça e a parte anterior do pescoço, em atitude de agredir o cavaleiro. A parte restante do porco falta, e corresponde ao segundo rôço.

6. Um moço de monte subido em uma azinheira por temor do porco.

7. Um monteiro de pé, tendo enrolada no braço esquerdo a trela do cão, e ao ombro esquerdo uma lança (ázcuma).⁽¹⁾

FRANCISCO MARIA ESTEVES PEREIRA

⁽¹⁾ Uma fotografia e noticia d'este túmulo foi publicada por Joaquim Narciso Possidónio da Silva, no *Boletim da R. Associação dos Architectos e Archeologos Portugueses*, série 3.^a, tom. III, p. 169 e 170; e uma fotografia e noticia por Afonso de Dornelas na *História e Genealogia*, tomo I, p. 180-182; cf. Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses, As caçadas*, p. 9.

UMA LÁPIDA DO SÉCULO XV

Ao erudito archeologo Dr. F. Alves Pereira

Na primitiva igreja de S. Sebastião em Setubal, cuja data de fundação não encontrei mencionada, estava a lápida⁽¹⁾ agora reproduzida de uma photographia que possuo, e a inscripção nos mostra ser da sepultura de João Pires Ricovado, amo dos filhos do infante D. João.

A igreja de S. Sebastião quando do terremoto de 1755, (2) ficou muito arruinada e incapaz de se celebrarem nela os actos religiosos, foi restaurada poucos annos depois, mas em 1858 (3) outro terremoto lhe causou nova e completa ruina e por isso, mandada demolir, sendo a lápida removida para a igreja da Misericordia (4), ignorando-se o local onde a collocaram; a igreja foi vendida ao Estado em 1921 ou 1922, demolida tambem, aproveitando-se os materiaes e o terreno para se levantar o edificio da sucursal da Caixa Economica Portuguesa.

A lápida no seu tardo, indicava ter servido de pedra de ara de qual-quer altar (5), fazendo-me suppôr que para isso fôsse aproveitada, quando da restauração da igreja de S. Sebastião, feita pouco depois de 1755.

Em Janeiro de 1924 foi procurada a lápida entre outras retiradas da referida igreja da Misericordia (6) e guardadas então no côro de cima da igreja de Jesus, mas não se encontrou, tendo sido talvez empregada na alvenaria dos alicerces ou das paredes do novo edificio, o que acontece vulgarmente por desleixo ou estupidez.

Diz-nos a inscripção que João Pires Ricovado foi amo dos filhos do infante D. João. O infante não pode ser outro senão o filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, que nasceu em Santarem a 13 de Janeiro de 1400 e falleceu em Alcaccer do Sal a 18 de Outubro de 1443; casou em 1424 com D. Isabel filha do conde de Barcellos e da condessa D. Brites Pereira que falleceu em 26 de Outubro de 1465; foram seus filhos: 1.º D. Diogo que nasceu, talvez em 1425 e falleceu em 1443, solteiro, sem geração. 2.º D. Isabel, ignorando-se as datas do nascimento e morte, que foi casada com

(1) Informação dada ao sr. dr. Alves Pereira pelo sr. Marques da Costa, de Setubal.

(2) Pereira de Sousa—*O terremoto do 1.º de Novembro de 1755*, vol. III, pag. 817.

(3) Idem, idem, idem—*Idem, idem*, pag 827 a 830.

(4) Informação dada ao sr. dr. Alves Pereira pelo sr. Marques da Costa, de Setubal.

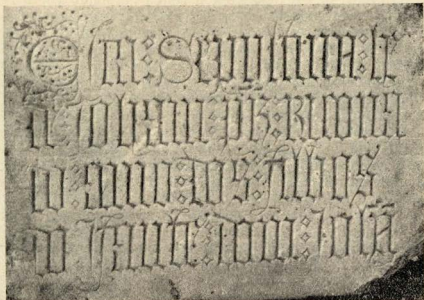
(5) Idem, idem, idem.

(6) Idem, idem, idem.

D. João II de Castella. 3.º D. Brites, ignorando-se a data do nascimento, falleceu em 1506 e foi casada com seu primo o infante D. Fernando. 4.º D. Filipa, ignorando-se as datas do nascimento e morte; foi senhora da Villa de Almada. (1)

Amo chamavam antigamente os principes aos superintendentes da sua primeira educação. (2)

Amo, aio ou mestre designava tambem o que tinha a seu cargo a boa educação e instrucção de um menino nobre e honrado (sic) (3).



Amo e aio não significa o mesmo; (4) amo pode significar o marido da ama que cria a creança.

Amos e amas foram pessoas da mais qualificada nobreza e a outras não fidalgas, honrarias lhes concederam; o amo dos filhos do infante D. João, se fôsse nobre ou tivesse privilegio de nobreza, a sua inscripcão sepulcral não

(1) D. Antonio Caetano de Sousa; *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, tomo II, pag. 149.

(2) Martins Bastos *Breve resumo dos privilegios da nobreza*, pag. 33.

(3) Viterbo—*Etucidario*, tomo I, pag. 75, 2.ª edição.

(4) Aldrete—*Del origen y principio de la lengua Castellana*, etc.



seria tão laconica, portanto, julgo não estar em erro, classificando-o plebeu e marido da ama, cujo nome se desconhece.

Em varias genealogias (1) que consultei não vi referencia a João Pires Ricovado, outro tanto me succedeu nas obras eruditas de Martins Bastos, (2) do dr. Sousa Viterbo (3) que foi um dos maiores investigadores da documentação histórica da Torre do Tombo, e do dr. Leite de Vasconcellos. (4) Do appellido, sobrenome ou alcunha Ricovado nenhuma indicação encontrei; porem como vocabulo chorographico havia em Zamora, no seculo XII, uma povoação chamada Ricovado, onde se realisou uma entrevista de D. Theresa rainha de Portugal com o conde Fernando (5); na Galiza ha tambem um logar denominado Recovado, junto do rio Minho. (6)

Soube ultimamente, que em Zamora uma povoação ainda ha poucos annos quasi desconhecida, onde se estão realisando agora as grandes obras de aproveitamento das quedas de agua do rio Douro, tem o nome de Ricobayo (7) que deve ser corruptela de Ricovado do seculo XII.

A coincidencia de haver duas povoações do mesmo nome Ricovado, faz-me suppôr que João Pires Ricovado fôsse natural de uma e tivesse usado como appellido o nome da sua terra ou ainda viesse já dos seus antepassados, facto este muito generalizado.

Eis tudo quanto pude obter para elaborar esta desprezenciosa noticia, incompleta com relação á vida do amo João Pires Ricovado, visto não encontrar quaesquer indicações, que talvez, em documentos coevos as houvesse no archivo da Camara Municipal de Setubal, mas no incendio em 1910, todos ou quasi todos se perderam.

A lápide não pode figurar no futuro museu archeologico, devido á ignorancia ou desleixo a que foi votada, mas felizmente ficou photographada e reproduzida agora em gravura.

Campolide, 10 de Janeiro de 1933.

ANTONIO CESAR MÊNA JUNIOR

(1) Manço Lima: Nasao Zarco e Colona (D. Tivisco de); Avellar Portocarrero; etc.

(2) Martins Bastos—*Breve resumo dos privilegios da nobreza*.

(3) Dr. Sousa Viterbo—*Amas, amos e collaços de pessoas reaes e personagens illustres* (Publicação postuma).

(4) Dr. Leite de Vasconcellos—*Antroponimia*.

(5) Florez — *Espania Sagrada*, tomo 21, pag. 322. Informação dada ha annos, pelo fallecido sr. Pedro de Azevedo, erudito paleographo e historiador.

(6) Informação do sr. dr. Alves Pereira, (n'uma carta geodesica).

(7) Diario de Noticias de 27 de Outubro de 1932. *Excursão ao norte de Espanha*

NOVAS INSCRIÇÕES DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO

Desde a morte de Francisco Tavares Proença Junior, o sábio entusiasta e generoso, que dotou a cidade de Castelo Branco com um bom museu arqueológico, tenho procurado, quanto em minhas fôrças cabe, publicar e recolher no museu tudo o que apparece de novo nesta região, tão rica de achados arqueológicos.

Tem sido árdua a tarefa mas, felizmente, como resultado dos meus instantes pedidos, feitos na imprensa e directamente aos agricultores, proprietários e trabalhadores rurais, de vez em quando, tenho a grande alegria de salvar um ou outro monumento, que me trazem para estudo e que ofereço ao museu albicastrense.

Dos três monumentos, que hoje estudo neste artigo, os dois primeiros estão inéditos, mas o último foi já publicado no jornal local *Terra da Beira*.

*

O primeiro é uma inscrição a Júpiter, num bloco de granito, com as dimensões 0^m,70 de comprimento, 0^m,31 de largura e 0^m,14 de espessura.

Apareceu em São Vicente da Beira, no rez do chão de uma casa, na rua do Bêco pertencente ao Snr. João Antunes Jerónimo, que me fez oferta dêle, mandando-o tirar, a instâncias minhas, de uma parede onde estava colocado como material de construção.

A pedra está partida na parte superior e teria sido quebrada, talvez, quando se construiu a casa.

Por baixo da inscrição há uma porção de pedra não aparelhada, com o comprimento de 0^m,30, destinada a sêr enterrada no sólo, onde o monumento ficaria em posição vertical.

A primeira linha, onde devia estar o nome do dedicante da ára, infe-



lizmente está ilegível, por causa da fractura da pedra. Distingue-se apenas um V, um A não cortado, um I e parte de um traço de outra letra.

E' muito arriscado, da minha parte, emitir opinião sobre qual seria o onomástico, que falta.

No *Corpus*, sob o n.º 450, há uma inscrição, em que aparece VAIRO.

Na ára que estudo, antes das letras V A I, só havia espaço para outra, que o mau estado da pedra não deixa ler e, depois delas, só caberiam na lápide dois ou tres caracteres. A' primeira vista poderia também supor-se que o nome fôsse VARRO, já conhecido, mas o primeiro R ficaria largo de mais, em relação ás outras letras e, o que é mais de ponderar, não se conhece ligação horizontal entre o I, que está completo e vai até ao vértice do ângulo formado pela letra A e a parte da letra, que deveria formar o R.

Quanto às outras linhas são claras e a sua leitura não oferece, dificuldade. A separação das palavras faz-se, quando é precisa, por *hederae* e pode reconstituir-se assim a inscrição:

? V A I /
I O V I · A R
A M · P O S
P R O · S V A
S A L V T E
V · L · S

... .. Jovi aram pos(it) ou pos(uit) pro sua salute V(otum) L(ibens), S(olvit).

Trata-se pois de um voto, cumprido de boa vontade, por uma pessoa cujo nome a fractura da pedra não deixa decifrar, a Júpiter, a quem mandou colocar aquela ára, pela sua saúde.

Júpiter aparece aqui sem epíteto algum e o dedicante da ára apelou, certamente, para as virtudes curativas do Deus, ás quais o Dr. Leite de Vasconcelos, eminente arqueólogo, faz referência nas suas *Religiões da Lusitania* vol. 3.º, pág. 226.

Nesta ára só dois AA aparecem cortados e a conhecida fórmula P R O S V A S A L V T E, que é frequente indicar-se pelas primeiras letras, está toda por extenso.

Os caracteres têm, em média as dimensões de 0^m,04 de largura e 0^m,05 de altura.

E' realmente de lastimar a falta da parte superior do monumento mas, felizmente, o nome da divindade escapou ao vandalismo.

Nas outras faces da ára nada ha gravado.

Em São Vicente da Beira há vestígios de duas estações romanas, uma na serra, por cima da vila e outra no vale, (Vide Tavares Proença Júnior, *Arqueologia do Districto de Castelo Branco* pg. 14).

Têm aparecido, naquela vila, objectos da idade da pedra e do bronze. Consegui obter, para o museu, um belo exemplar de machado de bronze, que me foi oferecido pelo falecido capitão Neves, que ali residiu.

Como a casa, onde a ára estava, é já de construção antiga, não pude saber donde tinha sido retirada a lápide mas, é de crêr, que seja originária das antigas estações romanas, citadas por Tavares Proença Júnior.

*

O segundo monumento é proveniente da região, distanciada da cidade de Castelo Branco dois ou três quilómetros, onde a tradição e alguns autores antigos dizem ter, outrora, existido a povoação de Belcagia ou Velcagia.

Não posso, neste resumido artigo, discutir se a lenda é ou não verdadeira.

O que não oferece dúvida é que, no local indicado, desde as ermidas de Mércules, Sant'Ana e S. Martinho até ao Ponsul, ultrapassando um pouco este curso de água, houve uma ou mais povoações romanas. Tavares Proença afirma, nos seus trabalhos, ter existido um forte *castro* em S. Martinho. Entre as tres ermidas há ainda ruínas de alicerces visíveis, necrópoles e têm-se descoberto moedas romanas, ibéricas, áras e vestígios importantes de velhas civilizações, como os célebres *menhires* de S. Martinho, bem conhecidos já dos arqueólogos portugueses e estrangeiros, sem falar de antas, machados de pedra e várias coisas recolhidas no museu de Castelo Branco (Vide Tavares Proença Júnior *Antiguidades*).

G. Cardozo, no *Agiologio Lusitano*, e Pinho Leal, palavra *Pombeiro* falam-nos de Santa WILGEFORTE OU LIBERATA e de suas irmãs. Estas virgens nasceram de um só parto na cidade de VELCAGIA e foram martirizadas, segundo alguns autores, em CASTRA LEUCA, importante povoação romana, que teria existido no próprio logar onde está hoje a cidade de Castelo Branco, á qual os Templários mudaram o primitivo nome de Vila Franca da Cardoza para o actual, tradução de Castra Leuca, talvez por terem encontrado, nas obras de fortificação, a que procederam, inscrições e vestígios evidentes da antiga Castra Leuca que, diga-se de passagem, Ptolomeu localisa na Mesopotâmia, entre o Tejo e o Guadiana.

Parece, portanto, que houve uma Velcagia ou Belcagia, que alguns dizem ter sido Baiona, mas não custa a crêr que existisse outra povoação com o mesmo nome, facto vulgaríssimo na Península, no tempo dos romanos,

no sítio referido, perto de Castelo Branco, tanto mais que o nome de Belgaio derivado, segundo parece, do nome da povoação desaparecida, ainda subsiste na região. Há ali uma Granja dos Belgaios e um porto dos Belgaios. A casa do Infantado possuía, naquele local, com um perímetro de 11.000 metros, a Granja dos Belgaios.

O Dr. Leite de Vasconcelos, num artigo publicado no jornal local «Era Nova», é de opinião que a palavra Belgaio seja derivada do nome de algum proprietário local, chamado Belo Gaio.

Seja como for é tempo, porém, de entrar propriamente no assunto deste artigo.

Proveniente da Granja dos Belgaios, hoje pertencente á firma Luiz Domingos & Irmãos Ltd.^a, desta cidade, teve o Dr. Antonio Pinto de Castel Branco, distinto advogado, a gentileza de me trazer a minha casa, para estudo, uma ára, infelizmente partida de tal maneira, que está, por assim dizer, perdida para a ciência.

Como se pode vêr pela gravura, trata-se de um bloco de granito, parecendo a parte inferior de uma ára, em que apenas se lê:



ERIV /
IVLI
ODESTIN

A parte superior perdeu-se e há uma terrível fractura na pedra, do lado esquerdo, em toda a altura, que fez desaparecer uma ou duas letras em cada linha.

Quanto á primeira linha, cujos caracteres estão já pouco perceptíveis, o E, R e I parece não oferecerem dúvida. A quarta letra tanto pode ser um V como um N, já muito gasto e o pequeno traço da quinta letra um pouco inclinado da direita para a esquerda, talvez seja a extremidade de um S ou princípio de um A. Admitindo que antes da primeira letra faltem tres caracteres, devido á fractura da pedra, poderá supôr-se que o onomástico fôsse Severivs, Severina ou Valerivs.

Na segunda linha parece ser *Julivs* e na terceira é de presumir que o nome seja *Modestivns* já conhecido de outras inscrições do país e de Idanha-a-Velha.

O bloco de pedra, que nada tem gravado nas outras faces, mede de altura 0,^m25; de largura 0,^m22 e de espessura 0,^m20. As letras têm aproximadamente 0,^m03 de altura e 0,^m02 de largura.

Da mesma procedência, Granja dos Belgaios, foi-me oferecida pelo Dr. João António da Silveira, distinto facultativo, uma curiosa ára, partida na parte inferior mas, felizmente intacta na parte mais importante, a superior.



Foi já por mim publicada no jornal de Castelo Branco "Terra da Beira" n.º 24, e é tão digna de interesse que escrevi naquele jornal: "Se não estou em erro parece-me que esta ára dá a conhecer á ciência mais uma nova divindade, completamente desconhecida até agora".

Depois de publicado o meu artigo, o Dr. Wickert, distinto arqueólogo e professor da Universidade de Berlim, examinou a lápide, em minha casa e manifestou a opinião de que não podia ser lida de forma diferente da minha leitura, julgando êle também, tratar-se de uma deusa desconhecida.

A inscrição está gravada numa das faces de um bloco de granito, com 0,^m26 de largura; 0,^m35 de altura e 0,^m22 de espessura, nada tendo escrito ou esculpado nos outros lados.

A leitura é a seguinte:

DIIAIN
CIAE
MARCIVS
RVFVS

Dea Inciae (vel Ingiae) Marcivs Rvfv̄s.

Na primeira linha leio os dois II por E o que é frequente em epigrafia. Os A A não são cortados e não ha pontos.

O C da terceira linha tem incluso um pequeno I.

Entre os II da primeira linha e o A, muito ao cimo, há uma pequena mozza na pedra que, examinada com cuidado, não pode ser um ponto, visto ter uma secção nitidamente triangular, estar colocada muito acima do que

é usual e mesmo porque seria o único sinal de pontuação, que haveria na inscrição.

E' pois natural que êsse sinal triangular fôsse ocasionado por qualquer pancada.

A por A E, na mesma linha pode ser atribuído a êrro do canteiro.

Na segunda linha a primeira letra tanto parece um C como um G.

No artigo publicado na "Terra da Beira" hesitei, por causa do mau estado da pedra, na leitura dos onomásticos, tendo lido MVCIVS ou MARCIVS e RVFVS ou RVRVS.

Foi o Dr. Wickert quem me tirou de hesitações, lendo MARCIVS e RVFVS.

Traduzindo teremos pois: MARCIVS RVFVS dedicou êste monumento á deusa IN CIA ou INGIA.

Chamo pois a atenção dos arqueólogos do nosso país para estes monumentos, que desejaria ver estudados, suprindo-se as muitas deficiências do meu modesto trabalho.

Castelo Branco, 24 de Dezembro de 1932

MANUEL DE PAIVA PESSOA

O PATACO

(Continuação de pág. 94)

No Porto, os soldados venciam, diariamente, 40 reis e como o *pret* lhes era pago nesta moeda, chamavam-lhes *o batalhão do pataco*.

Dizer-se de alguém ser possuidor de muitas *peças* era vulgar e sem valor; mas que tinha *meia duzia de patacos* isso, então, era impô-lo ao respeito e á consideração gerais.

O commercio encaixotava-o e degredava-o para a Africa, para delicia do preto, no sertão; para a Madeira; para os Açores onde valeu mais, para S. Tomé com uma corôa por carimbo.

O *pataco* teve uma voga imensa nas provincias. Ali, aparecia mais do que a prata e como não havia Bancos, escondiam-no em arcazes, em esconderijos das antigas papeleiras de pau santo, ou enterravam-no em urnas e panelas de barro.

A's portas das igrejas, por noivados ou enterros, o sacristão, de grande sacco encarnado com borla ao fundo, ajoujado pelo pêsso, distribuia esmolas que os pobres recolhiam ávidamente. Era o *pataco*; sempre o *pataco* exercendo a sua preponderância.

Foi o enlêvo do povo que, na sua linguagem expressiva e pitoresca, na sua maravilhosa inventiva ou adaptação tornou o nome quasi official e o tomou por unidade monetária, como se fôsse moeda de conta e para termo de avaliação:

«Não vale dois patacos».

De *patacão* ou de pataca, possivelmente, adviria *pataco*.

Não se denominam, oficialmente, *patacas* moedas de prata estrangeiras circulantes em Macau e Timôr?

Decorridos dois séculos tanta força espiritual, tanta magia possui este nome que, um dos argumentos mais convincentes, qual pelouro arremessado com explosão retumbante por bombardas grossas, consumidos na propagação



PATACO DE D. JOÃO VI
(TROCA DE CUNHO)

do novo regimem, para demonstrar ao povo a perfeição do ideal. foi a promessa de lhe vender o bacalhau a... *pataco*.

D. Maria II, conservou-o.

Venceu as leis, pois tendo sido anulados todos os decretos de D. Miguel I, só o dêle não foi revogado.

João Baptista Moreira e Sousa, por alcunha «o vintem da Bankaria» nascido a 5 de Março de 1788 e falecido em 12 de Agosto de 1877 (e não a 4 de Novembro de 1876, como escreveu o dr. Pedro A. Dias, no Catálogo da colecção de Ferreira do Carmo. Porto, 1877.) foi o autor dos cunhos. Resava o terço, em voz alta, todas as noites e os vizinhos respondiam-lhe das respectivas casas.

Tambem fabricou os de 1847 nas suas oficinas e, mais tarde, por ordem da Junta do Porto durante o cêrco, apoz o carimbo = G. C. P. = (Governo Civil do Porto) que, naquela cidade era interpretado por «Governo Cabralista Puro.»

Outra interpretação, muito extraordinária, deu-a o *expert Schulman*, no catálogo de 14 de Abril de 1908: «Gôa Colonia Portuguesa» !!!

O *pataco* de 1847, sem carimbo, é raro.

O *pataco* de bicos de 1833 é extremamete simpático nas suas quatro variantes de cunho e de espessura, o que não admira, tratando-se de um ensaio.

Chama-se dos Loios porque se lavrou na casa da moeda instalada no extinto convento de Santo Eloi. Ali se fizeram, igualmente, os ensaios dos 20 10 e 5 reis, com a mesma data.

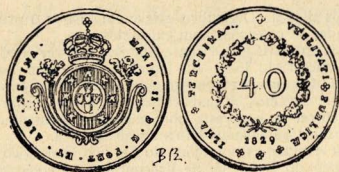
As variantes a que deve atender-se, em todos os exemplares, consistem no diâmetro, no pêso e em a cruz ser ou não radiada. Analisando, detidamente, o *pataco*, logo se torna notavel a larga expansão do busto concordando com a vastidão da chapa, tudo amplo, depois, o perfil do regente, bem copiado do natural que, pela primeira vez aparece na moeda inferior, (nisto levou a palma á de prata, do continente, que nunca teve as honras de busto) e o pêso, até então desconhecido.

Nada mais se lhe encontra de original. O manto é uma reminiscência se não uma inspiração na moeda imperial romana. As legendas são extravagantes: a do anv. — DEI GRATIA REGENS — era a fórmula por que se iniciavam os diplômas firmados pelo regente; a do rev. — UTILITATI PUBLICAE — é copiada da moeda de D. Pedro II.

Surpreendente é, devêras, o ensaio de 1829 para os Açôres, no tipo dos 80 reis, (*Maluco*), moeda obsidional da ilha Terceira, ignorando-se o motivo porque não foi aprovado.

Figura sob o n.º 6026 no catálogo da colecção de Jules Fonrobert. vol. 4., editado por Adolph Weil, Berlim, 1878.

Este *expert* faleceu em 1901 e só Deus sabe onde pára esta joia.
 Por ser muito pouco conhecido, se reproduz:



Interessantíssimas, também, as diversas serrilhas, mas, apenas, a título de ensaio que se vêem em exemplares de 1811, 1813 e 1822, mostrando o capricho e talvez o carinho de Cipriano Moreira, artista consciencioso como êle era e difícil de contentar-se.

Em Março de 1928, esteve á venda, por 200\$00, na Tabacaria Neves, no Rocio, um *pataco* de 1811, de bronze escuro, com serrilha de folhas. Era, na verdade um soberbo exemplar.

N.º 1. Colecção da Câmara Municipal de Setúbal, exemplar de 1811, em bronze claro.

N.º 2. Exemplar de 1811, em bronze escuro, do Sr. D. Fernando de Almeida.

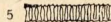
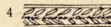
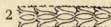
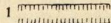
N.ºs 3 e 4. Exemplares de 1811, dos Srs. Ferreira Braga e Dr. Artur Lamas.

Do n.º 4 ha um exemplar *macanjo* de 1814 na colecção do Sr. Robert Shore.

O Sr. José da Ascensão Guimarães, que foi director da Companhia das Aguas, possuía um de 1813, com serrilha.

N.º 5. Exemplares de 1822, dos Srs. Ferreira Braga e Dr. Artur Lamas.

Como todas as moedas, o *pataco* não escapou á falsificação e assim, extremar os verdadeiros é de difficilima não impossível realisação.



(*Continua*)

A. VIANNA DE MORAIS

PROF. HUGO OBERMAIER

Nos últimos dias de Dezembro estive em Lisboa o prof. Hugo Obermaier para estudar as colecções aqui existentes.

Não é um facto banal esta visita e por isso esta revista deseja regista-la, pois o ilustre auctor do livro «El Hombre fossil» tem um conhecimento muito completo dos achados portugueses e da nossa bibliografia sôbre pré-história; a êle devemos os mais relevantes serviços sôbre êste assunto.

Quem percorrer a sua vasta obra científica constantemente encontra citações de trabalhos ou achados feitos na nossa terra.

Agora veiu estudar as colecções do Serviço Geológico Português, do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos e a colecção particular de Joaquim Fontes.

E' impossivel resumir sucintamente que seja, nesta notícia o notavel labor do Prof. Obermaier. Pode-se afirmar que todos os aspectos do problema do Homem fossil lhe devem trabalhos de investigação do mais alto valor científico. Como geólogo, pré-historiador, paleontólogo e paleoantropólogo tem trabalhos indispensaveis a quem se dedique a êstes estudos.

Professor do Instituto de Paleontologia Humana de Paris, fundado pelo Príncipe Alberto I de Mónaco, tem principalmente exercido na nossa Península a sua actividade científica.

Os seus estudos sôbre o glaciario quaternário de Espanha e da Serra da Estrela, sôbre o paleolítico inferior, médio e superior e sobre a arte quaternária do país visinho confirmam o que afirmamos.

Ultimamente a actividade de êste ilustre professor tem sido mais particularmente levada para os estudos sobre o bronze. A isto devemos em parte a visita que o Prof. Obermaier nos acaba de fazer.

O Prof. Obermaier foi recebido na Associação dos Arqueólogos Portugueses onde se realisou uma sessão de homenagem a êste ilustre professor.

J. F.

COMO UM ÊRRO TIPOGRÁFICO
OU DE MÁ LEITURA DA “MISCELANEA”
DE MIGUEL LEITÃO DE ANDRADA
PODE INDUZIR EM ÊRRO
OS DICIONARISTAS

A páginas dezassete da edição de 1867 da tão curiosa *Miscelania*, num entusiasmo regionalista pelo seu e meu Zêzere, escreve Miguel Leitão:

...“Porém gozão daquellas tão excellentes e gabadas truitas, que nestes dous rios, Zenzere e Pera e outras ribeiras, que aqui tambem ha, se crião em muita quantidade e dos barbos e daquellas delicadas e saborosas bogas, que noutras partes nada prestão e as daqui, por se criarem em pedra, tem competencia com as mesmas truitas, ao menos as que chamão *geivãs*”.

Geivãs, eis pois o vocábulo que pode originar o erro. Por fortuna não se encontra registado no *Thesouro da lingua portugueza* de Bento Pereira, no *Vocabulario* de Bluteau, no *Elucidario* de Viterbo, nem nos *Dicionarios* de Moraes (4.^a edição) e Cândido de Figueiredo.

Mas pode vir a sê-lo e por isso a necessidade da rectificação.

Não se trata de bogas *geivãs*, mas sim de bogas *jejuas*, assim chamadas por se pescarem em jejum, tendo por isso um sabôr especial e nada d'elas se desperdiçando.

Falamos com conhecimento de causa, pois as conhecêmos de prato. São as mesmas a que já em 1758 o pároco de Dornes aludia:

“No rio Zêzere se fazem algumas pescarias no inverno e no verão, principalmente de bogas jejuas, assim chamadas por serem colhidas da meia noute até ao nascer do sol e serem de especial apreço e estimação.”⁽¹⁾

E o pároco da Arega da mesma época confirmava:

...“As bogas são em todo o ano excelentes e nos meses logo depois

(1) António Baião, *A vila e concelho de Ferreira do Zêzere*, pag. 240.

do S. João muito melhores pelas haver e se tomarem neste tempo passada a meia noute *jejuas*, em razão de não terem comido vinte e quatro horas, antes se acharem limpas por dentro...”(1)

São opiniões de pêso, não só por terem mais de um século, mas por virem de secerdotes, cujo paladar costuma ser sempre apurado e falarem portanto com grande conhecimento de causa.

A grafia da primeira edição da *Miscelanea* (1629) a página 15 é *geivãs que*, bem refletida, não vae de encontro à rectificação *jejuas* pois é só substituir duas letras, i por j e u por v, o que o editor de 1867 não compreendeu. D'ahi veio a sua confusão.

ANTÓNIO BAIÃO

(1) *Dicionario Geografico*, da Torre do Tombo, vol. I.

MAIS ABRIDORES PORTUGUESES DE ESTAMPAS NO SÉCULO XVII

NOTA APRESENTADA EM SESSÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES, A 27 DE ABRIL DE 1933

Vai aumentando a lista dos gravadores portugueses em cobre e com actividade no século XVII, que se tornam conhecidos.

Na precedente nota, por mim apresentada em 7 de Abril do ano passado à erudita Associação dos Arqueólogos, sôbre a fixação do nôme de *André Velho*, até essa data imprópriamente catalogado como *André Veterano*, chamei a atenção para outro abridor seiscentista, *Cristiano Lobo*, não mencionado em qualquer dos expositores clássicos, apesar de existir uma estampa, pelo menos, com tal assinatura (1).

De outro gravador coévo, *António Pereira*, êste aliás já citado nos tradistas como autor de vários trabalhos (2), ainda há poucos dias verifiquei que, no tômo primeiro dos célebres «Comentários às Ordenações do Reino» do Dr. Manuel Alvarez Pêgas (3), volume impresso em Lisboa no ano de 1669, logo na página inicial do texto e como cabeção à dedicatória «Excelentissimo domino / Emmanveli / Tellez da Sylva, / Comiti de Villar-Mayor, / ... Elogivm. / ...», aparece uma estampa assinada pelo artista.

Gravura a talho-dôce irregular, mede 0,^m095 x 0,^m148 pelo traço exterior da tarja e representa um grande escudo heráldico dos Taroucas, com opulento coronel ducal. O escudo, cercado por adornos barôcos, pássaros e frutos, tem na parte inferior uma filacteria com o lêma «VNA . ET . ALTERA» e é ladeado pelas figuras da «GRAMATICA» e da «PRVDENTIA», sôbre cujas cabeças

(1) «*André Velho, e não André Veterano, gravador português do século XVII.* Nota apresentada em sessão de assembleia geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a 7 de Abril de 1932» in «Revista de Arqueologia» — Tomo I — MCMXXXII — (Fascículo IV) — Pág. 102.

(2) Veja: «J. C. Rodrigues da Costa—João Baptista gravador português do século XVII (1628-1680)—Coimbra 1925» — «Nota I—Relação dos gravadores portugueses em metal, dos séculos XVI e XVII» — Pág. 206.

(3) «Emmanvelis / Alvarez Pegas / I. C. Lvsitani, / et in Regio Svplicationis Senatv / Causarum Patroni celeberrimi / Commentaria / ad / Ordinationes / Regni Portugalliae. / Tractatio scientifica, / Tomvs primvs. / In qvo. / Nvnc primvni in lvcem prodit. / [Vinheta das armas-reais portuguesas] / Vlyssipone. / Ex Typographia Ioannis A Costa Senioris. / M.DC.LXIX.».

se ostentam tabulêtas ornamentais com dizêres latinos apropriados. No campo do desenho, em baixo e à direita, junto à cercadura, a assinatura em cursivo «An.^{to} Pr.^a exc»

Pelo seu desenho bastante incorrecto, especialmente, nas figuras mal modeladas, e pelo gravado de técnica limitada, ainda que evidenciando segurança e hábito de execução, a estampa não justificaria qualquer referência, se a maneira como está aberta e a assinatura que apresenta por extenso não viessem mostrar a identidade do incisor com o de outro cabeção, rubricado «A. P.» e representativo do braço dos Sás e Menêzes, elmo com o timbre do búfalo, ostentoso e lindo paquife de fantasia, tudo sôbre fundo claro, que inicia o texto do tômo terceiro da mêsmã obra do Dr. Alvarez Pêgas (1). O que fundamenta e comprova a hipótese formulada pelo general J. C. Rodrigues da Costa (2), de as mencionadas iniciais representarem o nôme de *Antônio Pereira* nas gravuras seiscentistas onde aparecem.

O fim principal desta minha nota é, porém, a divulgação da existência de mais dois artistas portugueses que abriram gravuras em cobre no século XVII e não estão catalogados até à actualidade.

O primeiro assina como «*Francisco de Evora sculpiu*», ou rigorosamente «*Fr.^{co} deura^s»», o frontespício gravado de um livro, «*Sylva de svffragios*», impresso em Braga no ano de 1635 e da autoria do padre-mestre frei Antônio da Natividade, lente de teologia no Colégio de Nossa Senhora do Pópulo, da mêsmã cidade.*

Diogo Barbosa Machado biografa resumidamente êste autor e menciona o livro, no tômo primeiro da «*Biblioteca lusitana*» (3). Inocencio Francisco da Silva menciona o autor e descreve resumidamente a obra, que classifica de «*mui pouco vulgar*», no tômo primeiro do seu «*Diccionario bibliogra-*

(1) A obra do Dr. Alvarez Pêgas é em quinze volumes, e não em quatorze conforme escreve Inocencio Francisco da Silva («*Diccionario bibliographico portuguez*»—Tomo quinto—Lisboa MDCCCLX—Pág. 353).

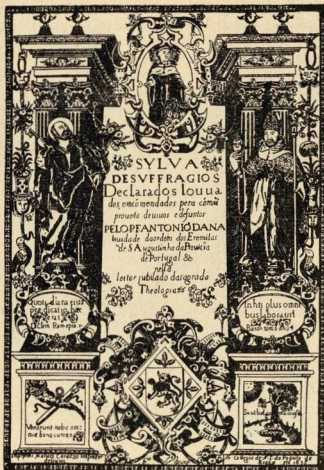
Os cabeções que nela iniciam os tomos segundo (braço dos marquêzes de Gouvea) e quarto (braço de Sousas, com coronel ducal e ladeado pelas figuras da «*JUSTITIA*» e da «*FAMA*»), não apresentam assinaturas ou iniciais dos abridores.

O cabeção que inicia o tomo quinto (braço de Themudos, com elmo timbrado de água bicéfala e rico paquife ornamental) é assinado «*Tho: Dudley Anglus fecit*», gravador que assim declara a nacionalidade e, possuidor de uma boa técnica, aparece em outras produções portuguesas.

Nos tômos restantes dos «*Commentaria*» do Dr. Alvarez Pêgas não existem cabeções abertos no genero dos que citei.

(2) «*Log. cit.*»—Pág. 207.

(3) «*Biblioteca Lusitana*»—Segunda edição—Tomo I—Lisboa 1930—Pág. 331.



-dôce fino e de aspecto bastante decorativo, trabalhoso e complexo desenho, onde aos

(1) «Dicionario bibliographico portuguez» — Tomo primeiro—Lisboa MDCCCLVIII — Pág. 211.

«Idem» — Tomo oitavo (Primeiro do supplemento) A-B — Lisboa MDCCCLXVII — Pág. 259.

(2) Fernando Palha — 1896 — (n.º 31), Fernandes Thomaz—1912—(n.º 3491), Condes de Azevedo e de Samodães — 1922 — (n.º 2194), Dr. Jaime Moniz — 1922—(n.º 1527), Conde do Ameal—1924—(n.º 1608), direcção de Manuel dos Santos—1924—(n.º 3189), Dr. Santos Motta — 1925—(n.º 745) e possivelmente outros não pesquisados.

phico», corrigindo mais tarde um erro de citação (1). A despeito da pretensa raridade, têm aparecido exemplares à venda nos leilões de várias livrarias particulares, em cujos catálogos se acham inscritos (2).

E' um volume in-quarto, compôsto do referido frontespício gravado, mais quatro páginas de aprovações e licenças, quatro de «Dedicatória», quatro de «Prologo», dezoito de índices e uma de «Erratas» com reverso em branco, tôdas innumeradas; às quais se seguem, numeradas só pela face, de «Fol. 1.» a «358», as páginas do texto e, de «359» em diante, sem numeração, as de novos e prolixos índices.

Todavia, do livro só interessa ao nosso ponto de vista, por apresentar, conforme já expús, o nôme do gravador que ficamos conhecendo, o seu frontespício, constituído por uma estampa aberta a talho-

lados e apoiando-se a ricas pilastras com entablamentos, dos quais pendem festões de frutos e grutêscos, os plintos com emblêmas e tenções nas faces, figuram as imagens de São Pedro e de Santo Agostinho. Na parte superior, preenchendo o espaço entre os entablamentos e dentro de trabalhada cerca-dura de abertos e volutas, a efigie de um santo frade, talvez Santo António, protegendo as almas do purgatório. Na parte inferior, entre os plintos e incluso em complicada moldura do mesmo género, porém maior, mais rica e pesada, que a da parte cimeira, o braço de Dona Izabel da Sylva a quem a obra é dedicada. Outros letreiros, dentro de ornamentadas tabulêtas, cobrem os baixos das pilastras e as mísulas das imagens. No espaço livre, central, da estampa e aberto em caracteres de várias espécies, o título «SYLVA / DESVFFRAGIOS / Declarados louua / dos, encômendados pera cômu / pro- ueito deuinos e defuntos, / PELO. P. F. ANTONIO DANA / tiuidade daordem dos Eremitas / de S. Augustinho da Prouiçia, / de Portugal & / nella / leitor jubilado dasagrada / Theologia». Na base de tudo, entre os la- vores do gravado, por dentro da tarja de enfeites geométricos que o cerca e que mede 0^m,200 × 0^m,138 pela sua linha exterior, à esquerda, em cursi- uinho «imprimiu Manoel Cardozo impresor / de livros», à direita «No Collegio de N. S. do Populo de / Braga era 1635» e ao centro a assinatura do abridor «Fr.^{co} deura^s».



O desenho de tôdo o trabalho é duro e por vêzes deficiente, com espe- cialidade nas fisionomias e nas extremidades dos membros das figuras ; mas o conjunto da estampa é agradável e absolutamente apropriado ao fim a que se destina. Quanto à técnica da gravura, bem que simples e limitada, mos- tra habilidade e segurança no seu autor, o qual evidentemente possuía prá- tica do mistér.

Outro abridor em cobre do século XVII, não incluído ainda entre os catalogados, *Pedro da Sylva*, assina uma lâmina de que já vi duas provas ; a primeira em Fevereiro de 1932, à venda na livraria de João Vicente Coelho,

(1) Reprodução bastante ampliada.

e a segunda, ha pouco tempo, na colecção do meu illustre consócio Conde da Folgosa, a quem agradeço o favor do empréstimo para que fôsse estudada e reproduzida.

Ambos os exemplares tinham as margens cortadas junto à cercadura linear do gravado, de modo a não ser possível determinarem-se as dimensões da chapa. As medidas pela tarja são 0^m,140 × 0^m,100 e o processo de execução é o talho-dôce fino, de traços cruzados e paralelos, com estampagem a prêto-russo sôbre papel branco estearado.



O V P FRIEI IOAÕ BAPTISTA DA CONCEIÇÃO FUNDA POR
DONDASCALÇOS DASANTISSIMA TRINDADE REDEMÇÃO DE
CAPTIVOS TRATASSE DE SUA CANONIZAÇÃO PARA ATUAL
ESTÃO FEITAS IA ASULTIMAS EMFORMAÇÕES PORMANDAD
TERCOO SANTISSIMO PADRE CLEMENTE VNDECIMO
FUNDADA AMAGESTADE DA RAINHA NOSA SENHORA DEPORTUGAL

Retrato de frade redentorista, a três-
-quartos para a sua esquerda, tonsurado,
cara glabra, em tronco, as mãos cruzadas
sôbre o peito, junto a um altar lateral
onde estão castiçais acêso, um crucifixo,
cilício e disciplinas. Fundo monumental
de templo. No espaço, entre a bôca do
retratado e a cabeça da imagem de Cris-
to, uma filacteria ondulante onde se lê
em caracteres grifos "*Lætatus sum in
his, quæ dicta sunt mihi*". Por baixo
dêste assunto um espaço rectangular,
formado pelo desdobramento da tarja;
e nêle, também gravado, em versais e
versalêtes romanas, o título "O V. P.
FRIEI IOAÕ BAPTISTA DA CONCEIÇÃO FUN-

DADOR / DONDASCALÇOS DASANTISSIMA TRINDADE REDEMÇÃO DE / CAPTIVOS. TRA-
TASSE DE SUA CANONIZACÔ PARA AQUAL / ESTÃO FEITAS IA ASULTIMAS EMFORMA-
CÔIS PORMANDAD^o / DENOSO SANTISSIMO PADRE CLEMENTE VNDECIMO. / SEDE-
DICA AMAGESTADE DARAINHA NOSA SENHORA DEPORTUGAL". Na base, ao meio,
em cursivinho, mesmo junto à cercadura, a subscrição do abridor "*Pedro
dasilua Aesculpio*".

(1)

NHA NOSA SENHOR
Pedro dasilua Aesculpio

A estampa tem o aspecto de ser ilustração de livro ou obra impressa, a

(1) Reprodução bastante ampliada.

que pertence, cujo título ignoro e a volumes da qual os dois exemplares que citei fôram por certo arrancados. O seu desenho é duro, contrastando nêlo, todavia, a perfeição com que estão modeladas as mãos, menor no rôsto do retratado, com as deficiências manifestas nos acessórios e no cenário do quadro. A técnica da gravura é também limitada e pobre, mostrando apesar disso no abridor que a executou o habito do trabalho.

De qualquer modo, porém, que se considere *Pedro da Silva*, juntamente com *André Velho*, com *Cristiano Lobo*, e com *Francisco de Évora*, tódos êles merecem que se procure conhecer-lhes as obras e as biografias, para as intercalar na história das belas-artes em Portugal, ainda tão necessitada de elementos para a sua construção, especialmente durante a época em que viveram os referidos artistas.

L. XAVIER DA COSTA

UM SARCÓFAGO ROMANO-CRISTÃO

Dentre as várias arcas tumulares, inepígrafas todas, que na Sé de Braga se encontram arrumadas nas dependências do claustro, após as obras do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), uma se me deparou de excepcional valor, não obstante dividir-se meio sumida entre materiais diversos de construção, acantonada no esconso da escada nobre que dá para a Casa Capitular e Tesoiro de Arte Sacra.

Como está de ver, o deplorável estado a que, desde longa data, a reduziu o extranho uso que dela fizeram de receptáculo para a queima da cal e a penumbra quasi fechada do recinto em que se achava a custo permitia lobrigar, através o empastamento da adensada crosta, uma ornamentação indecisa, nas testeiras e uma das faces; que a matéria prima, essa, não tardou a denunciar-se mármore rijo, levemente rosado.



Depois de convenientemente limpo, de sorte a poder-se estudar, o túmulo, com outras pedras de merecimento arqueológico e artístico, encontra-se, agora, no terraço contíguo ao Tesoiro, a enobrecer a secção lapidar anexa, incipiente, por certo, mas prometedora e já interessante.

Que o referido túmulo é romano-cristão não há duvidá-lo e, como tal, a evidenciar a quarta centúria.

Talhada, á moda romana, em paralelogramo, a cuja apresenta em mingado relêvo, numa das testeiras, o primitivo monograma de Cristo composto das letras gregas X e P, que são as duas primeiras do nome de XPISTOS, acompanhado da primeira e última letra do alfabeto grego α e ω (alfa e ómega), vendo se nos intervalos disseminadas pequenas rosas de seis pétalas — tudo a preencher o vasio de uma coroa, que semelha a de loiros. Nas ejuntas, aos cantos, os ângulos adornam-se de nervadas folhas de acanto, de parcimonioso recorte.

Na testeira oposta uma ânfora romana se ostenta cercada de rosas, em tudo iguais e na mesma ordenança das outras.

Identicamente romana é a ornamentação de uma das faces, enquadrada de vergõneas de regular simetria, em que, á parte o monograma e a coroa, se repetem os mesmos motivos já descritos. Aqui, todavia, á conta da imperdoável rasura de um pico vandálico, do adôrno pouco mais do que vestígios ficaram.

Por desdita, falta ao sarcófago a tampa, em cujo rebôrdo, no tôpo, levaria, quiçá, uma inscrição; que assim era, de ordinário, o sistema desta classe de sarcófagos limitados, apenas, aos símbolos e decoração simplesmente ornamental.

Eis as medidas: comprimento 1,^m98, largura 0,^m59, altura 0,^m54.

Que o túmulo é *cristão* manifesta-o á evidência o monograma que o assinala; *romano* e do *século IV* indica-o a rigor a identidade da forma e do estilo com os de Roma do século IV, os quais, por sua vez, revelam, nesta centúria, um descuido

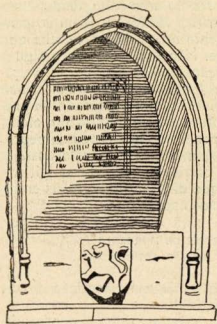
acentuado de técnica, tal como nêste da Sé de Braga. E' que a influência de Roma na indústria dos sarcófagos do Ocidente foi muito real e decisiva. E' o sábio H. Leclercq quem o diz: «Durante o século IV, Roma forneceu de sarcófagos, de modêlos ou de escultores a Itália, a Gália e os países ribeirinhos do Mediterrâneo. A exportação dos sarcófagos por terra e por mar ocasionou a fundação de sucursais longínquas, onde, pouco depois, a arte romana imperava a distâncias consideráveis do seu centro.» (*Manuel d'Archéologie chrétienne*, Tom. II, pag. 304). Ora, se compararmos o sarcófago da Sé de Braga com outros romano-cristãos do século IV, de que se opulentam os museus lapidares de Roma, somos naturalmente levados a irmaná-lo com estes quer no estilo e na técnica, quer no arranjo dispositivo e simbólico.



C. AGUIAR BARREIROS

UM TÚMULO MEDIEVAL

Entre os objectos recolhidos no núcleo de museu organizado no Convento de Cristo, em Tomar, figura um túmulo medieval que, se não tem excepcional valor artístico, algumas particularidades oferece, no entanto, que o tornam merecedor de uma menção especial.



Foi retirado de uma pequena capela da casa da quinta de S. António dos Pegões, a meia légua de Tomar, capela que, depois de sofrer um acrescentamento, foi utilizada como adega, conservando ainda alguns belos elementos arquitectónicos da Renascença, tais como a ousia e a porta.

O túmulo é constituído, como se vê a do desenho, por um arco-sólio alojando uma arca ossuário.

O arco-sólio é de simples mas correcto desenho, de três arquivoltas. Na parede do fundo, de alvenaria, está embebida uma lápida rectangular onde, dentro de um singelo emolduramento, se acha a seguinte inscrição :

AQUI JAZ NUNO GLLZ DE MEY
COLLACO DO IFÂTE DÕ Aº O F'MEYº FJº
DE ELREY DÕ IOHÃ O QLL FOY NA TO
MADA DE CEPTA 9 O DITO REY É NO DE
CERCO: E P MÃDADO DO B'TUOSO IFÂTE DÕ
ARRIQUE FOY A CANARIA A P'MEY BEZ
Q FOY DESCUBERTA E A QLL FOY CATIVO
HE O DITO Sº IFANTE HO MÃDOU TIRAR
E PINOUSSE AOS TRES DIAS DE NOBENBº
DA É DE NOSSO Sº IHÛ Xº DE MJLL IJLIX
ANOS : TE

Esta inscrição encontra-se transcrita na Colecção de F. Moreira, exis-

tente na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, embora com incorrecções e é, como se vê, de grande interesse histórico.

O P da 5.^a linha é cortado na haste, o que a carência de material tipográfico próprio não permitiu reproduzir.

A última palavra, que aliás, não faz parte do corpo da inscrição, não sabemos interpretá-la.

A arca, já sem tampa, é de época posterior à do arco-sólio, tendo substituído a que alojava os ossos de Nuno Gonçalves de Meira. Tem ao centro um braço com um leão rompente, certamente o dos Silvas, família que no século XVI florescia em Tomar e arredores. Não tem ornamento algum e, decerto na desaparecida tampa teria a inscrição sepulcral.

Quando, do local sombrio onde se achava, foi retirada para a luz, viu-se que apresentava vestígios de uma inscrição, primitivamente dourada ou pintada a óleo. Desaparecida completamente a pintura ou douradura por efeito do tempo, ficou no entanto o óleo que havia penetrado nos poros da pedra. Uma vez humedecida esta, foi possível ler, sem erro que transtornasse a leitura, o que nela se continha. É um dístico, escrito em caracteres góticos minúsculos, de um e outro lado do braço, e que diz, salvo pequenos erros de leitura que, como já ficou dito, não alterarão o sentido :

SE QUIZERES VIV		(braço)		DEPOIS DE MORRERES
FAZE MUYTO BEM				E QANTO PUDERES

Como se vê, não se trata de um epitáfio ou de uma inscrição de carácter religioso, mas talvez de uma divisa do falecido.

Da descrição sumária que aqui deixamos, cremos, que se depreende o excepcional interesse de tal peça architectónica.

GARCEZ TEIXEIRA

A PROPÓSITO DE DUAS LÁPIDES

No intuito certamente de captar a simpatia e adesão dos portugueses, que a má sorte tornara, num triste lance da sua história, súbditos de Felipe II de Espanha, resolvera êste monarca despender favores e mercês entre o clero regular e a gente fidalga, que o ouro corruptor não tivesse ainda comprado. Na realização dêsse seu programa, ordenou, ou sugestionado por algum áulico, ou acedendo ao pedido dos interessados, que o velho mosteiro de S. Vicente de Fora, dos cônegos regrantes de S. Agostinho, em Lisboa, fôsse, bem como a sua igreja, reedificado com grandeza e magestade.

Parece que as obras se iniciaram efectivamente em 1582, tendo sido lançada a primeira pedra, segundo se diz, pelo Cardial Alberto em 25 de Agosto dêsse ano; certo porém é que só em 1590 e anos seguintes os trabalhos prosseguiram continuadamente. (1)

O sítio onde jazia o velho mosteiro, e que viria a ser ocupado pelo monumento que o substituiria, era pouco amplo, desigual e declivoso, tendo a sobranceá-lo pelo norte uma elevação de terreno, em parte do qual assenta de há muito um grupo de pequenas edificações denominado *Telheiro de S. Vicente*, coevo das obras, e às quais deve possivelmente a sua origem.

A 14 de Maio de 1605, isto é, decorridos quinze anos de contínuo trabalho, achando-se quasi acabada a construção da capela môr e do cruzeiro do novo templo, fez-se solenemente a trasladação para ali do Santíssimo Sacramento, como início da vida religiosa da nova sede da comunidade.

A comunicação entre o populoso bairro de S. André e o Campo de Santa Clara deixava muito a desejar, como é fácil supor, sabendo-se que o trânsito maior se fazia pelo caminho que vinha da actual Rua de S. Vicente e passava pelo local denominado agora Arco Grande de Cima. As terras do môrro ao norte do Largo de S. Vicente, arrastadas pelas chuvas, caíam para êle, formavam lodaçal e dificultavam o trânsito, já demais estorvado pela concorrência das obras. (2)

(1) A traça desta obra monumental é de Felipe Terzi ou Terzo, engenheiro italiano que já se achava em Portugal no reinado de D. Sebastião, a quem acompanhou na jornada de Africa, ficando prisioneiro na batalha de Alcácer; resgatado depois por elrei D. Henrique, voltou para Portugal, onde residiu até à morte; deixando o seu nome ligado a várias obras importantes em diferentes terras do país. No ano de 1598, ou porque se achasse impossibilitado por doença, ou porque tivesse falecido, o seu lugar era já desempenhado por outrem.

(2) Os milhares de metros cúbicos de terra e entulho retirados há poucos anos das traçadas do palácio ali edificado, e as obras lá realizadas pelo actual proprietário modificaram

Naquele tempo (fins do século XVI-princípios do século XVII), o Campo de Santa Clara tinha uma certa importância e vida, que lhe provinha não sòmente de ali existir o velho convento de religiosas claristas fundado no século XIII, mas também de no mesmo Campo e próximo do convento haverem estabelecido residência a infanta D. Maria, erudita filha de el-rei D. Manuel I, e a infanta D. Isabel, viuva de D. Duarte, filho do mesmo rei.

Assim, êste Campo mereceu a atenção do senado municipal que, em 1604, ali mandou fazer melhoramentos, e abrir uma rua com seu muro de suporte, como o comprova a lápide que nele se colocou então, e que a câmara municipal, ao proceder a obras no mesmo local, em 1870, mandou embutir na face do muro que se andava reconstruindo, preservando-a assim de injusto desaparecimento. Essa lápide tem êstes dizeres: *Esta crus / parapeito rva e / obra do Campo de S. / Clara. mandov ja / zer a cidade na / era. de. 1. 6. 0. 4. / annos (!)*; é em caracteres romanos maiúsculos, e tem ao centro o navio das armas da cidade.

Pois o mesmo senado, que em 1604 tais obras mandara fazer no Campo de Santa Clara, mandou também, dois anos depois, levantar no Largo de S. Vicente, desde a Travessa das Bruxas (onde actualmente começa a Rua da Voz do Operário) em direcção ao nascente, uma sólida e resistente muralha, capaz de suster o escorregamento das terras que do môro sobranceiro vinham cair na referida travessa e no terreno fronteiro às obras do novo templo, obstruindo e dificultando o trânsito para o Campo de Santa Clara.

A construção desta muralha, que nalguns pontos se ergue sete metros acima do sólo, beneficiou grandemente o local e permitiu que houvesse uma rua transitável onde até então apenas teria hâvida uma difficil e lodacenta passagem. A atestar quando e por quem tal obra fôra mandada executar, existem embebidas na face da respectiva muralha, voltadas ao sul, duas lápides de pedra lioz, de formato rectangular, com rebordo fingindo moldura; uma delas, a maior, mede aproximadamente 0^m,90×0^m,60, e tem uma ins-

por tal forma o aspecto do terreno que já difficilmente se pode fazer idéa do que era há uns cinquentá annos. Onde havia um monte de terra e entulho, vê-se hoje um amplo e artístico jardim anexo ao palácio.

(!) Além desta lápide, ha no dito muro de suporte, mais duas lápides: uma, semelhante nos dizeres às demais que o senado de Lisboa, em 1618, mandou colocar sòbre algumas das portas da cidade, diz: *Virgem / Maria / Nossa / Sr.ª / fol / conse/bida sem / peccado / original*; a outra tem a seguinte inscrição: *Estas lapides foram encontradas na face da antiga muralha / mandada demolir pela camara municipal / de Lisboa / no anno de 1870 / e collocadas novamente / por deliberação da mesma camara*. As inscrições destas lápides são em caracteres romanos maiúsculos.

crição em latim; a outra, um pouco mais pequena, pois mede apenas 0^m,80 × 0^m,30, está colocada inferiormente àquela, e tem a inscrição em português.

O texto da lápide maior é como segue:

DERAT AD ENCOMIV̄ TEMPLI HÆC
VIA TAM SPECIOSA
ECCE MINVS, MAIVS, QVOD MA
GIS ORNAT OPVS
QVALE SIT AVTHORIS NOMEN
NON PRODERE FAS EST
VRBS TOTA ID PLENO PRÆDI
CAT ORE FREQVENS. 1606.

Este texto latino tem o seu quê de charadístico, por isso a sua tradução literal é pouco inteligível; o sentido é: *Esta rua tão formosa veio acrescentar realce ao templo; eis uma obra menor que adorna outra maior. Qual seja o nome do autor, escusado é declará-lo; toda a cidade o proclama à boca cheia. 1606.*

A inscrição em português, que se vê na lápide mais pequena, é deste teor:

A CIDADE MANDOV FAZER ESTA
OBRA A CVSTA DO REAL DO POVO (1)

A pessoa a quem a inscrição latina alude, e portanto aquela a quem se ficou devendo a construção da dita muralha, é o então presidente do senado de Lisboa, D. João de Castro. Esta inscrição, pela sua maneira de dizer, faz lembrar duas quadras que o poetaastro autor da *Relação em que se trata e faz uma breve descrição dos arredores mais chegados à cidade* consagra ao mesmo D. João de Castro a propósito da muralha com parapeito por êle mandada construir no Campo de Santa Clara, como dissemos. Ei-las:

«Traça de certo ministro
Cuja fama bem pudera
Eternizando mil obras
Tocar sonora trombeta,

(1) Ao «real do povo» se chamou também «real do pobre».

Não só pelas que publicam
Suas grandes excellencias
De que esta grande cidade
Vemos estar tão cheia. (1)

Júlio de Castilho na *Lisboa antiga* não fez menção destas duas lápides do Largo de S. Vicente, as quais êle muitas vezes viu, e certamente copiou. Em *A Ribeira de Lisboa*, quando a pág. 99 se refere a êste D. João de Castro, diz que era filho de D. Garcia de Castro, da casa dos comendadores de Segura; que de pequeno se criára com el-rei D. Sebastião, a quem acompanhou à jornada de Africa, onde ficou cativo, sendo resgatado em 1580. Partidário confesso de Filipe II, foi por êste monarca nomeado, em provisão de 22 de Março de 1602, presidente do senado de Lisboa, cargo que exerceu até ao ano de 1608, em que lhe sucedeu Manuel de Vasconcelos.

Durante a presidência de D. João de Castro fizeram-se muitas obras na cidade, de algumas das quais temos notícia, como foram, além das já mencionadas, o alargamento da Rua dos Fornos, e as referidas na carta régia de 9 de Novembro de 1604 (parapeito no Terreiro do Paço e reparação de várias fontes), e ainda em 1606 o acaba mento da ponte de «Linha Pastor», pela qual «se servem os moradores das villas de Sintra, Cascaes, Collares, Chileiros e seus termos». (2)

Que da sua administração como presidente do senado deixara honrada memória, comprova-o a representação que em 6 de Agosto de 1620 o senado de Lisboa dirigiu a el-rei com estas palavras: «D. João de Castro, que Deus tem, serviu no lugar de presidente deste tribunal, e o fez com tão geral satisfação que a todos os que assistimos nele nos obriga a memoria do seu bom procedimento para o representarmos a V. Magestade e pedir-lhe com todo o encarecimento queira mandar deferir a seus herdeiros com a mercê que da grandeza de V. Magestade podem esperar filhos de tal pai, e serviços tão bem acertados;...» (3)

(1) Veja-se *A Ribeira de Lisboa* a pág. 98.

(2) A. Vieira da Silva, em *A cerca moura de Lisboa*, ao falar da porta de Alfama (depois porta ou arco de S. Pedro), escreveu a pág. 71 reportando-se às *Antiguidades de Coelho Gasco*: «Parece que nesta porta existia uma cruz desde muitos annos, que D. João de Castro, sendo *Presidente da Camara Príncipepsa (1602-1608)* a mandou esculpir de pedra da banda de dentro».

(3) D. João de Castro, que em 1614 fôra nomeado governador e capitão general do reino do Algarve, desempenhava ainda as funções do seu cargo quando, em 26 de Março, falleceu em Lagos, donde mais tarde o seu cadaver foi trasladado para o convento de Santa Clara, de Evora, cidade de que era natural. Deixou numerosa descendência (24 filhos e filhas, entre legítimos e ilegítimos).

Atendendo quer a esta petição, quer aos serviços realmente prestados por D. João de Castro, Felipe III de Espanha nomeou D. Luís Tomé de Castro governador da Mina, lugar que a morte lhe não deixou ir desempenhar. Quando do falecimento de seu pai, as câmaras do Algarve escolheram-no para, durante a ausência do futuro governador, exercer interinamente as funções do cargo de governador como as exercera seu pai.

Sobre a muralha mandada construir por D. João de Castro em frente ao largo de S. Vicente, (muralha tão robusta e espessa que ainda nenhum dos vários senhorios do palácio se abalançou a rasgar-lhe portas), se levantaram depois as casas apalaçadas que ainda lá se ostentam, e cuja história consta, resumidamente, de excêrptos de escrituras diversas obsequiosamente fornecidos ao signatário dêste artigo pelo actual possuidor do prédio, o ex.^{mo} sr. Dr. Alfredo da Cunha.

De uma escritura de 29 de Maio de 1686 : — «Por êle Roque Cordovil ⁽¹⁾ foi dito... que a dita D. Isabel de Castro Pereira, sua constituinte, tem e possue... umas casas nobres, grandes, com seus quintaes e sisterna citas no Adro do Mosteyro de Sam Vicente e ficam a frontaria de frente da Portaria, que constam de muitas e várias casas; e bem assim outras casas de sobrado com suas logeas e quintal na travessa que vay do dito Mosteyro para o de N. S. da Graça que hoje chama se a Travessa das Bruxas; ⁽²⁾ e as ditas casas grandes partem com Adro do dito Mosteyro de uma banda, e da outra com casas de Luis Alves Garcez; e as outras casas da Travessa das Bruxas partem tambem com as mesmas casas grandes e com as do dito Luiz Alves Gracez...; e as casas grandes eram antigamente um sitio que trazia aforado o secretário Diogo Soares ⁽³⁾, em que tinha principiado casas nobres; e nestes termos o vendera, com licença do dito Mosteyro, a quem então era foreiro em vidas em mil reis e uma gallinha cada anno, a D. Manuel de Menezes, General que foi das Armadas deste Reino, o qual por serem as vidas acabadas, do seu pedimento delle renovou o dito prazo em sua mulher D. Maria de Castro. dando se lhe mais um pedaço de sitio do

⁽¹⁾ Era procurador da comendadeira do Mosteyro de Santos, da ordem de Santiago, D. Isabel de Castro Pereira, viuva de Luís Freire de Andrade.

⁽²⁾ A Trav. das Bruxas, que corria irregularmente desde as trazeiras da igreja da Graça até ao Largo de S. Vicente, foi modernamente substituída pela Travessa de S. Vicente e em parte pela Rua da Voz do Operário (antes Rua da Infância); aquela sai do mesmo local por detrás da igreja da Graça e vem dar a meio da R. da Voz do Operário, que finda onde findava a travessa em questão.

⁽³⁾ Foi secretário de estado do Conselho de Portugal em Madrid. De sua segunda mulher D. Maria de Eça, irmã de Miguel de Vasconcelos, houve uma filha por nome D. Leonor Soares, que casou com seu primo Diogo Soares, filho do dito Miguel de Vasconcelos.

Adro em que está feita a escada da serventia das ditas casas, e tudo se aforou em tres vidas pello Prior e religiosos do ditto convento à dita Donna Maria de Castro para ser no dito Prazo a primeira vida, e poder nomear a segunda e essa a terceira, com obrigação de pagarem de foro cada anno por nattal mil e quinhentos reis em dinheiro e duas gallinhas, e que vendendo-se o dito praso pagaria de laudemio ao Mosteiro a quarentena, como tudo melhor e mais largamente se contém e declara na escriptura que do ditto emprasamento se outorgou em tres dias do mez de Março do anno de 1626, e a ditta Dona Maria de Castro em seu solemne testamento, debaixo de cuja disposiçam falleceu, nomeou o praso das ditas casas em segunda vida em Dona Ana de Castro e Silveira, a qual por seu falecimento nomeou por terceira vida no ditto praso a sua filha Dona Joaquina Maria de Castro, mulher de Ayres Telles de Menezes; estando o dito Ayres Telles de Menezes e a dita Joaquina Maria de Castro, sua mulher, de posse das ditas casas nobres, as venderam a Joam Morato Roma (1), por escriptura... em 16 dias do mez de Março do anno de 669, na qual está largamente especificado...; que estando o dito Joam Morato Roma de posse das ditas casas grandes e pequenas as vendeo ao dito Luiz Freire de Andrade (2), que Deus tem, por escriptura... em 19 dias do mez de Novembro de 670...; e que o dito Luiz Freire de Andrade em seo solemne testamento, debaixo de cuja disposiçam falleceo, nomeou na dita sua mulher D. Isabel de Castro os prazos das ditas casas e direito de pedir a renovação, com todas as bemeifitorias que nellas fez por haverem sido feitas e compradas com o dinheiro do seu dote... e que nessa forma pertencem à dita Dona Isabel de Castro Pereira as ditas casas grande, e pequenas, que declarou serem de tudo mais livres e desobrigadas, sem vinculo de capella, morgado, bens dotais... e portanto se contratava com elle Fernão Telles de Menezes para lhas vender com preço e quantia de dez mil cruzados forros para a dita sua constituinte; e para o poder fazer fez elle Fernão Telles de Menezes petição ao Prior e Religiosos do ditto Monteiro...»

A favor do neto dêste Fernão Teles, chamado Gonçalo Vieira da Silva Teles de Menezes, foi feito em 4 de Março de 1734 novo emprasamento; e mais tarde, em 10 de Abril de 1758, fez-se escriptura de renovação de vidas, entre os representantes do Mosteiro de S. Vicente e o Bailio de Malta Fr.

(1) Parente, talvez filho, do dr. Francisco Morato Roma, médico de el-rei D. João IV e de seu filho D. Afonso VI, falecido em 1668.

(2) Nono senhor de Bobadela, védor da casa da rainha D. Maria Francisca de Saboia. Faleceu em 1674, sem successão, tendo sido casado duas vezes, a 1.^a com D. Maria Coutinho, e a 2.^a com D. Isabel de Castro.

Manuel de Távora, a favor do sobrinho dêste, Pedro Vieira da Silva Teles (filho do antepassador Gonçalo Vieira Teles), de quem o Bailio era tutor, e que requereu se não acrescentasse o fôro "atendendo às despezas que se tem feito depois do terremoto."

Em 1824, Gonçalo Vieira da Silva Teles, moço fidalgo da C. Real, comendador das Ordens de Cristo e de Santiago da Espada, morador no seu palacio defronte do Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra, filho primogénito do barão de Anciães Pedro Vieira da Silva Teles e de sua mulher D. Rita José de Lencastre, por escritura de 2 de Outubro dotou sua noiva D. Mariana Catarina de Noronha com a nomeação dos prazos n.ºs 1 e 3 do Largo de S. Vicente, n.º 84 da travessa das Bruxas, e n.º 9 no sítio chamado Telheiro de S. Vicente.

Êste mesmo Gonçalo V. da S. Teles, por escritura de 26 de Julho de 1847, declarou que remira os foros acima indicados, e que o fizera em benefício de sua mulher D. Mariana. Em 19 de Abril de 1879 faleceu esta senhora, sem testamento e sem sucessão, e os herdeiros, anos depois (Novembro de 1902) vendiam o palácio do Largo de S. Vicente ao marquês do Funchal D. Agostinho de Sousa Coutinho, que nele mandou colocar o seu braço de armas. Decorridos quatro anos (a 2 de Maio) passava o palácio a novo possuidor, o actual proprietário, Dr. Alfredo da Cunha, que o conserva e tem tornado uma vivenda primorosa.

P.* ERNESTO SALES

O SOLAR DOS PEREIRAS ⁽¹⁾

Na baixa de uma extensa planície, limitada ao redor pelas manchas escuras dos pinhais e olivêdos, para além das quais o horizonte se fecha com o recorte azulado das serras, existia outrora o solár de Alvaro Gonçalves Pereira, do qual só resta hoje⁽²⁾ de pé a antiga igreja fendida de alto a baixo, formando o flanco avançado dum acervo de ruínas. A certa distância assemelha-se ela, com as suas muralhas lisas, sem aberturas, coroadas por cachorrada rústica a uma fortaleza medieval, sempre receosa dum ataque, e onde o silêncio pode ser considerado como estratégia defensiva contra as surpresas dum inimigo, que só do alto dos eirados poderá ser avistado ao longe.

Lá em cima, no ângulo duma das muralhas, que é por certo o fundo do arco cruzeiro, salienta-se, já destroçada, a varanda dum mata-cães, indicando que se da igreja podiam subir orações a Deus, dali podia precipitar-se a destruição e morte sôbre quem quer que se achesse a chegar com voz de contrário.

Entra-se no recinto murado da abandonada mansão por uma porta ogival, baixa, de grossas ombreiras de granito negro, que o tempo tem esbozado. Em a nossa frente assenta um vasto terreiro, em volta do qual ainda existem as divisões de alvenaria, que outrora serviam de lugares de venda aos paneiros, por ocasião das feiras, e cujo aluguel era uma das fontes da receita privilegiada do castelo. A igreja fica à direita, e vai-se a ela atravessando o terreiro em diagonal. Junto da porta ergue-se a haste duma cruz de pedra, sôbre degraus deslocados, por entre as gretas dos quais fogem assustadas as lagartixas, que estavam gozando o sol quente da primavera, que com a sua luz intensa ilumina de chapa as velhas paredes solarengas.

Silêncio profundo, apenas perturbado pelo chilrear de mil pardais, aninhando jubilosos nos vãos que entre si deixam os grossos perpianhos desamparados de argamassa. O vento está parado, e nem oscila sequer uma fôlha dos novos rebentos. Se não fôra o sol que vivifica tudo em que espa-

(1) Com a amável autorização da livraria editora «Parceria António Maria Pereira», se transcreve este interessante trecho do livro «Historias de frades», ilustrando-o com duas gravuras feitas sôbre curiosas fotografias assinadas por L. C. G. e pertencentes à colecção do director desta Revista.

(2) Hoje refere-se a Fevereiro de 1894. Depois a igreja ruiu, e dela só resta um montão de pedras e calça.

lha a sua luz, dir-se-hia que tanto o castelo-convento, como a paisagem estavam petrificadas. O primitivo portal da igreja desapareceu com as restaurações do século XVII e o que o substituiu, aberto entre o corpo avançado de um dos braços do cruzeiro e a torre, é moderno, com o característico deste século, mas sem beleza de linhas ou delicadeza de pormenores que o recomende. E a restauração que fez desaparecer a antiga porta, foi a mesma que nas muralhas do convento substituiu as estreitas frestas lancioladas pelas grandes janelas, quasi quadradas, com ombreiras delgadas de mármore claro e rijo.

Dando-se uma volta ao redor da velha moradia, compunge ver a que ruína e abandono tudo chegou. As janelas são enormes buracos escancarados; as portas foram muradas a pedra sêca para evitar que lá por dentro se acoutem feras e bandidos. Os ventos, as chuvas e o sol reduziram as argamassas a pó, deixando as grossas pedras juntas e sotopostas, com os intervalos vazios, de onde saem heras robustas e parasitas destruidoras.

Quando ali cheguei, o sacristão já se não achava na igreja. Tinha ajudado a aviar a cerimónia da imposição das cinzas, e, pegando na espingarda, partira para a charneca á cata de lebre ou perdiz, com que se preparasse para o jejum da sardinha quaresmal em que ia entrar. A mulher dele, porém, prestou-se a abrir as portas, dando-me plena liberdade de vista, enquanto ia aproveitando o tempo varrendo a igreja, compondo os altares e espevitando as lâmpadas.

E' doloroso visitar os velhos edificios a que se acha ligado o melhor e mais cavaleiroso da nossa história, e encontra-los votados ao abandono, caindo a pedaços, mas resistindo a todos os insultos do tempo e incuria dos homens, como os seus fundadores resistiram em vida. Entretanto, os que por momentos podem viver do passado acham isto menos aviltante do que encontra-los reduzidos a quartel, como acontece á maioria deles. Haja vista o de Alcobaca, em cuja ampla biblioteca, viuva dos seus códices, se instalou um dormitório de cavalarias, cheirando a estrume e a pontas de cigarro. Lembrar-se a gente que onde os Brandões estudaram e trabalharam as nossas crônicas nacionais, se ocupam os alferes na composição do rancho e os sargentos nos mapas da companhia, dá vontade de pedir a S. Bento e a S. Bernardo que voltem á terra e renovem a façanha com que livraram as monjas de Evora dos malefícios do feiticeiro, que se lhes introduziu na cêrca do mosteiro.

A igreja de Flor-da-Rosa é em forma de cruz latina, com as altas paredes nuas, e apenas, além do altar-mór, com outros dois no tópo dos braços cruzeiros. Os tectos são de abóbada em lancêta. Ao meio da nave ergue-se, sem epitáfio, o túmulo do fundador da casa, o prior Alvaro Gon-

çalves Pereira, tendo apenas como indicação duas cruzes na cabeceira da lápide: uma da ordem de Malta, e outra floreada, que dizem ser a dos Pereiras. Fizeram bem em não lhe pôr epitáfio. Quando um frade guerreiro, filho dum arcebispo, deixa no mundo trinta e dois filhos ilegítimos—uma comunidade—e que entre êstes um se chamou Nuno Alvares Pereira, pode ficar debaixo da campa sem que nela se lhe grave o nome. No cruzeiro eleva-se do chão, assente sobre leões, uma fina lápide, tendo gravadas as armas dos Almeidas, e o seguinte longo e laudatório epitáfio, escrito em letras góticas, cuja leitura fiz por alto, mas que Fr. Lucas de Santa Catarina (!) leu e decifrou da seguinte maneira:

Sepultura do mui magnifico senhor D. Diogo Fernandes de Almeida, prior do Crato, filho do Senhor D. Lopo de Almeida, o qual de moço mui pequeno, até que faleceu, foi sempre muito aceite, e estimado dos serenissimos reis de Portugal, D. Afonso o V, D. João o II e D. Manuel o I, por ser maravilhosamente dotado de força natural, e mui esperto em saber todas as cousas, prudencia singular para conselho, grande esforço em feitos de cavalaria; assim na paz, e nas guerras, necessidade do reino, em Castela, e Africa, contra mouros, serviu sempre grandemente, como singular capitão, e mui esforçado cavaleiro, e sobre isso nas cousas das festas, e gentilezas da côrte. E sobre todos alcançou mui grande primor. Foi duas vezes em socorro de Rhodes, onde por serviço de Deus, e de sua religião, contra turcos, fez feitos de perpetua memoria. E tornando de lá, chamado elrei D. Manuel, foi dele recebido com gasalhado, amor, e honras desacostumadas, e quando mais presada, e desejada sua vida estava por tão vitoriosas obras, foi o muito Alto Senhor servido dar santo fim a seus dias, dobrando com seu falecimento em todos muito saudoso desejo, e verdadeiro conhecimento do grande apreço de sua pessoa, e valia para serviço destes reinos; e faleceu em Almeirim, aos XIII de maio de 1508.

Sobre a lágea que cobre os ossos deste varão ardem várias lamparinas votivas, e ha vestígios dum culto constante. A sacristã explicou-me que tais luzes e vestígios doutras são promessas feitas à rainha santa Isabel, que ali se acha depositada e que «já tem feito muitos milagres».

Agradecei a noticia, e não quiz contrariar a crente mulher. Em questões de milagres o mais prudente é ouvir e calar.

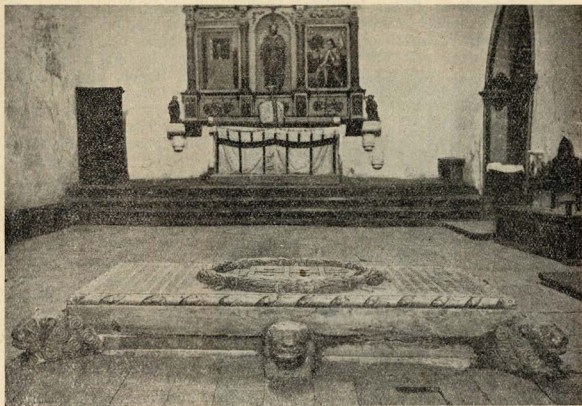
Esta casa foi fundada em 1356 por Alvaro Gonçalves Pereira «em remiemento dos seus pecados», como diz a carta de doação que el-rei D. Fernan-

(!) Cf. Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta.

do deus ao fundador como padroeiro da igreja de Santa Maria de Castelo de Vide.

A lenda conta assim a edificação da igreja, dedicada a *Nossa Senhora das Neves*, cuja imagem de mármore se venera na capela-mor.

Quando o pai do valoroso condestavel quiz fazer construir a igreja, onde então existia uma ermida de S. Bento, na piedosa intenção de restituir a imagem ao seu antigo lugar, por mais esforços que empregasse, nunca o conseguiu; porque trabalhando os oficiais de dia, quando vinham na manha



seguinte, achavam as ferramentas e aparelhos dos seus officios no ponto exacto onde a imagem fôra encontrada, e por isso aí se construiu a igreja, embora o terreno fosse falso e alagadiço, «entendendo-se que era vontade da Virgem ficar no lugar onde por tantos anos estivera escondida: *Quasi rosa plantata super rivos aquarum*».

Da igreja passei á sacristia, onde já se começam a notar as interpola-

ções das obras do século XVII num grande arco de volta inteira, sobre que está lançada a escada que leva ao côro. Existe nesta sacristia um quadro pintado em madeira, representando o *Calvário* de bom desenho e pincelada segura e franca.

Do côro passa-se para o velho convento. De ha muito que os telhados deste abateram, depois de apodrecidos os madeiramentos, se é que antes não voaram as telhas arrebatadas pelos tufões. O edificio está hoje a descoberto, como descoberta está a campina. Passa-se duma para outra sala por portas estreitas e baixas, que eram outros tantos meios de defesa, na previsão duma dessas lutas ferozes, que se convertiam em terríveis caçadas ao homem. Atravessei corredores cujas abobadilhas já de ha muito desabaram, subi aos eirados onde apenas resta uma bordadura

em que mal assenta um pé, depois outro pé. E por toda a parte, no chão, nas paredes, nos restos das cimalthas, ao redor dos cubelos ainda apurados, uma vegetação forte, luxuriante e destruidora. Na cachorrada, em volta do coroamento das paredes da igreja, e que lá de baixo me parecia restos de larga sanca, verifiquei que outrora corriam os balaustres de espaçosa varanda, e nela vivem hoje figueiras silvestres. Numa sala, onde ainda os raios do sol não entraram (é meio dia), demoro-me a gosar a frescura e ao mesmo tempo o aroma delicioso das violetas, que se escondem por baixo de gramíneas viçosas.

E, sem medo de deteriorar aquele jardim in-



culto, colhi algumas das fragrantas flores, que guardei como recordação.

Por escada mal segura, e, que se me escancarou na volta dum corredor, desci por entre silvas e ortigas a um recinto sombrio, escuro, severo, musgoso e húmido, que devia ter sido a casa do capítulo. Era um casarão comprido, coberto por abóbada de volta inteira, cujos arcos mestres descansam em cachorros salientes das paredes e vêm apoiar-se sobre tres colunas torcidas, que se elevam ao centro. As paredes são de grossa enxilharia irregular, sem vestígios de revestimento, e entre as marcas, de caracteres grandes e grosseiros, que assinalam cada uma das pedras, lê-se a data de 1612.

E por ali divaguei, só com as lembranças do passado, e as tristezas do presente, durante três horas, lastimando, embora sem sentimentalidades doentias, tanto abandono por cousas, que por certo nos deviam merecer mais carinho.

.....

LINO D'ASSUMPÇÃO

A CONTRAMARCA DE — M — NAS MOEDAS PORTUGUESAS ⁽¹⁾

N'«O Archeologo Português» volume XXI, n.^{os} 1 a 12 de 1916, o Sr. Conselheiro Manuel Francisco Vargas, erudito e distinto numismata, na introdução á descrição das moedas que possuímos com a contramarca de *MR*, fala desta outra contramarca de *M*, de que nos vamos ocupar e tendo por fim principal a apresentação do catálogo das nossas moedas com alguns poucos esclarecimentos que fomos buscar a Aragão, Meili e Sousa Braga, e as considerações que nos sugeriu o nosso estudo.

Como faz notar o Sr. Conselheiro Vargas, Aragão limita-se a dizer o seguinte quando trata do govêrno de Baltazar Pereira do Lago, em Africa, no tomo 3.^o da sua obra a folhas 436, textual: «Durante êste governo foram contramarcadas com *M* varias moedas de prata e cobre».

Não se pode ser mais lacónico nem menos curioso sobre tal contramarca, laconismo que deveremos atribuir, em parte, ao facto de no tempo em que êle escreveu não se dar, talvez, grande importância ás contramarcas das nossas moedas e, em parte, a não termos visto nenhuma moeda com *M*.

E' certo que o governo de Pereira Lago teve lugar nos anos de 1765 a 1779, por isso não se pode referir a algumas das moedas que possuímos, que têm datas muito mais modernas e, quando muito, o que poderá indicar é que essa contramarca existiu e foi aplicada em Moçambique, sendo depois usada em época posterior a 1822, por isso que temos moedas com esta data contramarcadas.

(1) O Sr. Dr. José António de Azevedo Borralho faleceu em 2 de Abril de 1931.

Coleccionador apaixonado, não se contentava em adquirir numismas pelo natural empenho de engrandecer a sua colecção, onde reuniu altas raridades e inéditos.

Verdadeiro prototipo do numismata, estudava e investigava. Qualquer exemplar, nas suas mãos, era observado tão meticulosamente que causava admiração.

A' memória de individualidades desta categoria é um dever prestar homenagem; e assim solicitei de um seu filho o Sr. Dr. José de Azevedo Borralho Jr. a indispensavel autorização, gentilmente concedida, para se publicar este interessante artigo, complemento do que saiu em «O Archeologo Português».

Se outro merecimento não tivesse além das judiciosas considerações expressas, impunha-se por ter sido escrito quando o ilustre numismata já contava a propecta idade de 81 anos provando ainda, exuberantemente, o seu lúcido espirito e o profundo interesse por uma das mais belas ciências. — *Augusto Viana de Moraes.*

Já em tempo e em época que não podemos precisar o Sr. Robert Shore, coleccionador distinto das moedas portuguesas, nos tinha dito que possuía moeda ou moedas com a contramarca de *M*, de que estamos tratando e nessa ocasião nada pudemos responder porque era para nós desconhecida tal contramarca, que só vimos quando o ano passado (1917) nos foram apresentadas várias moedas de ouro, prata e cobre com ela, algumas das quais adquirimos e teremos de descrever no fim desta exposição.

Foi fértil a imposição de contramarcas nas moedas para correrem em Moçambique; de que nós tenhamos conhecimento existem as seguintes: *M*. — *MR* — *P.M.* — *PM* com corôa por cima, *G.P.* e *GP* com corôa por cima, que também corriam nos Açores, sendo quasi todas elas applicadas tanto ás moedas do Continente e Colónias, como ás estrangeiras e por essa razão poderemos concluir que esta de *M* entrasse nesse número.

Em moedas estrangeiras só temos conhecimento da sua applicação nos seguintes catálogos, a saber:

1.º No catálogo da coleção de Joaquim Gomes de Sousa Braga, coordenado por Augusto de Sousa Lobo, impresso no Rio de Janeiro, em 1906, onde se encontra uma moeda de cobre de 40 reis, do Brasil, datada de 1828 e sob o n.º 3696, na qual o *M* da sua contramarca Sousa Lobo classifica de invenção, relativamente ao Brasil, mas que nós não teremos dúvida em admitir que achando-se ela no local onde foi imposta a contramarca, lha impothessem também.

2.º Na estampa 22 da 2.ª parte d' «O Meio Circulante no Brasil Independente — 1822 a 1900» de Jules Meili, onde se encontra uma moeda de 20 reis de D. Pedro I com *M*, sob o n.º 69, nas mesmas condições da antecedente.

3.º No catálogo de venda da coleção de Jules Meili, que teve lugar em Amsterdam, de 23 a 26 de Maio de 1910, na casa Schulman, onde a páginas 122, sob o n.º 2264, se acha a descripção seguinte: «Cuatro reales de Guatemala contremarqué de *M*. AR. t. b. c.»

Isto bastará para mostrar que tal contramarca foi imposta em moedas estrangeiras e só temos a lamentar que Schulman não declarasse qual o fundamento que tinha para dizer que foi em 1835 que tal contramarca fôra applicada.

Agora emquanto á sua imposição nas nossas moedas não duvidamos ter como verdadeira a afirmativa de que ela foi usada entre 1765 e 1779, por isso que possuímos moedas de 1770, 1776 e 1779 com *M* e outras datas anteriores contramarcadas. Como porém continuou ela até época posterior a 1829, época já tão recente, sem que disso houvesse conhecimento senão

ha tão pouco tempo? Seria depois usada em 1835, como diz Schulman, ou continuaria desde 1765 a 1835?

São factos que não é fácil explicar e que chegam a trazer ao nosso espírito a dúvida de que as últimas moedas contramarcadas sejam menos verdadeiras ou autenticamente contramarcadas.

Por outro lado, que interesse poderia haver em se falsificar esta contramarca para guardar as moedas e depois as vender por preço igual ou inferior ao que elas poderiam valer sem ela?

E se damos crédito a Aragão, porque não o daremos a Meili também, por isso que se aquele indica o início da aplicação, este o seu final?

Tudo obscuro e sem solução possível e razoável, só conjecturas, não podemos deixar de repetir sempre que tratamos destas matérias: devendo notar-se que a letra usada tanto nas moedas que poderemos julgar verdadeiras, por isso que estão compreendidas no prazo acima dito de 1765 a 1779, como nas outras de data mais próxima é semelhante, havendo mais uma espécie de continuidade na sua aplicação pois está imposta em moedas de todos os reinados, desde aquela data até 1829.

Outra coisa nos convém ainda notar, que é o facto de Aragão se referir só a moedas de prata e cobre, quando nós possuímos também moedas de ouro com ela, como se verá, e imposta tanto em moedas cunhadas para o reino como nas cunhadas para o Brasil colonial, nos reinados de D. José I até D. João VI.

Nos tempos idos principalmente, e mesmo agora, os governadores tinham poderes quasi discretionários e por isso poderemos supor que de motu-próprio e atendendo á falta de numerário ordenassem essa imposição, sendo depois confirmada (se o não foi antes) pelo governo da metrópole, pois não é crível que todos os governadores seguissem o mesmo caminho sem autorização superior. A razão da sua aplicação explica-se com o uso de tantas outras contramarcas applicadas pela falta de numerário e a significação da letra *M* por *Moçambique*, como *PM* tem sido traduzido por *Provincia de Moçambique*.

De tudo o que deixamos dito e do exame das nossas moedas concluímos:

- 1.º Que existiu a contramarca de *M* imposta em Moçambique.
- 2.º Que ela foi applicada tanto ás moedas de ouro como de prata e cobre.
- 3.º Que o seu começo foi posterior a 1765.
- 4.º Que acabou em época posterior a 1829, pois apontámos moedas com esta data, tendo-a.
- 5.º Que segundo Schulman a sua última applicação foi em 1835.

6.º Finalmente, que o seu fim foi, como o de tantas outras contramarcas, para dar curso a essas moedas em Moçambique, ignorando-se em virtude de que disposição legal foi imposta nas moedas portuguesas.

Resta-nos apresentar, agora, o catálogo das nossas moedas, o que passamos a fazer :

CONTINENTE

D. PEDRO, PRÍNCIPE

1—V reis, de 1676, com duas contramarcas: M e corôa. Æ. Aragão, n.º 10

D. PEDRO II

2—X reis, de 1699, com duas contramarcas: M e corôa. Æ. A, n.º 59.

D. JOÃO V

3—2.000 reis, de 1714. AV. A, n.º 8.

4—1.000 " " 1708-R. AV. A, n.º 15.

5— 400 " " 1742. AV. A, n.º 18.

6— X " " 1714, com duas contramarcas: M e corôa. Æ. A, n.º 54.

7— V " " 1726, com duas contramarcas: M e corôa. Æ. A, n.º 59.

D. JOSÉ I

8—Meio escudo, de 1776. AV. A, n.º 4.

9—1.000 reis " 1768. AV. A, n.º 5.

10— 400 " " 1752. AV. A, " 6.

11— 120 " " " AR. A, " 9.

12— 60 " " " AR. A, " 10.

D. MARIA I E D. PEDRO III

13—400 reis, de 1784. AV. A, n.º 16.

D. MARIA I

14—400 reis, de 1790. AV. A, n.º 24.

D JOÃO, PRÍNCIPE REGENTE

15—Meio escudo de 1807. AV. A. n.º 14.

16—40 reis (pataco), de 1812. BR. A, n.º 22.

17—V de 1814. Æ. A. n.º 28.

AÇORES

D. MARIA I

18—20 reis, de 1795: *Æ.* A, n.º 38.

S. THOMÉ E PRÍNCIPE

D. JOÃO VI

19—20 reis, de 1819. *Æ.*

ANGOLA

D. JOSÉ I

20—Meia macuta, de 1770, com duas contramarcas: M escudo. *Æ.*

21—Um quarto de macuta, de 1771. *Æ.*

D. MARIA I E D. PEDRO III

22—Meia macuta, de 1785, com duas contramarcas: M e escudo. *Æ.*

BRASIL COLONIAL

D. PEDRO II

23—80 reis, sem data. *AR.*

D. JOSÉ I

24—4.000 reis, de 1756. *AV.*

25—4.000 " " 1776: *AV.*

D. JOÃO, PRÍNCIPE REGENTE

26—4.000 reis, de 1808 *AV.*

27— XL " " 1803 *Æ.*

28— XX " " 1810-B. *Æ.*

D. JOÃO VI

29—4.000 reis, de 1822. *AV.*

30— XX " " 1822. *Æ.*

SYNOPSIS

1.^a

Reinados	AV.	AR.	AE.	BR.	TOTAL
D. Pedro II.		1	2		3
D. João V.	3		2		5
D. José I.	5	2	2		9
D. Maria I e D. Pedro III.	1		1		2
D. Maria I.	1		1		2
D. João VI.	3		5	1	9
	13	<u>3</u>	13	<u>1</u>	30

2.^a

Continente	9	2	5	1	17
Açores			1		1
S. Thomé e Príncipe			1		1
Angola			3		3
Brasil	4	1	3		8
	13	<u>3</u>	13	<u>1</u>	30

Lisboa, 8 de Abril de 1918.

JOSÉ ANTÓNIO D'AZEVEDO BORRALHO

INSCRIÇÃO INÉDITA NUMA RUA DE LISBOA'

Das centenas, talvez milhares, de pessoas que quotidianamente transitam pela íngreme calçada do Garcia, sem dúvida um dos sítios mais concorridos da capital, passagem obrigatória não só para quem do Rossio se dirija à Calçada e Campo de Santa Ana, como dessa multidão de infelizes que diariamente vai procurar alívio ao velho Hospital de S. José; raras terão notado na vêrga denegrida de um portal, escondido num recanto, à esquerda de quem sobe, um breve letreiro que nos diz:

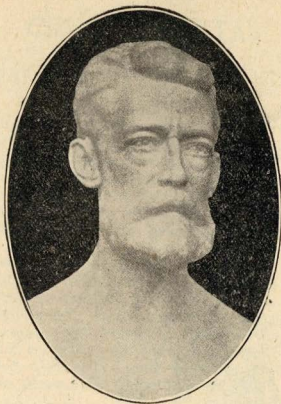
(A)QVIESTAOP
DEIHV

CODOMILAGR^E

De qual tenha sido o milagre que Jesus ali operou, não encontro notícia nos autores que têm estudado o que resta da antiga Lisboa.

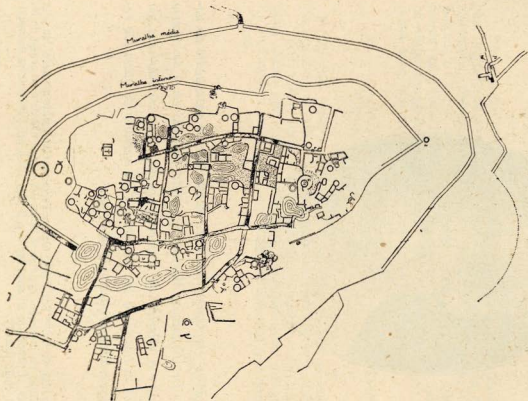
Que outros mais ditosos consigam encontrar entre a papelada velha, onde dizem que tudo se encontra, a história desse milagre e desse poço. Eu limito-me a dar conhecimento da inscrição aos que quiserem investigar o caso.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA



Comemorando-se em Guimarães o 1.º centenário do nascimento do notável arqueólogo Dr. Francisco Martins Sarmiento, falecido em 9 de Agosto de 1899, não quer a «Revista de Arqueologia» deixar de associar-se a tão justa homenagem, dedicando o seu fascículo VI à memória de quem tão relevantes serviços prestou à arqueologia nacional.

ERRATA — No artigo do Ex.^{mo} Snr. Eng.º Garcez Teixeira, *Um tumulto medieval*, na pág. 139, na penúltima linha da inscrição, onde se lê IJLIX deve lêr-se IJLIX, e no artigo do M. R. P.º Ernesto Sales, *A propósito de duas lápides*, a pág. 143 a primeira palavra da inscrição latina é DEERAT e não DERAT.



CITÂNIA DE BRITEIROS

REDUÇÃO DE UMA PLANTA PUBLICADA PELA «SOCIEDADE MARTINS SARMENTO»

Escala 1/3000

CIDADES MORTAS

UMA VISITA Á CITANIA (*)

Levanta-se o monte de S. Romão, de S. Romão de Briteiros, a 336 metros de altitude segundo as observações do dr. Pereira Caldas; — entre Braga e Guimarães, e a tres kilometros das Caldas das Taipas, exploradas pelos romanos; — no meio de dilatados horisontes, recortados por outros serros, n'alguns dos quaes se téem encontrado vestigios de povoação analogos aos da Citania; — á vista do Ave (*Avus*) que serpeia cá em baixo por amenissimo valle, circumstancia que uma referencia de Ptolomeu obriga a citar.

E' o monte, termo de um contraforte da Falperra, segundo penso, e a sua constituição granitoide dá-lhe uma apparencia bruta e severa.

No primeiro relance, que alongamos pela encosta, nem sempre é facil a olhos inexperientes destacar immediatamente o trabalho humano dos caprichos da natureza, no aspecto pedregoso e confuso do sitio.

Se d'uma banda, e foi por ella que subimos, contornando, é relativamente suave o declive, d'outra, por onde descemos quasi em linha recta, até ao corrego que vem desembocar na estrada da Povia, empina-se asperamente o monte.

Quasi desde o sopé começam a denunciar-se, do lado do sudoeste e sueste, os vestigios de umas calçadas rudes, de feição cyclopica, que nada téem de commum com a conhecida construcção das vias romanas, e antes se identificam com outras conhecidas na Europa em varias estações prehistoricas.

De tres ordens de formidaveis muralhas, até aos restos da que devia circundar immediatamente a povoação que coroava o monte, nos surpreendem successivamente vastos lanços que n'um ou n'outro ponto, como por exemplo, da parte do este da segunda muralha, se bem me lembro, apresentam um aspecto megalithico perfeitamente acentuado, quebrando o systema

(*) Artigo publicado em 1877 no «Commercio Portuguez», fragmento de uma comunicação feita na Sociedade de Geografia de Lisboa, em cujo boletim foi tambem publicada incompleta.

Em nota (I) a pag. 15 da tradução da «Citania» de Ubner, diz o Sr. Joaquim de Vasconcelos, que a conclusão deste artigo foi publicada no n.º 155 do referido jornal que não existe na Biblioteca Nacional de Lisboa.

de aparelho mediano ou de fortificação mais ligeira, que parece predominar no resto.

Duas ordens de fossos se estendem entre a segunda e a terceira muralha; d'aquella se alonga uma cortina até um d'esses, e, entre'o que poderá ter sido porta da segunda muralha e uma aberta da terceira, se dá com uma calçada pela feição das anteriores.

A' beira das calçadas, e, segundo crê o sr. dr. Sarmiento, esta localisação não parece casual, se téem encontrado tres dolmens todos elles fóra do recinto dos muros e um até áquem da ultima linha d'estes.

Vi dois d'estes monumentos.

Se um póde suscitar duvidas talvez pelo seu estado de deterioração, restando apenas um monolito vertical com um buraco circular que na posição actual e aparentemente primitiva do penedo não poderia facilmente explicar-se por uma acção natural, como a das aguas; — ácerca do outro não é permitida a hesitação aos menos dados á observação d'estes mysteriosos monumentos.

E' um verdadeiro e enorme dolmen, já aberto e explorado, cuja pedra tabular mede 5,^m29 por 3,^m64 e apresenta a singularidade de uma especie de pequeno canal aberto em ambos os extremos e cavado na face interior d'aquelle pedra.

Se este era, como parece que era o outro, um d'aquelles dolmens furados, que, não sómente se encontram na Europa, mas que Taylor e outros encontraram na India, e de que ha no Museu de Saint-Germain um exemplar achado em Conflans dotado até do respectivo batoque, é que já não póde saber-se, nem tampouco se constituia um monumento funerario cobrindo as ossadas de qualquer personagem do tempo.

Chama a este monumento o povo: o *penedo da Moura*.

A lenda mourisca domina no norte como no sul a imaginação popular.

A uma esplendida formação basaltica n'um serro sobranceiro a Alca-miça, no concelho de Mafra, ouvi chamar nos arredores: «Castello de mouros».

Apesar de todas as feições poeticas em que se desata no conto e na tradição dos campos a lenda mourisca, tem ella sido certamente uma das mais impertinentes inimigas da archeologia, porque a preoccupação dos thesouros escondidos pelos pobres crentes de Islam, tem feito devastar muitas ruinas e monumentos onde sómente a sciencia poderia enriquecer-se.

Quando subíamos a encosta e vendo-nos parar junto ao dolmen furado, — authentico ou não, — a que já me referi, dizia-nos ingenuamente um velho camponio:

— «Tambem eu já andei n'isso, mas nada achei!»

Este *nada* referia-se ao sonhado thesouro.

Cento e tantos aldeãos, talvez, seguiam-nos cheios de respeitosa curiosidade, e não havia buraco em que attentassemos que lhes não merecesse a sondagem do varapau.

E' sabido que aquellas ruinas foram já brutaemente exploradas, e se correr o boato de que o dr. Sarmiento encontrou um pequeno objecto de ouro, este, transformado rapidamente em prodigioso thesouro na tradiçção oral dos arredores, attrahirá provavelmente sobre a Citania devastações novas.

Junto das muralhas e n'alguns penedos destacados d'ellas encontram-se alguns d'aquelles signaes geometricos conhecidos que têm apparecido nas mais authenticas fortificações pré-historicas e principalmente junto dos muros das *oppida* do norte:—circulos concentricos cortados por um traço, a figura extravagante de quatro ou cinco curvas ou *pernadas*, partindo d'um ponto commum, e uma barca de gondola que lembra immediatamente a esculptura d'um dos rochedos de Bohusloen e as que se encontram n'este genero no norte e no meio dia da Europa, em celebres estações archeologicas.

Que decidam agora os sabios se estes ensaios esculturæes são da edade de ferro como querem Bertrand e outros que sejam os de Bohusloen, ou se pertencem ao seculo V e mesmo ao seculo IX da nossa era, como contra elles sustenta um pouco paradoxalmente Holmberg;—se o silex, não podendo talhar os porphyros e rochas duras, segundo Soldi, etc., terá deixado vestigios nos granitos de S. Romão de Briteiros, ou se o bronze pôde reclamar para a edade do seu predominio aquellas reliquias de uma arte rudimentar ou de uma indicação symbolica.

Ha uma infinidade de coisas a resolver deante d'estes grosseiros tentamens de expressão graphica, e naturalmente haverá tambem uma infinidade de coisas que elles resolveram.

Termina o monte n'uma especie de planura, não muito extensa, e é n'esta que se concentrava a população, segundo as ruinas e as escavações o estão indicando.

Convem dizer que n'esta planura se ergueu em tempos, relativamente recentes, uma especie de eremiterio, que, peia lenda da apparição de uma imagem de S. Romão, singular santo, que por aquelles sitios dá o nome a varios logares, se tornou concorrida de romarias.

Começadas ha poucos mezes, e apesar das interrupções impostas pelo desabrigado do sitio, vão as escavações em notavel incremento, tendo já os côrtes feitos posto a descoberto tres ou quatro dezenas de habitações, muitos fragmentos ceramicos, muitas pedras trabalhadas pela mão do homem, e alguns objectos metalicos, etc.

N'um escripto publicado, já n'este anno, no *Diario da Manhã*, e devido

á penna do nosso illustrado consocio, o snr. marquez de Sousa, falla-se d'estas habitações rapidamente, negando-se-lhe uma notavel importancia.

Quando o snr. marquez visitou a Citania, as escavações, estavam atrasadas; devo dizer isto, para affirmar depois que, apesar de toda a minha, já repetidas vezes confessada incompetencia, aquellas casas, pois que é forçoso chamar-lhes assim, não querendo crear o neologismo de *huttas*, que melhor e mais scientificamente representaria o objecto, que aquellas casas constituem uma descoberta notabilissima.

São circulares geralmente, — ha uma ellyptica e outra, se bem me lembro, que de um semi-circulo se desenvolve em rectangulo, — são porém circulares geralmente, formadas quasi todas de grandes pedras faceadas que n'algumas têm uma collocação em linha obliqua muito singular, e estão, por assim dizer, mettidas em uma moldura quadrangular de muros valentes, ficando de permeio um espaço, maior ou menor, segundo o agrupamento o permite. Este, apresenta tambem uma certa regularidade que permite dar o nome de ruas e praças a certos intervallos e communicações.

Não ha vestigios de portas, embora appareçam certas pedras, com uma tal ou qual indicação de soleira, que poderiam pertencer ao caixilho, — chamemos-lhe assim, — formado pelos muros exteriores rectangulares.

Representam estes muros uma fortificação ?

Que allí viveu uma população guerreira, ou que não era tranquilla a região, indicam-no as grossas, e por assim dizer, concentricas muralhas que emolduram o serro. Espraçando a vista por estes restos formidaveis e pelo longo panorama de redor, onde os informadores locais nos vão indicando outros sitios de analogas ruinas, a gente muito naturalmente se lembra do seu Strabão ou do seu Polybo lhe ter denunciado que os iberos andavam sempre divididos e inimisados, não tendo nunca podido constituir-se em confederações; — de ter lido no grande geographo ou em Diodoro da Sicilia, que os luzitanos eram o povo mais poderoso e forte da Iberia; — de ter finalmente, sabido em Plinio que só o territorio *Braccarum*, aquelle mesmo territorio do qual abrangemos d'alli com a vista uma boa parte, continha 24 cidades iberas celtas ou celtiberas, ou então callaicas, para não susceptibilisarmos os nervos de algum casuista d'estas cousas.

Callaicos ou callaico-braccares, que é ainda menos perigoso.

O que é incontestável — e julgo escusado lembrar de novo, que estou narrando as impressões de um leigo, e por fórma nenhuma mirando a uma affirmação positiva, o que é incontestável é que n'outras estações archeologicas do centro e norte da Europa já completamente estudadas, se encontram elementos de comparação com este systema, ou antes com esta disposição de habitações.

As habitações circulares são vulgares em epochas pre-historicas e historicas.

Vemol-as ainda hoje nos povos que vivem uma existencia mais ou menos selvagem.

Todos conhecem as habitações circulares descriptas por W. O. Stanley, na Anglesa, as *weems* (de *uamha*: casa) da Escocia, as *hüttes* dos germanos, os modelos d'ellas em urnas encontradas na Allemanha Septentrional; as *casae* do Lacio, as *magalia*, as *hüttes* germanicas, ou os modelos d'estas e das etruscas encontradas na Allemanha e no sul da Europa, sem fallar já do que todos os livros da especialidade copiam da Columna Antonina.

Vinha aqui á mão de semear, ou pelo menos não seria muito deslocada, uma pequena digressão ácerca da origem e revelações etymologicas da palavra *casa*, que entre nós tem a significação genérica de habitação, e que para os romanos designava genericamente *Domus rusticanta*.

... *dicta quasi cava ut nomulli existimant, eo quod primi agricolae in cavis montium, hoc est, in antris solerent habitare*,—acrescenta um diecionarista celebre.

Casae eram ainda restrictamente as cabanas, os pequenos abrigos geralmente circulares dos primordios da architectura das habitações, e natural fôra que simples *casa* parecesse aos romanos o *domus* luzitano ou celtico, que naturalmente não se distanciava muito da modestia e singelesa da *casa Romuli* do Capitolio.

Voltando, porém, á vulgaridade do caso nas civilizações rudimentares: — um viajante descreveu ha pouco as casas circulares, sem janella, de tecto conico, fortificadas, dos habitantes nossos contemporaneos da região da Camsamança.

O snr. marquez de Sousa, no escripto, a que já me referi, aproxima estas casas da Cítania das *round towers*, que alguns; e não todos (permitta s. exc.^a a restricção) dos modernos archeologos suppoem ser dos seculos III e IV, e das Nuraghas da Sardenha. Se com as primeiras pode fazer-se,—como se poderia fazer com os nossos moinhos de vento,—a aproximação pela fôrma, com os seguntos monumentos, confesso que não vejo que haja comparação a estabelecer.

Mas já que fallei das *hüttes* e das *hüttes-urnas* germanicas, direi com este desassombro petulante de um profano, que quem tiver visto, e pôde vêr-se o desenho em qualquer livro: no Lubbock, por exemplo,—a *hütte-urna* composta de sete recintos ou *casulae* circulares, que está no museu de Munich, com aquelle ornato de espiral dupla, tão caracteristico, como diz o illustre sabio inglez, da epocha do bronze; ou quem conhecer aquellas outras que apresentam a porta no tecto, e que o dr. Lisch considera como

às mais antigas, não poderá talvez existir-se á recordação, quando se encontrar na Citania junto d'aquellas casas circulares que não apresentam signal de porta, e dentro das quaes e junto das quaes se encontram ceramicas e pedras, onde, com notavel insistencia se reproduzem, não só as espiraes duplas, mas elementos completos da esculptura e decoraçào, descobertas nos bronzes, nas pedras e nas ceramicas de outras estações pre-historicas.

Esses desenhos parecem ás vezes copiados dos ornatos das espadas de bronze da Scandinavia e da Russia, das ceramicas pre-historicas da Alemanha, da Inglaterra e da França, e ainda ha pouco os vi reproduzidos n'umas curtas espadas encontradas ao sul de Portugal.

Ainda a respeito das portas deverei acrescentar que, notando a sua ausencia, só me surpreendente que ella tenha embaraçado tanto os que hão escripto sobre a Citania.

Nas *hüttes-urnas* achadas em Marino, em Kikindemark em Aschersleben, em Klat, e n'outras conservadas nos museus inglezes e allemães, como na propria *casa* da columna Antonina, pôde vêr-se que a porta se abria a bastante altura do solo. Ora, das casas da Citania resta apenas uma pequena parte das paredes no sentido da altura, e por isso nada mais natural do que não apparecer a porta, ou do que se deduzir pelo menos que esta ficava a uma maior altura.

Apesar, porém, de todos os meus protestos, sei que pôde arremetter alguem contra mim, com Vitruvio em riste; com o terrível Vitruvio, que diz que as habitações pre-romanas da Peninsula eram de madeira.

Deixal-o dizer, se o diz, cousa que não posso agora verificar, porque mais auctoridade do que elle têm as proprias habitações.

E sem contender com os seus manes, sempre observarei que sendo perfeitamente racional que a natureza do material adoptado para a construcção dependa da natureza do logar, os habitantes do monte de S. Romão de Bri-teiros tinham certamente mais á mão a pedra do que as arvores.

Passando adiante, cumpre notar um facto:

As casas descobertas não apresentam mais, como disse, do que uns dois a tres metros de muro, no sentido da altura.

Parece que a rasoura de uma destruição total e systematica passou por alli.

Comtudo, pude observar n'uma, não escavada ainda externamente, uma inclinação interna e regular da parede que não me pareceu devida á pressão do terreno ou a outra causa natural ou casual.

Verificado que esta inclinação pertence originariamente ao systema d'aquellas construcções, o que se casa tambem com a propria disposição obliqua das fiadas das pedras, é natural a hypothese de que as casas tinham

uma forma cónica talvez sem a solução de continuidade d'um tecto de diverso material.

Nas paredes internas de algumas é também evidente ainda uma especie de ligeiro revestimento de argila que surprehenderia um pouco se não soubessemos que o mesmo apparecia nas habitações dos germanos e nas *hüttes*, sobre espeques da Europa.

Muitos são já, e alguns notaveis, os objectos que o desaterro dentro e fóra das casas tem dado.

Abundam especialmente os restos ceramicos, e n'estes salta logo á vista a variedade da composição e trabalho.

Encontra-se o barro terroso, cheio de mica, o que não tem nada de extraordinario n'aquella região, e de grãos de quartz, o que é característico como sabeis; o barro mal cosido, talvez secco apenas pela exposição ao sol, ou cosido á fogueira, como fazem ainda hoje certos povos selvagens; o barro quasi preto e de espessura varia, sem desenho, e denunciando ás vezes rebordos rudimentarmente feitos; — encontram-se outros specimens mais delicados, evidentemente cosidos ao forno, de boa estrutura, e artisticamente decorados com ornatos geometricos e phantasiosos pelo gosto e forma das ceramicas conhecidas de certas estações archeologicas, como, por exemplo, das encontradas em West-Kennet, Arbor-Low, Flaxdale, Erbenheim, etc.; — algumas *tegulae* e *imbrices* que parecem romanas, e tanto pela superioridade do fabrico sobre a maioria dos objectos domesticos, como pela forma, parecem indicar uma importação postera; — algumas cabeças e fundos de amphoras, de chytras, etc.; um ou dois d'aquelles originaes objectos que parecem ser os pequenos *alabastris* que uma ingenuidade archeologica muito vulgar ainda entre nós, denominou *lacrimatorios*, suppondo-os destinados a recolherem . . . lagrimas.

O ornato de cordão em torcia grossa, como o de certos vasos de alguns *tumuli*, entre os quaes me lembro do encontrado n'um *kegelgrab* de Erbenheim (Museu de Wiesbaden) e attribuido á epocha do bronze. apparece também em muitos fragmentos da Citania.

Que me recorde, estas ceramicas, das quaes um grande numero são de massa escura, não apresentam cobertura de verniz mineral, e em muitos casos a decoração parece ter sido feita à mão ou com moldes parciaes. Ha algumas que têm signaes que parecem ser a marca do oleiro.

E aqui me lembro de citar uma das descobertas que mais me surpreendeu, feita no entulho de uma casa. E' um fragmento ceramico, tendo em alto relevo uma cabeça, cujas linhas, perfeitamente acentuadas e grossas lhe dão uma feição energica e severa.

Cobre-a uma especie de *claf* egypcio com as longas orelhas cahindo sobre os hombros, e dando-lhe um aspecto caracteristicamente oriental.

A delicadesa do desenho está denunciando o producto importado de uma civilização mais adiantada, e a gente naturalmente pergunta a si proprio se não está vendo alli um trabalho phenicio, recordando-se de certas relações e tradições historicas correntes.

Objectos metalicos tem-se encontrado bastantes, uns completamente deformados, e cuja natureza seria, comtudo, possivel, e conviria analysar; outros em fórma de pregos ou agulhas, como são vulgares na edade do bronze, alem de uma especie de pequena *pila picta*, com ornatos geometricos de delicada incrustação, singularidade que tambem é natural referir a uma importação relativamente moderna.

Estes trabalhos de incrustação podem embaraçar um pouco os que não se lembrarem que elles apparecem já na mais alta e na mais rude antiguidade. Nas *palafitas* se têm encontrado alguns em ceramicas grosseiras e attribuidas á edade do bronze, e ha pouco vi eu n'umas velhissimas espadas curtas, encontradas ao sul de Portugal, indícios evidentes de incrustação, sendo de notar que nos desenhos predominavam espiraes duplas e inversas singularmente, similhantes ás da *Pedra formosa*.

E' já tempo, porém, de fallar d'esta Pedra formosa, que é realmente uma formosa pedra.

— A Pedra Formosa é um enorme monolitho granitico ou de granitico amphibolico de uns dois metros e meio de altura por tres e tanto de comprimento e menos de meio metro de espessura, especie de grande lage trabalhada por uma esculptura bastante rica e regular que lhe cobre toda uma face.

Um dos lados, — a que podemos chamar a base, — tem a meio uma reentrancia simi-circular, a que está subordinada a ornamentação.

Abre-se no alto, e a meio da espessura d'este arco, um orificio que comunica e corresponde a certas cavidades systematicas e immediatamente abertas na face ornamentada da pedra, por fórma que o liquido derramado sobre esta; sae por aquelle orificio.

Correspondendo tambem a estas cavidades, e dividindo em recta e a meio a superficie, levantam-se na pedra dois cordões de relevo, que no extremo continuam obliquamente para um e outro lado, como braços de uma ancora, formando angulos agudos com a linha central.

Dividida assim a face, apresenta dois compartimentos de ornamentação em pequenas rosaceas simples, — chamemo-lhes assim, — separadas das arestas lateraes da pedra cada um por uma banda de campo liso, onde se vêem dispostos varios traços verticaes e obliquos como caracteres de uma inscrip-

ção. Parece, enfim, emoldurar todo este trabalho, larga facha de espiraes duplas, e no extremo dois cordões que formam o eixo da decoração, isto é, em frente da reintrancia semi-circular ha uma cavidade circular com grosso rebordo.

Segundo tradição escripta, esta pedra, de longa data considerada «ara gentilica», fôra encontrada no alto do monte, n'uma ou junto de uma cova, e posta ao alto.

D'alli a trouxe um abade de Santo Estevão de Briteiros, para um sitio chamado a Olla, junto do Ave, para melhor vigiar pela sua conservação, e finalmente, em Março de 1718, a collocaram no adro da egreja d'aquella freguezia sobre umas pedras altas.

O Snr. Dr. Sarmiento, com summo trabalho, a fez reconduzir ao alto do serro e a collocou horisontalmente, sobre valente pedal, ao abrigo de uma das casas circulares que elle restaurou, ou mais propriamente afeiçãoou a este fim, continuando os muros, abrindo-lhes uma porta e algumas frestas, cobrindo-a com um tecto de palha, etc.

Collocada assim horisontalmente com a face ornamentada para cima. a hypothese de que ella é uma *ara de sacrificios*, impõe-se natural e imperiosamente aos espiritos.

A abertura semi-circular parece destinada a receber o corpo do offi-ciante, as cavidades que se seguem a esgotar o sangue das victimas ou os liquidos das libações, a cavidade circular superior conteria o fogo, como sempre nos apparece do *altare e ara* romana.

Que, diga-se desde já, para que não se interprete erradamente o simile, que não se tracta evidentemente de um monumento romano, e que um artigo do Snr. Possidonio da Silva, que a respeito d'esta interessante pedra se lê no Boletim da Associação dos Archeologos, sob a epigraphie *Esculptura romana*, só pôde n'este ponto ser tido como uma deploravel mystificação.

Ha quem, comtudo, opine pela hypothese de um *cippus* ou de uma *stella* mas deve notar-se que esta opinião assenta principalmente na suposição insustentavel de um caracter puramente romano do monumento.

Outras pedras se encontram cobertas de uma decoração parecida, de espiraes e rosetas emolduradas em circulos.

Ha ainda outros trabalhos esculpturaes, muito notaveis.

Um d'elles consiste n'um alto relevo bastante tosco, representando duas figuras, uma das quaes parece correr atraz da outra, no intuito de a agarrar. A figura perseguida, e que é talvez de mulher, sustenta como que um facho n'uma das mãos, e ambas as figuras parecem nuas.

Estaremos em face da representação grosseira de um episodio muito

vulgar da mythologia astral, qual o da perseguição da lua pelo sol, seu terrível esposo, episodio ainda recentemente estudado nas cosmogonias rudimentares do extremo Oriente?

Em todo o caso, tenho ideia de que escultura analoga a esta foi já encontrada em estação archeologica europêa.

Tão notavel como este trabalho e infelizmente deteriorado como elle, é, uma pequena estatua de pedra bastante tosca, e que pelas saliencias peitoraes parece representar uma mulher.

Está vestida, talvez, com o *sagum* celtico, que tambem cá se usava, segundo nos contam os velhos escriptores, e parece sentada, tendo os braços symetricamente sobre o ventre, e apresentando um aspecto ataraxico de idolo muito pronunciado.

Vi já notada, como factio extraordinario, a ausencia de figuras animaes nas esculpturas da Citania.

O que acabo de indicar mostra a absoluta enexactidão de tal affirmativa, devendo acrescentar que na face externa de uma das casas circulares postas a descoberto, descobri, e já antes de mim o descobrira o Snr. Sarmento, — é claro, — o desenho cavado a traço simples de um quadrupede de longas orelhas ou paus.

.....

LUCIANO CORDEIRO

BOGAS JEJŪAS

Ocorreu ao ilustre Director da Torre do Tombo, D.^{or} António Baião, a feliz ideia de aclarar uma grafia da *Miscellanea* de Miguel Leitão de Andrada, evitando assim erros aos dicionaristas. Essa aclaração, como os leitores viram na *Rev. de Arq.* p. 129, consistiu em interpretar *geivãs* por *jejuas*. Ele dá a entender que *bogas jejuas* é expressão ainda corrente nas margens do Zêzere.

A aclaração podia ir um pouco mais longe, porque em rigor nada temos que mudar no texto, só temos de o ler como lá está. A palavra *geivãs*, na ortografia antiga, vale tanto como na moderna *jejuãs*, isto é, *jejuas*, com *g e i* por *j*, *v* por *u*, e *uã* por *ũa*. Nos digrafos nasalados os nossos maiores escreviam facilmente *uã*, *oã*, etc. por *ũa*, *õo*. Tudo isto sabe muito bem o nosso amigo D.^{or} Baião, como distinto paleógrafo que é.

A palavra *jejuã*, adjectivo, é o feminino de *jejuu* que se lê no *Livro de Esopo*, minha ed., p. 82. Júlio Moreira, *Estudos da ling. portug.*, II, 74, diz que em alguns lugares de Tras-os-Montes se usa ainda *estou em jejuã* por «em jejum»; só êle, no meu entender, não explica inteiramente a frase: *estou em jejuã* corresponde a est'outra frase que ouvi tambem em Tras-os-Montes (Zêze): *ir em jejuas*, com o *u* desnasalado. São frases paralelas a *ir às recúas*, por *ir a recúas*, *ir às cegas*, por *ir a cegas*, como em hespanhol a *ciegas* (vid. Pidal, *Manual de gram. hist. españ.*, 5.^a ed., p. 295). Temos aqui locuções adverbiais com *s* paragogico. Em *às cegas* por *a cegas*, o povo tomou o *a* por artigo, e fez uma espécie de correcção, pondo-o a concordar com *cegas*; em hespanhol não podia acontecer isso, visto ser *la* o artigo feminino. E' por análoga correcção, ou pseudo-correcção, que a locução prepositiva antiga *acerca* se muda em *âcerca*, modernamente, como o S.^{or} Epiphânio Dias muito bem explicou algures.

Em nova edição da *Miscellanea*, o que deverá pois mudar-se é *geivãs* em *jejuãs* (e não *jejuas*).

J. LEITE DE VASCONCELLOS

VOTO OU SIMPLES CAPRICHOS DE FELIPE I DE PORTUGAL ?

Não sei se terá algum interesse a narrativa que se segue. Vegetam ilusões em todos os campos.

Revolvendo a papelada, encontro uma vez ou outra apontamentos que não deixam de me merecer certa atenção. De outros, não atinjo o alcance. Foi dentre os primeiros que agora respiguei o que passo a contar.

Trata-se de uns pedaços de madeira de teca, restos da nau «Chagas», construída na Índia, entre 1558-1562, segundo uma passagem das «Decadas», de Diogo do Couto, registada no livro «Portugueses no mar», notável trabalho de investigação do meu am.^o Quirino da Fonseca. Tem larga crónica êste feliz navio, que fez as suas viagens sem precalço que o inutilisasse, sendo o preferido até pelos Vice-Reis na sua ida à Índia e no regresso. Terminou em 1585 a sua missão, sendo possivelmente desmanchada logo, por inútil. Ora uns pedaços de madeira provenientes da demolição, talvez os vaus, foram parar a Espanha por ordem do «Demónio do Meio Dia» e aproveitados em parte, para se fazer com êles a grande cruz, do altar mór da igreja do convento do Escorial. Essa cruz desapareceu. A que hoje ali se vê, de grandes dimensões, e que orna o Panteão Régio, é de mármore. Trata-se pois de um caso que merece um certo reparo. Por certo não faltariam, ao tempo, em Espanha, madeiras de origem americana, se a aparência e a raridade fôsem apenas o móbil da escolha.

Outra circunstância imperou evidentemente. Um voto? Quem o sabe?

Senão veja-se. Os sobejos que ficaram da factura da citada cruz jazeram alguns anos na portaria do citado Mosteiro e os mendigos deles se iam aproveitando, para repouso, emquanto a sopa benéfica não era distribuída. Um dia, porém, chegou em que Felipe, sentindo a aproximação do termo dos seus dias, mandou utilizar essa madeira para a factura do seu caixão, querendo até seguir de perto os trabalhos complementares de acabamento. Mandara-o forrar de sêda branca.

Existirá ainda o ataúde aludido dentro da urna de mármore dêsse Panteão? Quem o poderá certificar?

Não se presta o assunto a largas divagações. E', porém, rigorosamente histórico, e afirmado por P. Sepúlveda. Afonso Danvila na biografia do famoso traidor D. Christóvão de Moura refere-se também a êsse caso singular, mas sob outro ponto de vista.

LUCIANO FREIRE

PARA A HISTÓRIA DO MONUMENTO A D. JOSÉ I

Traçado por Eugénio dos Santos e Carvalho, conjuntamente com o projecto das edificações da Praça do Comércio, o ante-projecto da estátua de D. José, tratou-se em 1770 da construção desta. Para isso, diz-nos Joaquim Machado de Castro (1), «se encarregou pela primeira vez este grande assumpto a hum Militar (dizem que italiano), de quem se ignorava o prestimo, cujo modelo não agradou: e se incumbio depois a outro estrangeiro, não sei se da mesma cathegoria».

«Entrou este segundo Artista a fazer o seu modelo para o que se lhe deo o desenho que havia, com o seu petipé: e passando algum tempo, se me fez aviso a Mafra perguntando-se-me, se queria entrar na empreza e declarando-se-me quem era o Athleta, que sustentava o combate, do qual tendo conhecido as forças, não duvidei, nem estimei entrar no certamen (9) e passado hum mez he que vim a Lisboa, onde o Architecto Reynaldo Manoel dos Santos me entregou dous desenhos iguaes aos que se derão ao Estrangeiro »

(Nota 9) «Ainda que não temi o contendor, como não busquei a empreza, nem Padrinhos que me conferissem o louro, confesso que me assustei; quando tendo já o meu modelo quasi acabado, vim a saber quão fortes os Baluartes com que o meu Rival ostentava, sendo todo o meu receio, que decidisse a Protecção, e não a Intelligencia.»

Destas passagens, vê-se que, além de Machado de Castro, foi chamado para executar a maquette da estátua segundo os desenhos de Eugénio dos Santos, um escultor estrangeiro, de quem Machado de Castro não cita o nome, referindo-se lhe sempre em termos irónicos e depreciativos.

Ainda novamente a êle se refere mais adiante (2) nos seguintes termos: «Acabado que foi este primeiro modelo, assim como os dos Grupos lateraes e sabendo-se que o Estrangeiro tambem completára o seu, fomos ambos avisados para conduzillos ao Paço no dia 21 de Março de 1771: e levando o meu Competidor dous modelos, hum delles á imitação do desenho, que se lhe deo, e outro de sua idéa com o cavallo a galope. ambos lhe reprovárão (27): e Sua Magestade se dignou de approvar a minha obra . . . »

(1) DESCRIÇÃO ANALYTICA DA EXECUÇÃO DA ESTATUA EQUESTRE, etc , Lisboa, 1810. Pág. 22.

(2) OBRA CIT. Pág. 32.

(Nota 27) «Este Professor era de Nação *Maltez*: appareceu nesta Corte fazendo bagatellas de marfim, que aturdirão muitas pessoas, posto que de qualidade, sem intelligencia alguma do desenho. Essas mesmas pessoas se empenhãrão a protegello; e como virão a eleição em outro Sugeito, assentãrão ter sido intriga, que se urdio ao seu dilecto *Maltez*; dando isto assumpto a varias conversações, em que se ponderava como cousa escandalosa, *ter-se preterido o Maltez, aproveitando-se do seu modelo*».

«Se isto fosse verdade, seria com effeito acção indigna. Para defender pois o crédito das pessoas, que influirão nesse facto (e tambem o meu) devo declarar mais, que o modelo, que fez o dito Professor pelo desenho que se lhe deo, pagou-se-lhe, e não mal: não se lhe pagando porém, o que elle fez de seu motu proprio, o qual recolheu a sua casa, ficando nas Obras Publicas o que se lhe encommendou, e pagou, feito á imitação do desenho, que recebêra para esse fim. Este modelo, por casualidade, veio parar a meu poder; e como delle não fiz caso algum, seguiu-se disto quebrar-se, e maltratar-se. Constando-me depois, que os Patronos e partidarios do *Maltez*, dizião ter-se-lhe feito a sobredita injustiça, anciosamente cuidei em acautelar, e conservar os fragmentos do mencionado modelo; os quaes ainda se achão na casa da Escultura das Obras Publicas. Eu publicamente convido toda a pessoa, que quizer ver estes fragmentos; porque os intelligentes pelo dedo conhecerão o gigante, conhecerão se fui Plagiário, e juntamente quão pequena he a gloria do meu triumpho».

Noutro local (*) se refere ainda Machado de Castro ao seu competidor, nos seguintes termos, não mais claros nem menos irónicos:

«Não faltãrão logo concorrentes para executar aquelle projectado Colosso (*a estátua de D. José*); e o primeiro que se apresentou foi hum Italiano, mas o seu modelo não agradou. Passados alguns annos se quiz introduzir outro Artista, natural de Malta, que tambem havia estudado na Italia como o antecedente, pelo que se lhe encarregou o pequeno modelo, dando-se-lhe para esse fim os desenhos, que havia deixado o acima dito Eugenio dos Santos, primeiro Architecto da Reedificação, que havendo fallecido e passado a seu lugar Rainaldo Manoel dos Santos, teve êste ordem para dar ao dito Escultor *Maltez* copias exactas dos desenhos que para a Estatua existião: e fez executar em madeira o modelo de todo o pedestal, fazendo

(*) GABINETE HISTÓRICO etc., por Fr. Claudió da Conceição. Lisboa, 1831. Tomo XVII. Pag. 235.

E também na MEMORIA SOBRE A ESTATUA EQUESTRE DO SENHOR D. JOSÉ I, no vol. II do «Jornal de Coimbra», de 1882.

-me logo aviso a Mafra (onde eu então residia mesmo empregado na Esculptura da Real Basilica junto áquella Villa) a convidar-me para esta empreza.

«Vindo eu pois a Lisboa, e entregando-se-me outras copias dos desenhos, como as que derão ao Maltez, fiz o meu pequeno modelo em cera côr de passa de uva, e acabado que foi, tivemos ordem o Maltez, e eu para apresentarmos a Sua Magestade os nossos trabalhos, como effectivamente, e em concurso apresentámos (b); tendo eu a honra, de que a Real escolha cahisse, sem hesitar, sobre mim».



(Nota b) «Succedeo que demorando-se os Fidalgos, que passavão para cortejar o Soberano, na Sala, em que eu, e o Maltez tínhamos, á espera de Sua Magestade, os nossos trabalhos sobre mesas, succedeo, digo, que os Fidalgos se demorassem mais a contemplar o meu que o outro trabalho, o que obrigou o Maltez a dizer-lhes em Italiano, julgando que eu o não entendia, o que em Portuguez he: *o costume dos homens grandes he reservar todos os seus cuidados para a execução da obra; por isso eu me não cancei muito em acabar o meu modelo: ao que eu acudi com ancora il mio non é finito*».

De tôdas as passagens transcritas, apenas podemos concluir que, para apresentar a maquette da estátua, foi chamado conjuntamente com Machado de Castro, um professor natural de Malta, que estudara escultura em Itália, especializado na escultura em marfim, dispondo de boas protecções e que, pelas referências, aliás suspeitas, de Machado de Castro, estava longe de ser uma notabilidade.

Em livros e documentos, alguns coevos dos acontecimentos, nenhuma referências encontrámos ao professor maltês, o que, de resto, não quiere dizer que não existam.

Julgamos, no entanto, poder apresentar uma hipótese verosímil sôbre a sua identidade.

Numa igreja dos arredores de Tomar existe uma imagem de Santo António, de marfim, cuja reprodução em gravura podemos apresentar, graças à obsequiosidade da Comissão de Iniciativa de Turismo de Tomar, que

dela nos enviou uma prova fotográfica expressamente feita pelo Sr. tenente A. J. Simões.

Está assinada, no soco, como se divisa bem na prova fotográfica (embora se distinga mal na gravura), por ANDREA IMBROL — MALTES, da maneira que se apresenta no fac-simile. Cremos que êste Andrea Imbrol foi o con-corrente de Machado de Castro, especialmente pela forma como se assina, mostrando que deveria ser usualmente conhecido pelo patronímico de *maltes*, como sempre o designa o seu competidor.

Andrea imbrol — maltes

Corroborá esta asserção o facto de se tratar de uma imagem de marfim, género em que êle era especialista, com todo o carácter próprio da época, e de uma mediocre técnica justificativa do menospreço em que Machado de Castro o tinha. Devia, de facto, ser bem mediocre o artista cujo nome se não encontra na copiosa bibliografia de história da arte italiana que possui a biblioteca da Academia Nacional das Belas-Artes.

Tirado da sua merecida obscuridade o nome do escultor, possível é que apareçam documentos ou obras assinadas que permitam desenvolver a sua biografia.

GARCEZ TEIXEIRA

INSCULTURAS E FIGURAS RUPESTRES DE LOURIÇAL DO CAMPO

A 28 quilómetros de Castelo Branco, nas ábas da Guardunha, a povoação de Lourical do Campo, cercada de campos férteis, guarda no mistério do seu terreno granítico um grande recheio arqueológico, ainda pouco explorado.

Encontram-se ali, com freqüência, sepulturas de diversas épocas, ruínas de povoações desaparecidas e outros vestígios de idades remotas.

Não desejo alongar êste artigo com a descrição de seis sepulturas curiosas que lá estudei e desenhei, limitando-me apenas hoje, a dar conhecimento aos leitores desta Revista, de cuja hospitalidade não quero abusar, de insculpturas e figuras rupestres, ainda inéditas, estudadas por mim *in loco*.

Há dois anos o Reverendo João Antunes Duarte Serra, ao tempo pároco da freguezia, disse-me que numa propriedade dêle havia rochêdos com desenhos esquisitos, que o povo afirmava serem sinais de haver, naquêle sítio, dinheiro enterrado.

Tratei de tranqüilizar aquêle meu amigo, quanto à perspectiva de riquezas futuras a descobrir ali e pude, mais tarde, na sua amável companhia, visitar os famosos rochêdos.

A Tapada da Serra, nome mais que justificado, por estar situada num sítio elevado, a que se chega numa ascensão penosa, por caminhos primitivos tem, na sua parte mais alta, o chamado Cabêço das Pombas, donde se disfruta uma esplêndida vista, que nos faz esquecer a fadiga da íngreme subida para aquele local.

Há ali um grande bloco de pedra e outros mais pequenos, cercados de urze, pinheiros e estêvas que parecem proibir o acesso áquele logar, talvez outrora sagrado pelo culto dos nossos remotíssimos antepassados.

No penêdo maior a parte sul e nascente são insculpturadas.

A face sul, quási vertical, num plano orientado de nascente a poente, tem a curiosa representação zoomórfica da figura 1. A outra face, virada ao nascente, é ornamentada com sulcos, em forma de labirinto e igual ornamentação tem o bloco de rocha que fica em frente a cinco ou seis metros para o sul (fig. 3), bem como uma pedra isolada, que o sol poente me deixou ainda fotografar (fig. 4), situada a oeste do penedo grande e muito próxima dêle.

Comparando esta ornamentação com a dos outros monumentos insculpturados que o Dr. Leite de Vasconcelos, nas suas Religiões da Lusitania,

vol. 1.º pg. 350 e seguintes publica, nota-se que quasi todos os publicados naquela obra são ornamentados por cruzamentos de linhas rectas, predominando, nos do Lourçal, as linhas curvas.

Dos sulcos, de que os leitores podem fazer ideia pelas gravuras, ainda direi que têm aproximadamente um centimetro de profundidade e largura.

Quanto á bizarra figura do rochêdo mais alto merece ela um exame detalhado.

É a única ornamentação que tem a face sul do môrro de pedra orientada, como disse, do nascente a poente e não ha mais sulcos que possam prejudicar a visão de figura humana, que o desenho representa.

Parece que o remoto artifice a deixou isolada, propositadamente para não dificultar a sua comprehensão.

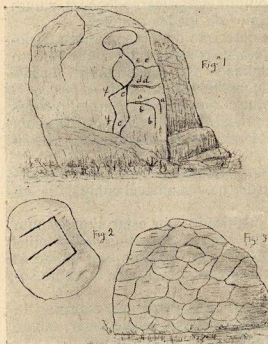
Que fará êsse estranho personagem, virado para o nascente, com a grande cabeça ligeiramente inclinada para o céu?

Adorará o sol ou a lua, cultos destas longinquas idades, com os braços (traços *ee* e *dd*) estendidos sôbre qualquer bloco de rocha, servindo de altar, que pode ser representado pelos traços *aa* e *bb* da gravura?

A ser assim é bem curiosa a figura dêsse sacerdote, com a sua enorme cabeça, o seu tronco em forma de tubérculo de cebola e as suas duas pernas, representadas pelos traços *ff* e *cc*.

O desenho, aliás susceptivel de outras interpretações terá, pouco mais ou menos, um metro de comprimento e lamento não o ter podido fotografar e medir, por falta de luz e de tempo.

Em frente desta figura, a três ou quatro passos de distância, noutra pedra do caminho, está o desenho da figura segunda que, com algumas pequenas variantes, encontrei muito semelhante ao de outra pedra de Castelo Branco (S. Martinho). Os sulcos são pouco profundos mas bastante apparentes.



Mais tarde, já neste ano, voltei novamente ao Lourçal do Campo em serviço e tive a agradável surpresa de, ao pisar

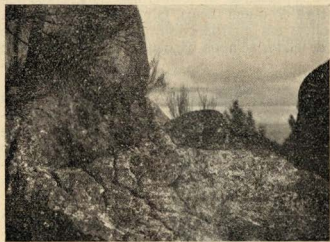


FIG. 4

Branco), descritos por Tavares Proença Júnior no seu trabalho «Notice sur Deux Monuments Epigraphiques». Coimbra 1905, tão discutidos e apreciados no Congresso de Périgueux.

Será o rectângulo um vaso ou bloco de pedra, que o homem traz à cabeça, chapéu primitivo para o livrar da chuva, do sol, ou qualquer instrumento de defeza?

Não seria a primeira vez que apareceriam, nos monumentos dêsse tempo e desta região, figuras humanas com vasos à cabeça.

Nos citados monumentos de S. Martinho, hoje no Museu de Castelo Branco, há duas a que A. de Mortillet se refere nestes termos:

«De chaque côté est une petite figure humaine. Ces figures, tracées d'une façon très simplifiée, sont peut-être la reproduction de dessins peints ou brodés sur le vêtement.

Elles se prêtent à diverses interprétations. On y peut voir soit, comme l'a proposé Déchelette, des guerriers coiffés de casques à cornes ou antennes, soit des femmes portant des vases sur la tête.» (1)

Examinando a gravura com atenção não se fica sabendo se a insculptura representa um homem de frente ou de lado.

(1) L'homme Préhistorique n.º 12, 3.º ano, 1 de Dezembro de 1903, pg. 379.

Se o imaginamos visto de lado poderemos crêr, pela atitude dos dois braços estendidos e das pernas curvas e muito afastadas, que êle vai em franca corrida.

Se o artista primitivo o quiz representar de frente, não poderemos deixar de pensar numa atitude alegre de quem dança, talvez, ou faz ginástica. E' também possível que êle esteja em guarda contra um inimigo, pronto para a luta, que devia ser feroz, nêsses tempos bárbaros, ou que, cheio de emoção, espere qualquer outra pessoa.

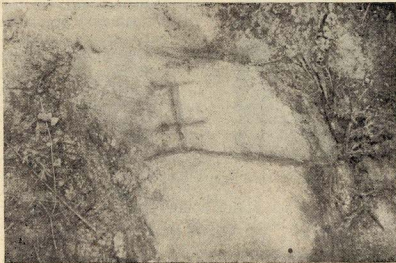


FIG. 5

A figura, com a cabeça para nor-nordeste, mede, dêsde a parte superior do rectângulo até à bifurcação das pernas $0^m,15$, assim distribuídos: largura do rectângulo formando a cabeça $0^m,04$; da cabeça aos braços $0^m,07$; dos braços ao princípio das pernas $0^m,04$.

Também não é fácil explicar o comprimento demasiado da perna direita, em

relação á esquerda, muito mais curta.

Deixo a interpretação destas figuras rupestres, que julgo dignas de interesse, a pessoas mais competentes do que eu para decifrar êstes mistérios.

E' possível que, mais tarde, volte a examinar e estudar, documentando o estudo com fotografias e medições rigorosas, as figuras que hoje torno conhecidas dos leitores desta Revista e oxalá que doutras mais lhes possa dar notícia.

Castelo Branco, 13 de Junho de 1933.

MANUEL DE PAIVA PESSOA

UMA INSCRIÇÃO NUM TIJÓLO

O estudo dos monumentos epigráficos, sob qualquer aspecto que se queiram encarar, é sempre de interesse e represeantam um alto valor como elemento primacial para a resolução de determinado ponto obscuro da história

Abertas rudemente em toscos monólitos, placas de bronze e lâminas de outros metais ou mesmo em tijôlo, as inscrições que se deparam ao estu-
dioso são achegas preciosas, ainda as mais insignificantes na aparência a olhos profanos, para a construção séria dum trabalho que se queira fazer.

Não é vulgar entre nós a existência de inscrições em tijôlo, embora o uso dêste processo nas civilizações orientais fôsse muito utilizado conforme o atestam as investigações feitas no domínio arqueológico de recuadas épocas. Até mesmo na formação de bibliotecas êle entrava como se verifica de passagens bem claras dos historiadores daqueles povos.

A espécie de que nos vamos ocupar, parece-nos que é o primeiro exemplar que se regista em Portugal. Pelo menos não conhecemos a existência de outro, embora não tenhamos a pretensão de o julgarmos único, pois em investigação histórica as surpresas são constantes.

*

Devemos o conhecimento dêste precioso exemplar epigráfico ao nosso presado amigo senhor Vicente Rodrigues, proprietário e residente em Vila Nova de Ourém, que da melhor vontade o pôs à nossa disposição logo que viu o manifesto e particular interesse que demonstrámos pela inscrição.

Êste raro documento de epigrafia portuguesa foi encontrado nos fundamentos duma igreja que ficava pelo lado sul junto a convento de Santo António de Ourém, quando a demolição destes dois monumentos seguia cegamente o seu curso sob a fria e impávida regência devastadora do nefastas camartelo, para aproveitamento do respectivo material que havia sido vendido por terceiros a particulares.

Contou-nos a quêlo nosso amigo que o tijôlo fôra encontrado pelos trabalhadores e que estava tapando um orifício duma pedra onde se achavam algumas moedas de déz reis em cobre do ano de 1756, pertencentes ao reinado de D. José I. Destas moedas possuímos também dois exemplares.

O convento de Santo António de Ourém pertencia à ordem da província da soledade e havia sido fundado no ano de 1600, conforme registam

os cronistas, mas no entanto há documentos que nos dizem que êle fôra uns anos antes. (1)

A igreja que estava conjunta e unida à do convento, pelo lado sul, pertencia à Ordem Terceira, e diz o bacharel Gomes Eliseu que a primeira pedra foi lançada em 11 de Outubro de 1735 pelo seu ministro Luís Leite Pereira. (2) Pinho Lial informa que foi mandada construir pela Terceira Ordem da penitência, e que a primeira pedra foi lançada no dia 11 de Outubro de 1753 pelo referido Luís Leite Pereira. A Ordem havia sido instituída em 2 de Agosto de 1684 pelo seu primeiro commissário o padre freire José de Coimbra. (3)

Assistiu à cerimônia do lançamento da primeira pedra o mestre-commissário da ordem — padre frei Tomás de Coimbra, que fêz as resas do estilo e lançou a bênção, assistido dos religiosos do mosteiro de Santo António e dos irmãos da mesa e comunidade. (4)

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartório do Convento de Santo Antonio de Ourém*.

O convento de Ourém foi fundado com esmolas do povo, donativos de uma confraria de Santo António, que existia erecta na igreja colegiada, e os auxílios que deu D. Teodósio II, oitavo Duque de Bragança, cujo consentimento era necessário, como donatário de Ourém e por êste motivo veio a ser o seu padroeiro. Foi resolvida a edificação desta casa em capítulo celebrado no convento de Santo António de Évora, no dia 31 de Maio de 1598, sendo provincial frei José de Goa. A primeira pedra foi lançada no mês de Outubro de 1600 por D. Felipe, irmão do duque. Em 8 de Abril de 1602 estava concluída a capela-mor da igreja, em cujo dia teve lugar a primeira missa com a solenidade da dedicação a Santo António.

As obras foram dirigidas pelo irmão leigo foi Tomás de Santarém, homem de grande actividade que antes de tomar o hábito havia militado na Índia.

A *Crónica da Província da Soledade* regista largamente as circunstâncias milagrosas que acompanharam a fundação dêste edificio religioso, que, caso interessante lhe chamavam casa da saúde.

Depois da sua extinção em 1834 e de os seus habitantes abandonarem esta casa, que então era povoado por dez religiosos, estabeleceu-se neste convento a mesericórdia de Ourém, cuja mudança teve lugar no mês de Fevereiro de 1835.

Das vicissitudes do tempo, algumas sofreu o convento e a bem estranho destino estava votado. Convertido em reduto militar desde 13 de Maio de 1834 até 15 do mesmo mês, em que Ourém occupada pelas forças militares de D. Miguel I, se rendeu, os soldados da divisão do commando do almirante Napier, conde do Cabo de S. Vicente, estiveram de mistura com os frades.

Também neste edificio se instalou o hospital onde esteve muito tempo.

(Veja-se a *Crónica da Província da Soledade*, tomo I, livro VI, capitulo 32. *Esboço historico do concelho de Vila Nova de Ourém*, páginas 86 e 87.

(2) José das Neves Gomes Elyseu, *Esboço historico do concelho de Vila Nova de Ourém*, pág. 87, § 125.

(3) Pinho Lial, *Portugal antigo e moderno*, vol. 6.º pág. 420.

(4) *Obr. cit. idem*.

Vê-se que as datas apontada por aquêles autores, não concordam, em relação ao ano, porquanto o primeiro diz ter sido a igreja fundada em 1735 e segundo afirmar que foi em 1753.

Mas vejamos o que diz a respectiva inscrição a-fim-de conciliarmas a discordância daqueles autores neste ponto. Diz ela :

3ª, ORDEM 7 OUREM -
LEYTÉ 7 DE S 7 GENS
ANNO DE 1769 7 FIERI
JUSIT / EM JULHO 1769

Da leitura da inscrição vê-se que a fundação da igreja foi no ano de 1769 e teve lugar no mês de Julho, o que está em completo desacôrdo, não só em relação ao ano, como ao mês, com os citados escritores.

Não resta dúvida alguma quanto à legitimidade do letreiro, dada a circunstância de tal documento ter estado desde aquêlê dia solene e festivo do mês de Julho de 1769 metido nos fundamentos do monumento ligado com argamassa, tapando a pia votiva, de cuja matéria conserva vestígios, como se verifica da gravura junta, que serviu de cofre para guardar as moedas do reinado de D. José I cunhadas no anno de 1756.

É simples mas suficiente, esta pequena inscrição, para rectificar discordantes opiniões tornadas públicas em relação à fundação da igreja dos terceiros de S. Francisco da penitência.

Aquêlê *Leyte de S. Gens* que figura no tijôlo, inculpido talvez por êle próprio no barro frêsko antes de ser submetido a elevada temperatura na fornalha para solidificar, era Luís Leite Pereira Homem de Magalhães, que foi sargento-mor de Ourém e seu termo e autor das *Memorias da Antiguissima Villa d'Ourem*, como afirmam os autores acima alegados e de cujo manuscrito se serviram para seus trabalhos.

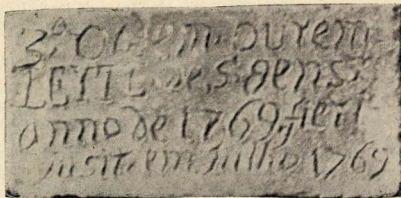
Não só por curiosidade, mas por julgarmos ser uma necessidade, vamos transcrever a inscrição que a referida igreja dos terceiros da penitência ostentava no frontespício e que Pinho Leal felizmente nos conservou no seu «Portugal Antigo e Moderno», a qual dizia: — TERTIUS HOC TEMPLUM FRANCISCO CONSECRAT / ORDO; TERTIUS; AST PRIMUS FULGET / AMORES PATRIS. — , o que em vulgar, conforme a versão daquêlê autor, diz: — *E' êste templo consagrado a S. Francisco pela ordem terceira; sendo porém a terceira, no amor para com êste patriarca é a primeira.* (1)

(1) *Obr. cit. idem.*

*

Descrevendo a lápide, vamos também fazer uma breve análise ao respectivo letreiro, cuja reprodução acompanha o presente estudo.

O tijolo tem vinte e nove centímetros de comprimento, por catorze de largo, e quatro centímetros de espessura. Foi moldado em barro vermelho e gravado em fresco, cujos caracteres apresentam a forma vulgar da escrita, usada em qualquer manuscrito, com letra minúscula, à excepção da palavra *Leyte*, primeira da segunda linha, que indica o apelido do ministro da ordem, e de um ou outro signo que em alguns casos é mais uma fantasia.



REPRODUÇÃO DO TIJOLO

Fot. do autor

O lapicida não teve pretensões de insculpir uma obra de arte. Algumas palavras estão separadas por sinais de fantasia ou vírgulas.

A sua interpretação deve ser assim:

A Ordem terceira de Ourém, sendo seu ministro Leite de S. Gens no ano de 1769, ordenou ou mandou fazer a festa solene do lançamento da primeira pedra para a sua igreja, a qual teve lugar em julho de 1769.

A inscrição tem duas palavras em latim, mas incorrectamente gravadas. A primeira, é a que se encontra no fim da terceira linha, e significa festividade, regosijo público; e a segunda, é a inicial da quarta e última linha, que nos diz — ordenou ou mandou fazer a referida festa.

JOSÉ DA CUNHA SARAIVA

AS “DANÇAS” DOS ESTUDANTES DE GUIMARÃES

A *Irmandade de S. Nicolau dos Estudantes de Guimarães*, cuja fundação remonta a perto de dois séculos e meio, manteve como meio de receita para os seus encargos, o uso dos seus confrades representarem comédias e danças.

Sabem quantos são lidos em História, que os divertimentos cénicos e coreográficos, enfeitados algumas vezes com música e coros, foram na Idade-Média número de programa nas festas religiosas, dentro e fora das igrejas. Esses dramas litúrgicos chamados *Mistérios*, *Moralidades*, *Autos*, eram representados por elementos que corporativamente se designavam *Irmandades dos Peregrinos e Confrarias da Paixão*.⁽¹⁾

A *Irmandade de S. Nicolau de Guimarães*, dá-nos dessas corporações sacras uma rememoração ou ideia, como pode ver-se dos seus próprios Estatutos, cujo manuscrito tem a data de 1738, e fôram copiados do original que se atribue a 1691.⁽²⁾

Capítulo XIV—“Quando alguém queira que se lhe façam Comedias ou Danças... esse o fará a saber aos mais para que juntos determinem o por q.¹⁰ que se lhe podem fazer, e ajustando-se no preço, terão cuidado todos ou a maior parte da Meza rogar quem houver de entrar e procurar o que for necessario para isso e repartirão entre si o trabalho dos ensayos ou aos dias, ou ás *somanas* conforme lhe parecer.”

Termina o Capítulo por êste fervoroso apêlo:

“Nesta parte pedimos muito aos senhores Officiaes pelo amor de São Nicolao, que se não escusem cada hum com o seu prestimo, e se hajão nisto com amor de verdadeiro Irmão.”

Algumas vezes os Irmãos “Officiaes” eram requeridos a tomar parte em representações e danças não encomendadas à Irmandade. Foi para evitar esta concorrência ao “negócio”, que os Estatutos determinaram:

Capítulo XV — “Como o augmento desta Santa Irmandade consiste nas esmolas q. se dão pelas Comedias e Danças determinamos que nenhum Irmão entre nellas sem ser a pedido della, e entrando sem licença o riscará,

(1) «Hist. da Lit. Portuguêsa» Teófilo Braga, Vol. 1.º, pag. 6.

(2) Este manuscrito já não reproduz algumas passagens do original. Está no arquivo da Irmandade em muito mau estado de conservação.

e dessimulando essa Meza, o fará qualquer Meza *depois*, e riscado elle não poderão acceytar outra vez em nenhum tempo."

Começando todavia a falhar os Irmãos no desempenho destes encargos, (1) tomou a corporação a seguinte providência:

Capítulo XVI — «Considerando nós o grande trabalho na assistencia dos ensayos das Comedias e Danças, e que por esta causa, e de não haver quem chame aos que faltão, se deixarião de acceytar as esmolas que se dão por ellas, no que fica a Irmandade muito prejudicada. Ordenamos se aceitem sem esmola dez Irmãos, que não sejam Estudantes, com obrigação de assistirem, ou darem pessoa idonea para fazerem o que lhe mandarem nos ensayos ou no que fôr util á Irmandade. . . .»

Mercê desta resolução, foi alterado o Capítulo VIII dos Estatutos, no qual se pautava que só podia ser confrade «Sacerdote, Beneficiado, Letrado e Estudante que (assistisse) em esta Villa»; bem como «se algum Estudante *depois* de ser Irmão» cazasse ou exercitasse «officio mecanico» a Meza o riscaria, «sem cousa mais algũa ser necessaria».

*

O hábito porém da entrada de *Irmãos Leigos*, talvez por abuso se manteve, até que em 1718 foi tomada a seguinte deliberação, registada a folhas 15 do manuscrito:

«... E parecendo-lhe (à Mesa) ser inconveniente os muitos Irmãos Leigos que se tem aceito fora do estilo que dantes se uzava no tempo que havia Comedias e Festas, conforme o Compromisso... determinarão, que visto já não haver o dito ministerio, se escuzavão acceitar os ditos Irmãos».

Por esta deliberação, podêmos talvez concluir:

1.º — Que sendo a *Irmandade de S. Nicolau dos Estudantes de Guimarães* fundada em 1691, e, atendendo à circunstância de em 1537 a Constituição Episcopal de Braga (2) haver prohibido as representações do *Teatro hierático* dentro das igrejas, é manifesto que a exhibição das Danças e Comédias dos Irmãos de S. Nicolau se limitavam aos pátéos, às salas das casas nobres—em Guimarães muito numerosas—e a algumas solenidades públicas e procições.

2.º — Que essas representações terminaram muito antes de 1718.

(1) Os abalados créditos do «cómico» deviam contribuir para isso. O «Livro das Vereações» relativo a 1641; regista que na sessão de 13 de Abril foi deliberado: que nenhum Taberneiro desce de comer ou beber a «comico» q. pouzasse na Vila, «sob pena de mil reis pagos da cadêa.»

(2) «Hist. da Lit. Portuguesa» Vol. 1.º pag 73.

Ainda assim podemos considerar a importância desse «ministério» por este registo de um inventário: — «A capella de S. Nicolau fizeram-na os estudantes desta villa e outros devotos de dinheiro que ganharão em comedias e danças que por devoção do Santo e augmento da capella asestavão o dinheiro que se lhe dava. . . » (1)

Custe embora ás almas pias acredita-lo, caso é que foi a *rir e a dançar* que se fez não só essa capela e altar de S. Nicolau, mas porventura se alimentou de azeite a sua lamparina devota e se praticaram outros actos de culto: pois tão rendoso era o «negócio» que todo o candidato a Irmão se obrigava sob juramento aos Santos Evangelhos a não entrar «em Comedias, Foliás, ou Danças, se não a rogo da Meza, com pena de o riscarem, e ficar incapás de tornar a ser Irmão. . . » (2)

*

Eis o veio originário das *Danças dos Estudantes de Guimarães*, — número das tradicionais festas escolásticas que se realizam com feição profana nos primeiros dias de Dezembro em honra de S. Nicolau, e que são recebidas em casas particulares com mimos de doce e vinho fino, e exibidas nas ruas ao fumo dos archotes.

Não tem esta exhibição académica nenhuma originalidade coreográfica. Acompanhado este número das festas Nicolinas com música e canto, êle tem o guarda-roupa, a caracterização, o *mise-en-scène* de uma representação teatral.

O número dos seus comparsas regula o número daqueles *Irmãos Leigos* que o velho Compromisso estatua para o desempenho das Danças e Comédias.

Simplemente os dançarinos académicos dos nossos dias, ao contrário dos seus precusores, não têm prerogativas espirituais, extranhos como são ao fóro irmandadeiro, (2) e em obediência, apenas, à Tradição.

Guimarães

A. L. DE CARVALHO

(1) Inventario Geral da Insigne & Real Collegiada Igr.ª de Nossa Senhora da Oliveira... pelo Ill.º Sr. D. Diogo Lobo da Silveira — 1664 — no «Arquivo Municipal de Guimarães». Por este Inventário, que tem a data de 1664, se pode concluir ser o culto do Santo anterior à instituição da Irmandade (1691).

(2) Vide Cap.ºs 15.º e 20.º do *Compromisso*.

(3) O traje dos Irmãos, nas festas ou procissões, é o seguinte: capa e batina, os académicos; hábitos talaras, os sacerdotes; fato de cerimónia, estudantes «aposentados». Ao pescoço uma fita de seda branca com a medalha do Santo-Patrono.

O PATACO

(Continuação de pág. 127)

Na casa da Moeda houve tentativas para esse fim, mas não se ultrapassou o campo da conjectura. Os gravadores que tinham aberto os cunhos, haviam passado à eternidade e o punção de retrato é tão semelhante em anos sucessivos que parece um só.

A província do Douro foi um fóco de *patacos* falsos, onde os fundiam com elevada percentagem de latão.

Até um penny de George III de Inglaterra foi recunhado para *pataco* com a data de 1821 (exemplar que pertenceu ao Sr. Julio Meili).

O *pataco* deixou um rasto no *folklore* português.

A poesia e a música popular, sentimentais, celebraram-no por essas aldeias, nas feiras, nas romarias, nas casas de venda, à noite à lareira, ao som da viola gemente e na toada melancólica do fado.

Eis algumas produções :

Numa manifestação popular, no Porto, cantava-se pelas ruas :

Viva D. Pedro V
Vinho a *pataco*
E milho a *pinto*

Faustino Xavier de Novais, celebre poeta satírico, nascido no Porto, em 17 de Fevereiro de 1820 e falecido em 16 de Agosto de 1869, escreveu a seguinte quadra a um ricaço avaro :

Se eu fosse agiota, mettesse n'um sacco
Quanto ouro no mundo podesse juntar,
E ouvindo um mendigo a pedir-me um *pataco*
Voltava-lhe as costas, deixava-o chorar.

A uma dama muito presumida e que tinha as mãos muito feias, fez um satírico o seguinte epigrama : (Almanach Recreativo Conimbricense, para o anno de 1869 — Coimbra, 1868)

(Continua)

A. VIANNA DE MORAIS

DUAS INSCRIÇÕES INÉDITAS DA SÉ DE LISBOA

Ao desfazer o feio e pesado adro pombalino com que, após o terremoto grande, se procurou mascarar a fachada principal da veneranda Sé lisiponense, apareceram tres pequenas inscrições sepulcrais do primeiro século da reconquista cristã da cidade.

De uma delas, incomparavelmente a mais interessante, já dei notícia nas páginas da «Revista de Arqueologia», attribuindo-lhe a revelação do local do primitivo almocavar da Ordem de Santiago.

Das duas restantes pouco há para dizer, dado o laconismo dêsse género de letreiros. Referem-se a obscuros personagens que acaso terão preferido o remanso dos novos canonicatos, às horas incertas da viagem mediterrânea, ou à torturante existência nos abrasados areais da Palestina.

Ambas as inscrições estão gravadas com caracteres romanos quadrados, entre os quais se nota um ou outro uncial cujo emprêgo começava então a generalisar-se na escrita lapidar portuguesa.

1.^a

MTR : ROMANEL :
CANONICVS :

2.^a

PL'GI' : PATAI
NVS : CANO

Na primeira divisam-se vestígios de cercadura, na segunda as linhas estão entre páuta e em ambas os pontos de separação estão em grupos de tres. Na primeira nota-se a geminação do M e do T na abreviatura de *magister*, e na segunda o nome *Plagius* está também abreviado.

A sua idade é acusada pelo número dos caracteres unciais que estão aproximadamente na proporção de 1 para cada 8 caracteres visigóticos. (1)

(1) J. M. Cordeiro de Sousa, *Apontamentos de epigrafia portuguesa*, 1 pág. 11.

*

Acaso com o fim de abreviar a lenta e hesitante restauração do adro primitivo, lenta como forçosamente tem de ser uma obra em que os mais insignificantes vestígios primevos são estudados; foi construída uma vasta placa de lagedo aos pés do pórtico principal da velha igreja metropolitana.

Embora certa gravura, relativamente moderna, tenha inspirado a solução adoptada, outras indicações porventura havia para dar à entrada da catedral um aspecto mais aproximado ao que lhe terão transmitido os mestres e architectos do nosso primeiro Rei.

Um cómodo critério foi seguido mas essas inscrições que hoje vemos quasi soterradas, ficam atestando às gerações futuras, o desprezo da nossa por certas indicações que deveriam orientar uma cuidadosa restauração do vetusto monumento.

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

BOGAS JEJUAS DO RIO ZEZERE

Com a sua erudição já consagrada o meu sábio amigo e consócio, Dr. Leite de Vasconcelos, comenta no fascículo VI desta *Revista* um artigo inserto no fascículo V, a propósito dum passo da *Miscelânea* de Miguel Leitão de Andrade.

Nas edições dessa obra vem escrito *geivãs* e deve vir *jejuas*. E' assim, repito, que em tôda a margem do Zêzere, que conheço, se diz actualmente, e era assim que já, por 1758, escreviam todos os párocos da região, como se pode ver dos seus autógrafos, existentes no *Dicionario Geografico*, manuscrito da Torre do Tombo, alguns dos quais inserimos no nosso artigo *O meu querido Zêzere...* publicado no recente volume do *Almanach Bertrand* para 1914.

Não nasalisam o *u*.

E eis aqui tudo o que a respeito do caso nos cumpre dizer.

ANTÓNIO BAIÃO

CORRECCÕES — O artigo com o título *Uma inscrição num tijolo* publicado de páginas 183 a 186, devido à pressa com que foi revisto, saiu com algumas incorrecções.

Assim, emendamos as palavras de página 183, linhas : — 2.^a representou, para *representou*; 25.^a, nefastas, para *nefasto*; 28.^a, a quele, para *aquêle*; página 184, linha 11.^a, cerimónia, para *cerimônia*; e em a nota a esta mesma página, linhas: 11.^a, foi, para *fret*; 17.^a mesiricórdia para *misericórdia*.

Uma leitura inicial precipitada da inscrição e a má revisão que fizemos, levou-nos a interpretar erradamente a palavra *steri*, infinito de *sto*, que se vê na referida inscrição. Por isso deve-se substituir o último período de página 186 pelo seguinte:

«A inscrição tem duas palavras latinas uma das quais incorrectamente gravada, *jussit* por *jussit*. Quanto à significação delas, *mandou* ou *ordenou que fosse feita*, deve referir-se segundo as citações que fizemos, à solenidade ou festa que nessa ocasião teve lugar. — JOSÉ DA CUNHA SARAIVA.

INSCRIÇÕES LAPIDARES DE CASTELO DE VIDE

Na elaboração de uma monografia entre os variados elementos e subsídios que indispensável e necessário se torna recolher e apreciar para a reconstituição do passado de uma região, de uma localidade, avultam, com particular e valioso interesse, as inscrições lapidares das suas igrejas e capelas, das suas muralhas e fortalezas, dos seus pórticos e monumentos, das suas casas solarengas, dos seus edifícios públicos. Com efeito, estas inscrições, juntamente com aquelas que formam a nomenclatura curiosa dos seus bairros e das suas ruas, aliás tão irreverentemente alterada e substituída nos últimos tempos sem respeito algum pelas tradições locais, constituem um dos mais interessantes capítulos e elucidativos subsídios não somente para o estudo biográfico das personalidades que na terra e nos cargos da sua governança tiveram uma situação de relêvo, em dada época, como também para a história das suas instituições e estabelecimentos, dos seus usos e costumes, das suas artes e ofícios, das suas festas e diversões, enfim, dos múltiples e variados aspectos da sua vida social. São, pois, ambos estes factores subsídios dignos de serem registados nas páginas benevolamente acolhedoras das revistas que, como esta, vêm prestando um benemérito e proveitoso serviço aos estudiosos e à cultura nacional. Neste propósito e para corresponder ao confiado e amavel convite do seu erudito director lembramos-nos de ir arquivando aqui algumas notas dispersas de assuntos ligados à indole dos versados nesta revista, notas que ficarão constituindo modestas achegas, variado mozaico que possam servir de futuro àquele que um dia queiram fazer e completar a história já iniciada com algumas contribuições, nossas e alheias, da importante vila de Castelo de Vide e da sua pitoresca e formosíssima região. Começaremos essas notas pela publicação de algumas das suas inscrições lapidares existentes nas muitas igrejas e capelas, quer urbanas, quer rurais, espalhadas pela área do concelho, notas que depois serão completadas com elementos biográficos de um ou de outro personagem a quem essas inscrições se referem ou comemoram. Não sendo facil reproduzir aqui essas inscrições em caracteres de imprensa, tais quais elas se esculpiram, procuraremos desdobrar uma ou outra das suas abreviaturas de forma a tornar mais facil a sua leitura.

P. M. LARANJO COELHO

Inscrição lapidar da sepultura que se encontra na capela de N.ª S.ª do Carmo:

SEPULTURA DO DOUTOR ANTONIO CARRILHO BIJOS DE SEU HER
DEIRO ANTONIO RODRIGUES MOUSINHO E DE SEUS DESCENDEN
TES

Numa das tres sepulturas que se encontram em frente da Capela-mor:

SA DO LLO ANTO CARRILHO BIJ S E DE SEVSDOS

Na sepultura que se encontra junto da capela-mor da igreja da Misericórdia:

S DE PO FR S BARBA CAVALLº FIDALGO DA CAZA DE SVA MAGDE
FALLº CEO NO ANNO DE 1578 PERTENCE A IGNACIO CARDOZO
CASTO BRºº SEU 2º NETO ANO DE 1715 PERTE A FRºº CARDOZO CASTO BRºº .
3 cº. NETO E A S DESCE S. AN DE 1776.

Na Capela de Nossa Senhora da Luz, do lado da Epístola:

LOUVADO SEJA O SANTISSIMO SACRAMENTO E A IMMACVLADA
CONCEICAM DA VIRGEM MARIA NOSSA SENHORA CONSEBIDA
SEM PECADO ORIGINAL

ESTA IRMIDA DE NOSSA SENHORA DA LVS HE DE FRANCISCO ROIZ
ENRIQUES M.ºº EM LISBOA E DE SEVS HERDEIROS QVE SE FES A SVA
CVSTA NO ANNO DE 609. TEM 3 MISSAS CADA SOMANA E FABRICA
COMO SE VERA DA ESCRITVRA NAS NOTAS DE Yº DIAS ANNO DE 624

Na Capela de S.º António da Ribeira, a primeira sobre o pórtico e a
segunda em frente do altar:

ESTA CAPELA MANDOV FAZER A S.º ANTO SEBº FR S. E SVA MER ANA VAS NO
ANNO DE 1700

SA DE SEBASTIAM FRZ RAMILO E DE SV MOLHER ANNA VAS BARBA

Na capela do SS.^{mo} Coração de Jesus, a primeira na parede do lado da Epístola e as outras duas em frente do altar:

ESTA CAZA F^s A S^a CUSTA BEU ALS DA STA PARA A CONGR^{AM} DO SMO C DE JESUS
SENDO REITOR PERPETO DELA COMO TAMBEM A FAMILIA SAGRADA E O
SEU RETABOLO ANNO DE 1755

S^a DE THOMAS RZ S. CLARA SECR^o
PERPO DESTA CONGR^{AM} E DE SUA M ER
ANNO DE 1755

S^a DE BEU ALZ DA ST^a REITOR DA CONGR^{AM}
DO SMO CORACAO DE JESUS
ANNO DE 1755

Na sepultura do instituidor da extinta Colegiada, actualmente existente no cemitério:

S^a DO DOUTOR MANOEL CARRILHO DE MATTOS ABBADE DO CASLELLO DE NEYVA. E DE SEVS HERDEIROS. INSTITUIDOR DESTA COLEGIADA ONDE TEM MISSA COTIDIANNA. FALECEO EM 30 DE AGOSTO DE 1706

TRASLADADA DA EXTINTA IGREJA DO DIVINO ESPIRITO SANTO A EXPENSA DA CAMARA MU-
NICIPAL 1822 93
12

Na igreja de N. S.^a da Alegria, ha sobre o portado da sacristia que dá entrada para a capela, do lado da Epístola, uma inscrição e vis-a-vis, no lado do Evangelho, outra:

ESTA CASA TODA SE FES O ANO DE 1638 A CUSTA DOS MORDOMOS QUE
NESTE ANNO SERVIRAM

D.

VIRGINI.MATRI.AB ALEGRIA.SUB PROCT.HVJUSCE POPULI.SENATUS
IMP JOANE V PORTUGALÆ REGE.SUMPT LAURETII BERNARDES.
VXORIS ET ALIOR.ANNO 1720

Na igreja de Santiago há duas inscrições, uma na sacristia da confraria do SS.^{mo} e outra na capela de St.^o António :

SA DO DOR IOAÕ VIVAS BARBA PRIOR Q FOI DESTA IGREIA E HER
DEIROS FALESEO EM OS · 7 · DE IVLHO DE 1688

ESTA SEPVLTVRA HE DO LD^o ANT DE CARVALHO BELO NATVRAL DE NISA FEZ E
ISTITVIO

ESTA CAPELA E IAS AQUI CÕ LIANOR FZ · SVA RÃ · MOLHER · ISABEL TEMVDA
2^a HE BRI

ZIDA · ALARCOA · 3^a MO ············

·········· ANOS · FA

LECEO A ········· DI

AS DO M · D ·········

··········

QUEM ERA A MÃE DO INFANTE D. ANTÔNIO

Todos os autores que têm escrito sôbre o infante D. António — um dos *«Meninos de Palhavã»* — dizem que o houvera D. João V de uma francesa, a qual, segundo alguns, seria freira ou recolhida em Odivelas.

Não são verdadeiras estas asserções. A mãe de D. António foi Luiza Inês Antónia, filha de Manoel Machado Monteiro e de Francisca Maria Luiza Inês, como vamos ver.

No dia 3 de Dezembro de 1779 pagava o tesoureiro régio a quantia de 38\$460 réis, da *«despeza de carros de alguns trastes que vieram para o Tezouro, e forão da May de S. A. o Snr. Dom Antonio»*. No recibo respectivo, especifica-se que essa mobília *«se conduziu da quinta dos Padre (sic) Neres sita na entrada do Campo Pequeno para este Tezouro do Palasio de Nossa Senhora das Nesesidades»*

Já anteriormente, em 25 de Setembro do mesmo ano, se registara o pagamento de 38\$400 réis a *«Francisco Justo de Figueiredo Arnaut, para sustento da Família da May de S. A. o Snr. D. Antonio»*, especificando aquele no recibo que eram *«para continuar os gastos que faço com a Família que ficou da Ex.^{ma} S.^{ra} D. Luiza Ignes Ant.^a»*. É óbvio o motivo porque nos documentos que emanavam do exterior se não fazia referência à maternidade de D. Luiza.

Idêntico documento existe referente ao mês de Julho de 1779, apenas havendo a notar que o signatário figura como *«H.^{es} Arnaut»*.

Ficámos sabendo que a mãe de D. António era Luiza Inês Antónia; que residia na quinta dos Padres Néris, à entrada do Campo Pequeno; e que era já falecida em 1779.

Estes elementos foram suficientes para nos permitirem encontrar com relativa facilidade o termo do seu óbito, que está a fls. 51 v (e não a fls. 50, como consta do respectivo índice) do livro 6.^o de óbitos de S. Sebastião da Pedreira, e é do teor seguinte:

«Em o dia des de Mayo de mil e sete centos e sacenta e sete foi sepultada em o convento de Nosa Senhora da Saude de S. Bento dos pretos no jazigo de sua caza D. Luiza Ignes Antonia, solteira, filha legitima do Capitão Mor Manoel Machado Monteiro, e de sua mulher D. Francisca Maria Luiza Ignes, moradora em esta freguesia na rua do Arco do Cego; não recebeu mais do que o Sacramento da extrema Vnção, por causa da doença de que fiz este acento; era ut supra.»

P.^e Carlos José de Melo Pinto da Sylva.»

Já sabemos agora mais a sua filiação; que a sua residência era na Rua do Arco do Cego; e que faleceu em 10 de Maio de 1767.

Do cotêjo dêste termo de óbito com os documentos anteriores deduz-se que nesta casa da quinta dos P.^{es} Nêris devem ter ficado depois do falecimento de Luiza Antónia, pessoas de família, visto os móveis só terem sido retirados doze anos depois. Êstes móveis deviam ser numerosos e de preço, visto haverem sido necessários treze homens para a sua condução e terem recolhido ao Tezouro Régio. Entre êles havia «6 panos de Ras e 5 alcatifas da India», como consta de um outro documento.

A inscrição do jazigo da família, se a tinha, deve estar hoje completamente perdida pela destruição total da igreja de S. Bento, e nem D. António Caetano de Sousa, nas suas «Memórias Sepulcrais» nem Joaquim Moreira, na sua «Colecção de Epitaphios, Inscripções e Lettreiros», conservaram dela memória. Existe, de facto, ainda um jazigo subterrâneo que pertenceu àquela igreja, situado nos terrenos à rectaguarda do actual edificio do Congresso, conforme nos informa o erudito investigador Snr. Dr. Alves Pereira, mas não o visitámos.

O documento que a seguir transcrevemos na parte que interessa, e que encontrámos a fls. 154 do L.^o 164 da Chancelaria da Ordem de Cristo (antiga), fornece-nos pormenores interessantes da vida de Manoel Machado Monteiro.

«Dom João, etc... Fasso saber aos que esta minha carta de Padrão virem que tendo Resp.^o aos servissos que Manuel Machado Monteiro, filho de Gon.^{lo} Machado e n.^o desta cidade me fes estando o anno de seis centos setenta e seis no Rio de Janr.^o com seu navio e ser nomiado p.^o g.^{al} em Almirante dos navios de licença que vinhão p.^a esta cid.^e chegando a ilha 3.^a levantar nella alguns soldados dando a cada hum delles mil e duz.^{os} Rs. em dr.^o alem dos mantim.^{os} e passagem livre p.^a segur.^{ca} da sua escoadra e dos direitos Reais, e tendo na Roca hum encontro com tres fragatas de turcos se preparar p.^a a peleja com m.^{lo} animo; e deste porto acompanhar a Angolla os Governadr.^{os} Tristam da Cunha e João da Silva e Sousa e daquelle Rn.^o fazer tres viagens ao Brasil por capitão e Mestre de huma embarcação na qual levou alguns soldados a Angolla no anno de seiscentos outenta e nove mandar o g.^{al} da Bahia por capp.^{am} de mar e guerra da fragata Penha de França em que levou a sua custa vinte e tres soldados a Angolla, e ultimam.^o vir embarcado p.^a esta corte na não Santo Antonio de flores (!) jazendo na

(!) No seu valioso trabalho PORTUGUESES NO MAR, o sr. Quirino da Fonseca diz que esta embarcação largou do Tejo para a India, como *nau de licença*, em 22 de Abril de 1724.

viagem a sua obrigação em satisfação de tudo e de prez.º estar nomiado no posto de capp.^{am} mór da Ilha do Príncipe aonde vaj estabelecer feitoria que os entereçados do contrato da Ribr.^a de Cacheu mandão levantar della, houve por bem fazerlhe m.º p.º hum dos seus filhos qual elle queira nomiar de vinte mil Rs. de penção efectiva p.º os ter com o hab.º de Xp.^{lo} que lhe mandej lancar. Tudo por portaria de dezacete de Março de seiscentos noventa e cinco, e tendo concideração ao que se merrepresentou por p.^{lo} de Miguel Jozé Machado filho de Manuel Machado Montr.º em rezão de estar feita a m.º ao d.º Seu Pay por Portr.^a do Secretr.º P.º Sanches farinha de dezacete de Março de mil e seis centos noventa e cinco.

Aos 11 de agosto de 1772»

Ficamos sabendo que o Monteiro tinha mais um filho, Miguel José Machado, a quem foi concedida uma pensão de 20\$000 réis com um hábito de Cristo; que era filho de Gonçalo Machado, e natural de Lisboa; e que as mercês que lhe foram feitas, ainda mesmo que os motivos para isso alegados nos possam parecer de não grande valia, não têm relação com o valimento de sua filha junto do monarca, pois que D. António nasceu a 1 de Outubro de 1714 e a portaria da concessão data de 1695. O documento mostra-nos também que êle era capitão-mor da Ilha do Príncipe.

Relativamente à casa onde habitava Luiza Antónia, não pode haver dúvida que era na quinta dos P.^{es} Néris, embora a grafia do termo de óbito permitisse alguma hesitação. Percorrendo os livros dos Arruamentos, no Arquivo do Tribunal de Contas, não se encontra nenhuma casa ou nome que possa suscitar qualquer dúvida.

A quinta dos P.^{es} Néris desapareceu para dar lugar ao Bairro Social do Arco do Cego e propriedades próximas, restando, segundo cremos, apenas uma casa de habitação, que dava sôbre a rua, possivelmente aquela onde habitou a régia amante, casa que, embora de pouca vastidão, conservava ainda, se a memória nos não atraiçoa, quando a visitámos há uns trinta anos, vestígios de opulência.

Entre 1745 e 1747, temos notícia, pelas contas prestadas por José de Sousa, que a Casa de Palhavã mantinha por sua conta a «Quinta do Campo Pequeno», onde existia um cuidado jardim, além de uma completa exploração agrícola. Deve ser a quinta dos P.^{es} Néris.

GARCEZ TEIXEIRA

O ARCO DE D. ISABEL

A indicação do seu valor architectónico, a referência à sua nomeada histórica, a própria descrição da sua traça pitoresca, exigiam o arqueólogo, historiador ou crítico de arte que soubesse dizer, numa publicação da natureza desta, com erudição e com brilho, o que vale o Arco romano que chamam de D. Isabel e, conservado em Évora, mutilado em tantos dos seus elementos constitutivos, muito interesse desperta ainda em quantos o veem e o podem admirar.

Não recai, portanto, sobre quem de direito, a escolha da pessoa que devia subscrever as palavras acêrca do mesmo Arco e se destinariam, escritas por outrem, a levar aos leitores desta revista a notícia exacta e valiosa do que foi o monumento, as transformações por que passou e o estado em que actualmente se encontra.

Simple admirador de velharias, sem outra autoridade que não seja a que me vem do meu amor pela Évora encantadora, não sou, infelizmente, o escritor que ao assunto mais convinha. Mas porque não podia esquivar-me à satisfação do pedido que tão gentilmente me fizeram, aqui estou, convencido de que esse pedido jamais podia envolver a ideia de que noticiasse alguma cousa de novo em matéria por tantos tratada já, quem está pronto a afirmar, com as suas desculpas, o pesar de que só assim, e tão mal, como vai fazê-lo, saiba corresponder ao generoso empenho de quem lhe confiou o relato de assunto que tão interessante seria para um erudito.

Como é corrente, Évora teve, que se conheçam, tres cintas de muralhas: a romana, a fernandina e a afonsina, que, representando outras tantas fases da sua vida, tiram o nome, a primeira, do facto de terem sido construídas no tempo em que os romanos dominaram na península, e as outras duas, da circunstância de D. Fernando as ter completado e de D. Afonso VI as ter acrescentado, muito embora as fernandinas fôsem começadas antes daquele rei e às afonsinas não sejam estranhos os reforços de D. João IV e D. Pedro II.

Referindo-se aos primeiros muros, os romanos, o P.^o Francisco da Fonseca, escreve a pág. 23 de seu livro «Evora Gloriosa»: «que eram fortísimos, por terem vinte e cinco palmos de grosso, e serem revestidos de pedras de cantaria de desmedida grandesa, a que as torres, e ameas servião de magestoso ornato. Principiavão naquella, então altíssima, e formosa torre; hoje informe montanha de argamaças, iminente á igreja do nosso collegio; e girando pellos palacios de Basto, e Ferreyra até o Arco de D. Isabel, Sal-

vador e S. Paulo, voltavão pellas Alcarcolas, Misericórdia, e Freyria a rematar na mesma torre.»

Gabriel Pereira, nos «Estudos Eborenses», a pág. 5 do folheto: «Antiquidades romanas em Évora e seus arredores», corroborando isso, escreve: «Restam ainda em Évora vestígios da muralha romana bastantes para lhe marcar a periphéria pelas Alcarcovas de baixo e de cima, Salvador, Arco de D. Isabel, muralha norte do passeio de Diana, palacio dos Bastos (pateo de S. Miguel), ao angulo da rua do Collegio onde existia a *torre mouchinha*, Freiria de baixo ao largo da Misericórdia e a S. Vicente.»

E Antonio Francisco Barata, na «Évora antiga», a pág. 9, refere também:



ARCO ROMANO DE D. ISABEL (EXTERIOR — 1933)

«Determina-se ainda o cinto da muralha que, partindo do Arco de D. Isabel (única porta romana que existe) para nascente, ia á chamada *Torre das cinco quinas*, abraçava o antigo Castello portuguez, onde hoje é o Collegio dos Loyos e palacio dos Condes de Basto, voltava sobre a *Freiria de baixo*, seguia ao edificio actual da Misericórdia, vinha á presente igreja de S. Vicente, e della continuava pela alcarcova até á Porta Nova, e

dalli seguia até topar de novo, pelo poente, o Arco de D. Isabel.»

Este cinto ou cêrca, com a periphéria de 1080 metros aproximadamente, e que, no dizer de vários escritores, defendeu ainda a cidade no domínio do godo e do árabe, tinha, no tempo em que Geraldo entra em Évora, cinco portas, sendo o actual Arco de D. Isabel, que no momento nos preocupa, uma delas e hoje a única existente, como atrás se disse, é fácil ver e o escreve o P.^o Fonseca, na citada «Évora Gloriosa», a pág. 42, quando nos dá conta da tomada da cidade por Geraldo e nos informa assim: «investiu a porta da cidade (hoje o Arco de D. Isabel) com tal bravura, e resolução, que os mouros no-la deixaram com muitas mortes...»

Gabriel Pereira, nos «Estudos Eborenses» e no folheto citado, a pág. 7, analisando o Arco, diz o seguinte: «o arco de D. Isabel tem 4 metros de vão, sendo a volta semi-circular formada por 18 silhares; todo de granito. Quando construíram a parte interna, reforçando o arco romano, já este estava bastante entulhado, pois as soleiras da parte interna estão a 1^m,20 apenas da cornija que na parte romana divide os prumos da volta do arco; e o segundo arco, ou interno, fica mais alto.»

Vê-se do exposto que a cêrca romana de que ainda se conservam vestígios em vários pontos dos que acima se indicaram como sendo os da marcha dos muros (o seu *grande aparelho*, fiadas regulares de pedras quasi iguais, umas mostrando o lado maior, outras o menor, travando na parede, alternadamente, o lado maior atingido 1^m × 0,6 e o menor 0,3 × 0,6, como também informa Gabriel Pereira, são de fácil descoberta), depois de desempenhado o papel para que foi construída, entrou em decadência, deixou de ter valor e seguiu o destino das cousas inúteis.

O que era grande e apreciável, deixou de o ser. O andar dos anos mostrou que os muros eram insuficientes e tanto os godos como os mouros, para os utilisarem, tiveram de lhes ajuntar outros elementos, que serviram, ainda no tempo dos cristãos, enquanto não foram levantados os muros novos ou novas fortificações: aqueles que D. Fernando acrescentou de sete torres e D. Pedro, continuando a obra do pai, começara já, e ainda as obras de defesa que o séc. XVII, no tempo dos reis que indicamos, havia de imaginar e acrescentar-lhes.

Com efeito, uma postura antiga da câmara de Évora, reproduzida nos «*Documentos históricos*» de G. Pereira, a pág. 134, diz, em 13 de Setembro de 1382 «que não tirem pedras dos muros da cerca velha» (a muralha romana). Mas o P.^o Fonseca, a pág. 63 da «*Evora Gloriosa*» conta que os irmãos Façanhas persuadiram o rei D. Fernando a que mandasse destruir os muros romanos e, tres anos se perderam, acrescenta, «em arruinar umas muralhas tão respeitadas da voracidade dos tempos, que dilatado curso de quatorze seculos, nem lhes tinham aberto brecha, nem ocasionado ruina».

Principiada a destruição dos muros romanos, fácil é ver perante as doações constantes dos reis — fossos a um, quintas a outro, pedras a outros, — o que foi a transformação operada naquela obra de defesa cidadina, a ponto de ficarem dela apenas vestígios de muros, algumas tórres e o Arco de D. Isabel: uma das mais interessantes recordações do passado glorioso e longínquo da cidade de Évora.

Um documento municipal do sec. XV (1418), fala da concessão da cava da cêrca velha entre a Porta Nova e a Porta do talho do mouro, a Nuno Martins da Silveira e sucessores, para fazer pomar. Era a cêrca do Salva-

dor. Outro (1450) refere-se a uma doação a Nuno Martins da Silveira duma torre próximo do castelo velho. Era a torre do mesmo convento do Salvador. Outro ainda (1464) fala da doação do muro e torres da cerca velha a Lopo de Almeida. («Documentos históricos» a pág. respectivamente, 27, 74 e 86).

Os velhos muros e suas alcarcovas, assim, devem ter sido transformados, primeiro, naqueles «monturos e sterqueiras» a que alude o documento de 1416, já citado, e que, nos termos do mesmo, nenhum proveito representavam para o concelho, depois, em objecto de dádiva real distribuída a todos aqueles que a solicitavam e tinham as boas graças do soberano. Os nobres, com as pedras dos muros, construíam ou aumentavam as suas moradias, e dos terrenos doados faziam, alguns, os logares de conforto que necessitavam.

Por este modo o vasto espaço que fica entre a actual rua do Salvador e o Passeio de Diana: espaço a meio do qual fica a porta romana (arco de D. Isabel) passou por numerosas transformações, desde que, como entrada da cidade se ostentou, até que caiu no sujo abandono que permitiu a liberalidade dos reis, as concessões que referimos, e ainda que a 13 de Fevereiro de 1606 as religiosas do Convento do Salvador ocupassem as casas que se diz eram de Sertório, depois de Geraldo e mais tarde dos seus descendentes: os Pestanas, os Silveiras, condes de Sortelha, e que ficavam a dentro do mesmo espaço. E o arco de D. Isabel corre o destino dos muros e fossos. E o Convento do Salvador, alarga-se sobre êle no sentido das casas do Conde de Soure ou palácio Amaral; a ponto de quasi o esconderem e assim o conservaram pelo tempo adiante.

Como concha entre argamaças e elementos discordantes, é o aspecto do arco quando G. Pereira escreve em 1891. E com esse aspecto se conserva até 1901, data em que as obras no edificio da câmara permitem o desaparecimento de algumas construções, o levantamento de outras, o alinhamento da rua — então estreitíssima — e os arranjos no pavimento que deram ao local e ao arco o ar que tinha ao iniciarem-se as obras de 1932.

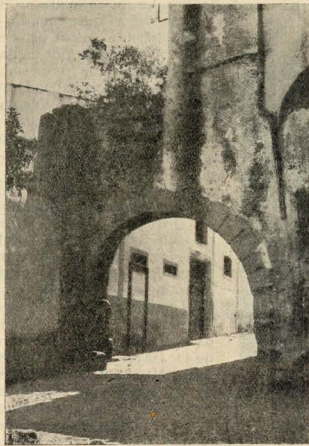
Em 1919 o grupo *Pró-Évora* abre nesta cidade uma época nova para a defesa e propaganda dos monumentos. Estes saem do esquecimento a que estavam votados. Proveitosamente? Creio que sim. Porque o trabalho começado com a limpeza e restauro do Claustro da Sé, que a esse grupo se deve, está a aproveitar a outros monumentos, um deles sendo o Arco romano de D. Isabel que recentemente, a comissão de Iniciativa mandou libertar de elementos que o prejudicavam.

Não cabe aqui dizer o quer que seja acerca do critério que presidiu a este acto. O engenheiro Sr. Augusto Lourido, profissional muito hábil, foi o

encarregado da planta e da avaliação do trabalho. O mestre de obras, pedreiro, Joaquim Ganixa, limitou-se a executar o que lhe determinaram. E eu ignoro ainda qual a intervenção que a Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Conselho Superior de Belas-Artes tiveram no assunto.

Simple noticiarista das transformações operadas—esta não será a última, parece—registro apenas que, estando o arco completo pelo lado exterior quando as obras começaram em 1932, com as pilastras soterradas em 1^m,50, no interior faltava-lhe uma fiada de 18 silhares que agora foram postos de novo, aliviando-se o arco de construções que sobre ele pesavam e procedendo-se assim a alinhamentos que deram às ruas, para um lado e outro do arco, mais largura.

O Arco de D. Isabel, de volta inteira, tem, como disse, 2 metros de raio ou 4 de diâmetro. As pilastras que tinham apenas 1 metro a descoberto, passaram a ter agora 2^m,50 do capitel à soleira que se encontrou nas escavações. Baixado o pavimento da rua, desapareceram as terras e construções que por um lado faziam parte da cerca da casa Amaral ou do Conde de Soure, e por outro escondiam o muro romano sobre o qual as-



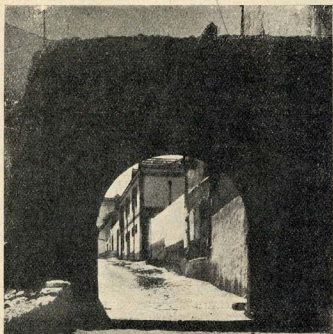
ARCO ROMANO DE D. ISABEL,
(EXTERIOR) ANTES DA LIMPEZA FEITA EM 1932-1933

senta o convento do Salvador—o que tudo permitiu o alargamento das ruas que referi e uma perspectiva melhor para o arco.

No interior, notá-mo-lo também, o arco de reforço estava incompleto. 18 silhares novos o completaram. Cavou-se o terreno que estava mais alto, deixou-se a descoberto o muro romano para o lado da Casa Amaral, e, no

outro lado, deitaram-se abaixo construções que eram do Convento do Salvador ou lhe tinham sido encostadas, pelo que ficou mais livre o arco e descoberta a calçada romana que do mesmo arco segue em direcção ao antigo palácio que chamam de Sertório como vimos.

Do confronto das fotografias, mais do que do exposto, ver-se-á a transformação dada, que uns hão-de achar excelente, porque fez desaparecer as excrescências que enodoavam o local, e outros hão-de achar menos boa, por causa do pitoresco que o mesmo local perdeu. Por mim, repito, não entro no assunto com os comentários que sugere. Mas não deixo de recordar o que em tempo escrevi a propósito do restauro.



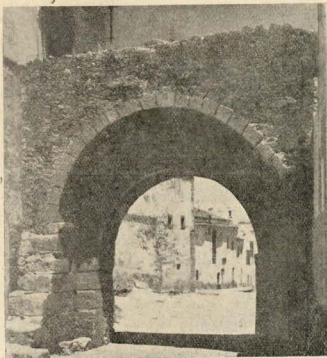
ARCO ROMANO DE D. ISABEL — 1933
CONTRA-LUZ EM QUE SE APRECIA A CALÇADA ROMANA

Em 13 de Agosto de 1929, na página «Norte a Sul» do Diário de Notícias, dizia eu: «o arranjo d'êste local (referia-me aos terrenos da horta da Casa Amaral e às casas anexas) daria um dos mais lindos aspectos da cidade, e seria o motivo melhor para libertar o Arco romano de D. Isabel das construções que o afrontam, e dar-lhe um ar de asseio que hoje não tem». «Urge... valorisar com as terraplanagens que

ali se façam, com os alinhamentos que se estudem, com os arvoredos ou arrelvados que se iniciem, a linha de apreciáveis monumentos que vão do arco dos Colegiais ao arco romano de D. Isabel».

No mesmo diário e na referida página, em 18 de Março de 1930, disse mais, aludindo à ideia exposta e tomando conta dos esforços para a sua realização, o seguinte: «A comissão municipal, auxiliada pelo chefe do distrito, que lhe dá todas as facilidades que um tal empreendimento exige, põe em toda a evidência a Torre das Cinco Quinas, o Palácio Amaral em que viveu D. João da Costa, comandante do Terço de Évora, o convento seiscentista

do Salvador com a sua tórre romana e o célebre Arco de D. Isabel.» E acrescentei ainda: «O arco romano de D. Isabel, velha porta da cidade, ali-



ARCO ROMANO DE D. ISABEL (INTERIOR — 1933)

viado de todas as excrescências que o envolviam, mascarando-o e não o deixando admirar, vai mostrar-se agora em toda a sua nobreza, em todo o seu grave aspecto de ruína prestigiosa e monumental.»

Ora o trabalho dos tanques construídos na horta da Casa Amaral para as águas de abastecimento à cidade, e as dificuldades e demoras na concessão do empréstimo que a câmara teve de realizar para tal fim, fizeram demorar a conclusão dos trabalhos de limpeza e restauro do Arco, começados pela comissão de iniciativa e por ela levados a efeito pelo modo que vimos e na disposição, quem sabe, de voltar a eles se, pelas obras de ada-

ptação do Convento do Salvador a qualquer estabelecimento de utilidade pública, a ruína houver de ser perturbada no seu silêncio.

Mas o que está feito é importante. Tão importante que marca uma das etapas mais curiosas da transformação que apontei. As obras realizadas em 1901 não permitiram um trabalho como este que se fez agora, e, consequência do arranjo da horta da Casa Amaral, é antes de tudo, o fruto da semente lançada à terra pelo grupo *Pró-Évora* no sentido da conservação e defesa dos monumentos da cidade: obra iniciada com a ideia da organização do Museu Regional, continuada na desobstrução do Claustro da Sé e mantida, pela actual Comissão de Iniciativa, na libertação da Galeria das Damas do Palácio de D. Manuel, e no do Arco de D. Isabel, que motivou este arrasado sem valor.

CELESTINO DAVID

O PATACO

(Continuação de pag. 190)

Uma dama, um *patacão*,
Quiz de esmola a um pobre dar,
Que elle indo para pegar,
Pegou da esmola e da mão.
Fugiu-lhe ella, elle sisudo
Lhe disse: Senhora nobre,
Como tudo isto é *cobre*,
Cuidei que me daveis tudo.

Pelos anos de 1874 ou 1875 vendiam-se, pelas ruas de Lisboa, uns pacotes de bolacha, cujo pregão era o seguinte trecho, duma peça teatral intitulada «As tres Rocas de Christal»

«Pãesinhos a cinco reis e a dez reis
Bolacha fina
Bom e barato
Bom e barato
Cada pacote custa um pataco».

No «Almanach das Gargalhadas», encontram-se umas décimas para serem cantadas ao fado, glosando o seguinte mote:

Adeus querido pataco
Sem ti ficamos em breve,
Vaes ser condemnado á morte
O fogo te seja leve.

Remeto o leitor para outras produções mais recentes, tais como a da poetisa Sr.^a D. Guiomar Torrezão, publicada em «O Seculo» de 23 de Setembro de 1906 e a gazetilha de «Esculápio» no de 17 de Junho de 1917.

O *pataco* fica na História como padrão duma época evolutiva. E o seu nome, transmitido de geração a geração, aplicar-se-á sempre a êsse valor. Cantado pelos poetas e consagrado por artistas, como Rafael Bordalo Pinheiro, jamais deixará de ser citado.

A. VIANA DE MORAIS

OS CASTELOS DAS ARMAS NACIONAIS

Num dos últimos opúsculos do distinto heraldista portuense Sr. Armando de Mattos trata-se o problema da interpretação da bordadura de castelos nas armas nacionais.

A origem e interpretação das armas nacionais, ou reais, nos diversos países da Europa, tem sido, através dos tempos, como é natural, objecto de múltiplos estudos da parte dos heraldistas e tem dado logar a trabalhos muito interessantes dos modernos estudiosos sobre, por exemplo, o leão do Brabante, os leopardos de Inglaterra, as flores de liz da França etc., onde se tem procurado investigar à luz da crítica histórica a origem destes símbolos nacionais, e se tem estabelecido a sua verdadeira e positiva significação, depurada das lendas fantásticas que através dos tempos se têm tecido à sua volta.

Em Portugal esta questão foi abordada em diversas épocas por diversos historiógrafos, desde Rui de Pina ao Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos⁽¹⁾, na sua forma lendária, e ainda recentemente tratado à luz da moderna crítica histórico-heráldica por dois dos nossos mais notáveis heraldistas o saudoso presidente da Secção de Heráldica e Genealogia da Associação dos Arqueólogos Portugueses o falecido major Guilherme Luiz dos Santos Ferreira, de tão profundos e eruditos conhecimentos heráldicos, e o seu actual Presidente o Sr. Afonso de Dornellas.

Pondo de lado a inconsistente interpretação da representação dos castelos do Algarve, lançada pelo novelesco Rui de Pina⁽²⁾, ainda recentemente aceita pelo Dr. António de Vasconcelos, por não ter fundamento heráldico algum, o major Guilherme Luis dos Santos Ferreira, defendeu no seu *Armorial Portuguez*, em nota da pagina 260, e ainda no *Vocabulario* a proposito da peça honrosa *Bordadura* a teoria de que a bordadura dos castelos de ouro em campo vermelho das armas nacionais e que aparecem desde D. Afonso III, seria uma aliança de armas de Portugal e Castela memorando

(1) *O escudo Português*, in «Lusitania». Fasc. III, pag. 333 — Lisboa — 1924. Outros autores que se occuparam do problema: Manuel de Faria e Sousa, *Historia del Reyno de Portugal* ed. de 1730, fl. 172; Duarte Nunes de Leão, *Primeira Parte da Chronica dos Reis de Portugal*, ed. de 1600, fl. 34; Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, discurso III, § VI; D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist-Gen. da Casa Real Portuguesa*, tom. I, fl. 59; Brandão, *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. VII; D. Thomaz d'Almeida Manuel de Vilhena, *Hist. da Inst. da Santa Ordem da Cavalaria*, pag. 385; etc. etc.

(2) *Chronica de D. Affonso Henriques*, cap. 1.

o casamento do terceiro Afonso com D. Brites, a bastarda do rei D. Afonso x de Castela.

Não o escreveu, mas a mim mo explanou em cõversa particular que era sua convicção ser mobil deste facto o querer assim o rei confirmar a legitimidade do seu casamento, tão impugnada pela repudiada e esteril Condessa de Bolonha, e pelos seus inimigos políticos, que superabundantemente alegavam neste sentido, o seu próximo parentesco com a noiva castelhana.

Esta doutrina era fundada na observação—aliás superficial—das armas dos Condes de Artois, e de Poitiers, primos direitos de D. Afonso III, e ainda nas armas da Casa de Portugal e Torres, procedente do matrimónio do Infante D. Deniz, filho de D. Inez de Castro, com D. Joana de Castela (!).

Accepta esta teoria, com maiores ou menores reservas pelos heraldistas contemporâneos, entre elles o próprio Sr. Armando de Mattos, e pelo Sr. Afonso de Dornellas, vem agora o Sr. Armando de Mattos apresentar nova teoria para explicar a bordadura.

Fundado num exemplar esfragístico publicado por Caetano de Sousa, no IV vol. da História Genealógica da Casa Real, um sêlo de Afonso III com a bordadura dos castelos nas suas armas reais, em que se intitula rei de Portugal e Conde de Bolonha, e que lá se diz datado de 1230 (e. de 1268), o Sr. A. de Mattos impugna a doutrina heráldico-matrimonial do major Santos Ferreira, mostrando a sua inconsistência pelo facto da data daquele sêlo ser de 23 anos anterior ao daquele consórcio do seu possuidor. Destruída a explicação de Santos Ferreira, procede o Sr. A. de Mattos à construcção da sua interpretação. Neste sentido defende ser a bordadura a diferença de segundo genito de D. Afonso como Infante, pois não só a bordadura fôra diferença usada em idénticas circunstâncias na heráldica da época, como alegam tratadistas francezes, espanhois e ingleses, por êle citados, e o próprio major Santos Ferreira, mas também os exemplos invocados de diferença das armas daqueles dois príncipes francezes autorisam a aceitar que o Infante D. Afonso, por idéntico mecanismo, e idéntico direito, visto ser neto do mesmo rei, Afonso IX de Castela, houvesse assumido esta diferença.

Lendo-se o trabalho do Sr. A. de Mattos não restam dúvidas que a sua argumentação está clara e lógicamente deduzida.

Simplemente acontece que a base da sua argumentação, consubstanciada na existência dum sêlo de D. Afonso III num documento datado de 1230, é insubsistente por isso que êsse documento não é, nem aliás poderia

(!) Santos Ferreira, *Amorial Português*, loc. cit. e nota a pags. 264.

ser jamais da data apontada: com efeito em 1230 ainda reinava D. Sancho II em plena posse pacífica do poder real, visto que só depois de 1241 se encontram os primeiros prodromos da revolução que o veio a destronar.

O Sr. A. de Mattos fiou-se demasiado na fé de D. António Caetano de Sousa. Com efeito, já o nosso João Pedro Ribeiro havia feito passar o citado documento pelas malhas da sua crítica erudita, e nas suas Dissertações P. I. p. 141, havia rectificado aquela data para o ano de 1260 (e. de 1298), sete anos portanto após o casamento com D. Beatriz. Não é assim portanto que se consegue destruir a teoria de Santos Ferreira.

Não obstante concordamos, e sem embargo da improcedência do seu grande argumento, com a teoria do Sr. A. de Mattos, na hipótese de que a bordadura seja a diferença de segundo gênito de D. Afonso III, como Infante.

Com efeito, admitindo, por incontestáveis, os exemplos da diferenciação de armas dos seus dois primos franceses, os condes de Poitiers e de Artois, por meio das armas de Castela que lhes provinham do avô comum, é muito mais provável que Afonso III tivesse acrescentado ainda como Infante, às armas paternas a bordadura de Castela como diferença, do que como aliança com sua mulher D. Brites.

De facto, em primeiro lugar não conhecemos exemplos na *heráldica viva* do marido ter aliado as suas armas às da mulher, duma maneira tão íntima, mórmente tratando-se dum monarca. Resalvem-se apenas as hipóteses dos maridos casados com *herdeiras de estados*.

Mesmo nesta ordem de ideias, se D. Afonso III não aliou as suas armas com as da Condessa de Bolonha, iria fazê-lo com as de D. Brites de Castela, que para mais era bastarda? Apenas para afirmar a legitimidade do seu consórcio? D. Afonso III teria, teve de facto, processos, nas reservas da sua própria energia, para o fazer sem precisar de recorrer a expediente que iria alterar as suas armas reais.

Pelo contrário, como o dizem e o comprovam muitas autoridades e o alega o Sr. A. de Mattos, a bordadura era uma forma muito usada de diferenciação, precisamente pela circunção das armas do pai pelas armas maternas — do avô materno.

O Sr. A. de Mattos, não cita exemplos destes casos por lhe bastar a autoridade dos nomes de Gourdon de Genouillac, A. de Armengol y de Pereira, e de J. S. Milbourne, todos aliás de fraca cotação.

Existem porém exemplos muitíssimo elucidativos, que vêm comprovar a hipótese. Assim: Edmundo, último filho de Eduardo I de Inglaterra diferenciava as armas reais paternas com uma *bordadura* de prata plena; e assim o fez o príncipe Tomaz, filho mais novo de Eduardo III, e igualmente Humfredo filho de Henrique IV; o Príncipe João de Eltham, (fal. 1336) filho

2.º de Eduardo II e de Isabel de França, e irmão de Eduardo III, usou os três leopardos de Inglaterra, com uma *bordadura* de França, e assim se vê no seu túmulo de alabastro na Abadia de Westminster.

Num armorial seu contemporâneo diz-se das suas armas que «Le Comte de Cornwell port les armes d'Engleterre avec la bordure de France».

Este processo de diferenciação não só era prática mas teoria aceita.

Um dos mais antigos tratados de Heráldica, o vetusto e veneravel «Book of S' Albans» escrito no decurso do século XIV diz ser a bordadura própria «of all bretheren of the right line, either by father or by mother»⁽¹⁾.

Não constituirá tudo isto um conjunto sério e ponderoso de argumentos para destruir a simplista explicação da figuração dos castelos do Algarve nas armas nacionais, de resto absolutamente contrária ao *processus* de formação e constituição de armas naquela época isenta ainda do escalracho do *naturismo*?

CONDE DE SÃO PAVO

(D. António)

(1) J. B. Planché, *The Pursivant of Arms*, pag. 187.

UMA VISITA À IGREJA DE TELHEIRAS (1)

O templo da invocação de Nossa Senhora da Porta do Ceu, no lugar de Telheiras, pertencia ao convento de Religiosos Franciscanos, da Província de Portugal.

A Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco, do Campo Grande, ali teve o seu berço e conservou altar próprio até que foi transferida pelo Santo Padre Pio VI para a igreja do Sagrado Coração de Maria, levantada pela piedade de António Feliciano de Andrade irmão terceiro da mesma Ordem.

Aguilhado pelo desejo de ver, por meus próprios olhos, um templo outrora perfumado com o aroma das virtudes que ennobreceram tantos filhos do Patriarca de Assis, fui, no dia 2 do corrente mês, ao lugar de Telheiras, e melhor seria que não tivesse ido porque cheguei a Lisboa com o coração quebrado pela dôr.

Ruínas! por toda a parte ruínas!

Porém antes de entrar no velho santuário, mais devastado pelo vandalismo dos homens do que pelo volver dos anos, pude ler, a custo, na fachada do edifício, entre a porta e a janela coral, a seguinte inscrição latina:

HOC MARIE TEMPLUM CÆLIQUE PORTA UOCATUR
HAEC TERRÆ A MOTU PRÆCIPITATA DOMUS
CANDIÆ UT HANC OLIM PRINCEPS STRUXIT JOSEPH
CUM REGNAT PRIMUS NUNC RENOVATA MANET
HOCQUE OEIRENSIS COMITIS TUM NOMINE FULGET
ÆTERNÆ DIGNUM POSTERITATIS OPUS
M D C C L X V I I I .

Esta inscrição vem corroborar, em parte, o que nos diz João Baptista de Castro, no seu *Mapa de Portugal*:

«O Príncipe D João, falecido em Lisboa em 1642, Senhor de Cândia, na Asia, edificou, a expensas suas esta igreja e mosteiro em 1633, para perpetuar assim o seu grande amor ao Deus vivo, e como tributo de gratidão aos Religiosos Franciscanos da Província de Portugal, que o arrancaram à idolatria, que o instruíram, etc».

(1) Com a devida vénia se transcreve este trabalho dos n.ºs 11989 e 11990 do jornal *A Nação*, dos dias 15 e 16 de Fevereiro de 1882.

Cousas daqueles *maus* homens!

Proseguindo nas minhas indagações, encontrei num terreno adjacente à igreja, do lado da capela mor, exposta às injúrias do tempo e lançada por terra, como cousa inutil, uma lápide tumular, onde se lê:

AQUI JAZ O ESM^o SR. D. IOÃO DE AVSTRIA PRINCIPE DE CANDIA FUNDADOR
E PADROEIRO D'ESTE CONV.^{to} FALECEU NO MES DE MARÇO DE 1642 E FICOU
EM DEPO

ZITO NO CARNEIRO DEBAIXO DO ALTAR MOR DONDE SE TRESLADARAM OS
SEUS

OSSOS PARA ESTA SVA SEPVLTVRA NO MES DE OVTVBRO DE

170 . . .

Como estava a poucos passos do carneiro, e queria averiguar se ali existiriam algumas campas ou vestígios delas, entrei num casarão mal cheiroso e aberto a todos os ventos; olhei para um e outro lado, mas,—*horribile dictu!*— apenas vi... imundície.

O carneiro ou craneiro, está convertido num curral! existirão ali, debaixo daquelas camadas de sujidade, os restos mortais do primeiro Ministro da Veneravel Ordem Terceira, João Caetano de Melo das Póvoas, em cujas exéquias préçou o Padre Fr. Antonio do Espírito Santo Andrade?

Pelo menos, assim se depreende dum trecho da oração funebre:

“Se aquele Abner foi sepultado em Hebron, casa paterna que tinha sido sepulchro de quatro Patriarchas; *este* (o 1.^o Ministro) *tambem na casa do seu Patriarcha o deram á sepultura* os seus Irmãos Terceiros”.

Existirão ali os ossos de Fr. João de Santo António, contemporâneo de Melo dos Póvoas e 1.^o Comissário da mesma Veneravel Ordem?

Entre gentios seria fácil sabê-lo... no Portugal *civilisado*... quem quiser adivinhe.

Sai daquele antro medonho, e fui caminho da igreja; porém, se mal estava, peor fiquei.

Dispersi sunt lapides sanctuarii! repeti eu, com Jeremias, apenas entrei no templo.

E' um quadro digno do século em que vivemos. Corta o coração ver o que eu vi.

A igreja tem cinco altares.

Na capela mor, do lado do Evangelho, embebido na parede, vê-se o seguinte epitáfio, encimado pelas armas do Padroeiro :

QUI SACRAM HANC MARIE ÆDEM FUNDAVIT
HIC
CANDLÆ PRINCIPIS OSSA SEPE LIUNTUR.

Os restos mortais do Príncipe foram trasladados do carneiro para aquele lugar, provavelmente, muito tempo depois do terremoto, e da reedificação da igreja; e digo *provavelmente*, tendo em vista a forma da letra, e o bom estado de conservação em que se acha a pedra.

Porém seria possível que os Religiosos, trasladando para ali os ossos do Fundador da Casa, mandassem, seja lícita a frase, deitar à margem a outra lápide de que acima falei? *Credat judaeus Apella.*

A igreja tem, pois, como disse, cinco altares. O altar principal é dedicado a Nossa Senhora da Porta do Ceu.

O primeiro, do lado do Evangelho, contando da capela mor, pertencera e fôra feito a expensas da Veneravel Ordem Terceira e é consagrado à Imaculada Conceição, cuja imagem se vê ao fundo em alto relevo. Este altar, cuja fábrica importaria hoje em muitos centos de mil reis, custou à Ordem a quantia de trinta moedas, ou 144\$000 reis.

O segundo, do mesmo lado do Evangelho, é consagrado ao Senhor Jesus da Boa Morte, cuja imagem se conserva encerrada numa maquetina de vidros. Os moradores do lugar tiveram sempre, e ainda hoje têm muita devoção ao Senhor Jesus representado naquela sagrada imagem.

O terceiro altar, primeiro do lado da Epístola, é dedicado a Nossa Senhora do Parto. A veneranda imagem é de madeira e de escultura muito aceitavel; porém a imagem de Jesus Menino, que acompanhava a de Sua Santíssima Mãe, desapareceu sem que até agora haja noticias do seu paradeiro ou de quem a roubou.

O quarto altar, é consagrado a S. João Baptista.

Além das duas imagens que eu vi, por se conservarem em seus respectivos altares, há algumas outras que estão guardadas a bom recado. . . para não irem em procura do seu bom Jesus.

Entre essas, porém, não existe uma imagem do Senhor Jesus, que, com o titulo da *Boa Hora*, tinha cultos soleníssimos naquela Casa.

Mas,— cousa notavel! — nem os visinhos e contemporâneos dos últimos Religiosos, nem os irmãos da Ordem Terceira, têm noticia dela! Que existiu e que não seria de dimensões muito acanhadas é ponto averiguado.

Folheando um sermão que viu a luz da publicidade em 1768, encontrei uma oração panegírica que tem por epigrafe — *Sermão da milagrosa*

Imagem de Jesus Christo na sua Cruz com o titulo da Boa-Hora pregado em dia de S. Bartholomeu na Igreja de Nossa Senhora de Porta do Céu de Telheiras com o Sacramento exposto.

E da leitura dêste sermão inferi :

1.º Que a sagrada imagem devia ser de proporções nada mesquinhas porque os religiosos faziam a exposição do SS.^{mo} Sacramento em relicário, no Lado da imagem — . . . «*e que lhe assistisse exposto no Lado o Divinisimo Sacramento do Altar*», são palavras do orador ;

2.º que a festividade anual tinha lugar em dia de S. Bartolomeu.

O que seria feito da Veneranda Imagem ?

Não encontro quem me responda.

Agora será conveniente dizer algumas palavras acêrca do estado de ruina em que se acha o templo.

O trono da capela mor é de talha dourada: já está muito deteriorado e apodrecerá de todo, se lhe não acudirem, emquanto é tempo.

No camarim chove, como na rua, porque as telhas . . . tomaram vôo e foram pousar sôbre o tecto de uma casa próxima, recentemente construida.

O sobrado dos corredores, o da espaçosa sacristia e o de duas celas contiguas ao camarim, foi arrancada por quem sabia do officio ! . . . Uma *verdadeira roupa de franceses!*

Será inutil acrescentar que o taboado era de boa casquinha, e que as telhas e táboas *desaparecidas* não se compravam actualmente com oitocentos mil reis !

O tecto da igreja, em parte danificado ou caído, é de bom estuque e tem ao centro um quadro, em relêvo, representando o Eterno Pai e a Virgem Santíssima.

Os vidros das janelas da igreja, do corredor do lado da Epístola e os da sacristia estão todos, ou quasi todos, partidos.

A igreja tinha um órgão, de que existe apenas o teclado, a torre tinha tres sinos grandes e dois pequenos, que se foram para . . . não amotinarem a vizinhança; tinha um relógio, que deixou, . . . para amostra, o mostrador e os ponteiros, . . . porque o primeiro é de pedra e os segundos não são de bronze.

Agora cedo a palavra ao sr. Joaquim Marques Amoroso, de setenta anos de idade, nascido e morador no lugar de Telheiras, que conviveu com os religiosos cuja memória ainda hoje abençoa. Ouçamos :

«Em 1833, os frades fugiram e o convento foi occupado pelas tropas do exército liberal. A livraria foi saqueada; os livros e escrituras que escaparam ao saque não escaparam à fogueira; os paramentos mais ricos e as melhores alfaias sagradas logo encontraram dono.

«Nesse mesmo ano, appareceram uns commissários do govêrno,—ou Deus sabe de quem,— que partiram a máquina do relógio e apearam três sinos grandes e dois mais pequenos, e arremessando tudo da torre para a estrada removeram em carros, os pedaços de bronze e tomaram o caminho de Lisboa.

«Dois religiosos, de nome Fr. António e Fr. Luís, apenas serenaram mais os ânimos, voltaram ao convento, sustentando o culto até 1834. Fr. António faleceu em Telheiras, exercendo uma espécie de mordomia em casa de Manuel dos contos. Fr. Luís, tambem já falecido, foi capelão da Missa das almas na freguesia do Campo Grande.

«Em 1857, quando já o convento estava vendido, ha muitos anos, e a igreja completamente abandonada, António Guilherme Paulo, António Matos e Joaquim Marques Amoroso, auxiliados pela sr.^a viscondessa de Fonte Arcada, e pelo sr. António Maria de Campos, abastados proprietários de Telheiras, começaram a tributar cultos solenes ao Senhor Jesus da Boa Morte, em acção de graças por não ter grassado em Telheiras, a epidemia da febre amarela.

Esta devoção porém esfriou um pouco com o andar dos tempos, e a festa anual deixou de se fazer, porque os moradores do lugar sofreram grande desgosto, vendo-se privados de um largo fronteiro à igreja, onde faziam seu arraial».

Como se vê, tudo tem concorrido para o estado de ruina em que se acha o templo.

Ultimamente, porém, a Mesa da Veneravel Ordem Terceira do Campo Grande, constando-lhe que a igreja ia ser vendida e estava destinada para *servir de cocheira*,— o que eu acho naturalíssimo neste século de filósofos e de filosofantes — dirigiu ao governo um requerimento, no teor e forma seguinte:

«Senhor — O Ministro e a Mesa da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco, erecta na Egreja Conventual de Nossa Senhora da Porta do Céu, no lugar de Telheiras, e transferida pelo Santissimo Padre Pio VI para a sua capella do Sagrado Coração de Maria, no Campo Grande, acaba de saber, com profunda mágua sua, que brevemente será posta em praça pelo Ministério da Fazenda a velha Egreja de Telheiras que foi berço da Veneravel Corporação que representa.

A Egreja alludida é a unica dependencia que resta do vasto Mosteiro e cerca dos Religiosos que alli viviam, por isso que tudo mais já em tempo foi vendido por aquele Ministerio, em virtude da lei da desamortisação.

«E' certo que a Egreja está um tanto incapaz de, na actualidade, se celebrar n'ella os actos do Culto Catholico, mas tambem é certo que com algum

sacrifício, os estragos ocasionados pela acção das chuvas que pouco a pouco a teem danificado, facilmente se poderão reparar.

«Alem de que, existem ainda alli varias imagens de Christo, da Virgem e d'outros Santos da Ordem Franciscana; imagens estas que à mesa supplicante foram concedidas pelo Em.^{mo} Rev.^{mo} Sr. Cardeal Patriarcha, por seu despacho de 7 do corrente, mas das quais a mesa da Ordem não promoveu a remossão para a sua Igreja do Coração de Maria no Campo Grande, a mais proxima do logar de Telheiras, por atender aos desejos do povo d'aquella localidade manifestados pelo Rev. paroco de Lumiar, tendentes à conservação da Igreja que guarda em seu solo as reliquias mortaes e venerandas dos seus antepassados, entre os quaes se contam grande numero de irmãos da Veneravel Ordem Terceira supplicante, e de muitos varões illustres pela sua piedade.

«Mas além d'estes, Senhor, repousam ainda alli as ossadas do Principe D. João, fallecido em Lisboa em 1642, Senhor de Candia, na Asia, que edificou a expensas suas aquella Igreja e Mosteiro em 1633, para perpetuar assim o seu grande amor ao Deus vivo e como tributo de gratidão aos Religiosos Franciscanos da Provincia de Portugal, que o arrancaram à idolatria, que o instruíram, que lhe abriram os olhos a luz das verdadeiras crenças, admitindo-o no Grémio da Religião Cathólica Apostólica Romana, que é tambem a religião do paiz em que felizmente vivemos.

«Attendendo, pois, a mesa supplicante a todas estas circumstancias, e que a mencionada Igreja de Telheiras, pela sua posição topographica pouco ou nenhum valor material teria, e que com algum sacrificio por parte da Ordem, e d'outros fieis da localidade, pouco a pouco se poderá restaurar o templo, e restabelecer o culto.

«Considerando mais a mesa supplicante que segundo os boatos propalados n'aquella povoação; posta a Igreja em praça, será arrematada por alguém para fazer d'ella uma cocheira, estábulo e palheiro, o que sem duvida contristarà não só os corações verdadeiramente catholicos mas até mesmo os d'aquelles que forem indifferentes ao catholicismo. P. por tais motivos a *v. m.* que attendendo ao exposto, se digne conceder a Igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu, em Telheiras, com suas respectivas officinas, imagens, retabulos e todos os objectos moveis que ali existem, à Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco supplicante, que alli teve seu principio e onde permaneceu por muitos annos; e assim haverá mais um Templo em honra de Deus e da Religião do Estado—rêspeitar-se-há a ultima vontade do Principe fundador que alli repousa— não se profanarão as sepulturas dos que alli dormem o sonno da morte— e finalmente será satisfeita a vontade d'aquelle povo que com a mesa supplicante bem dirá mil vezes a *v. m.*—E. R. M. Campo Grande,

18 de dezembro de 1880.—*Lucas da Silva Azeredo Coutinho Cardoso Castello* — Ministro.

Felizmente, graças ao zelo da Mesa da Veneravel Ordem e aos bons informes do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. Arcebispo de Mitylene, cujo coração de bom católico e de piedoso Prelado se magoou com a ideia de ver profanada a Casa do Deus Vivo, o governo desistiu da venda e, tarde ou cedo, a igreja de Telheiras abrirá as suas portas aos fieis.

Porém se estes não acudirem com as suas esmolas, a Mesa da Veneravel Ordem, ainda que animada dos melhores desejos, mal poderá com as despesas indispensaveis.

Em todo o caso a Ordem Terceira do Campo Grande, acaba de prestar um serviço relevantíssimo à Religião e torna-se credora dos maiores louvores.

Que todos concorram para uma obra tão meritória é êsse o meu mais fervoroso desejo.

PADRE J. M. M. DE SEABRA

UM DOCUMENTO FALSO
ATRIBUIDO AO INFANTE DOM HENRIQUE
OU A CARTA DE DOAÇÃO DA ILHA TERCEIRA
A JÁCOME DE BRUGES

No vasto repositório de notícias sôbre os Açôres que é o trabalho do Doutor Gaspar Frutuoso, intitulado "*Saudades da Terra*", encontram-se, a par de verdades, formidáveis êrros que, só por ingenuidade ou inconsciência, foram ali consignados, e, o que é piór, fizeram carreira e iludiram pessoas de são juízo e mesmo cultas que os acreditavam e lhes deram curso, irreflectidamente, como é possível.

Está neste caso a carta de doação da Ilha Terceira a Jácome de Bruges, documento arqui-falsíssimo.

Já o notára o Doutor João Teixeira Soares de Sousa :

«Não hesite o meu amigo em qualificar de falsa a carta de doação a Jácome de Bruges, pois por mim direi, quando fôr tempo, que ela é um documento ridiculamente falso. As razões, que para isso tenho, são tantas e de tal pêso que uma vez apontadas jamais tal documento se poderá rehabilitar. Creio mesmo que nunca Bruges teve título algum escrito da Capitania, como Álvaro Martins o não teve jamais da Capitania de Angra, nem Gonçalo Velho dessa ilha (S. *Miguel*) e da de Santa Maria» (!).

Parece-me que o Dr. Soares de Sousa levou muito longe a sua incredulidade.

Álvaro Martins e Jácome de Bruges não tiveram título algum, escrito, emanado do Infante Dom Henrique, e isto é indubitável ; mas possuíram-no, passado pelo Infante Dom Fernando, sobrinho, filho adoptivo, herdeiro de Dom Henrique e seu sucessor no Mestrado da Ordem de Cristo (1460-1470), ou pela viuva dêste Infante, Dona Beatrís, como tutora de seu filho, Dom Diogo, ainda de menór idade.

Em 1450, a ilha Terceira, ainda conhecida por *Ilha de Jesú Christo*, estava na posse da Corôa, só entrando na da Ordem de Cristo por carta de Dom Afonso V, datada de 7 de Junho de 1454, confirmada por Bula de Calisto III, de 13 de Março de 1455.

(!) *Arquivo dos Açôres*, vol. IV, pág. 17.

E' a célebre doação, àquela Ordem, de *tôdas as terras do Ultramar adquiridas e por adquirir.*

Portanto, só depois de 13 de Março de 1455, poderia o Infante doar a Ilha de Jesús Cristo e não em 21 de Março de 1450, quando ainda não pertencia à sua Ordem.

Assim se explica que Dom Afonso V doasse a Ilha do Côrvo a seu tio Dom Afonso, 1.º Duque de Bragança, em 20 de Janeiro de 1453.

Quere dizer: se a ilha do Côrvo em 1453 não pertencia ao Infante, também a Terceira e as outras dos Açôres estavam nas mesmas circunstâncias e portanto êle não doaria qualquer delas em 1450.

Mas há mais rasões para classificar de falsa a referida carta:

Em 22 de Agôsto de 1460 ou seja 10 anos depois de 1450, data da suposta carta e três meses antes de falecer, o Infante Dom Henrique doou ao sobrinho Dom Fernando, as ilhas de Jesús Cristo e da Graciosa, *única* doação de ilhas açorianas que êle fez, pois a chamada doação da Ilha de Santa Maria a Frei Gonçalo Velho não passa de um *regimento de justiça* e também tão falso que é datado dez anos *depois* da morte deste Infante e três ou sete após o falecimento de Frei Gonçalo Velho, isto é, um morto escreve a outro morto e Gaspar Frutuoso, com muita graça, diz que *foi a primeira vez que êle lhe escreveu!*

Eis os termos de que usa o Infante Dom Henrique ao fazer a doação das ilhas Terceira e Graciosa:

«Eu o Infante Dom Henrique, Regedor e Governador da Ordem de Cavalaria de nosso senhor Jesus Christo, Duque de Vizeu e Senhor da Covilhã, Faço saber a quantos esta minha carta virem que o Senhor Infante Dom Fernando, meu mnito presado e amado filho, me disse que seu desejo era com esperança do serviço que a Deus com sua graça e a el-rei meu senhor entendia poder fazer e a si mesmo proveito, de mandar *povorar* algumas ilhas; e que a mim prouvesse das minhas que tenho, que ora estão por *povorar* lhe dar algumas dellas.

.....
de meu motu proprio, livre vontade, certa sciencia, poder absoluto, lhe faço livre, pura, irrevogavel doação entre vivos valedoira.....
de duas das ditas minhas ilhas; convem a saber da ilha de Jesus Christo e da ilha Graciosa....." (1)

Deserta e não doada, até 22 de Agôsto de 1460, como a Graciosa, assim se encontrava a Ilha Terceira ou de Jesús Christo e por isso é falsa, por

(1) Livro 2.º dos Misticos, fls. 155-156 e Chancelaria de Dom Afonso V, L.º I, fls. 118.

ser anterior a esta, a carta de doação a Jácome de Bruges (21 de Março de 1450) que aparece nas «Saudades da Terra», de Gaspar Frutuoso; publicqueia-a a págs. 231 e 233 do livro «Dois açoreanos no Governo Interino proclamado em 15 de Setembro de 1820 e depois, na «Junta Provisional do Governo Supremo do Reino». Lisboa MCMXVII.

Eis o que diz Frutuoso, no «Capitulo 7.º do 1.º Capitão da Ilha Terceira:

«Dizem alguns que o primeiro que se chamava capitão sem o ser e pretendia a capitania da Ilha Terceira, que veio ter da banda da Praia, para povoar a terra, depois de ser descoberta a Ilha, foi um Fernão Dulmo, ou flamengo ou francês de nação, e habitou no lugar das Quatro Ribeiras, onde agora está a Igreja paroquial de Santa Beatris, a primeira que na dita Ilha houve: ido este para o Reino por lhe parecer a capitania da Praia pequena e de pouco proveito, como na verdade então era, por não estar ainda cultivada a terra e ser no principio áspera e sem fruto, sem haver naquele tempo nela mais gente que a que trouxe, que seriam até 30 pessoas, faleceu nesta vaganta (navegação ?), segundo alguns dizem (!); succedeu na capitania um Jácome de Bruges, flamengo de nação, o qual esteve algum tempo na Ilha, e indo ao Reino buscar sua mulher e filhos, se perdeu no mar: depois como as embarcações eram poucas e não havia no reino novas dêle, vieram a sua mulher e filhos em sua busca, cuidando de o achar na Ilha, e se ficaram nela, onde se casáram *alguns seus filhos*, de que agora são bisnetos uns Fuões Ferros e Bruges, que moram na cidade de Angra e um Bras Ferros, que vive em Vila Franca do Campo, nesta Ilha de S. Miguel.

Outros antigos affirmam que depois de achada a Ilha Terceira, por mandado do Infante Dom Henrique, Mestre da Ordem de Cristo, esteve por povoar muitos anos, pela pobreza do reino, naquele tempo, ser tal que o não pode fazer este Infante, o qual no ano de 1450 fez mercê a Jácome de Bruges, fidalgo natural do Condado de Flandres, muito rico, por serviços que lhe tinha feito, para que a pudesse povoar de qualquer gente estrangeira que êle quisesse, comtanto que fôsem católicos; e porque Jácome de Bruges *não tinha filhos machos* de sua mulher, lhe fez mercê o Infante da capitania da Ilha para uma de *duas* filhas que tinha: por morte dêle a maior, e por falecimento dela a menor e dai por seus descendentes, como melhor se pode ver pela doação que lhe fez o dito Infante, *cujo traslado* se tirou

(!) Inexacto. Ainda vivia em 24 de Julho de 1486. Livro 4.º de Dom João II, fls. 101 v.º e Livro das Ilhas, fls 113 v.º

do feito que correu entre os herdeiros do Bruges e os Côrte-Reais, entre os Corregedores da Côrte, que assim dizia :

Ev o infante dom Hanrique Regedor e guouernador da ordem da cauallaria de nosso senhor Jesu christo duque de Viseu, e senhor de couilhã, fasso assaber aos que esta minha carta virem que Jacome de bruges meu seruidor natural do condado de frandes veio a mj e me disse que por quanto des ab initio e memoria dos homeis se não sabião as Ilhas dos açores sub outro aggressor senhorio, saluo meu, nem a Ilha de Jesus chrõ tercejra das dictas Ilhas a não souberão pouoada de nenhũa gente que ate aguora fosse no mundo, e ao presente estaua erma, e inhabitada, que me pedia por merce, que por quanto a elle queria pouoar, que lhe fiseçe della merce, e lhe desse minha *Real* (1) auctoridade pera ello, como senhor das dictas Ilhas, e eu uendo o que me assi pedia ser seruisso de deus, e bem, e prouejto da dicta ordem, querendo lhe faser graça, e merce me apras de lha outorguar como ma elle pedio, e tenho por bem, e me apras que elle a pouoe de qualquer gente que lhe aprouer, que seja de fé catholica, e sancta de nosso Senhor Jhus xqo: e por ser causa da primejra pouoação da dicta Ilha haja o disimo de todos os disimos que a ordem de chrõ na Ilha houuer pera sempre, e aquelles que de sua geração descenderem e tenha a capitania, e guouernaçã da dicta Ilha como a tem por mi Joan gonçalues zargo na Ilha da madejra na parte do funchal, e Tristão na parte de Machiquo, e pe-restrello no porto Sancto, meus caualejros: e depois delle qualquer pessoa que da geração delle decender, e a ajam assi pella guiza que a estes caualejros escriptos a tenho dada, e que da dicta ordem a hão: e quero que elle tenha todo meu poder, e regimento de justissa en a dicta Ilha, assi no ciuil, como no crime, saluo que venhão por appellação dante elle os feitos de mortes de homeis, e talhamento de membros que resaluo pera mj, e pera maior alçada, assi como nas dictas Ilhas da madejra, e porto Sancto, que aos dictos meus caualejros, ou a *outros tenho dadas*; e mais me apras por alguns seruissois que do dicto Jacome de bruges tenho recebidos por quanto me disse que elle *não tinha filhos legitimos, somente duas filhas* (2) *suas*, e de Sancha rois sua m.^{or}, que se elle não ouuer filhos varoens da dicta sua mulher que assua filha major haja a dita capitania, e os que da sua geração decenderem: e não auendo sua filha maior filhos, nem nenhũa geração, ha-uemos por bem que a filha segunda que despóis da morte da primejra ficar possa auer a dicta Capitania do dicto Jacome de bruges pera ella, e filhos

(1) O sublinhado é meu.

(2) O sublinhado é meu.

e filhas, netos e decedentes, e ascendentes, que della, e das dictas suas filhas decederem com aquellas liberdades, e poderes que aos dictos capitoens tenho dados, porque assi o sinto por seruisso de Deus, e accrescentamento da sancta fe catholica de nosso senhor Jesu christo, e meu, pello dicto Jacome de bruges pouoar a dicta Ilha tam longue da terra firme bem dusen-tas, e sessenta leguoas do mar oceano, a coal ilha se nūqua soube pouoada de nenhũa gente que no mundo fosse ate aguora: e roguo aos mestres, e guouernadores da dicta ordem, que depois de my uierem, que façõ dar, e pagar ao dicto Jacome de bruges, e seus herdejeros que delles decende-rem a dicta dizima do disimo que a dicta ordem na dicta ilha ouuer, como lhe por mim he dada, e outorguada, e não consintão lhe ser feito sobre elle nhũ aggrauo, e pesso por merce a el rej meu senhor, e sobrinho, e aos reis que depois delle uierem que ao dicto Jacome de bruges, e seus herdejeros que delle decederem fizerão (!) pagar o dicto disimo á dicta ordem do que na dicta Ilha se houver que lhe façõ pagar a dicta disima do dicto disimo, e aos mestres, e guouernadores da dicta ordem como lhe per mj he dado, e outorguado pera sempre, en todo e por todo lhe fassa ter, e tenha a dicta merçe que lhẽ per mim he feita e per segurança sua lhe mandej ser feita esta minha carta assinada per minha mão, e assellada do sello das mi-nhas armas feita em a cidade de Silues a vinte e hum dias do mes de Março. Pero Lourenço a fes, Anno do nascimento de nosso senhor Jesu christo de mil e quatro centos e sinquoenta annos».

Feita a merçe da Ilha a Jácome de Bruges logo se veio a ela com 2 na-vios carregados de gado, a saber: vacas, porcos, ovelhas e cabras e lançado em terra se tornou para o Reino, por uão ter achado gente que lhe quisesse ajudar a povoar por ser tão afastada de Portugal neste mar oceano.

Depois de passados alguns auos, não podendo Jácome de Bruges, ainda no Reino, achar gente que com êle tornasse à ilha para a povoar e cultivar, foi aconselhado que viesse à Ilha da Madeira, que havia já aos que era des-coberta e povoada, e por os homens daí já saberem que cousa eram Ilhas, e o proveito delas, viriam com êle movidos com partidos favoráveis que lhes iaria, e seguindo êste conselho, se veio pela dita ilha com alguns flamengos da sua terra que trouxe consigo e ali se contratou com um homem fidalgo, chamado Diogo de Teve, com o qual e outros que se vieram com êles, se foram à Ilha Terceira, onde acharam grande multiplicação de gado que nela tinha lançado Jácome de Bruges.

(Continúa)

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA

(!) Deve lêr-se: façõ

O ESCUDO DE ARMAS NACIONAL (*)

.....
Sem pensarmos por agora em nos embrenhar nos escuros e escabrosos cyclos da exagere heraldica, consideremos um pouco a questào insoluta do brasão portuguez tão original e embaraçoso na sua *partição* e nas suas *peças* fundamentaes, tão interessante e persistente nas suas correlações historicas.

Comecemos por entender, — e não entenderemos mal, — que entre dizer *brasão* e dizer *escudo* não haverá maior differença ou distancia do que aquella que existe entre a arma defensiva suggerida pelo mais natural e geral dos instinctos humanos, — e essa mesma arma quando um sentimento não menos vulgar e commum, — não menos humano, — a destina a intimidar ou affrontar o adversario, a exprimir e assignalar a resolução e a prosapia do individuo que a sobraça e usa, por meio de certos signaes symbolicos, ideologicos, ou meramente decorativos, esculpidos ou pintados no seu campo de resistencia ou de ataque.

Simplemente adoptado, primeiro, para cobrir o corpo contra o golpe, o arremeço, o bote do instrumento offensivo: — o escudo varia e evoluciona na construcção e na fórma, consoante as condições evolutivas, tambem, da defeza e da aggressão.

Das grandes peças de madeira, de couro, de outros materiaes resistentes e portateis, afeiçoadas e reforçadas por fortes carcaças e ligações metallicas; longas e convexas para que disfarcem e cubram a maior parte do corpo, enquanto outras armaduras o não vestem e defendem todo, o escudo retrahese, espalma-se, quadra-se ou arredonda-se, e acaba pela pequena rodella que acautella os golpes mais perigosos ou secunda a defeza dos órgãos mais visados, ou menos defendidos.

Por quaesquer variantes convencionaes de fórma ou de côr, de decoraçào ou de fabrico, passa um dia a servir simultaneamente de conhecença ou de divisa que distinga e avise os combatentes entre si, como a signa, o guião, a bandeira.

É n'uma associação ou sequencia, igualmente natural, de idéas, — de necessidades, até, — acaba por adoptar e receber n'essa decoraçào ou n'esse fabrico os signaes, as imagens, as emprezas, os symbolos em que o seu portador traduz e affirma, ostenta e proclama os proprios feitos, a memoria dos que o precederam, as idéas ou os sentimentos que o movem, a fé que pro-

(*) Trecho do capitulo IX do livro *A Condessa Mahaut*.

‘fessa, a vontade que o determina, as simples inclinações estheticas que o nspiram ; a situação ou a tradição, em summa, que representa e mantém, que defende ou impõe.

N’esse momento, ou desde esse momento, o escudo faz-se brasão; fixa-se e transmite-se; singularisa-se no individuo e perpetua-se na linhagem, e quando pela evolução das cousas deixa de ser uma arma de defeza continúa sendo affirmação de honra como signal ou imagem ideologica, que se fizera já, de uma tradição que presiste, de uma vontade que não abdica, de um direito que se não rende, de um nome que se não extinguiu.

Pois não é n’estes termos simples e positivos que se resolve a historia do brasão, a sua formação natural, até segundo as averiguações eruditas, até segundo a propria observação contemporanea de como elle nasce e prospera, declina e resurge, evoluciona e transforma?

O que importa, porém, é não perder na perquisa ou na preocupação erudita, o senso e a idéa da propria natureza das cousas, que é aliás o que frequentemente succede aos cultores especiaes na observente e exclusivista devoção de determinados problemas ou assumptos.

Pois que o escudo de armas deriva do escudo de defeza, passando pelo escudo de conhecença ou sendo apenas uma adaptação d’este, porque não procurar nos factores indispensaveis de um, nos elementos necessarios de outro, — no fabrico inicial e na convencional decoração, — uma das fontes, pelo menos, da interpretação, da leitura heraldica?

E’ bem conhecida a lenda devoto-erudita que pretende explicar a formação do nosso escudo de armas nacional, e que o grande epico condensou admiravelmente nos seguintes versos :

*Aquí pinta no BRANCO ESCUDO ufano,
Que agora esta victoria certifica,
CINCO ESCUDOS ASUEIS esclarecidos
Em signal d’estes cinco Reis vencidos.*

Trata-se, — seria escusado lembral-o, — da victoria de Ourique obtida por D. Affonso Henriques sobre cinco Reis ou walis serracenos.

*E n’estes CINCO ESCUDOS pinta os TRINTA
DINHEIROS por que Deus fôra vendido,
Escrevendo a memoria EM VARIA TINTA
D’aquelle de quem fôra favorecido.
Em CADA UM dos cinco, CINCO PINTA
Porque assim fica o numero cumprido
Contando DUAS VEZES O DO MEIO
DOS CINCO AZUEIS que EM CRUZ pintando veio.*

Depois, mais tarde, a devoção por fazer, em proveito proprio, mais digestiva ou menos erudita a licção, substituiu a dois cinco Reis mouros pelas cinco chagas do Crucificado que se mostrára e as mostrára ao Rei portuguez, n'aquelle ainda tão obscuro episodio da sua epopea.

Póde dizer-se, até, que foi esta piedosa fraude que se tornou a versão corrente e popular.

Succede, porém, que as famosas *quinas* que deveriam symbolisar os cinco Reis infieis ou as cinco sagradas chagas, não se mantêem n'este numero, antes se multiplicam e accrescentam nas proprias adopções heraldicas dos primeiros reinados:—no de D. Affonso Henriques, precisamente, senão, até, em época anterior á celebrada refrega.

E, o que é mais grave e mais vulgar ainda: os suppostos *dinheiros* que por uma engenhosa interpretação arithmetica haviam de representar a conta certa por que Judas vendêra o Divino Mestre,—singular lembrança para ostentação armorial,— não apenas se exhibem variamente numerosos, excedendo essa conta, mas não se distribuem na mesma proporção por cada *quina*, n'aquelles mesmos reinados.

Apenas, como dissêmos, parece ajustar-se á lenda, no numero e disposição das *quinas* e dos *dinheiros*, o contra-sêllo ou o reverso do sêllo da filha de D. Affonso Henriques quando Condessa de Flandres, segundo a reprodução transmittida muito mais tarde, já em pleno seculo XVII, pelo chronista de Bruges.

Ainda assim, porém, dois reparos occorrem que não deixam de ter uma certa importancia de objecção viavel.

Por um lado, n'essa mesma reprodução, os tradicionaes *dinheiros*, longe de nos suggerir uma identificação irrecusavel com os besantes da convenção heraldica, afastam-se accentuadamente d'ella, como dissemos já, pelo menos, no aspecto globular ou convexo, não falando ainda na côr ou metal que parecem adoptar:—*branco* ou *prata*, mais conforme até com a tradição presistente da pintura do nosso escudo de armas.

Evidentemente representam, melhor, cabeças prateadas de pregos, tachas ou cravos como os usados tradicionalmente entre nós, em pregação mais ou menos decorativa de certos objectos de couro.

Fique de remissa o irreverente simile.

Por outro lado, compiladores authorisados e modernos encontrando e descrevendo, escassamente embora, o brasão portuguez exhibido n'outra ou em outras peças sigillisticas da nossa Condessa de Flandres, parecem não ter visto n'ellê tão nitidamente como no reproduzido por Oliveiro Uredio e Caetano de Sousa, os cinco signaes ou *dinheiros* de cada *quina*, pois que

em vez d'este numero accusam a semeada ou semel (*semis*) de pontos minusculos, que manifestamente hesitam em classificar de besantes (¹).

Tem-se perdido e estragado desalmadamente entre nós os sellos antigos, já o lamentava Ribeiro, e tem adquirido fóros de licção segura a de alguns escriptores que asseveram não os haver do tempo ou em diplomas do nosso primeiro Rei.

A reprodução por Caetano de Sousa, de um d'esses sellos, appenso á doação feita em junho de 1133 (era 1171) ao mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra, do couto de Quiayos, Lavaos e Eymede (Redondos), participa naturalmente da mesma inquinação de suspeita que esses escriptores averbam, com uma certa prodigalidade, diga-se de passagem, a este e outros diplomas.

Observemos comtudo que no monumento alludido, segundo, o desenho da sua reproducção, se exhibem realmente as cinco *quinas*, mas em disposição convergente a superior e lateraes, e semeadas todas com os suppostos *dinheiros* em numero muito superior aos cinco por cada uma, parecendo digno de reparo tambem a circunstantia de ser ponteada ou picotada, semelhantemente, a linha que termina a figura do escudo. Dir-se-hia ser uma linha de *perolas*, segundo o termo da moderna numisma.

Seria de capital importancia a authenticidade d'este sello pela sua data anterior ao fossado ou batalha de Ourique.

Ha, porém, um diploma que não offerece duvida alguma e em que apparecem tres interessantissimos *rodados* que pelo seu caracter não só decorativo mas uniformemente armorial, tem uma importancia analoga para a nossa questão.

E' uma carta de doação regia ao mesmo mosteiro (Alcobaça) em fevereiro de 1183, existente no Archivo Nacional, e são esses tres *rodados*, apenas diferentes no modulo, os signaes de authenticidade de D. Affonso Henriques, do filho herdeiro, da mulher d'este, a Rainha D. Doce, e da nossa

(¹) *Demay*, (Inventaire des sceaux de Flandres), cit. por *Lesdain*, (Les armoiries des femmes, etc.) Fallando da variante do numero das peças, *Lesdain*, (Les variantes dans les armoiries, St. Amand, 1897) faz a seguinte curiosa observação :

«Nos citerons enfin comme dernier exemple les fameux *quinones*, petits écus d'argent, chargés chacun de *cinq points de sable* et qui figurent, au nombre de cinq eux mêmes, dans les armes du Portugal; sur le sceau de Mathilde de Portugal, deuxième femme de Philippe d'Alsace comte de Flandre (*vers 1197*) chacun des cinq écussons est chargé d'un *semis de petits points*».

E reporta-se a *Demay*, (Sceaux de Flandre). Nas cores das peças é claro o equivoco do illustre escriptor. Os famosos *quinones* não são *d'argent* mas *d'azur*, e os pontos não são de *sable* (pretos) mas *d'argent* (brancos).

Infanta D. Thereza: — *Regina Tarasia filia eivs* (Alfonsus, etc.) — no anno seguinte Condessa-Rainha de Flandres (1).

Em todos elles a cruz inscripta ao *rodado* é formada pelas famosas *quinas* contendo cada uma, em cruzeta, os pseudo *dinheiros* em branco, em numero de cinco, mas as *quinas* não o são, realmente, porque constituem uma successão de doze escudetes formando os braços eguaes da cruz.

Nos quadrantes lêem-se as palavras:

PAX — LVX — REX — LEX

á suggestão critica das quaes, não sem pesar, resistiremos agora.

Pois não se está vendo aqui, como no sêllo da Condessa, a livre e caprichosa variante do numero das peças armoriaes, segundo a simples conveniencia ou as condições especiaes do desenho, no diploma; da gravura, no sêllo?

Mas não é certamente o *rodado*, ou o sêllo, que poderá offerecer-nos uma noção integral e exacta do brasão inicial.

Na sua translação para esses signaes, na sua adaptação ás especiaes condições de fabrico, de modulo e de uso d'esses adminiculos diplomaticos, o escudo de armas tinha naturalmente, necessariamente, até, de perder, de deformar, de sacrificar certas condições e elementos proprios, como facilmente se pôde verificar e é geralmente sabido.

Qual foi realmente o escudo armorial de D. Affonso Henriques, ou dos primeiros tempos da monarchia portugueza?

Na sacristia de Santa Cruz de Coimbra, — conta-nos Caetano de Sousa, — «está o escudo com que pelejava, *que he de pão coberto de couro pintado*, dentro de huma caixa, *com alguns pregos de ferro*; n'elle se não divisa já a pintura das Armas pela sua antiguidade; comtudo por fóra do caixilho, que tambem é antigo, se acham pintadas as Armas na sobredita fórma esculpidas.»

E na fé do Dr. Manoel Moreira de Sousa que lhe trasmittira a noticia, o author da *Historia Geneologica* reconstroe ou imagina essas Armas, da seguinte maneira: — um escudo superiormente rectangular e inferiormente curvo; quarteado, isto é esquartejado e aspado, sendo as respectivas linhas, incluindo a exterior, determinadas por cadeias de pequenas barras ligadas por fuzis, ao que parece. Na parte inferior, e paralellas ás duas metades das cadeias em aspa, repetem-se essas cadeias formando angulo (2).

(1) *Figanière* (Mem. das Rainhas de Portugal, etc.)

(2) *Hist. Geneol.* t. IV.

Por mais preocupado que se esteja com a idéa ou com a vontade de uma explicação mais elevada e erudita d'estas linhas ou d'estas cadeias que se cruzam e se ligam entre si n'uma disposição de reciproco reforço e de resistente amparo do campo ou corpo do escudo, difficil será resistir á suggestão de que estamos simplesmente em face de uma carcaça metálica, de uma armação rudimentar, mas engenhosa e habil, do bellico e tradicional objecto.

Ora essa armação, se tal é, ligando-se e conjugando-se entre si pelos fuzis ou olhaes denunciados no desenho, teria de prender-se também, seguramente, á peça principal de madeira e de couro que deveria constituir o corpo ou campo do proprio escudo.

Pois bem. No centro, como reforçando, ornamentando ou cobrindo a incidencia das linhas ou cadeias interiores, ostenta-se um escudete, e outros quatro, identicos, o rodeiam, assentando, em distancia igual, a meio de cada metade ou raio das linhas ou cadeias reciprocamente perpendiculares.

São as famosas *quinás*: convergentes as lateraes, — as da linha ou cadeia horizontal; — pendentes as que guarnecem o linha ou cadeia vertical: consequentemente acompanhando todas, a direcção das linhas ou cadeias respectivas, como se fossem verdadeiras braçadeiras de ligação e reforço que as prendessem ao corpo ou campo do escudo.

E não serão, ou não terão sido, simplesmente estes necessarios e banaes adinuculos logo aproveitados artisticamente como decoração intencional de pequenos escudos brasonaticos?

Enchem-n'as, finalmente, em semeada ou semel os suppostos *dinheiros*, como cabeças dos cravos, pregos ou tachas que completassem a ligação das peças.

Muito antes, porém, de Caetano de Sousa, e em monumentos bem mais autorisados; — mais ingenuos, e por isso mais seguros, — do que a noticia do doutor de Coimbra que elle não se deu ao incommodo de ir verificar directamente, se fixára e se nos transmittira já a memoria da formação e da evolução do nosso escudo de armas inicial.

N'uma ou n'outra decoração esculptural que tenha escapado á desalmada destruição das nossas antiquidades, poderá encontrar-se ainda.

Mais de uma vez a temos topado na visita de velhas ruinas, e lembramo-nos de nos termos sentido suggestivamente surprehendidos por essa memoria entre as bellas talhas e esculpturas, aliás relativamente modernas, d'aquella mesma Santa Cruz de Coimbra, tão amada do nosso primeiro Rei.

Em todo o caso guardam-n'a no Archivo Nacional velhos registos de armaria portugueza, authenticos e officiaes, que embora não vão além da

ultima metade do seculo xvi, recolheram, decerto, os padrões e tradições melhores.

O aspecto geral poucas variantes offerece nas diversas memorias, e pouco differe n'estas, tambem, da reconstrucção de Caetano de Sousa. Mas é mais ingenuo, mais nitido e comprehensivel; não tem a correcção amaneirada, artificiosa, da escola e do tempo do illustre geneologista palaciano e pomposo.

Era uma das melhores d'essas armarias, nos modelos dos escudos de armas de D. Affonso Henriques e D. Sancho II é flagrante, irrecusavel, decisiva, a formação material, melhor talvez natural d'essas armas.

Em ambas é quartead o escudo, como na reconstrucção de Caetano de Sousa, mas sem as duas linhas ou cadeias supplementares de reforço ou enfeite no quartel triangular inferior.

Outra differença importante da armação, — continuemos a chamar-lhe assim, — é a de que ella não é constituída pelas brincadas cadeias do modelo artistico de Sousa, mas por fortes barras ou vergas, seguramente metalicas, ligadas ou amarradas umas ás outras, por fio de ferro ou de cobre, n'um desenho franco e nitido que não deixa a menor duvida.

Pela linha exterior distribuem-se, a distancias eguaes, e seguindo significativamente a direcção d'ella, oito escudetes unitormes em cada um dos quaes se contam distinctamente nove pontos brancos symetricamente dispostos em 3, 3, 3, dando a impressão de uma pregadura que ligasse a linha, aro ou caixilho da armação ao campo ou corpo do escudo que sem necessidade da perda reliquia de Santa Cruz, devemos entender que era de madeira forrada de couro, — branco provavelmente ⁽¹⁾.

Nas barras ou vergas da partição interior do escudo, a meio de cada raio, e no centro ou na incidencia de todas ellas, ostentam-se outros nove escudetes, como os anteriores, e os cinco restantes, — o do centro e os dos raios horizontaes e verticaes, maiores de que todos, contendo não já e apenas nove, mas treze pontos: - 3, 3, 3, 3, 1.

Subiste, se é que se não reforça e accentua mais, a impressão de que estes escudetes correspondem inicialmente a verdadeiras ligações e reforços da armação geral da grande arma defensiva, sem prejuizo, é claro, do aproveitamento decorativo, do proprio valor symbolico em que se disfarçaram e transformaram aquellas peças de construcção, como, de resto, é sabido que succedeu em toda a parte na formação dos escudos de armas.

(1) Para a decoração da grande sala de Portugal da Sociedade de Geographia, se reproduziu o modelo do primeiro braço ou de D. Affonso Henriques, existente n'um dos registos de armaria da Torre do Tombo.

A pintura das peças, referida á convenção e tradição heraldica, tem, tambem, uma irrecusavel importancia, e é esta:—o fundo de campo de prata (*branco*); as barras ou vergas, em *preto* (provavelmente ferro ou bronze); as ligações em *ouro* (porque não cobre ou latão?) os escudetes em *azul* ou *ultramarino*; os pontos dos escudetes,—cravos, cabeças de prégos ou *dinheiros*, — em *prata*.

Observemos agora o outro escudo, o posterior de mais de meio seculo, o de D. Sancho II.

A mesma grade ou armação fundamental; as mesmas barras ou vergas e ligações da partição quarteadá, mas com esta importante differença:—que se reduziu o numero dos pequenos escudetes, desapparecendo os mais pequenos, os da linha ou aro exterior e os das aspas.

Subsistem apenas os cinco maiores,—o do centro e os quatro das linhas horisontal e vertical,—nos quaes se reduziu tambem a semel symetrica dos pontos brancos.

Quer dizer:—subsistem, ou consolidam-se, as quinas.

Todas essas reduções nas peças parecem denunciar já uma redução geral do escudo.

Realmente, aqui como em toda a parte, a velha arma defensiva tende a diminuir, á medida que o corpo vae recebendo novos recursos de defeza parcial.

Depois comprehende-se: o escudo feito brasão vae-se emancipando do do escudo simples arma de guerra, e tanto que tendo já abandonado na transladação para o sêllo, as peças da construcção original, naturalmente por simples conveniencia e simplificação de fabrico, não tardará que de todo as abandone geralmente na representação armorial.

São cousas de simples intuição, corroboradas por faceis observações historicas, mas um pouco esquecidas e desdenhadas, por muito comesinhas e banaes talvez, para a grave e magestosa sciencia dos heraldistas.

Serão, pois, ainda, simpies ligações ou reforços de construcção as *quinas* que subsistem e sobrevivem á redução dos escudetes no escudo d'armas de D. Affonso Henriques:—que nem por isso a sua fórma decorativa, a sua manifesta intenção armorial, a sua presistente accentuação e distribuição, até a sua côr heraldica, caracteristica e constante, deixam de attribuir-lhes e indiciar um character de representação ou figurarão ideologica.

Qual?

Para nós, o seu modulo uniforme, egualitario; a sua forma identica á do proprio escudo em que se incluem e que concorrem para formar e fortalecer; a posição symetrica d'ellas e dos pontos que as seguram ou decoram; a tinta que as veste, tinta nobre e rica trazida recentemente pelos

cruzados, do Oriente, — do Ultramar, como então se dizia, — em summa, o seu irrecusavel caracter armorial, dão a essas peças uma significação muito natural e simples, tanto mais rasoavel e pratica quanto longe de contrariar a historia não parece muito difficil de conciliar com certas lições e illações d'ella.

Serão, pois, as quinas uma recordação, uma affirmação, uma allusão de honra e de força, de direito e de gloria aos primeiros nomes, aos primeiros brasões, melhor ainda: ás primeiras linhagens associadas para a formação e a conquista da grandeza, da independencia, do senhorio commum que o grande escudo, as «armas» do Rei ou do Reino, — *signa Regum Portugaliae* (1), — affirmação da nova Corôa e do Estado novo, — vae representar, forte e altaneiro, entre os maiores poderes da terra.

E assim se explica logo a multiplicação das ligações em escudetes, no fabrico inicial do escudo, a differença para maior no formato e na riqueza dos cinco centraes, a propria conservação presistente d'esse nucleo armorial, quando as condições da construcção, paralellamente, talvez, com as condições da organização social, vão reduzindo e eliminando os outros signaes ou reforços, a bem dizer accessorios; — os escudetes menores.

Curiosa coincidencia: — um velho papel cuja primitiva redacção não será aventureoso attribuir ao seculo XIII, a um tempo, em summa, soffrivelmente proximo da formação do escudo d'armas nacional, regista e recorda com piedosa ingenuidade que de cinco troncos ou linhagens vieram os — «bons homens filhos dalgo do Reyno os que devem armar e criar e andaram a la guerra a filhar» — este Reino, a ganhar e fazer a terra portugueza (?).

— «E elles meos amigos foram partidos em cinco partes»: — os Sousões, os Braganções, os da Maia, os de Bayão, e postrimeiramente os de Riba do Douro.

As cinco grandes linhagens fundamentaes, as cinco gerações do «mais nobres e mais filhos d'algo» de toda a christandade que reconquistou a Peninsula e fez Portugal: — os cinco rijos e valentes esteios.

Porque não as cinco gloriosas quinas?

(1) Uma publica fôrma de um diploma de 1219, descrevendo o sello da Infanta St. Mafalda, d'esse diploma, diz: — «et inferiori parte sigilli erant signa Regum Portugaliae. Ha uma certa semelhança entre esse sello e o de D. Thereza ou da Condessa Rainha, na figura e attitude da mulher, de ambos: — «Habente ex una parte imanginem mulieris, quasi amictae pallio, *habentis manum dexteram in qua tenebat florem, et manum sinistram supra pectus quasi tenentem chordas pallii,*» etc.

Fr. Luiz de Souza, (*Hist. de S. Domingos*): Ribeiro (*Diss. chr.*).

(2) A segunda parte, ou o segundo trecho do famoso *Livro velho* das linhagens. *Port. Monumenta hist. — Script. vol. I.*

Simple hypothese?

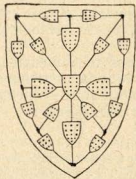
Póde ser, mas sem o pedestal de barro da aparição de Ourique.

Claramente, não está ainda terminado o brasão nacional, fixada a sua formação, — a sua composição e partição definitiva. Falta a orla ou banda de goles em que hão de assentar os castellos, também variamente numerosos, até ficarem nos sete de hoje.

Nos primeiros sêllos existe já a orla, mas é apenas a do campo destinado á legenda corroborativa do sinal ou do escudo, e que não é a d'este, deduz-se até de se conservar e repetir quando n'elle se introduz a outra. Quer dizer: a construção, o fabrico da arma, do escudo, modificou-se. A modificação coexiste algum tempo ainda com o typo ou com o processo anterior, primitivo, rudimentar; depois, no reinado de Affonso III, ou no seculo XIII, a armação quarteada das barras ou vergas metalicas inteiramente cede o lugar ao largo rebordo ou facha circundante que simula a continuação do campo da arma, vestido, este, luxuosamente de goles ou vermelho e ostentando ao centro o campo de *prata* (branco) do escudo inicial.

Sobre essa orla, talvez por uma simples adaptação decorativa analogá á das quinas, veem então assentar os *castellos*. Não fazemos, porém, a historia do brasão nacional, e vae muito longa já a nossa digressão.

LUCIANO CORDEIRO



Gravura feita sobre um desenho de Jaime de Sousa.

VÁRIAS MODALIDADES DO SINAL CRUCIFORME NO SANTUÁRIO PRE-HISTÓRICO DO GIÃO (ARCOS DE VAL-DE-VEZ)

Entre as centenas de gravuras que o homem pré-histórico insculpiu nas lages e rochedos que afloram à superfície do solo no alto do monte GIÃO, contam-se em maior número sinais cruciformes mais ou menos complicados. Pode mesmo dizer-se que, tirando trez pontos dêste local (Côtito do Gião n.º 1, num rochedo junto ao Côtto do Freixo e na lage das Estrelas) (1) onde os sinais gravados são especiais (cavinhas, círculos concêntricos e figuras astrais) em todos os outros rochedos a figura cruciforme foi desenhada muitas vezes. Mesmo em estelas votivas que se encontram por aqui

espalhadas, a mesma insculptura foi escolhida pelos artistas de então.

Pelo estudo das pinturas e gravuras rupestres sabe-se hoje que êste sinal representa de uma maneira muito esquemática a figura humana. Já em Mas d'Azil nalguns calhaus rolados com pinturas esquemáticas aparece este sinal cruci-



FIG. 1 — GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

- | | |
|---|-------------------------|
| a) Côtito do Gião n.º 2 | d) Anteiras |
| b) Côtito do Gião n.º 2 | e) Anteiras |
| c) Côtto das Abatuvas | f) Côtito do Gião n.º 3 |
| g) Em quasi todas as lages do santuário | |

forme; Obermaier comparou-os com alguns dos petroglifos de Espanha (2). O confronto entre êsses sinais cruciformes gravados nos rochedos do noroeste de Península Ibérica com as pinturas já decadentes de várias regiões do país visinho (especialmente do sul: serra Morena, Laguna de la Janda etc.) e com as da arte paleolítica do levante espanhol, mostra como de esquematização em esquematização se chegou ao sinal cruci-

(1) J. Fontes — Figuras rupestres astrais no santuario pré-histórico do Gião (Arcos de Valdevez); *Homenagem a Martins Sarmento* (em publicação).

(2) *El Hombre fossil* (2.ª edição), pg. 367; Est. XXIII e XXIV, Madrid, 1925.

forme e que êle é uma das mais simples maneiras de representar a figura humana.

Obermaier ⁽¹⁾, Breuil ⁽²⁾, Cabré ⁽³⁾ e outros ⁽⁴⁾ demonstraram ha muito êste facto. No Gião êle sofre de novo confirmação. O exame da fig. 1, em que se representam várias gravuras rupestres aqui existentes, mostra como, por graus insensíveis, o artista chegou ao sinal cruciforme.

*

No Gião a cruz muitas vezes complica-se. Às vezes a haste superior termina por uma escavação arredondada querendo talvez assim o artista representar a cabeça, outras é um dos braços ou ambos que terminam por duas escavações ou então os quatro (fig. 2).

Ha ainda variantes na colocação de essa escavação. Assim algumas ve-

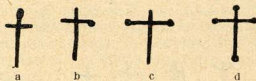


FIG. 2 — GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

- a) Lage cerca do Côto do Freixo, Anteiras, Voltijoso, Côtito do Gião n.º 2, Pedra da muralha entre o Penedo do Voltijoso e Côtito do Voltijoso e Penedo das Eirinhas — b) Bogalheiras, pedra da muralha entre o Côtito e o Penedo do Voltijoso, Côtito das Abatujas, Côtito do Voltijoso, Anteiras e Côtito do Gião n.º 3 — c) Bogalheiras e numa pedra da muralha entre o Penedo e o Côtito do Voltijoso — d) Pedra cerca do Côtito do Freixo, Bogalheiras, Côtito do Gião n.º 2 e Anteiras.

zes como se vê em *b*, fig. 2, ela ocupa uma posição inferior à linha horizontal e talvez se tenha querido representar uma figura com qualquer objecto na mão (vaso de oferendas?).

(1) Obermaier — El Hombre fossil (2.ª edição), pag. 365 e seg.; Impresiones de un viaje prehistorico por Galicia, sep. do *Boletín Arqueológico de la Comision Provincial de Monumentos Historicos y Artísticos de Orense*, Vol. VII., pag. 18 e seg., Orense, 1923.

(2) Breuil — L'âge des cavernes et roches ornées de France et d'Espagne; sep. da *Revue Archeologique*, XIX, Paris, 1912.

(3) J. Cabré — Los grabados rupestres de la Torre de Hercules (La Coruña), sep. da *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, Madrid, 1915; Arte rupestre gallego y portugués, *Memoria da Sociedade Portuguesa de Ciencias Naturaes*, Lisboa, 1916.

(4) Um dos primeiros a chamar a atenção dos investigadores sobre este sinal foi M. Góngora — Antigüedades Prehistoricas de Andalucia, pag. 60 e seg., Madrid, 1868.

Comparavel aos outros sinais (c, d, fig. 2) ha no Penedo das Gamelas, nos arredores de Arraiolos (1) representações semelhantes. Em Espanha, na Galiza, há também formas iguais (2). Qual o significado que teriam essas escavações que terminam assim os braços laterais do sinal cruciforme?

Talvez o artista quizesse representar as mãos.

No Gião ha uma figura humana em que os dedos foram desenhados (3) e nalgumas da Torre de Hercules os braços da cruz terminam por traços que esquematizam as mãos (4).

Uma outra modalidade curiosa dêste sinal, no Gião, é a de o ramo inferior da cruz terminar por uma grande escavação e às vezes mesmo esta ser envolvida por um círculo (fig. 3).

A comparação dêstes petroglifos com algumas pinturas da serra Mo-



FIG. 3 — GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

- a) Pedra junto ao Côtto do Freixo, Côtto do Voltijoso, Côtto das Abatuças, Côtitos do Gião n.º 2 e 3 — b, c, d, e) Bogalheiras — f) Pedra junto ao Côtto do Freixo — g) Côtito do Gião n.º 2 — h) Lage perto do Penedo do Voltijoso.

rena é muito sugestiva. O estudo das estilizações do ídolo neolítico feminino levaram Breuil e Obermaier a considerar estas pinturas como representações dêste ídolo feminino.

O seu aparecimento nas rudes gravuras do Gião tem pois o maior valor; trata-se de outro grau ainda mais estilizado do mesmo sinal.

Gravuras dêste tipo encontram-se no nosso país (Lafões) (5) e em

(1) Vergílio Correia—El neolítico de Pavia; *Memoria n.º 25 da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas*, p. 103, fig. 84, Madrid 1921.

(2) Eugenio Jalhay — Los grabados rupestres del extremo sudoeste de Galicia (alrededores de Oya; provincia de Pontevedra); *Boletín arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricas y Artísticos de Orense*, VII, pag. 373 1926.

(3) J. Fontes — Um passeio arqueológico á Galiza; *Arte e Arqueologia*, V, pag. 25, 1928.

(4) Los grabados rupestres de la Torre de Hercules, (La Coruña), *loc. cit.*

(5) Amorim Girão — Antiguidades prè-históricas de Lafões, *Publicação do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra Memórias e Notícias*, pag. 39, Coimbra, 1921.

Espanha (Eira dos Mouros ⁽¹⁾, La Visera ⁽²⁾, Corral de Sancho ⁽³⁾), dolmen de Soto ⁽⁴⁾ etc.). Já nos calhaus de Mas d'Azil se pintaram êstes sinais ⁽⁵⁾. O sinal cruciforme apresenta neste santuário outra modalidade muito

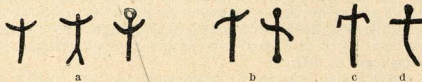


FIG. 4 — GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

- a) Penedo das Eirinhas, Bogalheiras, Côtto das Abatujuas, Côtto do Voltijoso, Côtitos do Gião n.º 2 e 3, pedra da muralha cerca do Côtto de Gião n.º 1, entre o Côtto do Voltijoso e Penedo do Voltijoso e Anteiros — b) Bogalheiras, Côtto das Abatujuas, Anteiros e Côtto do Gião n.º 3 — c) Côtto do Gião n.º 3 — d) Penedo das Eirinhas, Côtto do Gião n.º 3 e Côtto das Abatujuas.

interessante; é a da fig. 4. Nelles se vê que os braços lateraes se tornam arqueados (fig. 4, a) com a concavidade voltada para cima (atitude de oração?), outras vezes um arqueia-se para cima e outro para baixo dando a sensação de movimento como numa dança (fig. 4, b) ou é mesmo a haste principal da cruz que se encurva e também os braços que se quebram ou ondeiam parecendo na verdade que se quiz representar uma figura dançando (c, fig. 4).

Gravuras rupestres dêstes tipos são menos vulgares na bibliografia arqueológica. Em Portugal existem na lage das Ferraduras Pintadas (Lafões) ⁽⁶⁾ e em Espanha na Laja de los Hierros (Laguna de la Janda) ⁽⁷⁾ e nalgu-

(1) Arte rupestre gallego y portugués, *Memória da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturaes, n.º 1. série antropológica e arqueológica*, Est. II e III, Lisboa, 1916. Obermaier — Impresiones de un viaje prehistorico por Galicia, etc., fig. 1 e 2; Obermaier — Die Bronzezeitlichen Fels gravierungen von Nordwestspanien (Galicien), *Ipek*, 1925.

(2) Breuil e Burkitt — Les peintures rupestres d'Espagne, *L'Anthropologie* XXIV, pag. 322, est. 2, Paris, 1915.

(3) Breuil — Roches gravées de la Péninsule Ibérique; *Compte-Rendu du Congrès de Rouen de l'Association Française pour l'Avancement des Sciences*, Paris, 1921.

(4) Obermaier — El dolmen de Soto (Trigueros, Huelva); *Boletim de la Sociedad Española de Excursiones*, ano XXXII, Madrid, 1924.

(5) Obermaier — El Hombre fosil, est. XXIII.

(6) Amorim Girão — Antiguidades pré-históricas de Lafões, etc. pag. 39, fig. 2.

(7) Cabré e Hernandez Pacheco-Avance al estudio de las pinturas prehistoricas del extremo sur de España (Laguna de la Janda); *Memória n.º 3 da Comision de Investigaciones Paleontologicas y Prehistoricas*, Est. XIII, Madrid, 1914.

gumas pinturas neolíticas que representam o ídolo feminino na serra Morena (1).

Os braços nalgumas gravuras do Gião caem ao longo do corpo e o artista, apesar da rudesa do desenho e do seu grande esquematismo, conseguiu dar a desejada impressão (fig. 4, c e fig. 5).

Em Peña Tu (2) e nalgumas gravuras da Galiza (3) nota-se também esta particularidade.

Ainda neste santuário se representaram os membros superiores noutra atitude, em arco por cima da cabeça (fig. 6) posição que deve seguramente

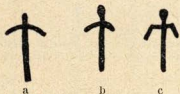


FIG. 5 — GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

- a) Penedo das Eirinhas, pedra entre o Penedo do Voltijoso e o Côto do Voltijoso, Côtito do Gião n.º 2 — b) Pedra junto ao Côtito do Freixo — c) Antearas.



FIG. 6 — GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

- a) Côtito do Gião n.º 3 d) Côtito do Gião n.º 2
 b) Penedo das Eirinhas e) Côtito do Gião n.º 2
 c) Pedra da muralha junto ao Penedo do Voltijoso. f) Côtito das Abatuças

ter significado especial. Breuil no quadro central do abrigo de Val de Junco (4), em Esperança (Serra de S. Mamede), encontrou uma figura idêntica.

Outra postura que tomam os membros superiores nalguns dos petroglifos do Gião é a da fig. 7, em arco como que se as mãos assentassem na cintura. Nalgumas a linha recta dos hombros é bem marcada e são os braços arqueados que assentam sobre o corpo (a, b, fig. 7) noutras, e esta for-

(1) Boule, Breuil e Obermaier — Rapport sur les travaux de l'année 1913; *L'Anthropologie* pag., 239, fig. 11, Paris, 1914.

(2) Hernandez Pacheco, J. Cabré, Conde de la Vega del Sella. Las pinturas prehistóricas de Peña Tu; *Memoria n.º 2 da Com. de Invest. Paleont y Preh.*, Madrid, 1914.

(3) Obermaier - Die Bronzezeitlichen Felsgravierungen Von Nordwestspanien (Galicien), etc. Fig. 5.

(4) La roche peinte de Valdejunco à la Esperança, près Arronches (Portalegre), *Terra Portuguesa*, n.º 13 e 14, 1917, fig. 2.

ma é muito conhecida, os hombros e braços são semi-círculos à roda da haste vertical do sinal cruciforme (c, d, e, f, g, h, i, j, k, fig. 7). Em várias pinturas rupestres da Andaluzia e Murcia ⁽¹⁾ como nalguns petroglifos da Galiza ⁽²⁾ e mesmo de Portugal (Lafões) ⁽³⁾ encontram-se sinais idênticos.

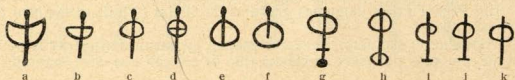


FIG. 7 — GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

- a) Côtto das Abatujaas — b) Côtto do Gião n.º 3 — c) Côtto do Gião n.º 2 — d) Côtto das Abatujaas — e) Côtto do Gião n.º 2 — f) Côtto do Gião n.º 2 — g) Côtto das Abatujaas — h) Pededo do Voltijoso — i, j) Lage do Rasto das Bestas — k) Côtto das Abatujaas, Côtto dos 7 olhos, Côtto do Gião n.º 2.

E' uma esquematização muito antiga pois nos calhaus rolados de Mas d'Azil ela aparece já ⁽⁴⁾.

Um outro tipo curioso é o da fig. 8, aqui o sinal cruciforme complica-se de forma diferente dos aqui descritos, na parte inferior do ramo vertical da cruz ha um outro traço arqueado tendo-se querido representar o



FIG. 8 — GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

- a) Côtto das Abatujaas. Antearis
b) Côtto das Abatujaas
c) Lage do Rasto das Bestas.

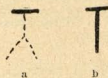


FIG. — 9 GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

- a) Penedo das Eirinhas
b) Bogalheiras.

outro membro inferior na atitude de marcha. Processo semelhante a êste já apontou Breuil nos rochedos de Corral de Sancho ⁽⁵⁾.

⁽¹⁾ Breuil e Obermaier - Premiers travaux de l'Institut de Paléontologie Humaine, *Anthropologie*, XXIII, fig. 24, 1912.

⁽²⁾ J. Cabré — Arte rupestre Gallego y Portugués, etc, est. II, Obermaier — Impresiones de un viaje prehistorico por Galicia, etc., fig. 2, pag. 10 e Die Bronzezeitlichen Felsgravierungen von Nordwestspanien (Galicien), etc, pag. 5

⁽³⁾ Amorim Girão — Antiguidades pre-historicas de Lafões, etc., fig. 2, pag. 39.

⁽⁴⁾ Obermaier — El Hombre fósil, 2.ª edição. Est. XXIII.

⁽⁵⁾ Breuil — Roches gravées de la Péninsule Ibérique, etc., pag. 5, fig. 5.

Algumas vezes nos petroglifos do Gião o sinal cruciforme sofre uma nova forma ficando dêste modo a figura humana rudemente representada como se pode vêr na fig. 9. Obermaier descreve porém tipos semelhantes nas gravuras rupestres da Galiza (1).

Uma estilização curiosa que aparece freqüentemente nêste santuário é o da fig. 10, muito conhecida em várias regiões espanholas (2) e até mesmo já nos calhaus pintados de Mas d'Azil (3).

São figuras ramiformes que no Gião abundam nos penedos do Volti-

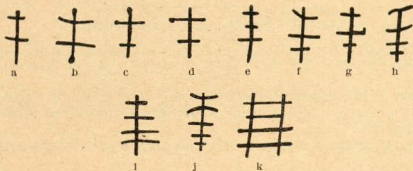


FIG. 10 — GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

- a) Penedo das Eirinhas — b) Penedo do Voltijoso — c) Penedo das Eirinhas — d) Penedo das Eirinhas — e) Penedo das Eirinhas — f) Penedo das Eirinhas — g) Penedo do Voltijoso — h) Penedo do Voltijoso — i) Penedo do Voltijoso — j) Penedo do Voltijoso — k) Penedo do Voltijoso.

joso e das Eirinhas. Essas gravuras depois de comparadas com outras como o fizeram Breuil e Obermaier, são representações humanas.

Nas pinturas rupestres do Prado del Azogue uma destas figuras ramiformes cavalga um quadrúpede o que confirma a hipótese de elas representarem homens (4).

Breuil poz a hipótese dêsses prolongamentos laterais poderem indicar determinados graus sociais pelo mesmo motivo que se multiplicam os bra-

(1) Die Bronzezeitlichen Felsgravierungen von Nordwestspanien (Galicien), etc.; fig. 5.

(2) Obermaier — El Hombre fósil, 2.^a edição, Est. XXIV.

(3) Obermaier — El Hombre fósil, 2.^a edição, Est. XXIV.

(4) J. Cabré — Las pinturas rupestres de Aldeaquemada; *Memória n.º 4 da Com. de Invest. Paleont. y Prehist.*, pag. 19, fig. 15, Madrid, 1917.

ços em vários ídolos hindús ⁽¹⁾. Obermaier inclina-se antes que alguns desses traços transversais seriam ornamentos vários e que fariam saliência em diferentes andares do corpo-humano.

A gravura *k* da fig. 10 é porém mais difícil de interpretar. Seriam

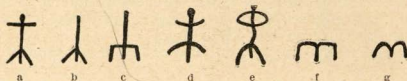


FIG. 11 — GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

- a) Côto das Abatujuas — b) Lage do Rasto das Bestas — c) Côto das Abatujuas — d) Penedo do Voltijoso — e) Côtito do Gião n.º 2 — f) Anteiras — g) Lage do Rasto das Bestas.

duas figuras a par, tendo o artista aproveitado os mesmos traços transversais para representar os membros superiores e inferiores a-par-dos ornamentos corporais?

Este motivo aparece muitas vezes no Gião e ha também outros exem-

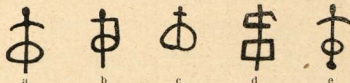


FIG. 12 — GRAVURAS RUPESTRES DO GIÃO

- a) Pedra cerca do Côtto do Freixo — b) Penedo do Voltijoso — c) Abatujuas — d) Penedo das Eirinhas — e) Pedra cerca do Côtto do Freixo.

plares em Portugal ⁽²⁾. Em Espanha também éle é conhecido ⁽³⁾.

A distincção de sexos entre as representações humanas no Gião é muitas vezes impossível, julgamos porém que alguns desses sinais cruciformes

(1) Breuil — Les cavernes peintes et gravées d'Espagne; *Savoir*, 2.º ano n.º 15, 15 de Abril de 1932.

(2) Breuil — La roche peinte de Valdejunco à la Esperança, près Arronches (Portalegre); *Terra Portuguesa*, n.º 13 e 14, 1917.

(3) Breuil — Les peintures rupestres, schématiques d'Espagne; *Butlleti de l'Associació Catalana d'Antropologia, Etnologia, e Prehistoria*, II, Barcelona. Breuil — La valée peinte de Batuecas, *L'Anthropologie*, XXIX fig. 14, pag. 21, Paris, 1918-1919.

deverão representar homens e mulheres. Noutro lugar publicamos já petróglifos dêste santuário representando grupos (1) ou famílias em que talvez se tenha querido gravar indivíduos dos dois sexos.

Ha porém aqui algumas raras gravuras em que indubitavelmente se quiz figurar o homem (fig. 11), tipos porém que são vulgares no país visinho.

Seriam as gravuras da fig. 12 representações de indivíduos do sexo feminino? É hipótese para a qual não achamos resposta.

Uma única vez apareceu no Gião a gravura da fig. 13, na lage do Rasto das Bestas. Trata-se de uma representação de um homem assentado e é semelhante a outra encontrada por Obermaier no dolmen de Soto e assim interpretada por êste autor (2).

São estas as modalidades que toma o sinal cruciforme nas gravuras rupestres desta montanha do Minho.



FIG. 13—GRAVURA RUPESTRE DO GIÃO

Lage do Rasto das Bestas

JOAQUIM FONTES

(1) Sobre algumas figures rupestres do sanctuario pré-histórico do Gião; *Revista de Arqueologia*, vol. I, pag. 75, Lisboa, 1932.

(2) El dolmen de Soto, etc, pag. 15, fig. 10 b.

UM DOCUMENTO FALSO
ATRIBUIDO AO INFANTE DOM HENRIQUE
OU A CARTA DE DOAÇÃO DA ILHA TERCEIRA
A JÁCOME DE BRUGES

Estando assim algum tempo na Ilha cultivando a terra, vieram cartas ao capitão Jácome de Bruges e dizem alguns que fingidas de Diogo de Teve, que era falecido um seu tio morador no Condado de Flandres, o qual lhe deixara um morgado de 300\$000 réis de renda em cada um ano; com a qual nova se embarcou este capitão primeiro da Ilha Terceira, com tenção de ir a Flandres e até hoje nunca mais apareceu, nem pessoa que o visse: dizem que o mandou matar Diogo de Teve, por se levantar com a terra pelos contratos que eram feitos entre elles: e de feito se levantou com a capitania da Ilha e com uma serra que se chama a Serra de S. Tiago, que o capitão tinha tomado para si, que rende até 400 moios de trigo cada ano, sôbre a qual serra trouxe depois um neto do capitão Jácome de Bruges, chamado Diogo Paim e um filho de Diogo de Teve, por nome João de Teve, grandes demandas e os concertou El-Rei Dom Manoel, que esteja em glória, que a partiu pelo meio, e cada um dêles houvesse assim sua metade. Depois sendo preso Diogo de Teve, por certas culpas na côrte, a mulher do capitão Jácome de Bruges, se foi queixar a El-Rei, dizendo-lhe que Diogo de Teve lhe matara seu marido, requerendo-lhe e pedindo-lhe de mercê lhe mandasse notificar á prisão onde estava, que dentro em 10 dias dêsse cópia dêle ou conta onde estava, ou se era morto ou vivo, sob pena de mandar fazer justiça dêle, e aos 6 dias depois da notificação faleceu Diogo de Teve.

Não aparecendo o 1.º capitão Jácome de Bruges, sua mulher guardou sempre a doação, que o Infante lhe fizera, porque tinha uma filha chamada Antónia Dias de Arce, á qual pertencia directamente a capitania; e com ela casou um fidalgo inglês de nação, chamado Duarte Paim, comendador do hábito (sic) de S. Tiago, filho de um fidalgo inglês por nome Tomás Elim Paim, o qual veio a estes Reinos de Portugal, por secretário da muita esclarecida Rainha, Dona Filipa de Lancaster, mulher de El-Rei Dom João, de Boa Memória.

Depois de casado Duarte Paim com Antónia Dias de Arce, filha de Jácome de Bruges, se meteu á demanda com os possuidores da Ilha, e nela morreu: ficou-lhe um filho chamado Diogo Paim o qual trouxe tambem muito tempo demanda sôbre a capitania; e por se não achar a própria doa-

ção, que dizem lha furtou e queimou um criado do capitão Alvaro Martins Homem, neto do primeiro capitão deste nome, foi excluído do direito que nela tinha e parece que, por este respeito, foi Deus servido que não houvessem herdeiros que a lograssem, como adiante direi; mas parecer não é saber, como diz o provérbio».

Este Fernão Dulmo (Ferdinand van Olm?), citado por Frutuoso, intitulado capitão na Ilha Terceira não estava lá ao tempo do Infante Dom Henrique, isto é, antes de 1460, pois vêmo-lo obter uma doação de Dom João II, em 1486, doação de terras na América, provavelmente nas Antilhas e tão extraordinária, como outra não houvera, até então, pois concedia-lhe o direito de condenar à morte e o Rei prometia-lhe que, no caso de encontrar resistencia nos países que ia descobrir ou tomar posse, o auxiliaria mandando-lhe tropas de terra e mar.

Não seria, portanto, um valetudinário o homem que tomava sobre seus ombros uma empresa tão importante e à qual o Príncipe Perfeito ligava tanto interesse.

Foi antecessor ou contemporâneo de Jácome de Bruges na colonização e exploração da Terceira, como quere o doutor salamanquino?

Seria, mas depois de 1460, sob o alto donatario, o Infante Dom Fernando, a quem as ilhas dos Açores, excepção feita das ilhas do Pico, S. Jorge, Flôres e Côrvo, devem o seu povoamento.

Não obstante os dizeres tão terminantes da doação ao Infante Dom Fernando, no *Arquivo dos Açores*, vol. I, pag. 32, lê-se:

«Há, porém, quem duvide da autenticidade desta doação (de Dom Henrique a Jácome de Bruges):

1.º por estabelecer uma excepção, unica e desusada, à lei mental de 8 de Abril de 1434, que estabeleceu a reversão á coroa sempre que caducasse a linha varonil, lei que o Infante D. Henrique não podia deixar de respeitar, porquanto nela se determina que só por graça especial do Rei, póssa a femea suceder;

2.º por não se achar a dita carta registada nas chancelarias ainda existentes na Torre do Tombo;

3.º porque o registo daquella carta feito no livro do tombo da (camara da) Vila da Praia, em data muito posterior, foi á vista não do original, mas de uma copia particular apresentada pelos interessados e acompanhada de uma justificação em que se allegava e se deu provado que o original tinha sido queimado por pessoa da casa de um dos donatarios da Praia, descendentes de Alvaro Martins Homem».

Não pode haver duvidas, mas sim certeza da falta de autenticidade e para isso existem motivos poderosos, decisivos.

A' afirmação de Bruges não ter filhos legítimos e sómente filhas, opõe-se o testemunho de José Dutra, ou de Utra, (Josse de Hurtere), 2.º donatário da Ilha do Faial e 3.º da do Pico, na justificação de nobresa requerida por Álvaro Pereira Sarmento, tirada na então Vila de Horta, em 25 de Setembro de 1542 e que resa assim :

«... aos 2 dias do mez de Outubro do anno de 1542, em esta Villa de Horta, Ilha do Faial, nas pouzadas do Senhor Capitão José Dutra (1), Capitão e Governador das Justiças, por El Rei, Nosso Senhor, na dita ilha e na do Pico, ahi, por Jordão Gonçalves, Inquiridor, commigo, tabellião, foi tirado por testemunha ao Senhor Capitão e mais testemunhas, que ao diante seguem = Lazaro Dias, tabellião, o escrevi = O Senhor José Dutra, fidalgo da casa d'El Rei, Nosso Senhor, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, que pelo dito Inquiridor lhe foram dados a elle, testemunha, poz sua mão direita e prometeu dizer verdade.

Perguntado pelo costume, disse que o pai do supplicante era seu alhado da pia. E assim Sebastião Pereira, irmão do dito Gaspar Garcia, era casado com uma sobrinha d'elle, Senhor Capitão, filha de Antonio Dutra, seu primo como irmão, e comtudo diria verdade = Lazaro Dias, Tabellião, o escrevi = Perguntado a elle testemunha Senhor Capitão, pelo que sabia da petição do supplicante, que lhe foi lida e declarada pelo Inquiridor, disse elle testemunha que era verdade que o supplicante era filho legitimo de Gaspar Garcia Pereira Sarmento e de sua mulher Dona Beatriz Gonçalves Madruga e por filho dos sobreditos é havido e conhecido, e assim é verdade que elle conheceu a Dona Isabel Pereira, contheuda na petição e ser primeiro casada com Gabriel de Burges (sic), filho do primeiro capitão donatario de toda a ilha Terceira (sic) e como estava casado segundo mandamento da Santa Madre Igreja por espaço de quatro ou cinco annos, *por suas enfermidades não teve successão* (2), e morreu e depois que falleceu o dito Gabriel de Burges (sic), seu marido, o dito seu pai Jácome de Burges se foi para Flandres e deixára na ilha por seu logar-tenente a um João (Fuão?) de Teves, e depois de ido nunca mais appareceu e assim a Infanta Dona Beatris, tornára a capitania e donataria a dois creados seus João Vaz Côrte

(1) No vol. IV, do *Archivo dos Açores*, pags. 210, altera-se o nome e o depoimento desta testemunha! Chama-se-lhe Jorge e Jobs, onde ela diz *Burges*, escreve Bruges e de *Teves* faz Teive etc.

(2) O sublinhado é meu.

Real (1) e António (aliás Alvaro) Martins Homem e a não quizera dar a *uma filha, a quem pertencia*, do dito Jácome de Burges, *que casou com um Paym, inglez, contra sua vontade* (2)”

Pedro Afonso, escudeiro do Senhor Capitão, inquirido nesta justificação diz: “. que conhecera a Dona Isabel Pereira, filha legitima de Gonçalo Pereira Roxo, o qual era um fidalgo muito honrado, da casa d'El-Rei, acrescentado, e de sua mulher Dona Maria Sarmento, dos verdadeiros Sarmentos de Galliza, o qual Gonçalo Pereira casou a dita sua filha unica com Gabriel de Burges (sic), filho de Jácome de Burges, o primeiro capitão donatario de toda a Ilha Terceira e com ella vivera casado por espaço de quatro ou cinco annos; por suas enfermidades fallecera da vida presente, pelo que vendo o dito Jácome de Burges falecendo o dito seu filho e lhe não ficar successão d'elle, se fôra para Flandres e deixára, na Ilha, por seu Longo-Tenente a um Fuão de Teves, o qual nunca mais apparecera pelo que a Infanta Dona Beatris dera a dita Capitania da dita Ilha a dois creados seus João Vaz Côrte Real e Antonio (aliás Alvaro) Martins Homem e a não quis dar a *uma unica filha* que ficou de Jácome de Burges, *por casar com Paym, inglez*, (3) de quem ha na dita Ilha successores.”

São muito importantes e elucidativos estes dois depoimentos por provirem de pessoas que conheceram e trataram a nobre viuva de Gabriel de Bruges ou Burges (Burgess? Bourges?)

Advirta-se que tanto Josse de Hurtere como o seu escudeiro, Pedro Afonso, não attribuem o desaparecimento de Jácome de Bruges ou de Burges (Bourges) ao facto de ter sido assassinado por Diogo de Teive, mas que fôra para Flandres e não mais voltára.

Durante muito tempo, fundado na *Historia Insulana* do P.º António Cordeiro, que, por sua vês, se estribou nas *“Saudades da Terra”* de Gaspar Frutuoso, acreditou-se que Jácome de Bruges ou de Burges (Bourges) tão somente deixára duas filhas, o que não parece exacto, pois verifica-se por aqueles depoimentos que tivera uma unica filha e tambem um filho, de nome Gabriel, casado e sem geração e que Dona Beatriz, mãe e tutora do Duque Dom Diógo, alto donatario, viuva do Infante Dom Fernando, não quizera dar a Ilha Terceira á filha *unica* de Jácome por casar com o inglez Paym (Pain?); que logo que Gabriel de Bruges falecera, Jácome *se fôra para Flandres e nunca mais apparecera*.

Ora Jácome ou Jacób é nome biblico e judaico como é *Gabriel*.

(1) Sôgro deste José Dutra, por haver casado com sua filha, Isabel Côrte Real.

(2) O sublinhado é meu.

(3) O sublinhado é meu.

A mulher de Jácome chamava-se Sancha Rodriguez de Arce, nome e apelido bem espanhóis; mais tarde, uns oito anos, depois do desaparecimento de Jácome de Bruges, surge um Pero González, filho de Inês González (1), dizendo-se também filho legítimo de Jácome de Bruges e natural de Orense.

De todos estes factos pode nascer a suposição de Jácome ser bígamo e hebreu e de, para fugir a responsabilidades criminais, sumir-se, com o pretexto de ir a Flandres.

Se Inês Gonzalez era de Orense, Sancha Rodriguez de Arce não devia ser de terra muito distante para conhecer Jácome, talvez mercador no Pôrto, onde se relacionaria com Afonso Gonçalves Baldaia, o *Velho de S. Francisco*, antigo escudeiro da casa do Infante Dom Henrique, em 1439, almoxarife da Alfandega do Pôrto e mais tarde colóno da Ilha Terceira.

A mulher de Gabriel de Bruges, Dona Isabel Pereira Roxo, era filha de Gonçalo Pereira Roxo e de Dona Maria Sarmiento, filha de Dom Garcia Sarmiento, Senhor de Vigo e de Dona Francisca de Souto Maior, tudo gente de Minho e Galiza que bem deviam conhecer a vida aventureira de Jácome.

Morto Gabriel de Bruges ou Burges, aparecendo a pleitear a donataria da Terceira Pero González, como filho de Jácome e de sua *legítima* mulher, Inês Gonzáles, imagine-se a irritação da viuva, Dona Isabel Pereira, que era de nobilíssimo sangue, por se saber enganada durante alguns anos quatro ou cinco, que tantos foram os que esteve casada com Gabriel, supondo-o filho legítimo, duplamente enganada, pois êle, por suas enfermidades, não podia procrear.

Provavelmente deixaria de ter contemplações com tal sôgro, talvez mesmo sentisse o desejo de o entregar às justiças reais e então aquêle entender, muito prudentemente, que o unico meio, o melhor meio de evitar contratempos e de não aturar duas ou três mulheres, era fazer o que fez: eclipsar-se definitivamente para ficar no seguro e em paz; e os outros, na ignorancia de quem êle fôsse, bem como a sua naturalidade, Bruges ou Bourges (Burges, *como depoem as testemunhas e assim lhe chama Frei Diogo das Chagas, no Espelho Cristalino*).

O desaparecimento de Jácome de Bruges deu-se após a morte do filho e antes de Abril de 1474.

A êsse tempo, José Dutra, ou de Utra, nascido cêrca de 1468, teria uns 6 anos de idade (2).

(1) No *Archivo dos Açôres*. Vol. IV, pag. 206, lê-se Helena!

(2) José Dutra ou de Utra, filho de Josse van Hurtere, o donatário flamengo das Ilhas do Faial e Pico, que obtivera a capitania do Faial em 1468 e a do Pico, succedendo nesta a Alvaro

Era, portanto, muito creança quando foi padrinho de batismo de um dos filhos de Dona Isabel Pereira, casada, em segundas nupcias, com João Garcia Pereira.

E' possível que êste casasse na Ilha do Faial com a viuva de Gabriel de Bruges; mas não há documento, nem, ao menos, motivo para conjecturar que na mesma Ilha casasse Gabriel de Bruges, como se lê no *Arquivo dos Açôres*, vol. I, pag. 32.

O primeiro documento autentico, que se conhece relativo a Jácome de Bruges é a carta de doação a Alvaro Martins Hómem, datada de 17 de Fevereiro de 1474, assim concebida:

«Eu a Iffante dona Beatriz tutor e curador do Senhor duque meu filho etc. Faço saber a quantos esta carta virem e o conhecimento della pertencer por qualquer guiza que seja que consirando eu como antre Jácome de Bruges e Alvaro Martins capitão da sua ilha Terceira de Jhu X p.º sempre houve alguns debates por a terra da dita ilha *não terem de todo partida e ora por me ser certificado o dito Jácome de Bruges ser morto* e a sua capitania ficar devoluta ao dito Senhor meu filho por elle não ter filho lidimo barão (¹), *segundo forma de sua carta*, fiz mercê della a João Vaz Côrte Real, fidalgo de sua casa e por querer escusar antre o dito João Vaz e Alvaro Martins os ditos debates ouve por bem repartir a dita ilha para cada hum aver em sua capitania metade della *segundo a tenção do Iffante* (²) *meu senhor que Deus haja ora*. E conformando-me com uma *pintura que della foy trasida ao dito meu senhor* e em a qual *elle* tinha começado a riscar a partilha
a parto polla Ribeira Sequa e
e partida a dita ilha pela dita maneira mandei ao dito João Vaz que escolhesse e elle escolheu na parte de Angra e deixou a parte da Praia em que *o dito Jácome de Bruges tinha feito seu assento* (³)

(Continua)

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA

de Dornelas em 1482, devia ter nascido cerca de 1468, pois já era maior de 25 anos, quando faleceu ao pai, em 1495. Admitindo que Gabriel de Bruges falecesse entre 1470 e 1472, e que a viuva casasse em 1474 com João Garcia Pereira, pai Gaspar Garcia Pereira Sarmento, afilhado do batismo de José Dutra, aquêle teria nascido depois de 1475, casando talvês aos trinta anos, com Isabel Gonçalves Madruga. O filho, Alvaro Pereira Sarmento, deveria ter mais de 25 anos, quando em outubro de 1542, justificou a sua nobrêsa na então Vila de Horta.

(¹) Jácome de Bruges faleceu depois do filho Gabriel, como dizem José Dutra e o seu escudeiro, nos depoimentos aqui transcritos.

(²) Dom Fernando.

(³) Vê-se, por estes dizeres, que a Ilha Terceira fôra doada pelo Infante Dom Fernando a Jácome de Bruges e a Alvaro Martins Homem.

ACÊRCA DA "VILLA" LUSO-ROMANA DE SANTA VITÓRIA DO AMEIXIAL

ÉCOS E NOTAS DE UMA CAMPANHA ARQUEOLÓGICA
EM 1915-1916 NO ALENTEJO

Em 1915 e 1916 procedi a escavações de vulto no Alentejo, na freguesia de *Santa Vitória do Ameixial*, do concelho de Estremoz, confinante a NO. com o de Sousel. Era Conservador do então Museu Etnológico Português (1).

Essas longas e penosas escavações poseram a descoberto as ruínas extraordinárias de uma rica «villa» de lavrador luso-romano, senão de Romano ali colonizante, do século II-III.

Não trago para aqui o relato das escavações, nem a descrição da «villa» pomposa. Tal pertence e compete a *O Archeologo Português*, onde será publicado, em número próximo, o relatório por mim apresentado e já impresso ha alguns anos; a propósito direi que a demora proveio principalmente das dificuldades de obter e preparar as gravuras numerosas.

O meu intento, agora, é outro. Quero salientar alguns elementos notáveis para o estudo da civilização romana em Portugal.

*

1) — Antes de mais, devo salientar a grandeza da área ocupada pela «villa», até agora a maior e mais rica das exploradas em Portugal. «*Villa dos Mosaicos*», lhe chamei públicamente em tempos (2), e na verdade merece o atributo, porque, desenvolvida em muitas salas, era pavimentada de sete mosaicos, diferentes no padrão artístico, no estilo decorativo, no simbolismo, e na variedade e riqueza dos materiais empregados. Três dêsses mosaicos foram especialmente cuidados: um, o melhor, que está hoje estendido no Museu Etnológico, a-meio-do pavimento inferior, é maravilha de composição, se bem que desequilibrada por multiplicidade de assuntos; pertencia ao *Balnearium*; da riqueza dêste recanto imponente da «villa», avaliar-se-á pelo belo mosaico de 9,01 x 6,02 como pelos frescos parietais de que recolhi mo-

(1) Hoje «Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos».

(2) Em *O Seculo da Noite*, de Lisboa, no dia 26 de Março de 1916.

delos variados, sem saber ao certo qual seria o da sala do mosaico (!), todos porém de formoso efeito decorativo; avaliar-se-á também pelas guarnições tabulares de mármore pintado e colorido de vermelho, com relevos de efeito, muitos fragmentos dos quais, maiores ou menores, mas concludentes tôdos, se vêem no mesmo Museu. Outro mosaico, na parte alta da «villa», êsse sim, tinha unidade; era rítmico hino a Baco, em estrofes de simbolismo, em-volta-de corôa de louros com as letras de qualquer saudação secreta:

K A F
C T F

Foi impossível arrancar êste mosaico, porque assentava directamente sôbre o chão de rocha, aplanado com ténue *opus signinum*, e eu não tinha material necessário nem adequado.

Terceiro mosaico, de meandros conjugados, rodeava o *impluvium* em-forma-de I, era simples, largo e comprido, 5,^m40 × 9,^m44.

Corredores em série tinham outros mosaicos, de decoração geométrica e policrômica: círculos, arcos, segmentos circulares, círculos concêntricos, losangos, triângulos, etc.

A «villa» subia um outeiro de cota 300 aproximadamente, pela vertente voltada a Sul. Multiplicavam-se as salas e outras divisórias com extrema fantasia. No alto, já no cabeço terraplanado, assentava o terceiro mosaico de que falei. As mais construções escalonavam-se no terreno, e prolongavam-se para E. por onde a subida é suavíssima.

*

2) — Na série de construções que segui, pude distinguir dois grupos: um constituiria a *Villa urbana* ou *pars urbana*, para gôzo do proprietário com todos os requintes da opulência e luxo; outro formaria a *Villa fructuaria* ou *pars fructuaria*, a Nascente daquela, para recolha, aproveitamento e amanho de colheitas e frutos das terras do domínio. Mas a *Villa rustica*, continha também, para ser completa e por necessidade de funcionamento, a *Villa agraria* ou *pars agraria*, onde habitava o pessoal da lavoura e estava o gado; esta, porém, não consegui defini-la. Devo acrescentar que as escavações não se completaram, por falta de verba.

(!) Talvez os frescos vermelhos, pela harmonia com as guarnições de mármore, pintadas de vermelho, deva considerar-se da sala do mosaico.

Varrão, Vitrúvio, Columela, Catão, descrevem a composição das «villae» romanas com os elementos necessários para o estudo da que nos ocupa. Exemplos modernos de estudo consciencioso e completo, podemos tê-los em Ramsay, Gankler, Pierre Gusman, etc.

Este nosso é exemplo perfeito da acção colonizadora dos Romanos.

*

3) — A-par-da riqueza architectónica e da extensão do edificio, temos de considerar que não fôra ali colocada a «villa» para simples divertimento do seu *dominus*. Aparece-nos agora à sugestão a utilidade do imóvel.

Diante-do outeiro, estende-se para Sul mui vasto terreno, chão de cultura cerealífera; ao fundo, adensa-se para mais longe o arvoredor, de montado, que ainda hoje constitui o que chamam localmente o *Mato*. De O., N. e E., outeiros de diversa altura ladeiam o que tinha em si a «villa». Vestígios de *tegulae*, *imbrices* e *opera latericia* juncam-lhe os terrenos defronte; noutro outeiro a S.E. apareceram, antes-das escavações da «villa», sepulturas de tejo, simples e pobres, com os esqueletos e instrumentos de trabalho; verifiquei este facto; devera de ser aí o cemitério dos servos, *servile coemeterium*.

Achamo-nos perante *latifundium* caracterizado. Na «villa» habitava o proprietário — qual hoje sucede no mesmo Alentejo, com o *monte*; depois, estendeu-se-lhe a significação ao *ager* possuído, e «villa» se chamava então a todo o conjunto.

Julgo importante a observação global destas ruínas, para conhecimento directo da grande unidade agrícola dos Romanos e da sua transladação para as províncias; e também terá importância para o estudo do condicionalismo agrário e organização histórica da grande lavoura, no Alentejo, terra de grandes propriedades rurais.

*

4) — Importante dos problemas a estudar, está no fornecimento de águas para a «villa». Na vertente para N. havia um pço abundante ao tempo das escavações; no sopé, a O., ficava outro pço, e em frente deste, separada pela estrada do Cano, a fonte paroquial de duas bicas, com tanque posterior para lavagem de roupa. As águas destas origens difficilmente chegariam para consumo da «villa», se foram conhecidas e aproveitadas então; a do pço superior não teria rendimento bastante para gastos tam grandes como eram os do *Balnearium*, onde majestoso tanque, aberto para a Sala Grande

do mosaico, era de jacto contínuo por formosa carranca fontanária de mármore branco, hoje no Museu Etnológico. As águas da parte mais alta da «villa», correntes a descoberto ao centro de corredor de mosaico, as de tanquezinhos e taças espalhadas, aqui e além, etc., levam a concluir que provinha de outro ou mais lugares o fornecimento.

No massiço da parede do fundo da Sala Grande do mosaico do *Balnearium*, rasgava-se a calha semicilíndrica, pela qual corriam águas para alimentação da carranca mencionada. Pela direcção da calha, foi fácil verificar a entrada da água, mas, por desgraça, a calha aflorava rapidamente no terreno, logo dois metros se tanto para trás-da parede. Desceria de depósito, onde se juntasse? Certamente. A alimentação desse depósito devia de ser constante, se atendermos ao que fica dito.

Para esse lado, a E. do outeiro, baixa o terreno suavemente para a várzea da ribeira de Almadafe, afluente da ribeira da Sêda. Do lado de lá da ribeira, sobe o terreno, suavemente também; em cota superior a 300 está a *Fonte da Granja*, cercada de lendas populares, e mais acima a *Fonte de Ruivinos* (364), ambas no monte da Morada. Dessas nascentes poderiam vir as águas para a «villa», por aqueduto. Corre na tradição local a existência deste aqueduto, como «ponte de arcos», que o tempo e a lavoura hortícola do trato de terreno destruíram.

O P. Luís Cardoso, no *Diccionario Geografico*, s. v. «Ameixial» (1), refere-se às ruínas: fala de torreão, que observei ser dependência do Balneario, por sinal sobre *hipocaustum*, e de forma circular; ... «entre a Igreja, e Torreão, diz o P. Cardoso, outros dois alicerces e arquetas, tudo destruído, por onde lhe vinha água das fontes da Granja, e Ruivinos, o que só poderia ser por aquedutos de arcos, de que não há vestígios».

Entre estas duas referências ao Torreão e à Igreja paroquial, nada pude verificar, porque foram aí construídos prédios contíguos. As paredes deles assentam sobre alicerces, paredes e construções romanas da «villa». Pelas hortas marginais da ribeira, tão revolvido e limpo de pedra está o chão que nada pude observar. A tradição, todavia, e o estudo das condições locais, concluem, até verificação contrária, que o fornecimento de água, pelo menos da água de corrente constante, vinha das nascentes das fontes do monte da Morada, ou Serra da Morada, como ali lhe chamam para evitar a confusão de *monte-relêvo* e *monte-centro* agrícola. A construção da estrada para o Cano, ramal da de Estremoz-Sousel, passa entre as fontes e a aldeia; cortou, portanto, a linha provável do aqueduto.

(1) Ed. de 1747, T. I, págs. 438-440.

Pela parte da «villa», voltada ao Sul, desciam canos cobertos, que conduziam as águas saídas do *impluvium* e porventura escorrentes de outros depósitos. Ora se escondiam sob o pavimento, em calha fechada por *imbri-ces*, ora alongavam muros baixos, disfarçados na alvenaria. Também no *Balnearium* a água do tanque da sala do mosaico, saía para Sul, por canalização subjacente. Estas águas poderiam ser aproveitadas para cultura de jardins no sopé do outeiro, à-beira-da «villa», ou aglomeradas em estanques de utilidade doméstica e agrícola.

*

5) — Nos elementos artísticos figurados na simbologia dos mosaicos, há concorrência estética de quatro vias psicológicas: *a)* evocação do mar, no mosaico do *Balnearium*, com representações de origem mitológica (o rapto de Europa, o cortejo de Anfitrite, os bustos dos ventos, «árbitros do mar») e poética (passagem de Ulisses pelas Sereias); *b)* apologia ou representação dos jogos gímnicos no mesmo (fases da luta e pugilato); *c)* apóstrofe mágica e contínua, contra alguém que foi obsidiante na vida do *dominus*, rico e raivoso, da «villa», ainda no mesmo mosaico (figuras de agressor e agredida, acompanhadas de inscrição com carme cominatório e esconjurante).

Indicarão estas figurações algum episódio pessoal da vida do proprietário, como certamente a de lançar a condenação, em que seria até possivelmente actor, representado na cena? Para fantasia poética, não há unidade, como se vê.

d) O mosaico de alegoria báquica, no alto da «villa», poderá interpretar-se pelo culto do deus do vinho, naquelas terras de vinha; o mosaico seria assim a invocação permanente de Baco, a propiciação contínua do vinhateiro ao protector das suas terras vinícolas.

Estas notas, parece-me que poderão dar indícios da personalidade do *dominus*, e lançar luz sôbre a psicologia do grande lavrador luso-romano, ou colono romano de poderosos recursos.

*

6) — Poderá perguntar-se agora: e nomes? Não havia nomes denunciadores da identidade do senhorio dèste latifúndio?

Nomes, apareceram alguns, sem possibilidade, porém, de atribuição, se exceptuarmos o do fabricante de tejo, e partindo do princípio aceite de que as inscrições onomásticas ou grafitos em peças de barro provenham do oleiro ou fabricante.

Assim: no carme cominatório, a que chamaríamos em bom português — *praga*, surgem-nos dois nomes claros: FELICIO TORRITATUS e CIR-DALUS. A-par dêstes o de VARER que já não se pode saber se é completo ou, sendo completo, se será nome indígena. Os dois primeiros pertencem a homens; será de mulher o terceiro, em concordância com a figuração da «praga», onde se vê a mulher nua e castigada com feixe de varas, vítima, portanto, do envio para Prosérpina e da agressão corporal simbólica do homem representado na mesma cena?

Num tejo comprido, limpo de argamassa, lê-se a inscrição do nome provável do oleiro, feita com o dedo na pasta macia: VIBULUS.

Disseram-me na aldeia, durante as escavações, que, ao abrir da estrada para a antiga vila do Cano, foi encontrada uma lápida com inscrição. Diga-se que esta estrada cortou o outeiro, logo por baixo do vestíbulo da Sala do mosaico do *Balnearium*. A inscrição foi levada para as arrecadações da Câmara de Estremoz, onde, a-pesar-da informação tida por fidedigna, não encontrei nada, que lhe dissesse respeito. Outra pessoa informou-me de ter a pedra utilização, ao construir o tanque público, junto das ruínas, do lado de lá da estrada.

Plinto esbotenado de coluna votiva, partida e reduzida ao torso de arranque, tem inscrição simples, sem nome:

BONO R(EIPUBLICAE) NATVS

Quem era êste que nasceu para bem da República? A quem fora levantada a memória? De quem o busto que possivelmente a encimasse? Do César, que lá longe, em Roma, capital do mundo, tinha nas mãos os destinos do Império?

A unidade grandiosa desta obra de colonização merece bem que seja notada, e se lhe dê todo o relêvo. (1)

LUI\$ CHAVES

(1) Comunicação feita ao Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia de Lisboa, no dia 21 de Junho de 1933.

D. SOPHIA DE SOUSA VITERBO

Na madrugada de 12 de Dezembro ultimo falleceu inesperadamente esta illustre senhora que pelo seu character, bondoso coração, intelligencia, muita modestia e fino tracto captivava todos que honrou com a sua amizade.

Amigo intimo do dr. Sousa Viterbo erudito archeologo e notavel investigador da documentação historica das artes e industrias portuguezas, com elle convivi durante os ultimos dez annos de sua vida, e, portanto, pude apreciar a dedicação de D. Sophia, «a luz dos seus olhos», como elle dizia, a sua adorada filha, a sua secretária e desvelada collaboradora.

Após a morte de seu pae, foi D. Sophia a continuadora da grande e preciosa obra inédita que toda ficou impressa duraute vinte e dois annos e n'esse longo espaço de tempo a sua principal preocupação, o seu fatigante trabalho de coordenar e rever tudo, demonstram bem grande amor filial e o relevante serviço prestado à bibliographia historica-artistica do seu paiz.

Duas collectividades scientificas portuguezas, fizeram devida justiça a D. Sophia Viterbo: a Associação dos Archeologos Portuguezes, elegendo-a socio benemerito, em 19 de Julho de 1916, e o Instituto de Coimbra, socio correspondente nacional, em 16 de Julho de 1924.

A vida de D. Sophia Viterbo foi admiravel de abnegação e dedicação junto do pae cego e depois junto de sua veneranda e virtuosa mãe que lamenta agora a perda da filha que estremecia.

A pedido do Director da «Revista de Archeologia», meu presado amigo, agradecendo a distincção concedida, prestei esta despretençiosa homenagem à memoria da illustre e querida morta que tanto estimei, que sempre me demonstrou sua verdadeira amizade durante trinta e três annos de respeitosa convivencia cuja lembrança não olvidarei.

Lisboa, 12 de Janeiro de 1934.

ANTONIO CESAR MÊNA JÚNIOR

ALGUNS COSSOIROIS NOTÁVEIS DO "CASTÊLO" DE TENDAIS

A uns 7 quilómetros a SE da Vila de Sinfães, e a uns 500 metros ao N. do lugar de Quinhão, já dentro da freguesia de Tendais, está situado um morrozito, conhecido pelo nome de Castêlo, duns 700 metros de altitude acima do nível do mar. A região é montanhosa, e a eminência do Castêlo quasi se perde entre o acidentado da Serra de Montemuro. A denominação de «Castêlo» chamara-me a atenção, quando há anos ali estive por duas vezes. E de facto, também neste caso, a toponímia abriu a porta a descobertas arqueológicas. Não podendo demorar-me, na minha passagem por Tendais,

em investigações cuidadosas, pedi a pessoas amigas que recolhessem quaisquer objectos que por ventura se viessem a encontrar no Castêlo. Não foi baldado o meu pedido. A breve trecho aparecia uma grande quantidade de fragmentos de loiça castreja, muito mal cozida, ordinariamente de pasta acinzentada e até mesmo esbranquiçada, alguns dêles com ornamentos incisos. Com os fragmentos de cerâmica encontrou-se também uma lança de ferro, e mais tarde três «fusaiolas» ou cossoiros de pedra, um liso, os outros ornamentados. E' destes últimos objectos que vamos dar na presente nota uma noticia mais pormenorizada.

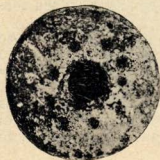


FIG. 1 — COSSOIRO DO
«CASTÊLO» DE TENDAIS
(SINFÃES)
(Tamanho natural)

O cossoiro liso, quasi esférico, mede 38 milímetros de diâmetro na sua maior largura, e 1 centímetro no orifício cilíndrico central que o perfura

de lado a lado. E' de granito. O segundo, cuja forma se aproxima mais da comum destes objectos, tem 37 milímetros de largura ou diâmetro, 15 de espessura ou altura, e apresenta numa das faces, em torno da perfuração principal, uma série de nove pequeninas incisões circulares ou «fossettes», formando todas elas um círculo tosco. E' de calcáreo, e está muito patinado (fig. 1).

Mas o mais interessante de todos os três é sem dúvida o representado nas figs. 2 e 3. E' tambem o maior de todos, pois o seu diâmetro atinge 53 milímetros. Apresentando a forma dum círculo achatado, com 14 milímetros de espessura, encontra-se cuidadosamente ornamentado em ambas

as faces e em todo o seu contôrno. Num dos lados mostra-nos 34 concavidades (*fossettes*), mais ou menos dispostas em dois círculos concêntricos, sendo 14 do círculo interior e 18 do exterior, com mais duas abertas entre os dois círculos. Estas covinhas foram gravadas por instrumento cortante com movimento giratório, pois apresentam quasi todas uma forma cônica muito regular.

A ornamentação do reverso é mais complicada. Em vez de círculos, teve o artífice a preocupação de gravar dois quadriláteros, um maior envolvendo outro mais pequeno, com oito covinhas dispostas simetricamente, três de cada lado no espaço compreendido pelos dois quadriláteros, e duas junto ao orifício central. As «*fossettes*» são mais pequenas que as da face anterior. Nota-se nos traços abertos na pedra certa imperícia do gravador, pois além da irregularidade das figuras, as linhas sobrepõem-se. Na parte exterior do cossoiro, no sentido da sua espessura, há também um círculo gravado com bastante precisão, cortado regularmente, à distância de um decímetro, por quinze perpendiculares, de modo a apresentar no seu conjunto um curioso desenho quadriculado.

O objecto, que é igualmente de granito como o primeiro, encontra-se ligeiramente fragmentado, mas a fractura deve ter sido produzida há muito tempo em vista da pátina que apresenta. Pelo contrário certas «*experiências*» feitas com algum canivete, mostram evidentemente ser obra recente.

A cerâmica e os instrumentos de ferro com que foram encontrados estes cossoiros, determinam para elles uma data bastante precisa. Devem ser já da idade do Ferro, e possivelmente contemporâneos da romanização dos castros ou «*castêlos*».

E' muito vulgar o achado de cossoiros nas nossas estações castrejas. Martins Sarmiento encontrou-os a cada passo nas suas escavações da Citânia de Briteiros. Logo nas primeiras que lá realizou em 1874, deparou com o que elle denomina um «*grão de cola*», cossoiro de barro interessante pelos adornos que contém (1). Em 31 de Julho de 1875 apparece-lhe metade duma «*esfera de barro*», de que apresenta um desenho (2), e em 6 de Julho de 1876 descobre «*uma fusiola de loiça fina e com seu ornato de círculos miudos*» (3), do mesmo género, acrescentamos nós, das que se encontraram agora no Castêlo de Tendais.

As nossas revistas de arqueologia dão conta a cada passo de achados

(1) F. Martins Sarmiento: *Materiaes para a Archeologia do Concelho de Guimarães* «*Revista de Guimarães*» vol. XX, 1903, p. 5.

(2) Idem, *ibidem*, p. 69.

(3) Idem, *ibidem*, vol. XXI, 1904, p. 50.

semelhantes. O falecido arqueólogo Marques da Costa fala-nos de alguns de-veras curiosos no seu trabalho sôbre as estações prehistóricas dos arredores de Setúbal (1). No estudo da estação arqueológica da Assenta, vemos também mencionados pelo Sr. Dr. Felix Alves Pereira (2) três exemplares de barro, e dois pelo Sr. Dr. Luis Chaves (3). O Sr. Dr. Vergílio Correia encontrou-os igualmente em Condeixa (4); o Sr. Capitão Mário Cardozo

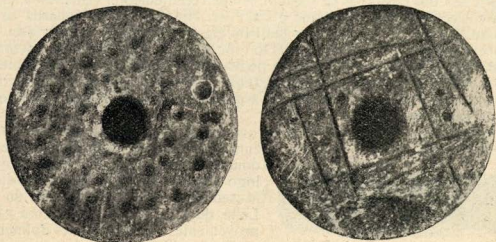


FIG. 2 — COSSOIRO DO «CASTÊLO» DE TENDAIS (SINFÃES)
(FACES SUPERIOR E INFERIOR)

(Tamanho natural)

reproduz vários recolhidos por Martins Sarmiento (5), e o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, menciona, entre outros, três de Evora-Monte (6) etc. etc.

(1) A. I. Marques da Costa: *Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal*. «O Archeologo Português», vol. VX, 1910, p. 67, e est. VI.

(2) F. Alves Pereira: *Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Obidos)*. «O Archeologo Português», vol. XX, 1915, p. 124.

(3) Luis Chaves: *Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta (Termo de Obidos)*. Ibidem, p. 265.

(4) Vergílio Correia: *Conimbriga* (Notas de uma exploração de dez dias em Condeixa-a-Velha). «O Archeologo Português», vol. XXI, 1906, p. 263.

(5) Mário Cardozo: *Citânia e Sabroso*, Guimarães, 1930, p. 38 e figs. 25 e 32.

(6) J. L. de V.: *Antigualhas de Evoramonte*. «O Archeologo Português», vol. XXIII, 1918, p. 78.

Vimo-los também em vários museus e colecções, por ex. no esplêndido Museu da Sociedade Martins Sarmento de Guimarães, principalmente um exemplar proveniente de Vizela com o orifício central incompletamente aberto, e outro de grande tamanho, de barro, da Senhora do Castelo (Mangualde). Nas vitrinas que se encontram no Claustro da Matriz de Santo Tirso, entre outros objectos arqueológicos que encerram, há um coçoiro do castro de Varziela, também de pedra e com ornatos de «fossettes» muito parecidos aos dos coçoiros de Castêlo. Ainda recentemente, visitando a riquíssima colecção arqueológica que o Ex.^{mo} Sr. Hipólito Cabaço guarda na sua casa de Alenquer, lá observámos também alguns recolhidos no castro de Ota. Mas entre os que mais se poderão pôr em paralelo com os nossos de Tendais, estarão de-certo «dois de pedra muito ornamentados provenientes de Sacoias e Baçal, concelho de Bragança» (1), e o disco de pedra encontrado no monte da Penha em Guimarães, a que o Sr. Luís de Pina alia a hipótese duma representação solar (2).

Não seria também descabida a comparação do 3.º coçoiro do Castêlo, com o objecto de pedra de Monte Redondo, descrito pelo malogrado arqueólogo Albano Belino, e hoje exposto no Museu Etnológico Português do Dr. Leite de Vasconcelos (3), e com vários provenientes das necrópoles dolmênicas de Trás-os-Montes (4).



FIG.3 — O MESMO COÇOIRO DA FIG. 2, FOTOGRAFADO NO SENTIDO DA ALTURA (Tamanho natural)

Qual seria o destino destes artefactos? Objectos parecidos encontramos-os já nos diferentes periodos do Bronze, (5) mas o seu uso, ao menos nesse tempo, é para nós bastante enigmático. Em muitos coçoiros de Hissarlik, identificou Schliemann vários sinais gravados,

(1) Abade José Augusto Tavares: *Colecção Arqueológica*. «O Archeologo Português», vol. XXV, 1926 e 1922, p. 131.

(2) Luís de Pina: *Uma notável estação arqueológica portuguesa; a Penha (Guimarães)*. «XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique», Portugal, 21-30 Sept. 1930, ps. 345 e 347 do *Compte Rendu*.

(3) Albano Belino: *Cidades mortas*. «O Archeologo Português», vol. XIV, 1909 p. 23 e fig. 6.ª da p. 26.

(4) Padre Brenha e Ricardo Severo: *As necrópoles dolmênicas de Trás-os-Montes*. «Portugalia», t. I, fasc. 4, p. 709 e 715, por ex.

(5) J. de Saint-Venant: *Antiques sphéroïdes en bronze à ouvertures potaires*; «Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques» (13.ª session), Monaco, 1906, p. 278 do «Compte rendu».

religiosos e astrais, que os fez classificar por Nadaillac (1) e Déchelette (2) como objectos de culto ou amuletos. O Marquês de Cerralbo em duas notáveis conferências que realizou (3), atribui-lhes um fim religioso, aliado ao culto dos mortos. A sua hipótese é notavelmente apoiada pelo facto de ter encontrado quasi sempre dentro das urnas cinerárias das necrópoles por êle escavadas dois pelo menos destes cossoiros, um de forma cónica, representando talvez o sol, outro de forma oval, simbolizando o regresso à vida.

Evidentemente nem todos os cossoiros que se encontram nas nossas estações proto-históricas serão objectos d'este género. Mas somos levados a crer que estes, de que hoje damos noticia aos leitores da «Revista de Arqueologia» poderão certamente classificar-se como objectos mais ou menos necrolátricos. A profusão dos seus ornatos e as covinhas ou «fossettes» neles gravadas, e que tanto aparecem em monumentos funerários da época, fundamentam com bastante solidez a nossa hipótese.

EUGÉNIO JALHAY

(1) Marquis de Nadaillac: *Moeurs et monuments des Peuples préhistoriques*, Paris, 1888, ps. 103 e 274.

(2) Joseph Déchelette: *Manuel d'Archéologie Préhistorique, Celtique et Gallo-Romaine*, II, 1910, ps. 462 e 463.

(3) Marquês de Cerralbo: *Nécropoles ibériques*. «Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques» (XVI.ª session), Genève, 1913, p. 598 do «Compte Rendu». Henrique de Aguilera y Gamboa, Marquês de Cerralbo: *Las Necrópolis Ibéricas*. «Asociación Española para el Progreso de las Ciencias», Congreso de Valladolid, 1915, ps. 49 e seguintes da Separata do Tomo II «Conferencias de las Secciones».

UM DOCUMENTO FALSO
ATRIBUIDO AO INFANTE DOM HENRIQUE
OU A CARTA DE DOAÇÃO DA ILHA TERCEIRA
A JÁCOME DE BRUGES

(Continuação de página 249)

E' de 2 de Abril do mesmo ano de 1474 a doação a João Vaz Côrte Real, na qual lê-se:

«Eu, a Iffâte D. Beatriz, tetor e curador do Senhor Duque, meu filho, etc. Faço saber a quantos esta minha carta virem, que havendo eu por informação estar ora vaga a capitania da Ilha Terceira de Jesus Christo, do dito Senhor meu filho, por se afirmar ser morto Jácome de Bruges, que até ora teve, do qual há muito tempo que alguma nova se não há, posto que já por muitas vezes mandei a sua mulher que a verdade dello soubesse, e me certificasse, assignando-lhe para isso tempo de um anno, e depois mais, a qual, em alguma maneira, com todalas deligencias que nisso fizesse, me não trouve dello certidão alguma: pelo qual havendo eu, por certo, o que me assim é dito..... e considerando eu doutra parte os muitos e grandes serviços que João Vaz Côrte-Real, fidalgo da casa do dito Senhor meu filho, tem feitos ao Iffante meu Senhor e seu padre que Deus haja e depois a mim e a elle, e confiando de sua bondade e lealdade, e vendo sua disposição..... em galardão dos ditos seus serviços lhe fiz mercê da dita Capitania da ilha Terceira, assim como a tinha o dito Jácome de Bruges e lhe mandei dello dar sua carta *antes desta*.

E porquanto a dita ilha não era *pariida* amtre o dito Jácome de Bruges e Alvaro Martins, ouve por bem de a partir amtre o dito João Vaz e o dito Alvaro Martins e *a parti* pela Ribeira Secca..... e *partida* a dita ilha,..... mandei ao dito João Vaz que escolhesse e elle escolheu na parte de Angra e deixou a parte da Praia em que o dito Jácome de Bruges tinha feito seu assento;.....»

De quanto fica transcrito das cartas da Infanta Dona Beatriz, conclui-se que, a Jácome de Bruges (*segundo forma de sua carta*) só poderia succeder filho varão e não fêmea.

E' este um formidável e decisivo argumento para declarar falsa a carta de 21 de Março de 1450.

Mas há mais e muito mais. A linguagem dela não é a do tempo.

Assim lê-se *povoar*, quando se dizia e escrevia *povorar*.

O Infante Dom Henrique nunca foi rei e, portanto, não podia, em tal documento, empregar esta expressão: «lhe desse minha *Real* autoridade...»

Frutuoso, baralhando tudo, não dando à cronologia a mínima importância, não duvida escrever que Sancha Rodriguez de Arce, uma das mulheres de Jácome de Bruges, se queixara a Dom Manuel, já Rei, depois de 1495, que Diogo de Teive lhe matara o marido, o qual Diogo já era falecido em 1475.

Tendo o desaparecimento de Bruges ocorrido antes de 17 de Fevereiro de 1474, sendo ainda menor Dom Diogo, irmão mais velho de Dom Manuel, que só dali a 21 anos sucedeu a Dom João II, o asserto de Frutuoso é um colossal dislate.

Estes erros de Frutuoso, tão repetidos, tiram-lhe autoridade para ser citado em apoio de certas manias ou *parti-pris*, como tem sido a respeito do absurdo descobrimento dos Açores entre 1431 e 1432.

Cêrca de onze anos depois das doações de Dona Beatriz, aparece uma sentença proferida em 17 de Março de 1483, em nome do Duque Dom Diogo, já de maior idade e empossado no Mestrado da Ordem de Cristo e Alto Donatário das Ilhas, na qual figura como Autor, Pero Gonçalves (González), natural do Reino da Galliza (sic), morador em Orense, e Reu, Antão Martins, capitão (donatário) da parte da Praia, alegando o primeiro que era filho legítimo de Jácome de Bruges e de sua mulher Inês Gonçalves, que casaram em Orense, passando depois a viver no Porto por espaço de vinte anos; que Jácome de Bruges obtivera a capitania (donataria) da Ilha Terceira por mercê do Infante Dom Henrique e que se *finara da vida deste mundo podia haver oito anos*, pouco mais ou menos, ab intestado, por cujo falecimento, a êle, seu filho legítimo e herdeiro, que é *varão*, pertencia aquela capitania a qual se achava na posse do dito Reu. Este contestou, declarando que *ouvira dizer* que o dito Jácome de Bruges fôra capitão em a dita parte da Praia e por seu falecimento, por *não haver filho varão*, que herdasse a capitania, esta foi dividida entre João Vaz Córte-Real e Alvaro Martins Homem.

Não tendo Pero Gonçalves apresentado a carta do Infante Dom Henrique, nem quaisquer confirmações régias, apesar das intimações e prasos que lhe deram, perdeu o pleito e o filho de Alvaro Martins continuou na posse da capitania da Praia.

Naturalmente Pero Gonçalves intentou a acção muito antes de 1483 e

dada a morosidade dos trâmites judiciais e das comunicações com as ilhas, onde se encontraria Antão Martins Homem, que tinha de responder ao seu adversário, não exageramos fixando o mais tarde, em 1480, o início da questão apresentada no tribunal do Duque.

Abatendo 8 anos àquela data, teremos o desaparecimento de Bruges em 1472, pouco mais ou menos, bem como a morte do filho Gabriel, de quem não fala Gaspar Frutuoso.

Notamos que dos documentos oficiais não consta que Bruges fôsse vítima de assassinato, nem se faz a menor alusão a tal facto e nada impedia que o dissessem, se tivesse sucedido.

Deve ser uma lenda posta a correr, que Gaspar Frutuoso colheu da tradição e que se tem repetido.

Viu-se da carta de Dona Beatriz, de 2 de Abril de 1474, que foi intimada a mulher de Jácome de Bruges e não Diogo de Teive, *a verdade dello* (da morte de Bruges) *soubesse. assignando-lhe para isso tempo de um ano e depois mais, a que, em alguma maneira, com todallas deligencias que nisso fizesse, me não trouve dello certidão alguma: "*

Quando um documento oficial isto diz, e é contrariado apenas por afirmações gratuitas, deve ser crido.

Conclui-se, portanto:

E' falsa a carta de 21 de Março de 1450 atribuida ao Infante Dom Henrique.

A doação a Jácome de Bruges ou Barges (Bourges?) foi feita entre 1460 e 1470 pelo Infante Dom Fernando, sobrinho, filho adoptivo e sucessor de Dom Henrique, no Mestrado da Ordem de Cristo.

Jácome de Bruges ou de Barges desapareceu, sem se saber como, e os documentos oficiais não falam de assassinato.

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA

O MUSEU DO CONSERVATÓRIO DE LISBOA

Vão ser inauguradas em breve, segundo me afirmam, as primeiras salas do museu instrumental do Conservatório Nacional de Lisboa.

Tem finalmente realização o belo sonho de Michel' Angelo Lambertini, o brilhante musicólogo, que tornou possível êste museu e cuja morte não deve fazer esquecer o seu nome ilustre.

Os raros exemplares do núcleo que êle próprio conseguiu formar, para um museu em projecto; os que, pertença do Estado, encontrou, ao abandonar, nos últimos conventos e nas arrecadações dos palácios nacionaes; todos, ou quasi todos, os que constituiram a famosa colecção de Alfredo Keil, reunidos em muitos anos de inteligentes esforços e pesquisas; alguns, ainda, que foram de António Lamas—tudo isto veremos um dia exposto ao público, por forma, decerto, a honrar o formoso espírito de Júlio Dantas e a competência especial do professor Thomaz Borba.

Lisboa, á semelhança de Paris, Bruxelas, Colónia e outros grandes centros de cultura, vae possuir um vasto e valioso museu de instrumentos musicaes, que constituirá, de futuro, com os recheios preciosos das Janelas Verdes e de Belém, os tres mais famosos repositórios de arte da capital.

Á vista das pequeninas espinetas de Antonius Bononiensis e de Giannini; das preciosas virginaes de Hans Ruckers e de Joannes Landi, com pinturas deliciosas; do clavicórdio de Gaspare Assalone e do que pertenceu ao convento de Semide; dos raríssimos «regalos», ou órgãos portateis, só vulgares, entre revoadas de anjos, nas tâboas quinhentistas; dos cravos de penas e de martelos; de todo o grupo graciosíssimo dos instrumentos de teclado, que encherão estas primeiras salas e no qual não faltarão alguns nomes portugueses de fabricantes do século XVIII, todos evocaremos o passado distante em que os seus sons deleitavam os ouvidos, harmoniosos.

Quando, mais tarde, maior espaço permitir a exposição de não menos raros exemplares de outras famílias instrumentaes, vários problemas de ordem musical poderão, então, ser melhor estudados entre nós. Os recursos da nossa indústria instrumental, com base nos subsídios valiosos de Sousa Viterbo e de Lambertini; a origem da guitarra portuguesa, que teremos, talvez, de procurar no cistro inglês; a interpretação mais segura de velhos textos com citações musicaes, são, entre muitos, pontos interessantes, que desde já me permito lembrar aos estudiosos da especialidade.

Percorrendo os meus verbetes desta matéria, tópo, a cada passo, com nótas curiosas :

Na procissão do Corpo de Deus, em Coimbra, regulada pelo Regimento de 1517, figuravam «quatro Anjos tanjendo com violas, e arrabis» (*Dissert. Chronolog.*), estabelecendo o mesmo documento que «no meo da Crelesia ham de hir huns Orgãos, e a Cidade paga ao tanjedor delles, e a quatro homens, que os levam, duzentos reis pera seu jentar» (Idem).

Muito menos pessoal seria preciso para conduzir o pequenino órgão, ou «regalo», que possuía a mãe do rei D. Manuel e que assim figura no inventário que se fez em 1507, depois da sua morte: «E hũns orgoos pequenos de maõ, que serviam na capela, metidos em huã caixa de pao fechada, com todo seu aparelho».

Damião de Goes, na *Chronica del Rei Dom Emanuel*, diz que êste soberano «jantava, e ceava, com musica de charamelas, saquabuxas, cornetas, arpas, tamboris, e rabecas», acrescentando que «alem destes tinha musicos mouriscos, que cantavam, e tangiam cõ alaudes, e pandeiros».

Na *Chronica de D. João II*, de Garcia de Rezende, também abundam as citações musicaes, sendo a mais interessante a que se refere a um grupo de «tres violas darco, hũa citra : oyto trôbetas, e seis atãmbores», pois constitue um curioso exemplo de conjuncto instrumental. Outras, mostram até que ponto êste discutido rei era amador de música, contando o cronista que, um dia, passeando a cavallo nas ruas de Evora, «cõ muito grande estado lhe sahio aa rua cantando com hum pandeiro na mão Dona Briolanja Anriquez, dona muito honrada molher Dayres de Miranda», gesto gentil que o monarca muito apreciou, não se esquecendo também de citar, ao referir-se a certo embaixador na cõrte, que «era muyto grande de corpo, muito bem feyto, e muyto gentil homẽ, manhoso, avisado, e de bom despejo: e o mayor musico de cravo, e orgãos que então se sabia, que el Rey algũas vezes ouviõ».

Em que ocasiões tocaria «Hũa arpa velha com sua funda de coyro», que pertenceu a D. João III e figura no inventário de 1534?

Seria fastidioso insistir aqui no extractar de muitas outras notas, de igual modo curiosas, quando desejo apenas lembrar abundante manancial aos estudiosos da especialidade, no número dos quaes não pretendo incluir-me.

Estou certo de que o novo museu vae constituir um incentivo a interessantes estudos dos nossos musicólogos, arqueólogos e etnógrafos, e congratulo-me com o facto de ser dos primeiros a felicitar, ainda que antecipadamente, os seus illustres organizadores.

Sintra, Abril, 1934.

D. SEBASTIÃO PESSANHA

DR. RUI DE SERPA PINTO ⁽¹⁾

Nasceu Rui Correia de Serpa Pinto no Porto em 6 de Agosto de 1907, filho da Ex.^{ma} Snr.^a D. Aurora Basto Correia de Serpa Pinto e de Hernani de Serpa Pinto e finou-se na mesma cidade em 23 de Março de 1933, tendo-se formado em Ciências Matemáticas e Engenharia.

Viveu pouco mais de 25 anos que em qualquer seriam um desabrochar para a Ciência e em Rui de Serpa Pinto deixaram na arqueologia portuguesa uma sólida reputação e na prehistória europeia um nome feito, por todos admirado e respeitado.

Conheci o Rui, epistolarmente, em 1929, quando encontrei a estação tipo asturiense de Carreço que estabeleceu a ligação entre as de Afife e Areosa. Uma correspondência activa se estabeleceu entre nós que é bem o espelho dos dotes do seu coração.

Possuía uma vasta inteligência e grande prespicácia, a que se juntava uma sólida cultura científica e profunda educação católica. Os dons da natureza aliados á educação materna — o Rui perdeu seu pai muito cedo — fizeram deste jovem uma criatura verdadeiramente excepcional, que era o encanto dos que com êle lidaram e o orgulho de sua extremosa Família.

A sua alma era lial e pura como a água cristalina. Não alimentava malquerenças contra alguém nem se impunha em lugar de destaque no meio das vaidades humanas. Porém todos o iam buscar á sua modéstia, collocando-o na primeira fila dos valores marcantes.

O seu senso e probidade científica eram muitas vezes o nosso guia. Sendo o mais novo dentre nós, nós recorriamos a êle com frequência: «O que dirá disto o Rui»... O que pensará o Rui...» Qual será a opinião do Rui... eram frases correntes na nossa boca e a sua palavra era sempre acatada.

Em cinco anos deixou-nos uma obra de cerca de trinta espécies bibliográficas todas elaboradas com o rigor científico e a erudição de um homem amadurecido no estudo.

O asturiense português — o «ancorense» como êle dizia — perdeu em Serpa Pinto um dos melhores paladinos e o seu descobridor em terras lu-

(1) Palavras lidas na reunião extraordinária da Secção de Prehistória da Associação dos Arqueólogos Portugueses, realisada em 23 de Março de 1934 para comemorar o primeiro aniversário da morte do Dr. Rui de Serpa Pinto.

sitanas. O seu primeiro trabalho, «O asturiense em Portugal» (1) revela-nos bem a ponderação, o critério e o valor intelectual do seu auctor. Com o do Snr. P.º Eugénio Jalhay sobre o asturiense da Galiza, conduziu á descoberta de outras estações na costa de entre Minho e Lima, com milhares de instrumentos, a que se seguiram outros achados ao norte e ao sul da foz do Douro. O seu contacto diário com a bibliografia nacional e estrangeira desta indústria está bem patente nas «Nótulas asturienses», I (2), II (3), III (4) e na «Bibliografia do asturiense» (5).

Espírito moderno e laborioso, desenterrou do pó do esquecimento muitas velharias guardadas nos nossos museus, mostrando ao mundo muito do que por cá existe. Não amontoava o que sabia na prateleira da sua estante, escondido das vistas humanas. Antes o dava a conhecer depois de um estudo consciencioso assente sobre vasta bibliografia consultada o que nos dá bem a ideia do seu espírito crítico.

Visitando a Sociedade Martins Sarmento em Guimarães publicou: «Museu de Martins Sarmento I-III» (6) e «IV-VI» (7) tratando nos três primeiros de machados de pedra polida, machados de bronze e «terra sigillata» e nos três últimos da bipene votiva de Sabroso, «centipondium» de Belmonte e lucernas, nele existente.

De Bragança descreveu-nos: «As fíbulas do museu regional» (8) nove de bronze dos castros de Argoselo, Cocolha, Santa Juzenda, Picote e outras proveniências, bem como uma de ouro de Vinhas.

Do Museu de Antropologia da Universidade do Porto publicou:

«Nótulas ceremográficas: I—Um vaso pintado de Lamego» (9) e «Etnografia Arqueológica: I—Antigas contas empregadas como amuletos» (10)

Do Museu Arqueológico Tomaz Pires, de Elvas, publicou: «Restos Visigóticos de Elvas e Campo Maior» (11) e passando próximo de Arronches

(1) *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Fasc. 1, vol. IV. Porto 1928.

(2) *Trabalhos da Soc. Port. de Antrop. e Etnol.* Fasc. II, Vol. IV Porto 1929.

(3) *Trabalhos da Soc. Port. de Antrop. e Etn.* Fasc. II, vol. IV, Porto 1930.

(4) *Trabalhos da Soc. Port. de Antrop. e Etn.* Fasc. II, vol. V Porto 1931.

(5) *Portucale*. Vol. III, n.º 17, Porto 1931.

(6) *Revista de Guimarães*, Vol. XXXVIII e XXXIX. Guimarães 1929.

(7) *Revisita de Guimarães*, Vol. XXXIX. Guimarães 1929.

(8) *Trabalhos da Soc. Port. Antrop. e Etn.* Vol. V—Fasc. I, Porto, 1931.

(9) *O Archeólogo Português*. Vol. XXVII. Lisboa, 1930.

(10) *Trab. Soc. Port. Antrop. e Etn.* Fasc. III. Vol. V. Porto, 1932.

(11) *A Águia*. N.º 2. XX Ano. Porto, 1932.

deu-nos uma cuidada nota sobre: «O Abrigo Prehistórico de Valdejunco (Esperança)» (1).

Um estudo sobre «O castro de Sendim, Felgueiras», será publicado na «Homenagem a Martins Sarmento».

Visitando em Vila Franca e Alenquer as colecções dos Srs. Sousa d'Alte e Hipólito Cabaço, publicou: «Sobre «*elephas meridionalis*» cfr. «*Antiquus*» do Casal do Torquato (Alenquer)» (2), o seu primeiro trabalho de paleontologia, preparando outros sobre os restos fósseis de animais encontrados nas grutas de Pampilhosa do Botão a cuja exploração estava procedendo.

A ordenação da parte prehistórica do Museu Municipal do Porto é obra sua, tendo-lhe sacrificado durante longos meses os seus descansos dominigueiros.

Doutras localidades arqueológicas e museus tanto nacionais como estrangeiros que visitou, acumulavam-se os apontamentos e os estudos em via de publicação no seu gabinete de trabalho, perfeitamente ordenados e catalogados. Do congresso de Londres, era tamanha a profusão de notas colhidas que poucos dias depois do seu regresso, mostrando-mas radiante, dizia: «trago material para um ano de trabalho intenso, se outra coisa não tivesse que fazer».

A visita aos museus britânicos revelara-lhe preciosidades quasi desconhecidas entre nós. De tudo trazia promenorizados apontamentos, desenhos, fotografias, tendo-o auxiliado muito neste labor sua Ex.^{ma} Esposa, Mãe e Irmã, três almas perfeitamente integradas na sua.

Relacionou-se neste congresso, como já o fizera noutros, com o que de melhor existe no mundo arqueológico europeu, estreitando amizades de há muito estabelecidas epistolarmente.

As excavações do Cabeço da Amoreira, em Muge, realizadas sob a direcção do ilustre professor Sr. Dr. Mendes Correia, tiveram no Rui um excelente colaborador, que tomou parte principalmente na campanha de 1931, apresentando a congressos nacionais e estrangeiros o produto do seu trabalho.

O amor à grandeza do império levaram-no a tratar com carinho da prehistória das nossas colónias africanas, sendo seu desejo estudar, *in loco* o «tumbiense» de Angola, para o que devia visitar aquele nosso domínio ultramarino quando para ali seguisse a projectada missão científica de professores e alunos das Universidades de Porto e Coimbra.

Sobre arte rupestre publicou «Petroglifos de Sabroso e a arte rupestre

(1) *Trab. Soc. Port. Antr. Etn.* Fasc. III, vol. V, Porto, 1932.

(2) *Anais da Faculdade de Ciências do Porto.* Fasc. XVII, Porto, 1932.

em Portugal» (1) dando-nos uma bibliografia do que até então se tinha escrito sobre as nossas pinturas e gravuras, tendo em organização uma outra mais completa.

Ainda sobre bibliografias, publicou a do professor Mendes Correia, referida aos anos 1909-1928 (2) e tinha em preparação as de Fonseca Cardoso, José Fortes, Rocha Peixoto, etc.

Um dos trabalhos que melhor revela a largueza de vistas de Rui de Serpa Pinto é a pequena síntese: «Notas para um plano de estudos geológicos entre Minho e Lima» (3), obra que se propunha levar a cabo com o auxílio de outros cientistas, e que éle muito bem podia orientar mercê das condições especiais que reunia.

No momento tormentoso da nossa actividade científica fica bem lembrar êste exemplo de Rui de Serpa Pinto. A vida humana passa, desaparece da face da terra. A ciência fica, continua a sua marcha, indiferente às questões-tiunculas por nós tecidas à sua roda, como a embargar-lhe o passo.

O desgosto que hoje nos punge a alma pela perda do Rui, nada seria já se ele fosse uma criatura mesquinha, fechada, fazendo segredo dos seus achados, questionando e atacando êste e aquele por tudo e por nada. A ciência é infinitamente mais nobre que tudo isto, paira muito acima das loucas vaidades humanas, não é exclusiva deste ou daquele, não é individualista. A ciência vive da cooperação dos esforços humanos, são estes que a fazem progredir.

Admiramos o Rui porque era um espírito amplamente aberto à ciência. Nos seus trabalhos, nos seus escritos, não há um azedume, um ataque pessoal, que quasi sempre o tempo se encarrega de nos lançar em rosto, a envergonhar-nos do que dissemos ou escrevemos.

Assistente do grupo de Ciências Geológicas da Universidade do Porto, dedicou-se com afinco ao estudo da geologia, geofísica, etc.

Preocupava-o sobremaneira o conhecimento das rochas do país, no que trabalhava com os seus alunos. Pela análise dos instrumentos neolíticos, de sejava determinar o local de extracção da matéria prima para tais indústrias e consequentemente tirar deducções obre o comércio que originara.

A sua colaboração científica era tida no mais alto apreço por estrangeiros de renome, como Florentino Cuevillas que com Rui de Serpa Pinto trabalhava numa Idade do Ferro no Noroeste da Península. Para esta obra

(1) Publicações do Seminário de Estudos Galegos. A Cruña. 1929.

(2) Publicação do Inst. Antr. da Fac. Cienc. da Univ. Porto. Porto 1929.

(3) *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*. Vol. I, Viana do Castelo 1932.

fizera o Rui as fíbulas do Museu Regional de Bragança e Cuevillas os torques, as lúnulas, os braceletes e as fontes literárias, trabalhando depois em conjunto nos capítulos sobre tribus, religião, vida económica, vestuário e onomástico.

A diferentes congressos levou o nome de Portugal, apresentando comunicações que, divulgando a nossa prehistória, em muito chamaram sobre nós a atenção dos arqueólogos estrangeiros:

Ao de Barcelona em 1929: «A cidade de Terroso e os castros do norte de Portugal» (1).

Ao de Argel, em 1930: «Observation sur l'asturien du Portugal» (2)

Ao de Coimbra-Porto, em 1930: «Nota sobre as cartas de Portugal pre-histórico» (3).

Ao de Nancy, em 1931: «Sur le miolithique en Portugal» (4).

Ao de Paris, em 1931: «La préhistoire da l'Afrique Portugaise» (5).

Ao de Nimes, em 1931: «Sur la taille du silex á Muge» (6).

Ao de Lisboa, em 1932: «Notas sobre a indústria microlítica do Cabeço da Amoreira» (7).

Ao de Londres, em 1932: «Activité minière et metallurgique pendant l'age du bronze en Portugal». (8).

Ainda em fins de 1932, por convite pessoal do governo italiano tomou parte em Roma na reunião da «Comissão Internacional da carta do Império Romano».

Muitas colectividades científicas como: «Antiquários de Londres», «Sociedade Prehistórica Francesa», «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», «Associação dos Arqueólogos Portugueses», Instituto Internacional de Antropologia», Sociedade Martins Sarmento», «Seminário de Estudos Galegos», «Sociedade Portuguesa de Metereologia e Geo-física», etc. o contaram entre os seus membros. Bastantes revistas de renome obtiveram a sua colaboração. «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», «Archeólogo Português», «Nós», «Revista de Guimarães»,

(1) IV Congresso Internacional de Arqueologia, in *Revista de Guimarães*; Vol. XLII. Guimarães 1932.

(2) V Congresso Int. de Arqueologia. Inédito.

(3) LV Congresso da A. F. A. S.

(4) XV Cong. Int. Antr. Arq. Preh. IV Sessão do I. I. Antropologia.

(5) XV Cong. Int. Antr. Arq. Preh. V Sessão Inst. Antropologia.

(6) Congresso da Soc. Préhistorique Française. -- Inédito.

(7) Congresso da Assoc. Espanhola para o Progresso das Ciências, Lisboa 1932.

(8) I Congresso Int. das Ciências Prehistóricas e Protohistóricas. Londres 1932, in *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Tomo XVIII. Porto 1933.

«Águia», «Terra», «Anais da Faculdade de Ciências do Porto», «Anuário do Distrito de Viana do Castelo». A Comissão do Serviço Geológico contava-
entre os seus colaboradores.

Faz hoje um ano que, em plena primavera da vida nos deixou este querido amigo cuja saudade vimos reavivar.

Alma nobre da qual o perfume das boas qualidades a todos encantava, foi para o túmulo coberto das mais mimosas flores desta quadra do ano. E tal era a profusão delas — regadas por tantas lágrimas! — que o seu corpo amigo como que desaparecia, ficando só as rosas e as orações em cadeia perene ligando a terra aos ceus onde sua alma devia repousar.

Jamais se apagará da minha memória dia de tanta e tão profunda dor, como nela ficarão para sempre gravadas aquelas duas figuras de mulher que encontrei a seu lado quando manhã cedo entrei no seu quarto transformado em câmara ardente, e que com uma coragem e abnegação verdadeiramente cristãs afogavam tão intensa dor na consolação de o terem criado nos verdadeiros e morais princípios da religião católica.

A sua morte foi verdadeiramente a imagem da sua vida: uma ascensão rápida, sólida, no domínio da ciência. Uma morte brusca, cruel, que o levou ao túmulo no meio dos mais belos mimos da natureza e das mais sentidas dores humanas.

O Rui só tinha uma ambição — a de saber — dizia-me sua desolada Mãe. Tamanha ância bem manifesta numa invulgar actividade, não se preenchia neste mundo, por isso tão cedo nos deixou.

O epitáfio da sua urna, no cemitério de Agramonte, é uma síntese e um exemplo: «Mocidade, talento, virtudes. Foi justo e foi sábio. Repartiu a sua vida breve mas fulgente entre o amor a Deus, à Família e à Ciência. Morto aos 25 anos em pleno vôo de glória, viverá eternamente no coração dos que o amavam.»

Lisboa, 23 de Março de 1934.

AFONSO DO PAÇO

MOEDAS E MEDALHAS DO CONDE DE LIPPE ALUSIVAS A PORTUGAL

Em 1907, o professor Dr. Paul Weinmeister editou, em Dresden, «Schaumburg-Lippische Münzgeschichte» (História das moedas do principado de Schaumburg-Lippe). É uma brochura de dezasseis páginas, onde descreve cento e vinte e oito exemplares e reproduz, em tres estampas, cinquenta e quatro moedas, sete medalhas e uma condecoração.

Não parecendo, à primeira vista, despertar grande curiosidade, vem revelar, por fim, a existência de exemplares interessando, sobremaneira, à Numismática Portuguesa; são duas moedas, batidas por Guilherme Frederico Ernesto, conde soberano de Schaumburg e nobre senhor de Lippe, e tres medalhas.

Não obstante a biografia dêste personagem estar feita por distintos escritores, não deixarei de citar algumas particularidades e de traduzir, apenas, a escrita pelo Dr. Weinmeister, por merecer o vulgar comentário: «Assim se escreve a história».

«Conde Guilherme I Frederico Ernesto, nasceu em Londres a 9 de Janeiro de 1724, sendo filho do primeiro matrimónio dos antecedentes (1) e faleceu em 10 de Setembro de 1777. Casou em 12 Novembro de 1765 com Maria Bárbara Leonor, condessa de Lippe-Biesterfeld, nascida a 16 de Junho de 1744 e falecida a 16 de Junho de 1766. Em 1755 foi nomeado general de artilharia e mestre de campo do exército hanoveriano e partiu para uma guerra entre Portugal e Espanha como Generalíssimo de Portugal e Algarve e comandante das tropas portuguesas e inglesas, aliadas. Em reconhecimento dos seus feitos militares em Portugal foi elevado pelo rei dêste país a príncipe de sangue com o título de Alteza. Construiu nas fronteiras portuguesas a fortaleza de Lippe em 1761-65.

«No lago de Steinhuder levantou uma ilha artificial e nela edificou a fortaleza modelo Wilhelmstein, onde instalou uma escola de guerra.

«Com êle desapareceu a linha mais velha dos Bückeburg assumindo a regência a linha mais nova dos Alverdissen.»

Vê-se que o illustre professor cometeu dois lapsos:

1.º A nomeação, por D. José I, de «marechal general do exército de

(1) Conde Alberto Wolfgang (1699-1748) com a condessa de Oeynhausen, Margarida Gertrudes (1701-1726).

Portugal» foi por carta patente de 3 de Julho de 1762 e a de general do exército hanoveriano, em 1757, isto é cinco anos antes.

2.º A construção do forte de Lippe começou em Julho de 1763 e terminou em 1792, ou seja no reinado de D. Maria I.

Decorria o ano de 1761, quando a 15 de Agosto os reis cristianíssimo Luis XV, de França, e católico Carlos III, de Espanha, celebraram o *Pacto de Família*, ao qual D. José I não aderiu, resultando declararem-nos guerra no ano seguinte.

Após quarenta e oito anos de paz estávamos sem exército, as praças encontravam-se demolidas e os arsenais desprovidos.

Os antigos brios haviam amortecido e, ainda que o patriotismo os despertasse, faltava-nos quem os soubesse aproveitar e dirigir. (1) Começou a campanha, sob a direcção do conde de Oriola, barão de Álvido. Entretanto, o marquês de Pombal procurava um general estrangeiro sendo-lhe indicado, pelo rei Jorge III de Inglaterra, o conde Guilherme de Schaumburg-Lippe, feld-marechal do exército inglês.

O exército português constava então, de nove mil homens, pouco disciplinados e de seis mil ingleses, obedecendo de mau grado. E era isto que tinha de resistir ao conde de Aranda, comandando quarenta mil espanhoes, dirigidos por officiaes experimentados nas guerras de Itália, e auxiliados pelo príncipe de Beauveau, com um corpo de doze batalhões francezes. Tal desproporção de forças exigia uma estratégia que suprisse a nossa inferioridade.

O conde de Lippe, achando o teatro da guerra já estabelecido na provincia da Beira-Baixa, adoptou o plano, não de defesa geral mas, de impedir que o invasor chegasse a effectuar a conquista pelo caminho que tinha escolhido. (2)

De tal forma combinou as operações que não só atalhou o progresso do inimigo, com maior dano seu do que nosso (3), como o obrigou a desistir do começado ataque, a evacuar a maior parte da provincia e a variar o seu projecto de conquista (4).

Nas «Odes pindáricas póstumas de Elpino Nonacriense (António Diniz da Cruz e Silva — Ode XXXIV) lê-se :

(1) Histoire de la guerre d'Espagne et du Portugal, etc. par le général Foy. Paris, 1829.

(2) Cartas ao autor da Historia Geral da Invasão dos Francezes em Portugal, por Francisco Borja Garção Stockler. Rio de Janeiro, 1813.

(3) Epitome Lusitaniae Historiae studio et opera Hieronymi Suaresii Barbosaes.

(4) Résumé de l'Histoire du Portugal, par Alphonse Rabbe. Paris, 1827.

Tu, pequeno Mação, foste a barreira
Onde confuso, com eterna injúria,
Da arrogante carreira
O Hispânico leão quebrou a fúria.

A 1 de Dezembro de 1762 os condes de Lippe e de Aranda estabeleceram um armistício e a 10 de Fevereiro de 1763 os países beligerantes assinavam, em Fontainebleau, o *Tratado de paz*.

Terminada a guerra o conde de Lippe emenda, radicalmente, os defeitos da antiga tática; modifica, inteiramente, a constituição militar, segundo as bases da prussiana, cujo regulamento, resumido, é decretado; melhora a artilharia e ocupa-se das praças de guerra (1).

De todos os projectos d'este illustre militar, que chegaram a realizar-se, o principal foi a edificação de um forte na elevada colina, a um quilómetro de Elvas, onde existiu uma ermida sob a invocação de Nossa Senhora da Graça e onde, também, os castelhanos levantaram um reduto por ocasião do cerco àquella cidade em 1658.

Destinava-se a fazer respeitar a praça de Elvas, a mais importante da provincia do Alentejo, pela sua posição e que, sem elle, seria absolutamente inefficaz. Confiada a construção a um official, Mr. d'Etienne e iniciada em Julho de 1763, precisou d'elle o conde de Lippe para presidir à da fortaleza Wilhelmstein, ficando encarregado o tenente general Guilherme Luís António de Valleré (2).

Este não só a continuou como a ampliou.

Destaca-se, ao centro o reduto acastelado, com armazens para víveres e munições de guerra; a cisterna que fornece água em abundância a seis mil homens, durante seis meses; as tribunas da igreja, onde se podia montar bôcas de fogo que defendessem as quatro portas, e, por fim, a casa do governador, singular pela architectura e riqueza dos estuques interiores (3).

Até ao principio de 1777 dispenderam-se 734.890:174 reis; e desde 1778 a 1792, 32.308:865 reis, ou seja um total de 767.199:039 reis.

D. José, visitando as obras em Setembro de 1769, teceu as mais elogiosas referências a Mr. de Valleré.

(1) Précis Historique sur l'état militaire du Portugal, — Essai statistique sur le Royaume de Portugal et Algarve, par Adrien Balbi. Paris, 1822.

(2) Notas de sua filha Maria Luísa Valleré ao «Elogio Historico», por Francisco de Borja Garção Stockler. Paris, 1808.

(3) «A Nação» n.ºs 3264 e 65 de 29 e 30 de Setembro de 1858. — Viagem de Portalegre a Elvas e Badajoz.

O príncipe de Waldeck classificou-a de «obra prima de architectura militar, superior a tudo quanto tinha visto no género». (1)

Outros o reputaram inexpugnável.

Tal é o *Forte de Lippe*.

Abriu uma escola de artilharia na Tôrre de S. Julião da Barra e devido, embora indirectamente, à sua influência, o governador da ilha da Madeira, estabeleceu outra, para os officiaes daquela arma, no antigo colégio dos padres jesuitas da cidade do Funchal, regida, primeiramente pelo sargento-mór Francisco d'Alincourt e, depois, por Faustino Salustiano da Costa (2).

O falecido general A. X. Palmeirim, referindo-se ao conde De Lippe descreve-o: (3)

«Foi de estatura mais que ordinária, magro, nervoso e robusto. Testa «larga e proeminente, olhos rasgados, penetrantes e tais que inculcavam ma-«gestade e império, mas logo depois um espirito inteligente e benévolo, nariz «aquilino e boca muito pequena. Respeitava-se no todo, era sóbrio na pala-«vra, mas esta corria-lhe sempre lúcida e afavel. Schmaltz qualificou-o de «*varão cheio de pacífica grandeza*».

«Trajava fato azul singelíssimo, sempre abotoado, não se distinguindo «senão pela cruz da Aguia Negra bordada na sobrecasaca. Usava sempre de «chapeu armado e botas altas.

«Foi muito dado a estudos matemáticos, às ciências militares e, sobre-«tudo, à artilharia. Cultivou a história, a filosofia e as ciências políticas, não «sendo hóspede em medicina. Foram-lhe familiares as línguas alemã, inglesa, «francesa, italiana e portuguesa. Muito versado no latim, cujos clássicos eram «de sua estimação, e explicava as campanhas de Cesar.

«Foi muito amador de música que executava, com maestria, no cravo. «Desenhava com perfeição, forte em esgrima e cavalgava admiravelmente. «Era tão ágil que saltava facilmente por cima de qualquer obstáculo de cinco «pés e meio de alto... (4)

«Tendo perdido sua filha única, a qual presava em extremo, bem como «o seu último amigo o filósofo Abbt, que conheceu em Portugal, renunciou «à sua costumada actividade e entregou-se à dôr e melancolia, e abreviando «com isto os seus dias se lhe escapou a vida a 10 de Setembro de 1777, na «idade de 53 anos, no mesmo ano do falecimento de el-rei D. José, a quem «prestara relevantes serviços».

(1) Voyage en Portugal, depuis 1795 jusqu'au 1797, par Link. Paris, an. XIII. (1803).

(2) Archivo da Marinha e Ultramar — Inventário. Coimbra, 1907.

(3) Alguns Factos Militares Portuguezes no seculo XVIII. Lisboa, 1873.

(4) O pé equivalia a 0^m,33.

Em todo o tempo que serviu em Portugal não quiz vencer sôlido ou ter gratificações, nem, tão pouco, recebeu condecorações porque, sendo todas elas de ordens religiosas católicas, não se concediam a indivíduos que professassem religião diversa.

D. José I, porém, recompensou-o com a munificência própria, elevando-o a príncipe de sangue com o título de *alteza* e ofertando-lhe o que consta da relação seguinte: (1)

Presentes que el-rei D. José I fez ao conde de Lippe:

«Seis peças de artilharia de ouro macisso de 16 arrateis (?) cada uma, com ouvidos rodeados de brilhantes e balas de ouro.

«Dez cartuchos de ouro em pó.

«Seis carretas de ébano, chapeadas de prata.

«Seis barras de ouro, de 10 arrateis cada uma.

«Um boldrié guarnecido de diamantes.

«Um vestido com bordadura de ouro, com botões de brilhantes.

«Quatro fivelas de ouro, com brilhantes, para sapatos e ligas.

«Um chapeo com fivela e presilha de ouro com brilhantes.

«Uma fivela de pescocinho, de ouro com brilhantes.

«Uma bengala com castão de ouro, guarnecido de brilhantes.

«O colar da Ordem da Águia Negra, guarnecido de 740 brilhantes.

«Um retrato do rei e outro da rainha, com as molduras guarnecidas de brilhantes.

«Um retrato do conde de Oeiras.

«Dois caixões sobre dois carros que se supõe terem ido cheios de barras de ouro para cunhar moeda.

O conde de Lippe, no dia do aniversário de D. José, ordenava salvas pelos canhões de ouro, em honra do soberano.

Em 1776 enviou para Portugal dezasseis oficiais, educados na sua escola de artilharia e engenharia de Steinhuder, que retiraram após o falecimento do rei.

No principio do reinado de D. Maria, receando-se ainda novas complicações com a Espanha, convidaram-no a reassumir o mesmo cargo, mas declinou-o alegando falta de saúde.

(1) Memórias da Historia de Portugal. Códice manuscrito n.º 682 dos «reservados» da B. N. L.

(2) O *arratel* equivalia a 0gr,459.

MOEDAS

Nos exemplares seguintes destacam-se nos reversos, as legendas: COPIAR. AVG. REG. LVSIT. DVX. SVPREM. (Chefe supremo das tropas do augusto rei de Portugal) e LVSITANORVM MILITVM IMPERATOR SVMMVS (supremo general, ou seja, marechal do exército português) e o bastão de marechal, que não mais deixou de representar em todas as suas moedas.

Estas legendas, colocadas em paralelo aos seus títulos nobiliárquicos, são prova evidente de quanto se orgulhou do novo cargo e o teve no mais alto apreço. E tanto que, imediatamente, o mandou gravar no seu *ducado*, na sua primeira moeda de ouro.

Embora lhe não restasse dúvida de a História vir a consignar os seus feitos, quiz afirma-los de modo indelével, para a posteridade apregoar ao mundo inteiro, ter êle sido alguém mesmo em terra estranha. E razão lhe sobrava para assim proceder, visto a política da época ter tentado obliterar-lhe o nome de uma obra notável, cuja origem, restritamente sabida, o seu alto engenho produziu.

Dukaten

N.º 48 da ob. cit.

Anv. ✽ WILH · I · DEI · GR · C · REGN · IN · SCH · N · D · AC
C · LIPP · & · ST : (WILHELMVS I DEI GRATIA COMES REGNANS IN SCHAUMBURG
NOBILIS DOMINVS AC COMES LIPPE ET STERNBERG). cabeça nua, à esquerda; cer-
cadura denteada.

Rev. COPIAR : AVG : REG : LVSIT : DVX SVPREM : Brasão es-



quartelado, encimado por um elmo emplumado, de frente, e outros dois a três quartos, sobre dois bastões de marechal, em aspa, e circundado pelo colar da Ordem da Águia Negra. No exergo, em duas linhas: + I + DU || || CAT || 1762. Cercadura denteada 24.^{mm} 3,5 grams. AV.

Dicke Doppelpistole

N.º 49 idem.

Anv. * WILH : I : DEI · GR : C : REGN : IN SCH : N : D : AC C :
LIPP : & ST : Cabeça nua, à esquerda; cercadura denteada.

Rev. COPIAR : AVG : REG : LUSIT : DUX SUPREM : Brasão es-
quartelado e corôa de conde, sôbre os dois bastões de marechal e circun-



dado pelo colar da Aguiã Negra. No exergo, em duas linhas : · X · THA
—LER · || 1763. Cercadura denteada. 24.^{mm} 13,4 gram. AV.

MEDALHAS

N.º 53 idem.

Anv. ✧ WILHELMUS I DEI GRAT. COM. R : IN : SCHAUMB :
NOBILISS : DOM : A. COM : IN LIPP & ST : Cabeça nua, à esquerda;

Rev. LVSITANORVM · MILITVM · IMPERATOR · SVMMVS, na orla
dentro de um círculo. No campo, em quatro linhas : ✧ | ARTIFICI || INGE-
NIO ET DEXTE || RITATE || EGREGIO || No exergo a data: MDCCLXVIII
46.^{mm} AR.

N.º 54, idem.



Anv. Como o da antecedente.

Rev. LVSITANORVM. MILITVM. IMPERATOR. SVMMVS, na orla dentro de tres círculos. No campo, em quatro linhas : ☼ | OB. || LAVDEM. || ANIMI. VIRIBVS. || TRIBVENDAM. | ☼ No exergo a data: MDCCLXVII 46.^{mm} AR.

N.º 56, idem.

Anv. Como o da antecedente.

Rev. LVSITANORVM. MILITVM. IMPERATOR. SVMMVS, na orla, dentro de um círculo. No campo, em cinco linhas, tendo por debaixo da primeira um travessão. DILIGENTI || AVLA . MILITARIS. || IN. INSVLIS. || WILHELMI. || MDCCLXX. 27.^{mm} BR.

Eis a única medalha conhecida de Lopes Fernandes e reproduzida, com a legenda do anverso errada, na sua obra sob o n.º 47, destinada a prémio de frequência aos alunos da escola militar Wilhelmstein.

E' de ouro e pertence ao museu da Academia de Ciências.

Muito significativa, nesta medalha, a applicação dessa legenda, e não de qualquer outra, como incitamento aos estudantes da arte da guerra em que foi insigne, apontando-lhes que, por ela, alcançou a glória e atingiu uma posição de fama mundial.

Em Lisboa ainda não houve um cantinho, sequer, para lembrar da forma mais insignificante um *Schomberg*, um *Lippe* ou um *Wellington*, que tanto dignificaram e glorificaram o nosso exército, em tempos idos; em compensação, não falta espaço para erguer estátuas a *Chiados* e quejandos arengadores de praça pública. E, até, numa esquina se escreve : *Travessa Cidadão Fulano*.

Asinvs asinvm fricat.

Lisboa, Fevereiro de 1934.

AUGUSTO VIANA DE MORAIS

NOTA : Aos meus Ex.^{mos} Amigos Srs. Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima e M.^{to} Rev.^{do} P.^o Ernesto Sales, testemunho a minha gratidão pelos preciosos esclarecimentos que se dignaram fornecer-me para êste ligeiro artigo.

TRES MATRIZES SIGILARES

Mais uma vez o acaso determinou que viessem parar às nossas mãos algumas matrizes sigilares.

Em 1932 duas matrizes encontradas em Alenquer foram base de um estudo que publicámos no volume X da revista «Arqueologia e História»; dois anos passados mais duas outras encontradas na mesma vila e outra na Serra da Aboboreira, perto do Turcifal de Tôrres Vedras nos dão ensejo a mais algumas considerações.

Acêrca duma daquelas que estudámos em 1932 já podemos dizer alguma coisa. Trata-se da de Aires Martins.

No decurso dos estudos sôbre sigilografia, que os nossos ilustres amigos Senhores António Machado de Faria e Conde de Tovar, dois investigadores cuidadosos, estão procedendo na Tôrre do Tombo encontrou o primeiro um documento referente a Aires Martins de Altero, pessoa que viveu em Alenquer.

Procurando depois in «Manso de Lima, Famílias de Portugal no titulo Alteros» encontrámos:

Aires Martins Altero, filho de Martim Godins, sucedeu na casa de seu pai e foi Senhor de Altero e da contada de Vidigueira (1) junto à vila de Alenquer e foi o primeiro que em razão dêste senhorio tomou o apelido de Altero.

Viveu no tempo dos Senhores Reys D. Sancho II e D. Afonso III (Cota: Brandão, Monarchia Lusitana—Parte 6.^a Lib. 19 fl. 402).

Casou com D. Urraca.

A família dos Alteros deve a sua ascendência à dos Godinhos, sendo o primeiro que usou êste apelido Ayres Martins, filho de Martim Godinho e êste filho de Godinho Fafes e neto de D. Fafes Luz, rico homem, Alferes mor do Conde D. Henrique. Era esta família das da primeira hierarquia daquele século.

—Este D. Fafes Luz de quem Aires Martins é bisneto teve, como se sabe, grande importância na batalha de Ourique.

Vejam os agora a simbolização heráldica das armas do escudo de Aires Martins.

(1) Ainda hoje existe perto de Ota a Quinta da Vidigueira. Quanto a Altero não conseguimos obter qualquer indicação.

Compõe-se de uma banda com tres flores de liz acompanhada de dois machados.

O ilustre heraldista Senhor António de Machado de Faria estudando esta peça encontra a seguinte explicação que comunicou à Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses em sua sessão de 19 de Abril último :

Baseado nos seus estudos de heráldica medieval explica que as flores de liz provêm de seu ascendente D. Arnaldo de Baião, e que os machados representam a estada de seu avô D. Godinho Fafes, companheiro de D. Afonso Henriques na conquista de Santarém onde foi notavel o feito do rompimento das portas a golpes de machado, de cuja acção se originou o apelido e armas dos Machados.

Acerca de Martin Gomes, nada podêmos, infelizmente acrescentar.

Estando a sigilografia entre nós ainda na sua gênese, todos os elementos que sobre êste assunto se possam trazer a lume representam grande interesse para que em mais ou menos curto lapso de tempo se possam começar a tirar conclusões. Esta é a razão que nos anima a dar à estampa mais algumas considerações sobre êste assunto e a reproduzir aquelas de que agora dispomos.

Os Estudos a que se tem entregado na Torre do Tombo os Senhores Conde de Tovar e António Machado de Faria sobre os selos existentes naquele rico arquivo, confirmam, pois, as nossas conclusões acêrca de duas matrizes que publicámos em 1932, quanto à epoca em que as localisamos.

As luzes que nos deram sôbre o que têm encontrado referente à epoca medieval no decurso do seu trabalho também util nos foi no que sôbre as de que vamos tratar diremos.

Como as primeiras, estas três matrizes foram encontradas pelo Ex.^{mo} Senhor Hypólito da Costa Cabaço, um investigador persistente e possuidor de uma notavel coleção arqueológica que não seria ofuscada formando uma sala de qualquer museu.

Passemos à descrição das matrizes :

PRIMEIRA MATRIZ (FIG. 1)

Foi encontrada no quintal da casa onde habita o seu proprietário, em Alenquer, na Calçada do Espírito Santo. Esse quintal fazia parte da cêrca do antigo convento das freiras da Ordem de Santa Clara, tendo depois, com a casa de habitação sido pertença da família Lafaurie, por ter sido adquirida por Auguste Lafaurie, fundador e primeiro proprietário da antiga fábrica do Meio, na vila de Alenquer.

Compõe-se a matriz de um disco de bronze não muito espesso (pois tem somente 2,65 milímetros) e de diâmetro 21 milímetros. Tem no verso uma pequena pega com um orifício destinado a suspender-la de corrente. No anverso aberta, em funda gravura uma flôr de liz, cercada de 36 raios.

O que significa esta peça heráldica? Não o sabemos. Matriz de um selo de tipo armoriado, sem legenda, duma época cuja heráldica está ainda bastante desconhecida, encontrada ao acaso, só também um acaso nos pode levar a saber de quem foi pertença. Pela comparação deste cunho com selos



FIG. 1



FIG. 2



FIG. 3

Arquivo Silva
1934

que se encontram nos arquivos, e ainda pela forma do seu desenho, poderão considerá-lo como sendo do meado do século XII, talvez até anterior à fundação da monarquia portuguesa.

SEGUNDA MATRIZ (FIG. 2)

Foi encontrada na encosta do Castelo de Alenquer, junto à Torre da Couraça. Com a mesma forma e do mesmo material da anterior, medindo de diâmetro 22 milímetros e tendo de espessura 2 milímetros. Ostenta no anverso em funda gravura um leão rompante. Não tem qualquer inscrição. E' também de tipo armoriado.

A gravura é bastante grosseira e o leão é do primitivo tipo do leão de Leão. No verso tem como a anterior uma pequena pega, como habitualmente, perfurada para ser suspensa de corrente.

O que significa? Também o não sabemos. Pode ser atribuída pelo tipo e gravura ao meado do século XII.

TERCEIRA MATRIZ (FIG. 3)

E' de todas, a nosso ver, a mais interessante, não só pela gravura que ostenta, como também pela sua raridade. Ao que julgamos é de todas as conhecidas entre nós a mais antiga.

Foi encontrada, como já dissemos, na Serra da Aboboreira perto do Turcifal de Torres Vedras. Feita em bronze enormemente rijo. E' circular, medindo de diâmetro 3,5 centímetros e de espessura 2,21 milímetros. No verso tem também uma pequena pega com orifício para ser suspensa. No anverso ostenta gravado um deus marinho tendo na mão esquerda a vela; na parte inferior e do mesmo lado, um peixe. A' direita do todo e não deixando ver bem o que são, duas peças que parecem ser dois búzios. Na parte inferior do todo um traço. Em torno de tudo, e junto à periferia uma orla de contas. A parte central é caracteristicamente romana, porém a orla de contas mais parece românica.

E' notável esta matriz porquanto os cunhos esfragísticos romanos costumam ser em pedra e este é em bronze. Será este cunho a reprodução de um camafeu? Será uma marca pessoal? Não o sabemos. Procurámos na bibliografia e deste tipo esfragístico nada encontrámos, não conhecendo também algum sêlo neste gênero. Oxalá algum investigador consiga alguns elementos que possam levar a formular uma hipótese firmada em base segura.

Março de 1934.

LUCIANO RIBEIRO

OS “DOZE DOS MISTERES” EM GUIMARÃIS

Nos inícios do século XVI a constituição do Senado Vimaranesse excluía do seu seio os homens dos officios.

Aqueles meus antigos conterrâneos que labutavam nas officinas, atinando o couro, malhando o ferro, tecendo o linho, modelando o barro, ourevizando os metais, manufacturando o calçado, a roupa, a alfaiá; todos em suma, que manejavam os instrumentos do trabalho e produziam riqueza, e erguiam a casa, e ordenavam a vida, dando-nos pelo seu esforço laborioso o pão e o vinho da nossa boca, a estabilidade e a ventura do nosso lar, não tinham representação directa na governança municipal.

Contudo, essa conquista já havia sido alcançada, mais de um século antes, pela gente dos officios de Lisboa, com repercursão em outras terras portuguesas (1). Semelhante factio amofinava os brios da honrada gente do trabalho—tanto mais quanto era certo ser esta terrinha portuguesa, nessa época, a principal, não só pela variedade das modalidades de trabalho, como pela sempre mantida tradição de precursora no labor da grei nacional.

Era certo que, todos os anos «no dia de Santo Estêvão, a 26 de Dezembro, os pregoeiros corriam a vila para que todos se juntassem no Paço do Concelho a ver como se tiravam os plouros para os officios que haviam de fazer parte da Câmara» (2); certo era também que algumas vezes o pregoeiro, rufando um tambor, convocava o povo para *dar vozes* sobre casos extraordinários da governança municipal, reunindo, quando a *araiá miuda* era muita, na *Cresta de Santa Maria*: mas, o que os homens dos officios queriam era ter representação e voto permanente nos negócios da vida local, como a tinham os seus iguais, os da sua condição, em outras terras do reino.

Eis porque não descançaram enquanto não viram os procuradores do concelho em Côrtes—os quais tomavam assento na terceira bancada da representação nacional—(3) tratar o caso com diligência.

E era tal a justiça da petição, que D. João III nas Côrtes de 1535 deferiu em seu favor:

—“... A quantos esta minha carta virem, faço saber... me praz que

(1) Hist. da Adm. Pub. em Portugal por Gama Barros. Vol. I, pag. 517.

(2) Regimento de Salarios e Preços por Eduardo d'Almeida, «Revista de Guimarães» vol. XL pag. 43.

(3) «O Municipio Atravez da Historia Patria» pag. 83 por João C. A. da Costa Gomes.

na... Villa de Guimarães haya doze pessoas dos Misteres posto que em algũas Cidades do meu Reyno aia vinte e quatro». (1)

A forma da eleição era a seguinte :

— «Todos os officiaes macanicos que na ditta Villa de Guimarães ouver se ajuntarão pellas oitavas do Natal de quada hũm anno, e quada officio elegera entre sy hum bom homem e entendido pera os ditos doze; e se forem mais officios que doze, repartirse-hão por elles segundo aos ditos Misteres bem parecer».

Outras instruções eram expendidas pelo rei no sentido de bem se regularem os actos desta eleição, por maneira que todos os misteres tivessem uma gradual representação no núcleo dos Doze.

«E tanto que a elleição dos ditos doze for feita, loguo os ditos doze se ajuntarão, e ellegerão entre sy duos homens de bem quais sintirem que são de millhor consciencia e entender, e que as causas do Povo saibão requerer bem... com toda a temperança».

Por esta maneira estavam eleitos, pela assembleia dos doze, dous delegados directos dos artífices vimaranenses, os quais, elevados assim à categoria de «pessoas honradas» tinham jurisdição de estarem na Câmara — como dizia a Carta de Privilégio «nas rezois e autos que se nella fizerem, e lhe sera dado assento apartado da dita Meza em frente della, assy como estão os das outras Villas».

As suas atribuições eram largas : — «os ditos dous procuradores serão presentes e darão vozes no outorgar dos contratos dos aforamentos, empraçamentos e arrendamentos que por a dita Villa forem feitos a algũa pessoa... e nas rendas e trespassões, e na arrecadação das rendas...; e sem elles se não fara couza algũa do sobre dito».

Por sua vez eram outorgados poderes deliberativos aos Doze dos Misteres: — «os officiaes da Camara da dita Villa não poderão fazer posturas nem ordenações, nem prometerão, nem darão serviços, nem porão tenças... nem outros alguns carregos, sem serem chamados os doze dos ditos Misteres, e com elles se assentara, e o que as maiz vozes for acordado, e assinarão no tal accordo».

De igual modo interferiam com o seu voto para a escolha dos procuradores às Côrtes e demais serviços de representação às instâncias officiaes : «e bem assy quando se ouver de lançar algũa finta ou taxa...»

As contas não seriam aprovadas sem que um delegado dos Doze as examinasse — «hũa pessoa, por parte do Povo (esteja) presente ao tomar dellas».

(1) «Romagem dos Seculos» por C. d'Alm. pag. 216. (Torre do Tombo-Maçõ 3 de leis n.º 19).

Para o bom desempenho desta missão administrativa, determinava o rei que sempre que fosse «requerido por os ditos dose ou por os dous procuradores da Meza» consultar o arquivo e dele extrair cópias para o bom desempenho da sua missão, o Escrivão as tirasse «com toda a boa deligencia... sem por isso levar dinheiro nem premio algum; porque não o fazendo assy —avisava o monarca—tornarei a isso com aquelle castigo que ouver por bem.»

Destarte se providenciava contra o inconveniente de certas agitações tumultuárias dadas por ocasião das assembleias do povo, quando afluía ao *Paço do Concelho* convocado pelo pregoeiro ao rufo do tambor, conforme dá testemunho esta passagem da *Carta de Privilégio* que estamos examinando: "...—muitas vezes acontese ser chamado a dita Camara, o Povo da dita Villa para algúas couzas do bem comum, e por se ajuntarem muytos se faz emboltas e arroidos donde se segue muyto escandallo."

E arrematava ordenando:

—«Hey por bem e mando... se não chame, senão os ditos doze que assy forem elleitos, os quais darão vozes por todo o Povo naquellas couzas em que elle aia de votar, salvo quando se ouverem de fazer elleições dos ditos officiaes se chamara todo o Povo.» (1)

Só, pois, para a eleição da Câmara se faria a convocação do povo. Para o mais, bastaria convocar os Doze. Assim se evitavam *emboltas e arroidos*.

Resta agora ver como as outras classes receberam na Câmara os dous delegados representantes dos misteres.

Segundo a mentalidade da época, «os mecanicos não tinham a ciencia nem a natureza e madureza necessaria para reger o bem comum, não conheciam que cousa é politica, nem sabiam que cousa é honra, nem quando devia a honra preceder o proveito.» (2)

Considerados os plebeus dos officios «homens de baixa mão» é fácil conjecturar a série de conflitos que se haviam de ferir na *Casa da Camara*. A tal ponto chegaram as coisas pelo ano de 1654, que os *edts* municipais sob a presidência do Juiz «otdinayro», deliberaram em sessão restringir os poderes dos dous procuradores dos misteres, dizendo que a sua jurisdição era «só pera requerer e não pera mandar.» (3)

Desta arbitrária resolução que tanto feria os brios e limitava os direitos dos homens dos officios, levaram os Doze dos Mesteres recurso para a Realção do Pôrto, dizendo em seu queixume: «—todos os dias de Camera tem

(1) Gama Barros, obra cit. pag. 519.

(2) De um manuscrito extrahido por cópia de documentos na Torre do Tombo, em 1806.

(3) Idem

os Suplicantes com o Juis e Vereadores grandes controversias e os mandão erguer para fora que tem cousas que tratar... e que não querem que elles os oussão.» (1)

A Relação, porém, não dera provimento ao recurso dos Doze, «deixando seu direito reservado p.^a tratarem delle Via Ordinaria.»

Embora! Os homens dos officios ciosos das suas antigas prerogativas, levantam de novo a questão em 1667, apelando para a justiça do Soberano. O processo vai com vista, transitando do Provedor da Comarca ao Juiz de Fora, e dèste aos officiais da Câmara. Mas a verdade é que só em 1672—ou sejam, dezoito anos depois dos dous procuradores dos misteres serem expulsos da *Domus Municipalis*—uma provisão régia os apossou do seu direito.

Eis os termos sintéticos da provisão:—Dom Pedro por Graça de Deus e príncipe de Portugal (etc, etc,) Regente e Governador dos ditos Reinos e Senhorios Faço saber a vós Corregedor da Camara da Vila de Guimarães que havendo respeito ao que na petição... dizem os Misteres do Povo dessa Villa, E visto o que alegão Hei por bem e vos mando façais goardar o Regimento de que na dita petição fazem menção...» (2)

Ganha a causa, de novo voltaram ao seio do Município a tomar parte no Senado não só os Doze dos Misteres, mas os seus dous procuradores às sessões ordinárias, vingando a letra e doutrina expressa na Provisão de 1535:—«... e com elles (os doze) se assentara, e o que as mais vozes for acordado»,
«os quais darão vozes por todo o Povo naquellas cousas em que elle avia de votar»

Quanto aos dous delegados:—«os dittos dous procuradores... os tenham na dita Camara, e dem assento nella... e lhes deixem dar suas vozes».

Dar vozes, em tal caso, não era sòmente requerer, mas tambem dar voto, redigir sentença, assinar acórdão. (3)

Finalmente, tudo leva a supôr que havendo sido extinta em 1822 (?) a «Casa dos 24» em Lisboa, igual sorte tiveram as demais instituições similares, dentre as quais estavam os «Doze dos Misteres» de Guimarães—cujos dous procuradores effectivos na Câmara auferiam «quinhentos reis de propina cada hum pelo trabalho de servirem e tratarem do bem comum». (4)

Guimarães 1933.

A. L. DE ÇARVALHO

(1) Idem

(2) »

(3) Viterbo, *Ilucidário*.

(4) Efemeride (Guimarães) João Lopes de Faria.

A INSCRIÇÃO DE IELLALA

NOVO PADRÃO DE DIOGO CÃO

Como gracejo amigo da Sorte,—tão esquivada, aliás, em amabilidades para comigo,—estava-me reservado ter de revelar o pregão ingenuamente heroico que ha cinco seculos lançaram ao Mundo e á Historia, das penedias de Iellala, os primeiros europeus que descobriram e entraram o Zaire,—exactamente como me fôra concedido já o inesperado favor de ser o primeiro a ler o que diziam os padrões que Diogo Cão fôra erguendo, de 1482 a 1486, costa africana a baixo, e que desde os chronistas proximos até os mais modernos navegantes que passaram por elles, ninguem acertara entender, e todos os ultimos affirmavam ser inteiramente inintelligíveis.

Ha longos annos diligenciava eu, debalde, obter qualquer calco ou copia, uma qualquer reproducção ou figuração directa e authentica do que vagamente, em mal definida noção, em informações inconsistentes e confusas, se convenionara chamar o «padrão» portuguez de Iellala, entre os poucos que se occupavam d'estas cousas.

Contava-se que em uma das rochas que afloravam, collossaes e inaccessíveis, das primeiras cachoeiras do Zaire, acima de Noqui, ou acima de Vivi, segundo a margem tomada para referencia, existia, a grandes traços, esculpido o escudo das Quinas, que era naturalmente quanto se apercebia cá de baixo e de longe.

Lembro-me que vae em 9 ou 10 annos alguem que muito sinto não poder precisar quem fosse, me enviou ou trouxe um esquiço desse escudo; nada, porem, poderia determinar-se por esse simples desenho geometrico e isolado.

Assim é, pois, que o «padrão» de Iellala tem continuado indefinido e mudo na tradição oral de alguns portuguezes do Zaire, na menção incidental e vaga de um ou outro livro moderno ácerca do grande rio, ou na timida allusão passageira á valorosa prioridade dos nossos descobrimentos africanos, parecendo defender-se da simples curiosidade banal ou querer experimentar o interesse amavel dos que desejem devassal-o, com as enormes difficuldades de chegar até elle e de, uma vez lá, poder reproduzil-o e lel-o.

Em 1816, Tuckey, com a sua notavel expedição de reconhecimento do

Este artigo, publicado na revista «Brasil-Portugal», n.º 47, de 1 de Janeiro de 1901, foi o último trabalho do autor. Escrevera-o quatro dias antes de morrer.

Zaire, subiu até ás cachoeiras e quebradas de Vivi e ensaiou durante muitos dias devassar e vencer a temerosa barreira pela qual se precipita e escoa, espumante e estrondoso, o grande rio.

Viu erguer-se na sua frente o Iellala; levou, até onde pôde, os barcos, e atacou esforçadamente por terra o mysterioso cerro.

Mas a observação minuciosa e penetrante do illustre capitão e do seu illustre companheiro scientifico, que não desdenhou recolher e interpretar a infinidade de lithogryphos indígenas, as figurações e lendas feiticistas que foi encontrado nas rochas do rio, não logrou surprehender o forte e singular registo cavado nos penedos da Iellala, que lhe diria que outros europeus, muito antes, ali e mais alem, o haviam precedido.

Seria, certamente uma grande injustiça suppôr que o illustre explorador tivesse visto, tivesse tido noticia desse extraordinario documento e nem uma só palavra dissesse a tal respeito no seu formoso relatório.

Stanley descendo, esfomeado e perseguido, em arrancos de desespero, o Zaire, e começando nas quebradas de Itunzima a ouvir falar das quebradas de Iellala como de nova e mais perigosa barreira que o separava ainda do mar, arredou-se della, dando-lhe o casco fatigado da sua valente lancha e tratando de ganhar por terra a salvação, a vida.

Imagine-se, pois, a agradável surpresa que senti, n'um dos ultimos dias de novembro (1900) quando o Dr. Paulo Cancellia, que voltava da ilha de S. Thomé, me entregou uma photographia das penedias de Iellala, em que o famoso «padrão», o mysterioso e suggestivo monumento se desenha completo, nitido, facilmente legível. Enviava-me essa photographia um portuguez residente no Matadi, ali proximo de Iellala, um paciente investigador, e contava-me o Dr. Cancellia os esforços engraçados e inuteis de decifração a que elle e os companheiros da viagem se haviam dado, por divertir os ocios e monotonia della.

*

Como é sabido, em Vivi, a 170 e tantos kilometros do mar, começa a região das quebradas e cachoeiras, — das cataratas e rapidos, como é costume diser, — do grande rio africano, região tantas vezes descripta depois da trevesia de Stanley.

Iellala é a denominação um pouco arbitrariamente generalizada ao cerro ou grande quebrada rochosa que constitue, a montante de Vivi e de Noqui, a ultima barreira, melhor talvez: o ultimo socalco ou degrau orographico donde o Zaire no seu longo curso interior se precipita e escoa para entrar no Atlantico.

Claro é que a larga distancia a navegação vae-se difficultando até se tornar impossivel para as embarcações do alto mar, tornando-se depois de mais em mais difficil e perigosa para os pequenos barcos atravez dos redemoinhos e estoques d'agua da corrente que braceja e braveja convulsamente nos recifes e fraguedos da enorme quebrada.

E' ali, entre esses recifes e fraguedos, e alem delles, proximo da margem esquerda, adiante de Matadi, n'um sitio chamado Nsadi-Quimbindinga (rio de peixe), que existe o nosso singular monumento, esculpido, cavado firme e fundo n'uma especie de truncado lanço de cyclopica muralha, nas faces planas, verticaes de três collossaes penedos que se erguem á beira ou a pouca altura da agua, inacessiveis deste lado: — a figura geometrica do escudo das Quinas, ao lado, estendendo sobre elle um braço, a de uma cruz patada mais exactamente a de um singelo cruseiro: e sob o outro braço deste, o corpo, a parte principal de uma inscrição, em caracteres meio-gothicos do



AQV CHEGARAM OS NA
 VIOS DO ESCRARECYDO
 REY DOM JOAM HO SE
 G DE PORTUGALL | D CAÃO |
 P ANS P DA COSTA

seculo xv. — irmãos gêmeos dos que temos nos padrões de Diogo Cão (1482-1485), — inscrição continuada em pequenas firmas abreviadas do mesmo typo, em outros dois penedos visinhos.

A reproducção graphica suppre com vantagem a descripção panoramica,

e como a authenticidade, a genuidade historica immediata e indeclinavelmente se impõe, sob todos os aspectos, sem a menor sombra de hesitação ou de duvida, apressemo-nos em restituir á historia o que essa inscripção quiz diser-lhe e ella não soube guardar na memoria mais uma vez fallivel e injusta.

I *Na primeira pedra:*

Em seguida ás figuras geometricas do escudo e do cruceiro:

A primeira linha está regularmente nitida, tendo apenas enfraquecida ou fallhada a haste do *h*.

Na 2.^a linha a palavra *esclarecido* (esclarecido) posto que mal aberta no começo ao passo que muito nitida no final, não poderia offerecer duvida a quem leu o padrão de Santo Agostinho.

Na 3.^a linha não pode haver hesitação, e o mesmo succede com a 4.^a que termina evidentemente a declaração, na palavra *Portugal*, podendo dizer-se que seguem como que as assignaturas que authenticam o documento, a começar pela do personagem mais graduado, o capitão da frota, — *Diogo Cão*, — inconfundivelmente.

Na 5.^a linha, o primeiro nome ou a abreviatura delle é de leitura pouco facil para quem não ande costumado á caprichosa epygraphia do tempo. Leio, perfeitamente convicto: *Pero Annes*.

Gil Annes, Rodrigo Annes, Diniz Annes, são mareantes conhecidos nas primeiras navegações costa africana abaixo. Um dos da numerosa dynastia que ficasse desconhecido, — e mais não deveria ser somenos, — teria commandado um dos navios de Cão. Porque estas primeiras *firmas* que fecham e authenticam o attestado são muito provavelmente as dos capitães.

Seriam, então, tres os navios. Que eram mais de um já o annunciava o bom do Ruy de Pina. E á *Chronica de Nuremberga* o dissera muito provavelmente Martim Beheim, em 1492-1493; *certas galeas*... Esse mesmo Martim dice no seu famoso *Globo* que eram dois: — *zweischiff Caraveli* etc. — mas talvez não contasse com o dos mantimentos que era e foi por algum tempo de uso faser acompanhar estas expedições de incerto e longiuo destino. Alem de que poderia ter sido tão mentiroso como me parece mais do que provavel que o foi quando se fez passar, entre os seus compatriotas, por um dos capitães, companheiro de Diogo Cão.

O terceiro capitão ou companheiro deste lá tem bem nitido o nome na pedra, posto não lh'o soubesse recolher e guardar com egual carinho a historia. Era *Pero da Costa*.

Temos, pois, que ao cabo de quatrocentos e tantos annos, o penedo abrupto e escuro de Iellala proclama ao mundo e á historia, menos esquecido e mais justo do que um e a outra, o seguinte:

AQUI CHEGARAM OS NAVIOS DO ESCLARECIDO REI DOM JOÃO O SEGUNDO DE PORTUGAL.

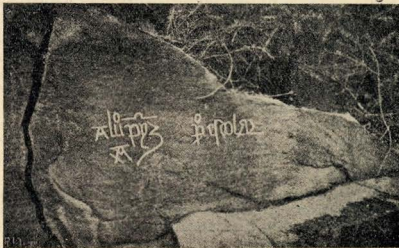
Assignados :

DIOGO CÃO — PERO ANNES — PERO DA COSTA.

Dois destes portuguesissimos nomes afundaram-se e perderam-se no ingrato esquecimento dos homens, e Deus sabe quanto e tarde custou a salvar o primeiro, dos erros e confusões que de longe o vinham apagando já. Guardou-os, ciosamente, forte e inacessível, no meio das temerosas cachoeiras o bruto penedo que viu aquelles valorosos homens. E não hade a gente acreditar n'uma justiça superior á humana injustiça!

E aguardam outros nomes, ainda, as rochas de Iellala, muito provavelmente os dos pilotos e dos mestres, — tres e tres, tambem — da portuguesa frota. E' o que vamos ver.

II Na *segunda pedra*, mais exactamente n'um pedaço da primeira que uma grande racha separa, attestando talvez um movimento desequilibrado do colosso, leem-se duas firmas perfeitamente esculpidas, com uma certa elegancia até, nos mesmos caracteres do corpo da inscripção :



ALU PYZ P ESCOLAR

Sem possivel sombra de duvida :

Alvaro Pires Pero Escolar

Um, o primeiro, representa, naturalmente. outra dynastia de aventureiros do mar, como o Gomes Pires, do grande Infante, o que andou com o Lançarote, o que fez a razia no Rio do Ouro (1447).

Pedro Escolar que é vulgar chamarem Pedro Escobar e Pedro Escovar, foi mais feliz e deitou memoria e fama até nós. Em 1470 era cavalleiro da Casa do Rei, e ao serviço de Fernão Gomes ia na conserva de João de Santarem, commandando uma caravella, á descoberta da Mina. Pilotava-o, então um mestre, o afamado Alvaro Esteves. Fez-se em boa escola.

Não sabemos, — sabemol-o agora, — que foi com Diogo Cão.

Em qual viagem?

Talvez nas duas. Com certesa nesta de Iellala que deve ter sido a segunda, a de 1484-1486.

Voltou ao Zaire na expedição de Gonçalo de Sousa, ou melhor de Ruy de Sousa em 1490, vendo talvez novamente o Iallala, pois que essa expedição fez, do Congo, uma campanha em auxilio do grande regulo africano, — do Rei convertido, — para aquelles lados, para cima mesmo da Iallala.

Em 1497 partia Pedro Escolar na armada do Gama á descoberta da India. Era o piloto do *Berrio*, sob o commando de Nicolau Coelho. Mas lemos dois nomes, e tinhamos annuciado tres.

E' que sob a firma de Alvaro Pires ha esculpido um A cortado n'uma das hastes, inferiormente, que não cremos que seja uma repetição abreviada dessa firma, mas antes a abreviatura de outro nome. O corte parece-me indicar redundancia da inicial. Que tentação de ler, por exemplo: *Affonso d'Aveiro*, o João Affonso de Aveiro que em 1486 chegava a Lisboa trazendo noticias e enviados de Benin! Nestas cousas é porem indispensavel fugir de tentações ou de leituras aventureiras.

Ha ali um nome, uma firma: mas *por ora* não podemos lel-a; não sabemos de quem seja. Não — abandonemos o terreno seguro, certo.

III *Na terceira pedra*, inferiormente ás duas anteriores, veem-se nitidamente esculpidas ainda, com a mesma feição graphica: Claramente; *João de Santiago — Diogo Pinheiro — Gonçalo Alvares*.

Serão os *mestres* dos navios? Todos estes nomes nos soam como de gente conhecida, mas é claro que fazendo uma noticia apenas, não um trabalho de investigação exhaustiva, não poderemos desde logo acertar com perfeita segurança na identificação de todos os nomes. Contentemo-nos com podermos assegurar a sua ligação, a sua coexistencia authentica na inscripção ou relativamente ao facto que esta ultima quiz registar e memora. A unidade documental da leitura feita é que não nos offerece duvida.

João de Santiago é nosso conhecido. Foi o piloto do transporte de mantimentos na expedição de Bartholomeu Dias. Mal regressára, então, da

expedição de Diogo Cão que deitara até ao Cabo da Cruz e partiria com o successor daquelle a continuar dali a descoberta.

Gonçalo Alvares tambem não é um desconhecido. Foi o mestre da *São Gabriel* na descoberta da India.

Li, nem me lembra onde, que D. Manuel arredara e desdenhara acintosamente os lobos do mar de D. João II. Havemos de liquidar um dia a malevola tolice que anda intrigando muitos espiritos ingenuos e faceis, com uma lenda peseudo-erudita profundamente odiosa e injusta contra o Rei Venturoso.

Mas voltando ao nosso assumpto: esta terceira pedra offerece-nos um



J DE SAMTYAGO

D PÑRO G ALÜEZ

problema novo, de insignificante valor, evidentemente, mas que não deixa de importunar desagradavelmente o nosso empenho de uma leitura integral.

Ha nessa pedra, no espaço deixado livre pela inscripção dos tres nomes citados, traços sofrivelmente visiveis, de signaes e letras de typo aproximado, mas em todo o caso differente, que por apagadas ou mal reproduzidas não poderemos ler com segurança, e por essa mesma diversidade de typo e de fabrico, pois que não são firme e fundamente cavadas como os outras, não podemos considerar incluidas ou fazendo parte na nossa inscripção. Um grupo dessas letras, a bem dizer de grosseiro cursivo, diz sem duvida,

ou

Jº alvrz

João Alvares

Parece-me evidente que se tracta de uma outra inscripção, certamente muito antiga tambem, do mesmo seculo até, mas que em nada affecta a principal, a nossa. Só nos resta fazer votos por que alguma nossa reprodução photo-graphica nos habilite a satisfazer n'esta parte a natural curiosidade que o factó desperta.

*

Em tempo: como se costuma dizer na ampliação rectificativa de certos documentos. Encontrando ha dias Augusto de Castilho, e, em natural expansão de estudioso para estudioso que alegremente se communicam trabalhos que egual e amorosamente lhes interessam, contando-lhe o caso de ter finalmente podido saber o que era e o que dizia o «padrão» de Iellala, com a feliz circumstancia de ter de o incluir nas minhas reconstituições da memoria de Diogo Cão, lembrou-se o illustre official e meu velho amigo de que annos passados, ahi por 1893, lhe fôra offerecido por Lafontaine Vervev, um gerente da feitoria hollandeza em Banana, tres provas photographicas que lhe dera em 1890 um missionario norte-americano. Mr. Lewis, que andara no Zaire. Retratavam precisamente a inscripção de Iellala.

A seu irmão, o illustre antiquario que todos conhecem, recorreu Augusto de Castilho para que procurasse decifrar a inscripção. Naturalmente, o sr. Visconde de Castilho lêra-a, como eu a leio, nas duas primeiras pedras. Na terceira, porém, lendo igualmente os nomes de *João de Santiago, Diogo Pinheiro, Gonçalo Alvares*, mas procurando decifrar os signaes e letras de feição differente a que acima me refiro, e que na sua photographia, mais accentuados do que na minha se acham, quer porque essa photographia melhor os fixasse. quer por que elles, então, menos apagados estivessem, entendeu que poderiam restituir-se assim:

✠ DADOËSA

Jº ALŪZ

lendo-se

*Falleceu da doença
João Alvares.*

Entre estas palavras e os nomes de *Diogo Pinheiro* e *Gonçalo Alvares* havia ainda um signal semelhante a um J duas vezes cortado que se supôz ser uma cruz dupla e poder ler-se por — *falleceram*.

Devia eu requisitar isto, evidentemente, mas devo tambem dizer que considero mais engenhosa do que segura tal leitura, mais me convencendo, de resto, a photographia do missionario americano, de que este grupo de signaes e letras, a bem dizer raspados e não esculpidos na pedra, nada tem com a inscripção inicial, constituindo, quando muito, uma inscripção ou memoria independente.

A primeira formula interpretativa, e mais ainda a segunda, de fallecimento de um e de mais de um homem, considero-as muito duvidosas epy-graphicamente: a segunda, então parece-me até insustentavel porque o signal respectivo não é evidentemente uma cruz, além de que um dos supostos averbados de fallecidos, o *Gonçalo Alvares*, da inscripção inicial, não falleceu ahi nem ao tempo della. A verdade é que desta segunda inscripção só pode ler-se com segurança a firma de *João Alvares*.

Quer dizer: outros depois dos primeiros, e proximamente delles, estiveram no Iellala. Mas não sabemos já que a expedição de Ruy de Sousa andou naquellas partes, e que já em 1536 escrevia do Congo Manuel Pacheco que se tratava de fazer «dois bragantins acima *daquella quebrada que o rio tem para eu dar aviamento a se dali ir descobrir o Lago*»?

Lisboa, 20 de Dezembro de 1900.

LUCIANO CORDEIRO

ANAFÉ — CASABRANCA

Li mais de uma vez na imprensa portuguesa que Casabranca, a metrópole comercial de Marrocos, fôra fundada ou possuída por Portugueses. O mesmo se tem dito em obras estrangeiras. Assim, a *Encyclopédie de l'Islam*, I, p. 939, afirma que em 1515 os Portugueses se estabeleceram ali e deram ao lugar o nome de «Casablanca», mas que pouco depois o abandonaram. Não é verdade. Casabranca, é simplesmente a tradução do nome árabe do lugar *Dar albeida*, na sua forma castelhana «Casablanca». A região que a cerca é rica em cereais e foi sempre o celeiro de Marrocos. Chamaram-lhe os nossos «Ειλιονία», do nome das tribus que a habitavam; os Franceses procederam do mesmo modo e assim é que lhe dão nome «Chaouïa».

Se Casabranca não pertence à história de Portugal, pois é recente, outro tanto se não pode dizer de «Anafé», cujo nome subsiste ao norte da cidade na forma *Anfa* — árabe e francesa — e precedeu a actual Casablanca. O seu nome está em trigo «anafil». Houve duas expedições portuguesas contra Anafé. Devia ser povoação importante pois nos documentos portugueses se lhe chama cidade. A primeira expedição foi em 1468, segundo Damião de Góis, em 1469, segundo Rui de Pina. Comandava-a o infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V.

A cidade foi tomada e arrasados os seus muros em grande parte. Era ninho de corsários que vinham até as costas de Portugal atacar os lugares delas e dificultavam o tráfico com Ceuta e Alcácer-Ceguer. O Infante faleceu pouco depois e a seu filho D. João, feito duque de Viseu e de Beja, foi doado o lugar em 1472. Não parece, todavia, que exercesse de facto soberania nele.

Mais tarde, em 1487, reinando D. João II, D. Diogo de Almeida desembarcou ali e foi sobre alguns aduares de mouros das proximidades da cidade. Isto mostra que ela não estaria habitada e se não teria refeito do desastre de 1468-1469.

A primeira vez que se pensou em fazer fortaleza em Anafé foi em 1515. D. Manuel mandou no verão dêsse ano fazer a fortaleza da Mamora, na foz do rio Cebú. Comandava esta expedição D. António de Noronha. Feita esta fortaleza da Mamora, D. Nuno Mascarenhas, que ia na expedição, devia ir fazer a fortaleza de Anafé. Não chegou, porém, a fazer-se em virtude do grande desastre da Mamora. Pode ler-se essa notícia em Góis, *Crônica de D. Manuel*, III, c. 76 e nos meus *Portugueses em Marrocos* (na *História de*

Portugal, III, p. 536-7, publicação dirigida pelo Prof. Damião Peres). A notícia de Góis acha-se confirmada plenamente no documento seguinte, que damos na íntegra.

DAVID LOPES.

«Nos el Rey fazeemos saber a uos capitães fidalguos caualleiros escudeiros gentes darmas bombardeiros espingardeiros beesteiros meestres e companhia dos nauios e a todos e quaaes quer pesoas e officiais que ora hijs neesta armada que emviamos aas partes daalleem em que mandamos por noso capitam moor dom Antonio meu muyto amado sobrinho noso spriuam da puridade que por avermos por muyto noso seruiço que vão providas as cousas da dita armada que podem aqueçer pera que nõ aja duuida neem impidiimeto no que prazeendo a Deus se ha de fazer por seu seruiço e noso detryminamos que seendo caso que noso Senhor defeenda de o dito dom antonio faleçer estando com nosa armada em anafee onde lhe mandamos que faça o que leua por noso regymento sobceda e fique e seu lugar por noso capitam moor de toda a armada dom nuno mazcarenhas fidalguo de nosa casa pella muyta confiança que delle teemos que nos sabera nisso beem servir o que bem todo comprira e gardara o regymento que o dito dõ antonio de nos leua do que aquy em anafee lhe mandamos fazer. Porem vollo noteficamos asy E vos mamdamos a todos em geerall e a cada hum de vos em espiciall que falecendo o dito dom antonio que noso senhor nam mande e sobcedendo na dita capitanya o dito dom nuno como dito he vos lhe obedeçaes como a noso capitam moor e cumpraes todo aquello que elle por noso seruiço e da nossa parte vos requerer e mandar asy como soes obrigados ho fazer a uoso capitam moor e o fazijês ao dito dom antonio E elle dito dom nuno comprira jnteyramete noso regymeto que leua o dito dõ antonio o qual mandamos por asy a pesoa em cujo poder esteuer que lhe entregue e asy nosos poderes e alçadas que leua e diso vsara como ao dito dom antonio o tynhamos dado e como nelles he contijudo e alleem de todos fazerdes o que deues e vos mamdamos vollo agradeceremos e teremos muyto em seruiço ffeyto e Lixboa a bj dias de junho o secretario o fez i 5 i 5 E esto eãcargamos asy ao dito dom nuno asy pella confiança que delle teemos como por teermos hordenado que elle aja de ser o capitam que aja de ficar na fortaleza que mamdamos fazer no dito anafe / — Rey ✠.»

«Aluara que ha de leuar Joam dornelas pera o sobcedimento no caso que Deus defemda que fose mester em anafee.»

Sobscrito : — «Por el Rey.»

«Prouisam q̄ se ha daver fallecendo dom antonio que noso senhor nam de estando em anafee.»

O PRIMEIRO OURO DA ÍNDIA

Não foi a Custódia dos Jerónimos, cremos, a única peça feita com o primeiro ouro vindo do Oriente. D. António Caetano de Sousa, nos seus APONTAMENTOS PARA O AGIOLOGIO LUSITANO (1) diz: "No Most.^o de Tomar — Nesta casa se conserva hũa Cruz de Ouro q̄ El Rey D. M.^{el} lhe deu feita do p.^o ouro q̄ lhe veio do Oriente em hũa pianha de filagrana guarnecida de pedras preciosas". Desta Cruz já falámos largamente (2), e por isso nos não alongaremos agora a seu respeito.

Também Fr. Jacinto de S. Miguel no seu trabalho: PRECURSOR DE BELLEM. MANIFESTO DA ORDEM DO D.^{or} MAX. DA IGREJA S. HIER.^{mo} SEU ESTATUTO, ORIGEM E MONACATO. ALGŪAS NOTICIAS DAS MAIS ESPECIAES, E COUZAS NOTAUENS DA RELIGIÃO, E MOSTEIROS DO MESMO PATRIARCHA SÃO HIER.^{mo} NESTE REINO DE PORTUGAL (3) nos dá esta curiosa nota, quando, a fls. 101 v. se refere à Virgem do Espinheiro, em Evora: "... e do primeyro ouro que recebeo da Índia, ofereceo (*D. Manuel*) a S.^{ta} e a seo filho Santissimo duas coroas de precioso valor, q̄ sendo tres vezes roubadas, e aparecendo sempre milagrosam.^{te} no anno de 1559 se desfizerão, e com seo pressio se apreifeçoou a Igreja; dispendendo em beneficio da S.^{ta} e no ornato do seo templo o q̄ era seo e ficando com esta transação livres os Monges do continuo temor de serem roubadas tão preciosas pessas".

Fr. Jacinto de S. Miguel, nos seus PAPEIS VARIOS (4), chamava à Cruz do Convento de Cristo, que atrás citámos: "relicario del Rey D. M.^{el} obrado pelos grd.^{es} engenhos da India or.^{ta}"; mas, note-se que o mesmo dizia êle da Custódia dos Jerónimos (5), "... custodia que o dito Senhor rei D. Manuel mandou fazer na India, do primeiro oiro de Quiloa...".

Temos, pois, na opinião dos dois historiadores, mais três objectos além da Custódia dos Jerónimos, feitos com o primeiro ouro recebido da Índia. Embora se trate de dois dos nossos mais probos investigadores, que, no começo do século XVIII, estudaram criteriosamente os arquivos do País, e que também receberam nos locais muitas tradições ainda não obliteradas, não deixaremos de estudar êste assunto à luz do nosso critério. Assim, analisemos a plausibilidade da triplíce oferta.

(1) Biblioteca Nacional. — Ms. A-2-40 a 44, vol. 4.^o, a pág. 141.

(2) A CRUZ MANOELINA DO CONVENTO DE CRISTO. Lisboa, 1922.

(3) Biblioteca Municipal de Viseu. — Ms. n.^o 31/5563.

(4) Biblioteca Nacional. — Ms. n.^o 8842, a fls. 196 v.

(5) MOSTEIRO DE BELEM. Lisboa, 1901, a pag. 77.

Fale primeiramente João de Barros (1): «ElRey dom Manuel como imitador deste sancto e catholico auoengo (o Infante D. Henrique), vendo q̄ succedera a este Infante em ser governador & perpetuo administrador da ordem da milicia de Christo, e assi em prosiguir este descobrimento, tanto que veo Vasco da Gâma, em que se terminou a esperanza de tantos annos que era o descobrimento da Índia: quis como premicias desta merce que recebia de Deos em louuor de sua madre (a quem o Infante tinha tomado por sua protectora pera esta obra) fundar hum sumptuoso templo na sua hermda da vocação de Bethlem». Levantado o condigno monumento ao feito, natural era que D. Manoel o completasse com a oferta da Custódia que, das primicias das riquezas das regiões descobertas, fez lavar por Gil Vicente.

Tratemos agora da oferta do relicário à Ordem de Cristo.

Nas naus que D. Manoel mandou à descoberta do caminho da Índia, fez êle pintar a Cruz vasia. Nesse tempo, não servia essa cruz de reclame a qualquer marca afamada de queijos. Estampada nas velas dos frágeis barcos, ela foi annunciando aos desvairedos povos por onde êles passavam, que ali iam portugueses à descoberta de novos mundos.

Quem então usava aquela emblema, não era qualquer facção política, ou qualquer sociedade desportiva. Usava-a exclusivamente a valorosa Ordem de Cristo, de quem já o ínclito Infante reconhecia «os muitos beens que recebi da hordem de Christus de que sam governador e seruiço dos caualeiros e frayres della». Naturalíssimo era, pois, que D. Manoel dela se não esquecesse, e que das primicias da nova descoberta lhe ofertasse valiosa recordação. Cremos mesmo que a Cruz que lhe ofereceu não só seria feita com o primeiro ouro que Vasco da Gama trouxe, como também as setenta pérolas orientais «muy redondas e gruessas» (2) que ela tinha, eram da mesma origem do ouro, pois nos parece pouco natural o engaste de pérolas numa tal obra de ourivesaria, antes parecendo haver nisso uma especial intenção.

Finalmente, analisemos a oferta das coroas à Senhora do Espinheiro. A sua rasão dá-no-la Fr. Jacinto de S. Miguel a fls. 101 v. do seu já citado Ms. n.º 31/5563: — «El Rey D. Manoel, q̄ succedeo na Monarchia, teve especial devoção com a S.^{ta} no tempo q̄ assistio em Evora, e a visitava, pedindo bom successo na empreza de suas conquistas...». Cremos não será necessário justificar mais a oferta.

Julgamos que Fr. Agostinho de S.^{ta} Maria, no seu SANTUARIO MARIANO (3).

(1) DECADA PRIMEIRA DA ASIA. Lisboa, 1628. Fls. 84 v.

(2) A CRUZ MANOELINA DO CONVENTO DE CRISTO. Pag. 6.

(3) Tomo VI — L.º I, T.º III, pag. 9.

também alude a estas coroas, no final da referência que faz à Virgem do Espinheiro, e que a seguir transcrevemos:

«Confessou depois o Rey (*D. Afonso V*), que esta vitória (*a tomada de Arzila*) a alcançara das mãos da Virgem Maria Senhora Nossa, de quem era affectuosissimo devoto; porque antes que desse o assalto, para com mayor facilidade conseguio o bom successo que pertendia da assistencia, & soccorro da Virgem Nossa Senhora, a quem com piedoso affecto fizera voto, de que offerencia ao seu Templo, & Casa do Espinheyro da Cidade de Evora, hum fermoso Cavallo, com a sua figura armado, como estava, tudo de prata; para que fosse perpetuo reconhecimento do seu favor, se fosse servida pela sua misericordia ajudallo em aquella empreza & tomada daquella Cidade. Consequio o Rey o que pedio humilde, & piedoso, porque ganhou Arzilla; & não ingrato ao beneficio, não só cumprio o seu voto, mas levantou na mesma Cidade que ganhou, hum templo, que fez dedicar à gloriosa Assumpção de sua Santissima Protectora. E chegaram a Portugal, mādou fazer a estatua de prata, q̄ mādou collocar no Templo de Nossa Senhora do Espinheyro; que depois hum imprudente Prior daquelle Convento mandou desfazer, & reduzir a dinheiro, para fazer, ou reedificar hū dormitorio. E outro tão indiscreto como este, mandou tambem fundir hum precioso ornamento de prata de fieyra, cousa muyto rica, que por grandeza, & generosa liberalidade dos Reys para aquella Casa da Senhora, se mostrava a todos; & que eu ainda vi. E assim com a imprudencia daquelles Piores, se acabarão aquellas memorias, que merecião ser eternizadas, por grandes, & generosas».

Alguns dos investigadores que trataram da Custódia dos Jeróni nos, têm manifestado a dúvida se o ouro das párias de Quíloa chegaria ou não para a sua factura. Embora se não saiba ainda ao certo o pêso do ouro que ela contém ⁽¹⁾, cremos que não há razão para que se ponham em dúvida os dizeres da inscrição que o artista nela gravou, provindo as divergências apenas de uma errada avaliação da equivalência do mitical. Êste, a nosso

(1) Não é difficil determinar, com relativa exactidão, o pêso do ouro empregado na Custódia. Achados, em unidades correspondentes, o seu pêso total P , e o seu volume V (medido por imersão), teremos, representando por v e v' os volumes do ouro e dos esmaltes, e por d e d' as densidades médias dos mesmos,

$$V = v + v'$$

$$P = vd + v'd'$$

Daqui se tira immediatamente o

$$\text{pêso do ouro} = vd = \frac{d(P - Vd')}{d - d'}$$

ver, dada a constância secular dos valores das unidades de pêso, nas mesmas regiões, tinha então a equivalência de 4,64 gramas, que tem o *mitical* ou *miskal* ainda hoje em uso na Arábia e outras regiões. Desta forma, aos 1500 miticais de ouro que Vasco da Gama extorquiou ao rei de Quíloa, devia corresponder o pêso de 6,960 kilogramas, quantidade mais do que suficiente, depois de ligada, para fazer a Custódia.

A equivalência de 4,64 gramas não nos parece exagerada, não só porque as párias exigidas pelo Gama não deviam ser indignas de D. Manoel, mas ainda porque, segundo diz Tomé Lopes (1), a primeira exigência do Gama era de vinte pérolas «de peso de hum mitigal cada huma», achando o rei de Quíloa duvidoso podê-las encontrar. Ora pérolas de cêrca de 90 grãos, que correspondem àquele pêso, não deveriam ser de extrêma raridade em tal região.

Esta equivalência é tanto mais de aceitar, visto êste autor dizer ainda, que o mital «val hum justo de ouro», e o pêso mínimo destas moedas ser de 120 grãos, ou sejam 6,16 gramas.

A Cruz do Convento de Cristo que, completa, pesava, no máximo, 3,700 kilogramas, devia ter menos de 3 kilogramas de ouro, abatidos os pêsos da Cruz relicário que tinha junto (cêrca de 79 gramas) das setenta pérolas, das três reliquias e respectivos recipientes de vidro, e ainda dos esmaltes.

As duas Coroas do Espinheiro, embora para imagens de tamanho natural, não podiam, evidentemente, ser muito pesadas, sendo provável que se tratasse também de obras de esmalte.

Creemos pois, que, de facto, todos os objectos a que nos referimos, foram feitos, se não com as párias de Quíloa, ao menos com o primeiro ouro trazido do Oriente, representando portanto inextimáveis padrões das nossas descobertas, sendo de lastimar que a ignorância de alguns frades os tivesse feito desaparecer quasi todos.

Oxalá, também, que as pessoas que estão em circunstâncias de o fazerem, não deixem de completar em uma monografia única, o estudo da Custódia dos Jerónimos, de que tantos autores se têm occupado, sem contudo, tratarem o assunto exaustivamente.

GARCEZ TEIXEIRA

(1) NAVEGAÇÃO ÀS ÍNDIAS ORIENTAES. In Collecção de Noticias para a História e Geografia, etc., tom. II, pag. 169.

A FORTALEZA DE ÇOFALA

Esta Fortaleza, erguida como atalaia cautelosa, junto às bocas do Zambeze, era inquestionavelmente, o mais notável e glorioso padrão do esforço português, em expansão colonizadora através da Costa Oriental de África, na vanguarda de qualquer outro país europeu.

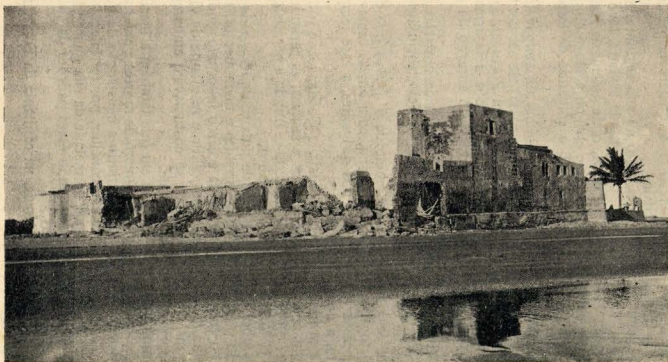
Pedras sagradas de uma Pátria que se dilatou pelo mundo, revelando os seus misteriosos confins, elas deveriam ser como reliquias a conservar, para lição e orgulho de vindouros. A insensibilidade dos tempos recentes — em que se julgará desenterrar velharias memoráveis, antes se aterram e apeiam como inúteis, as que nos ficaram á vista — permitiu que derruísse e desapparecesse, desde os mais profundos alicerces, a vetusta Fortaleza de Çofala.

Pela iniciativa de relembrar êsse padrão, que sómente poderemos agora contemplar nas imagens fotográficas, bem haja o nosso ilustrado amigo Sr. Cordeiro de Sousa, descendente dêsse vulto egrégio da propaganda colonial do nosso tempo, o extrênuo batalhador na revindicação histórica do nosso Império Ultramarino — Luciano Cordeiro.

Foi em 1501, quando a armada de Pedro Álvares Cabral regressou a Portugal, que este capitão mór soube pelo Rei de Melinde e pelos mouros, práticos da Costa, do intenso comércio que se fazia em Çofala, resultante principalmente de muito ouro que ali acudia, vindo das minas de Tete e Monomatapa. Resolveu então, Álvares Cabral, mandar uma pequena e veloz naveta da sua armada, sob a capitania de Sancho de Toar, a-fim-de se avistar com o Rei de Çofala, e tomar notícias da região. Acompanharam Sancho de Toar, certo Gaspar, conhecedor das línguas faladas nessa Costa, um dos pilotos de Melinde, experientes da navegação dessas paragens, e alguns mercadores de Moçambique, assim tornados agentes das primeiras relações comerciais da população de Çofala, com os portugueses. Êstes foram acolhidos afavelmente pelo Rei, que os presenteou, abastecendo o navio, de mantimentos; dos nossos, também ele recebeu valiosos presentes, entabolandose o trato mercantil, especialmente em troca de ouro, negociações muito proveitosas para os portugueses, que, segundo informa Gaspar Correia, de cada um, colhiam o rendimento de doze a quinze.

Habilitado com tão auspiciosas informações, regressou Sancho de Toar a Lisboa, e fez conhecer o resultado da sua missão.

Logo na armada que partiu para a Índia no mesmo ano de 1501, sob a capitania mór de João da Nova, seguiu Álvaro Braga, nomeado feitor de Çofala, Diogo Barbosa, escrivão, e 20 homens escolhidos, para ficarem em Çofala, levando regimentos sôbre o modo como haviam de tratar.



FORTALEZA DE ÇOPALA

Em Lisboa, não se deixavam, pois arrefecer tais negócios, porém João da Nova não encaminhou êste zelosamente, e fez derrota para a Índia com todos os elementos destinados a Çofala.

Previstas até, estas eventualidades, logo no ano seguinte, em 1502, largando para a Índia, Vasco da Gama, com grande armada, levou instruções para descobrir quanto respeitasse a Çofala, onde assentaria trato e resgate. Para êsse efeito, o capitão-mór, logo que chegou a Moçambique, expediu duas caravelas com destino a Çofala, sob o comando de Pero Afonso de Aguiar.

Os portugueses continuaram a ser recebidos ali, amigavelmente, realizando o seu trato com muita satisfação e promessas de ser continuado.

Tão favoráveis eram as notícias recebidas em Portugal, sobre o negócio de Çofala, que em 1505, se aprestou em Lisboa uma armada de 5 navios, sob a capitania de Pero de Nhaia, levando o encargo de ali construir uma Fortaleza.

A nau capitania achava-se tão sobrecarregada de cantarias para as portas e janelas da Fortaleza, que mesmo surta no Tejo, abriu água e se afundou, perdendo-se de todo!

Prontamente se refêz a armada, então de 6 navios, que poudeseguir ao seu destino, logo em Março dêsse ano, com outras cantarias e o mais que se julgou necessário. A têmpera dos dirigentes, a êsse tempo, não desmerecia, portanto, a dos subordinados.

Chegando a armada de Pero da Nhaia, a Çofala, fez-se o desembarque soleníssimo, assim como foram animadas e festivas, as cerimónias de recebimento pelo Rei e gente da terra, havendo-se obtido a permissão de erguer a Fortaleza que já fôra delineada em Lisboa.

Iniciou-se a obra pela construção de uma tranqueira e de várias casas para o abrigo do pessoal, munições, fazendas e mantimentos, trabalho que foi gravemente perturbado pela revolta e cerco feito pelos indígenas, à situação entrincheirada dos portugueses, atitude resultante de violências cometidas por alguns dêstes, que então se costumavam embarcar, pelo seu desregrado comportamento na Metrôpole.

Depois de muitos dias angustiosos em que também a insalubridade da terra causara entre os nossos, grande número de mortes e enfermidades, voltou a estabelecer-se a paz, e foi proseguindo a construção da Fortaleza que o capitão Pero da Nhaia não poudes concluir, por ter falecido no ano seguinte, outrotanto sucedendo a mais de metade da sua guarnição.

Eis o preço por que se iam mantendo êsses padrões da soberania portuguesa, em tão inhóspitas paragens.

Ficou substituindo Pero da Nhaia, na capitania da Fortaleza, o seu ir-

mão Francisco da Nhaia, enquanto não chegou o novo capitão, Nuno Vaz Pereira, nomeado pelo Vice-Rei D. Francisco de Almeida.

Pouco depois era despachado em Lisboa, Vasco Gomes de Abreu, para essa capitania, levando consigo Rui de Brito Patalim, para feitor e alcaide-mór; em outro navio seguiram algumas famílias, para ficarem ali residindo, conforme os preceitos de uma judiciosa colonização.

Apenas Gomes de Abreu tomou posse da capitania que lhe entregou Nuno Vaz Pereira, deu impulso à construção da Fortaleza que concluiu até às ameias. Ela era quadrada e cercada de muralha com 25 palmos de altura; tinha baluartes redondos, nos quatro cantos. Na quadra da banda do mar erguia-se uma torre de dois sobrados, ligada ao edificio da residência do capitão, que compreendia uma grande sala no andar superior e várias dependências, nos baixos da sala.

No vão da torre, até ao primeiro sobrado, existia uma grande cisterna para recolher a água das chuvas, com que se abastecia toda a povoação. Na quadra da muralha, para a banda da terra firme, construiu-se uma grande casa para feitoria. Dentro da Fortaleza, erguia-se a igreja matriz; fora, na povoação, existia uma ermida da evocação do Espírito Santo; mais tarde se construíram ali, outras duas ermidas.

Em tempo do capitão António de Saldanha se acrescentou a Fortaleza, construindo-se em redor uma barbacan; entre esta e a muralha da Fortaleza, se fizeram as moradias do pessoal e dentro da Fortaleza se rasgou mais uma cisterna que comportava mil pipas de água.

Simão de Miranda, que substituiu António de Saldanha na capitania de Çofala, também ali faleceu, e quantos lances, ora angustiosos, ora animadores, na história secular desse monumento demolido ha uma desena de anos, e que serviu de base à temerária penetração dos portugueses, nos invios territórios de Sena, Tete, Manica e Monomotopa. Olhemos pois, comovidamente, as imagens que recordam esse monumento, como estranha visão de longa epopeia em que tivéssemos participado, animados pela alma dos nossos maiores.

QUIRINO DA FONSECA

NÓTULAS REFERENTES À PREHISTÓRIA AFRICANA

I — UM INSTRUMENTO PALEOLÍTICO DA ÁFRICA DO SUL.

As civilizações paleolíticas desenvolveram-se em tódia a África em períodos até certo ponto semelhantes aos da Europa. Assim as indústrias dos tipos chelense e acheulense, têm sido encontradas do Norte ao Sul, apresentando, é certo, fácies particulares a cada uma das grandes regiões naturais em que a África se divide. As indústrias do musteriense que no Norte evoluíram normalmente são cada vez mais raras à medida que se caminha para o Sul onde se apresentam bastante influenciadas pelo solutrense.

O paleolítico superior corresponde em parte a este último tipo e ao aurinhacense passando insensivelmente ao período dos Kiöckenmööddingin e dos microlitos do tardenoisense europeu e similares.

Para as indústrias do Neolítico as cousas passam-se diferentemente.

No Egito, em todo o norte de África, o neolítico desenvolveu-se como na Europa e mesmo pouco a pouco pelo vale do Nilo, pela costa Noroeste avançou para o Sul do Sahará, cujo caracter desértico já então se manifesta, alcançando a região tropical. Porém mais para Sul, as condições naturais, a grande floresta, as regiões desérticas, opõem-se á expansão mais além, da vida agrícola e pastoril e cada vez mais sedentária que caracteriza este período em oposição á vida nómada e de caça do paleolítico, o que explica que este se tenha prolongado em certos pontos até uma época recente e se não encontrem vestígios daquele na África do Sul.

A par e passo do desenvolvimento das indústrias podem os prehisto-riadores, já hoje, acompanhar, a evolução artística das mesmas épocas, manifestada na arte rupestre, na cerâmica, etc.

A arte rupestre manifesta-se desde o «Middle Stone age», com um estilo ingénuo, na representação de elefantes e doutros animais.

Mais tarde evidencia-se um estilo naturalista e mais simples, em composições de cenas, até ao estilo das figuras esquemáticas semelhantes às do eneolítico da península hispânica.

E' notável a ornamentação da cerâmica neolítica sahariana e sudanesa, análoga á europeia.

Por isso que o centro e o sul de Africa apresentam obstáculos consideráveis à expansão das civilizações, os seus fâcies modificam-se, como dissemos, nas diferentes regiões naturais, em que êste enorme e macisso continente se divide.

Na Africa do Sul (1) as numerosas descobertas de jazigos, na sua maior parte de superfície ou nas aluviões e a colheita de inúmeros instrumentos permitiu aos arqueólogos formar uma ideia de conjunto e estabelecer os períodos de evolução. O Paleolítico antigo é representado pelos períodos de Stellenboch e de Fauresmith. O período de Stellenboch corresponde ao chelense e ao acheulense europeu com coups de poing destes tipos, alguns obtidos de grandes lascas por percussão lateral e sem retoques secundários. O de Fauresmith mais evolucionado, caracteriza-se por pequenos instrumentos, bifaces lanceolados.

Nos terraços do rio Vaal, tem sido abundante o achado de instrumentos, graças às explorações diamantíferas, como por exemplo na região de Kimberley. Os instrumentos apresentam-se mais ou menos rolados. Dois notáveis jazigos, entre outros, foram descobertos, o das lavas de Pniel, a noroeste de Kimberley e o de Canteen Kopje entre a ponte e Barkly West, com tipos desde o acheulense inferior nos cascalhos antigos até ao acheulense superior (2). Mais para jusante os aluviões arrastaram muitos instrumentos.

E' d'êste período o característico instrumento representado na gravura junta e que perto de Gony-Gong (a noroeste de Berkeley, Kimberley) o engenheiro Carlos Freire de Andrade, encontrou no decurso duma excursão da XV sessão do Congresso Internacional de Geologia de Pretoria e nos ofereceu.

De tipo acheulense, talhado por grandes lascas e pouco retocado mostra uma secção principal em losango muito alongado, devido às arestas medianas que dividem as suas duas faces e ao contôrno agumeado; termina num extremo em ponta para onde convergem os dois gumes e as ditas arestas faciais e no outro extremo por uma pequena base plana, oblíqua em relação ao eixo do instrumento. A rocha de que é feito, melafiro, abunda nesta zona. Mede 136^{mm} de comprimento, 72^{mm} de largura máxima e 44^{mm} de espessura.

(1) Afrique, por Leo Frobenius e Henri Breuil, Paris-1931.

(2) Kimberley—Johannesburg—Guide Book, XV Sessão do Congresso Internacional de Geologia-1929.

Esses jazigos têm dado também muitas lascas pequenas e raspadores de lidianite de mistura com dentes dum espécie pleistocénica de elefante.

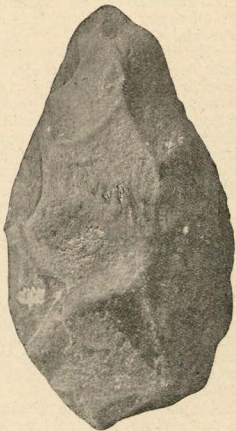
O paleolítico médio — Middle stone age — parece que relativamente de curta duração, é representado por um nível de pequenos discos musterienses, evoluindo para o solutrense, mais abundantes na Rodésia (Broken Hill, gruta de Bambata, nos montes de Matopo), do que nas regiões do extremo Sul.

São deste período as figuras rupestres da gruta de Bambata (1) representando grupos de antílopes, figuras humanas de tipo bushiman com tanga e arcos ou zagaias, castanhas ou vermelhas e amarelas correspondentes a níveis sucessivos como o demonstram os lápis de hematite e de ocre encontrados nessa gruta.

Do paleolítico superior, a indústria de Smithfield com os seus discos, paletas e anéis de xisto, raspadeiras, pontas bifaciais, facas «à dos rebatu» correspondendo ao período solutrense aparece, por exemplo, na gruta de Bambata na camada de areia granítica superior à do musteriense típico. A maioria dos jazigos deste período é também de superfície.

Sob as areias das dunas, ao nível superior de Bambata e em kiökkenmödingin, o período microlítico de Wilton traz as suas paletas de xisto semelhantes às do Smithfield, as contas do ovo de avestruz, as agulhas de osso, os polidores, os pequenos machados e sobretudo os microlitos que o caracterizam, retardados no tempo pelos obstáculos naturais.

O período wiltoniense chega quasi até aos nossos dias como se prova



2/3 do tamanho natural

(1) Rhodesian archaeological expedition (1929); excavations in Bambata caves and searches on prehistoric sites in southern Rhodesia—Journal Royal Antropologic Institut, tomo LXI, 1931.

por algumas das suas pinturas que representam cenas modernas e assim a brilhante civilização neolítica do Norte, como já dissemos, não está representada no Sul-Africano.

II — ALGUMAS PALAVRAS ACERCA DA IDADE DA PEDRA NAS NOSSAS COLÓNIAS AFRICANAS

No nosso território de Moçambique o estudo da prehistória está ainda em início e os poucos exemplares das suas indústrias que foram encontrados não são, em geral, suficientemente característicos. Estamos certos que não é à raridade das estações mas sim à ausência de pesquisas que é devida a falta de testemunhos das antigas culturas.

O pouco que conhecemos reduz-se ao seguinte:

O tenente-coronel M. Teixeira Soares encontrou na ribeira de Busi uma aguçadeira de quartzite, que foi publicada por Leite de Vasconcelos no *Archeologo Português*, vol. XVIII, 1913. E' de secção rectangular, talhada num dos extremos em cunha, e achatada no outro, tendo servido por êste, segundo parece, de polidor ou de pilão. Julgamos que se trata dum instrumento do período de Smithfield, dum tipo semelhante ao de certos encontrados no Orange.

Mais tarde, em 1911, E. J. Wayland, ⁽¹⁾ descobriu uma série de instrumentos líticos nos cascalhos não longe da foz do rio Monapo, que desagua na baía de Mocambo, a sul da ilha de Moçambique.

Êstes instrumentos (16, supomos), pequenos, medindo entre 30^{mm} e 60^{mm} de comprimento são talhados grosseiramente uns em ponta aguçada, entre os quais o n.º 13 da série, rotocado, outros em ponta larga e arredondada e outros ainda em gume. De forma pouco característica, de idade incerta, lembram contudo, tanto quando se pode deduzir das fotografias que acompanham o texto, certos instrumentos da África do Sul do fim do "Middle stone age" de transição para o período de Smithfield inferior.

Tambem em Mailena, o distinto colonial e geólogo Freire de Andrade, encontrou em 1912, oito instrumentos paleolíticos, que ofereceu ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, onde o seu ilustre conservador Luis Chaves nos facultou o seu exame. Lascas de sílex, de grês mais ou menos siliciosa e doutras rochas, trabalhadas numa só face. São de nível duvidoso.

(1) Notes on the Occurrence of Stone Implements in the Province of Mozambique.—*Revista «Man»*, número de Julho de 1915.

Standinger (1) refere-se e reproduz um grupo de figuras rupestres de Moçambique, com desenhos esquemáticos (círculos com traços cruzados, círculos com raios, em escada, em quadriculado, etc.) característicos da arte Bantú, semelhantes ao do período neolítico da Nigéria

*

Passemos agora a Angola e á Africa Ocidental.

Durante a construção do caminho de ferro belga de Matadi a Leopoldville e mais tarde, foram descobertas cêrca de trinta estações que forneceram abundantissimo material lítico duma cultura especial.

Uma das mais notáveis destas estações, a de Tumba, deu o nome a esta civilização (2).

A civilização tumbiense espalhou-se por uma enorme área que abrangue Angola, o Congo e mais para norte ainda, pela costa talvez até á Guiné.

Esta civilização considerada neolítica lembra morfologicamente a cam-pinhense se bem que nenhuma outra relação possa ter, evidentemente, com ela. Caracterisa-se principalmente por instrumentos de sílex ou de quartzite, elípticos uns, outros aguçados nas duas extremidades, ainda outros em folha de loureiro, talhados por grandes lascas nas duas faces, uma das quais convexa e a outra quasi plana, tendo sempre o contôrno retocado em gume. Estes machados são acompanhados por pontas de seta pedunculadas, burís, etc. Algumas das estações deram também machados com o gume polido.

Em Angola as descobertas de objectos líticos prehistóricos, têm sido feitas, em pontos muito diversos, se bem que em relativamente pequeno número, salvo numa estação, como veremos.

No Sul o geólogo belga Zboinski, encontrou em Mossâmedes e ao Norte em Manianga, no vale do Congo, alguns instrumentos de pedra, de que ignoramos as características. Mais tarde o padre Severino da Silva, recolheu também no districto de Mossâmedes entre a Chibia e os Gambos um raspador de sílex, com uma face convexa e a outra côncava, contôrno retocado para gume, salvo na base onde tem maior espessura.

(1) Afrikanische Felszeichnungen Zeitschrift für Ethnologie 1911.

(2) L'âge de la pierre au Congo, por Steinièr, Bruxelas 1899.

Quelques stations de l'âge de la pierre, découvertes par l'ing. Pietro Gariazzo, pelo prof. Antonio Taramelli—Revue d'Anthropologie.

Ainda no Sul o padre Antunes encontrou perto de Ontongontongo (1) dois raspadores de sílex talhados numa só face, retocados no contórno.

Mas a peça mais notável de todas as encontradas em Angola é sem dúvida a bellissima lança de sílex (2) com 26, cm⁶ de comprimento, dum perfeito lanceolado, fina e regularmente retocada, muito aguda, de secção biconvexa e que foi encontrada pelo tenente coronel Teixeira de Moraes numa furna em Quifangondo, próximo de Luanda. É de tipo solutrense e portanto anterior à civilização tumbiense do Congo.

As pesquisas e as explorações da Companhia dos Diamantes na região da Lunda permitiram a descoberta de diversos instrumentos em geral muito bem trabalhados, e é possível que muitos outros tenham sido desprezados por o seu talhe intencional ser menos evidente ou mesmo terem passado despercebidos pela sua pequenez.

Desses instrumentos podémos vêr por amável permissão do eng.º Leite de Castro, da referida Companhia, uma bela ponta de lança e um curioso biface, achado na antiga mina de Chingufo numa camada da cascalho, dois machados elípticos terminados em ponta em ambas as extremidades, de grés quartzítico e outro biface pequeno, na ribeira do Luaco.

Os dois machados, sobretudo, são muito perfeitos, retocados cuidadosamente nas duas faces e em todo o contórno.

O pequeno número de instrumentos não permite fazer deduições seguras àcerca do período em que aí viveram os povos que tinham tal indústria, contudo, afigura-se-nos ver nêles a influência das culturas paleolíticas saharianas e nortenhas, afastando-se um tanto da indústria tumbiense.

Devido a uma informação dada obsequiosamente pelo Sr. Dr. Euzébio Tamagnini de Matos Encarnação, director do Museu do Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, podemos citar dois machados de arenito com cimento silicioso e um «coup-de-poing» de sílex, encontrados, pelo sr. Dr. Carricho nos depósitos superficiais da mina de Chingufo, já citada, e que se encontram actualmento nesse museu.

Ainda da mesma região, mas doutro local, do Dundo, é, julgamos, um biface existente no Museu de Antropologia da Universidade do Pôrto. Este porém é já do tipo de Tumba.

(1) Nery Delgado — Quelques mots sur la collection de roches de la province d'Angola recollées par le rev. p.º Antunes.

Paul Chofat-Echantillons de roches du district de Mossamedes — Comunicações dos Serviços Geologicos de Portugal, tomo IV, 1900-1901.

(2) Leite de Vasconcelos — Instrumentos prehistoricos da Africa Portuguesa. — Archeologo Português, tomo XVIII—1913.

O Sr. engenheiro Fernando Mota encontrou e explorou uma notável estação de superfície, ainda inédita, na bacia do Cunene, em Nzongolo, ao norte de Malange onde recolheu dezenas de instrumentos, duma industria notavel, talvez anterior à do Congo. Reputamos esta descoberta duma grande importância para o conhecimento da evolução das indústrias pré-históricas, não só de Angola, mas da Africa Ocidental, e a ela nos não referimos mais, como merecia, por, dentro em pouco, ser publicada pelo seu descobridor.

*

Mais para norte da região Angola-Congo, o paleolítico inferior da Africa Ocidental (1) está apenas representado por algumas estações e instrumentos dispersos como os coups-de-poing de pórfiro quartzífero das imediações de Jos (Nigéria), de tipo chelense, nos aluviões, juntamente com pontas, raspadores e outros instrumentos do paleolítico médio. São provavelmente deste período o grupo de instrumentos de labradorite encontrado pelo Dr. Maclaud (2) na Guiné portuguesa em Fevereiro de 1903, na confluência do rio Grande e do seu afluente Fefini, numa espécie de península limitada por estes dois rios, a uns 15 km. para Sul da fronteira com o território francês.

Quasi todos são talhados em ponta mais ou menos aguçada—pontas de seta e raspadores—com uma face plana ou um pouco côncava não trabalhada e a outra apresentando em geral dois planos irregulares que formam uma aresta mediana. O contorno é retocado irregularmente

Medem entre 44 e 82^{mm} de comprimento, 25 a 57^{mm} de largura e 12 a 21^{mm} de espessura. A ausência de núcleos faz crer que seriam originários doutro ponto.

Indústrias do paleolítico superior com facas, raspadores e pontas acharam-se em diversas regiões da Guiné francesa, no Senegal, em Cabo Verde, assim como indústrias microlíticas que se lhe seguiram.

O neolítico nesta parte da Africa é abundante e notável, quer de estações de superfície, quer de grutas. E' representado por bons machados polidos, pontas de seta e de lança finamente retocadas e cerâmica lisa ou ornamentada de tipos semelhantes aos do Norte de Africa e da Europa. Na

(1) Afrique, por Leo Frobenius e H. Breuil.

(2) Note sur un gisement de Labradorites taillées decouvert par le dr. Maclaud, au confluent de la Féfina et du Rio Grande (Guiné portugaise) T. Hamy.—Revue d'Antropologie, T. XVI, 1905.

costa do Marfim foram encontrados grandes machados chatos, de xisto anfibólico, medindo até 70 cm. de comprimento, bem polidos (1).

Também na Guiné portuguesa, este período da prehistória tem representação com um pequenino machado, votivo, muito perfeito, e admiravelmente polido, encontrado em Bolama, cujo conhecimento devemos ainda ao Snr. Luiz Chaves.

*

Ao ilustre director da «Revista de Arqueologia pela honra que nos dá incluindo-nos entre os seus colaboradores e às pessoas citadas que nos patentearam as colecções a seu cargo ou delas deram informações, os nossos agradecimentos.

AUGUSTO DE MELO NOGUEIRA



(1) Afrique, por L. Frobenius e H. Breuil.

VESTÍGIOS DA PASSAGEM COLONIZADORA DE PORTUGAL EM MALACA

FOLCLORE SERANI DE HILIR

Entre as numerosas e selectas revistas, recebidas dos quatro cantos do mundo na redacção da *Brotéria*, encontrei casualmente no ano passado um número do *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, que me chamou a atenção. Propositadamente procurei os números seguintes, à medida que iam chegando.

Desde aquele número, referido aos meses de Junho & Julho de 33, publicou o Rev. Padre Silva Rêgo, missionário Português em Malaca, uma colectânea valiosa de cantigas folclóricas. Acompanharam o trabalho algumas notas dialectais, para elucidação de forma e sentido.

Tais cantares os pronunciam os naturais no padrão local de dialecto português, a que chamam *serani*, voz malaia de *cristão* ou expressivamente *papiá cristão*; êste dizer significa «falar cristão» ou «falar de Cristãos», aqui nomear Cristãos por antanomásia de Portuguezes, aqueles Cristãos com a glória civilizadora de levarem ao Oriente a palavra divina de Cristo.

Possuem, os padres da missão lusíada em Malaca, uma igreja em Bunga-Raya e duas capelas, a de Tranqueira, e a de Hilir.

E' povoado pobre de pescadores do mar êste de Hilir. O missionário de que fica menção aí atrás, foi passar dez dias feriadoss a Hilir, onde maior pureza tem o *serani*. Ouviu falar os homens do mar, conseguiu ouvi-los cantar. E do que lhes apreendeu, de escutá-los e compreendê-los, trouxe-nos grata notícia em «*Dez Dias em Malaca*», série folclórica de artigos publicados no «Boletim da Diocese de Macau».

São de notar as observações dialectológicas do P.^o Silva Rêgo. O que, porém, mais me interessa agora salientar, é o valor da expressão folclórica da colectânea publicada.

Contém cantigas de amor, cantigas de maldizer, cantigas de religião e fragmentos de velhos romances muito adulterados por tôdas as distâncias, as através da terra e do mar, as através da peneira dos séculos no isolamento longínquo.

Entre as quadras de amor, ha esta de grande porte aristocrático em trovador, que lembra os nossos tempos de ouro puro:

Ora bôs minha estimada,
Senhora diamam pura,
Qui eu nádi esquecê
Bôssa sua fermosura. (1)

Não podia faltar a «saudade» onde o sentimento português perdurasse, aquela saudade lusitana do desterrado em opostos mares. Ela aí aparece e deambula nas cantigas de Hilir, castiça gente no falar, afirma o P.^o Silva Rêgo, castiça no sentir português herdado nesse litoral de outro mundo.

Quando chegá pedi,
Rascundê com mal vontade,
Chegá baba, sa dôr partida
Curá nona com saudade. (2)

Quando gardá amor,
Gardá firme amizade,
Cada bez qui bai dá,
Matá tudo minha saudade.

Saboreie-se o sarcasmo infantil e suave de quadras como as que transcrevo por demonstração e por contraste:

Nossa rôsto di certo preto,
Com nossa dente branco,
Juntando com beço vermelho
Parcê com nós unha diabo. (3)

O nona di porta trás
Sa saia molá sacá;
Cozinha nunca sabê,
Sa noibo querê buscá. (4)

Anda por lá também o trocadilho tão português na homonímia de «pena» dor e «pena» de ave:

Andá nona sa porta,
Oubi tá matá ádi;
Sa sangue fazê tinta.
Sa pena di saudade. (5)

(1) Traduza-a cada um no sentimento, que lhe inspire a leitura. Esclarecimentos: *oro* = ouro; *diamam* = diamante; *nádi* — contracção de *n* (ão) *hade*, com abrand. final; *bôssa sua* = *bos* (sa) + *s* (u) *a*, pleonasmo «vossa sua» frequente em formas de possessivo.

(2) Observem-se a redução temática dos verbos e a elisão terminal. *Rascundê* = responder; *baba* = rapaz; *nona* — rapariga.

(3) *Nossa, sa, mia*, formas fem. invar. dos possessivos.

(4) *Di porta trás* — met. de «atrás da porta».

(5) *Ádi* = ádem, pato. Versão livre; ao andar (ir) a rapariga para a sua porta, ouviu matar um ádem; do sangue dêle fez tinta, as penas eram de saudade.

Dos cantares religiosos extraio estas trovas de presépio :

Menino nascê
Na meio di à noite.
Anjo bem da ceu,
Cristo Senhor nosso.

Menino já nascê,
Na pala deitado,
Morrendo di frio,
Di nôs sa pecado.

Menino já nascê
Qui oferta logo dá?
Mirra co incenso,
Oiro já fazê birá.

Menino já nascê
Na kandang di baca,
Fumá com incenso,
Cheiro di champaca. (1)

Sei que trabalhar cotidiano é o dos missionários e que missionagem constituem ainda os seus descansos. Que podem ocupar-se de assuntos estranhos, a que todavia o prestígio religioso deles ajuda, prova-o este labor feriado e fecundo, inteligente, do nosso missionário em Hilir. Seria demasiado esperar e pedir igual trabalho dos missionários de tôdas as nossas cristandades no Oriente, politicamente perdido para nós?

Talvez por lá encontrássemos magníficas provas de folclore com reflexos directos da nossa actividade, como deve de ser a desta quádra, onde se adivinha remotamente o plano de cruzamento de raças para fixação de domínio pelo coração e pelo amor conjugal e filial:

*Nona fila di Goa,
Baba filo di Portugal;
Si nona querê casá com baba,
Querê sabê sa natural.*



LUÍS CHAVES

(1) *Kandang*, voc. malaio = curral; *fumá* = perfumar ou defumar; *champaca*, voc. malaio = planta aromática.

INDEX

LINO D'ASSUMPCÃO — <i>O solar dos Pereiras</i>	148
ANTÓNIO BAIÃO — <i>Como um erro tipográfico ou de má leitura da «Miscelanea» de Miguel Leitão de Andrade pode induzir em erro os dicionaristas</i>	129
— <i>Bogas jejuas do rio Zezere</i>	193
C. AGUIAR BARREIROS — <i>Um sarcófago romano-cristão</i>	137
AZEVEDO BORRALHO — <i>A contramarca de M nas moedas portuguesas</i>	154
A. L. DE CARVALHO — <i>As «danças» dos estudantes de Guimarães</i>	187
— <i>Os «doze» dos misteres em Guimarães</i>	285
LUIS CHAVES — <i>Acêrca da «vila» luso-romana de Santa Vitória do Ameixial</i>	250
— <i>Vestígios da passagem colonizadora de Portugal em Malaca</i>	316
LARANJO CÔELHO — <i>Inscrições lapidares de Castelo de Vide</i>	194
LUCIANO CORDEIRO — <i>O conde Ferrant</i> 33, 65,	97
— <i>Cidades mortas — Uma visita à Citania</i>	163
— <i>O escudo de armas nacional</i>	225
— <i>A inscrição de Iellala</i>	289
L. XAVIER DA COSTA — <i>André Velho, e não André Veterano, governador português do século XVII</i>	102
— <i>Mais abridores portugueses de estampas no século XVII</i>	131
CELESTINO DAVID — <i>O arco de D. Isabel</i>	201
QUIRINO DA FONSECA — <i>A fortaleza de Çofala</i>	304
JOAQUIM FONTES — <i>Sôbre algumas figuras rupestres do santuário prehistórico do Gião</i>	75
— <i>Prof. Hugo Obermaier</i>	128
— <i>Várias modalidades do sinal cruciforme no santuário prehistórico do Gião</i>	235
LUCIANO FREIRE — <i>Em defeza dos monumentos</i>	50
— <i>Voto ou simples capricho de Felipe I de Portugal</i>	174
P. ^o EUGÊNIO JALHAY — <i>Alguns raspadores da indústria galaico-minhota de tipo asturiense</i>	108
— <i>Alguns cossiros notáveis do «castêlo» de Tendais</i>	257
DAVID LOPES — <i>Anafé-Casabranca</i>	298
A. C. MENA JÚNIOR — <i>Uma lápida do século XV</i>	116
— <i>D. Sophia de Sousa Viterbo</i>	256

A. VIANA DE MORAES — <i>O pataco</i>	93, 125, 190,	208
— <i>Moedas e medalhas do Conde de Lippe alusivas a Portugal</i>		273
A. DE MELO NOGUEIRA — <i>Nótulas referentes à prehistória africana</i>		308
AFONSO DO PAÇO — <i>Dr. Rui de Serpa Pinto</i>		267
F. ALVES PEREIRA — <i>Nova ara do deus «Arentius» dos Igeditanos</i>	16, 60,	86
F. M. ESTEVES PEREIRA — <i>Túmulo de D. Fernão Sanches</i>		112
D. JOSE PESSANHA — <i>A igreja de Lourosa</i>	9,	42
D. SEBASTIÃO PESSANHÂ — <i>O museu do Conservatório de Lisboa</i>		265
M. DE PAIVA PESSOA — <i>Novas inscrições do concelho de Castelo Branco</i>		119
— <i>Insculturas e figuras rupestres de Lourical do Campo</i>		179
JOSE TORRE REVELLO — <i>El portugués José de Silva y Aguiar, fue el primer impresor que tuvo la ciudad de Buenos Aires</i>		46
LUCIANO RIBEIRO — <i>Tres matrizes sigilares</i>		281
P. ^o ERNESTO SALES — <i>A propósito de duas lápides</i>		141
CONDE DE SÃO PAYO — <i>Os castelos das armas nacionais</i>		209
J. DA CUNHA SARAIVA — <i>Uma inscrição num tejo</i>		183
P. ^o J. M. M. DE SEABRA — <i>Uma visita à igreja de Telheiras</i>		213
A. FERREIRA DE SERPA — <i>A doação das ilhas do Faial e Pico ao flamengo Josse de Hurtere (Jos de Utra) e as inscrições do globo de Nuremberg, de Martim Behaim</i>		23
— <i>O apelido «Gularte» erradamente mudado para «Goulart» e até para «Goulartt»</i>		83
— <i>Um documento falso atribuído ao Infante D. Henrique ou a carta de doação da Ilha Terceira a Jácome de Bruges 220, 244,</i>		262
J. M. CORDEIRO DE SOUSA — <i>O cemitério da Ordem de Santiago no adro da Sé</i>		95
— <i>Inscrição inédita numa rua de Lisboa</i>		160
— <i>Duas inscrições inéditas da Sé de Lisboa</i>		191
GARCEZ TEIXEIRA — <i>A galilé da igreja de Santa Maria do Olival</i>		31
— <i>A construção do convento de S. Francisco, de Tomar</i>		106
— <i>Um túmulo medieval</i>		139
— <i>Para a história do monumento a D. José I.</i>		175
— <i>Quem era a mãe do infante D. António</i>		198
— <i>O primeiro ouro da Índia</i>		300
J. LEITE DE VASCONCELOS — <i>Antigualhas do Museu do Carmo</i>		4
— <i>Bogas jejúas</i>		173
SOUSA VITERBÓ — <i>Epigrafia nacional</i>		6
PEDRO VITORINO — <i>Dois anéis com inscrições</i>		56